

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GUSTAVO AVEIRO DE ARAUJO

**A PRODUÇÃO DO TURISMO EM DIAMANTINA/MG:
UMA ABORDAGEM COM BASE NAS REDES SOCIOTÉCNICAS**

BELO HORIZONTE
2019

GUSTAVO AVEIRO DE ARAUJO

**A PRODUÇÃO DO TURISMO EM DIAMANTINA/MG:
UMA ABORDAGEM COM BASE NAS REDES SOCIOTÉCNICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Dr. Carlos Fernando Ferreira Lobo

Coorientador: Dr. Francisco Ângelo Coutinho

BELO HORIZONTE
2019

A663p Araujo, Gustavo Aveiro de.
2019 A produção do turismo em Diamantina/MG [manuscrito] : uma
abordagem com base nas redes sociotécnicas / Gustavo Aveiro de Araujo.
– 2019.
199 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Carlos Fernando Ferreira Lobo.
Coorientador: Francisco Ângelo Coutinho.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Departamento de Geografia, 2019.
Área de concentração: Organização do Espaço.
Bibliografia: f. 179-189.
Inclui apêndices.

1. Geografia humana – Análise de redes – Teses. 2. Comportamento
espacial – Teses. 3. Turismo – Diamantina (MG) – Teses. I. Lobo,
Carlos Fernando Ferreira. II. Coutinho, Francisco Ângelo. III.
Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. IV.
Título.

CDU: 911.3(815.1)

Ficha catalográfica elaborada por Nathália Machado L. Maia – CRB6 3002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

**A PRODUÇÃO DO TURISMO DE DIAMANTINA/MG:
UMA ABORDAGEM COM BASE NAS REDES SOCIOTÉCNICAS**

GUSTAVO AVEIRO DE ARAUJO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.


Aprovada em 29 de abril de 2019, pela banca constituída pelos membros:



Prof(a). Carlos Fernando Ferreira Lobo - Orientador
UFMG

Prof(a). Francisco Ângelo Coutinho
UFMG


Prof(a). Weber Soares
UFMG


Prof(a). Guilherme Augusto Pereira Malta
UFJF


Prof(a). Danielle Piuzana Mucida
UFVJM


Prof(a). André Luís Lopes Borges de Mattos
UFVJM

Belo Horizonte, 29 de abril de 2019.

Para você
que o lê.

AGRADECIMENTOS

(Ao “Nada”, que é tudo).

Ao Professor Dr. Carlos Fernando Ferreira Lobo, pela competência, apoio, preocupação e dedicação presentes em todo o processo de orientação.

Ao Professor Dr. Francisco Ângelo Coutinho, pela contribuição, paciência, apoio e dedicação na coorientação deste trabalho.

Ao Professor Dr. José Manoel Gonçalves Gândara (in memoriam) e à UFPR, pelos ensinamentos e contribuições. Lamentavelmente, por razões naturais, não lhe foi possível ver o trabalho concluído. Em paz, descansou.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC/UFMG, pela oportunidade.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC/UFMG, pelo suporte.

Aos colegas mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC/UFMG, pelas reflexões e aprendizado proporcionados.

A todos os participantes das entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa, pelo interesse e disponibilidade em contribuir com o trabalho.

A todos os representantes das diversas entidades relacionadas com o objeto deste estudo, pelas informações cedidas prontamente.

Ao colega Ícaro Belém Horta, estagiário do Laboratório de Estudos Territoriais (LESTE) IGC/UFMG, pela elaboração de mapas.

À UFVJM, pelos três anos de licença a mim concedida para capacitação, e pelo auxílio financeiro concedido por meio do Plano de Apoio à Qualificação (PLANQUALI).

Aos colegas professores do Curso de Turismo FIH/UFVJM, pelo apoio e incentivo.

À Raquel, pela companhia, afeto, apoio e incentivo. Minha admiração pela mulher que é.

Ao meu filho Davi, por ter suportado pacientemente conviver comigo durante vários momentos de indisponibilidade, tensão e estresse pelos quais passei durante o processo de doutoramento. Tudo ficou para depois da tese...

A você, leitor, pelo interesse e por ajudar a fazer que esta tese não seja uma mera publicação.

“O turismo é um fenômeno que cresce e se espalha no tempo e no espaço de forma bastante incontrolável e imprevisível. A cada momento e em cada lugar em que o fenômeno turístico se produz, ocorre uma série de relações que sempre são, em algum grau, diferentes e nunca totalmente previsíveis. Assim como um rebento de uma planta rizomática nunca é idêntico a outro, as situações de turismo não se reproduzem, mesmo no turismo de massa – que, no entanto, se caracteriza por sua fidelidade a modelos padronizados de comportamento”.

(Margarita Barreto)

RESUMO

O Turismo é um fenômeno complexo que produz efeitos multidimensionais no espaço, nunca idênticos, o que torna difícil sua análise e interpretação. Nos últimos anos alguns estudos têm enfatizado a natureza relacional do espaço na análise do Turismo, a fim de compreender suas múltiplas mobilidades e os diferentes tipos de redes que se propagam em diferentes tipos de espacialidades. Nessa visão o ordenamento territorial e espacial do Turismo é concebido como o resultado do entrelaçamento de redes compostas por entidades híbridas, humanas e não-humanas, que produzem efeitos passíveis de rastreamento, análise e interpretação, sob a ótica da Teoria Ator-rede (ANT). Nesse sentido esta pesquisa é uma proposta de descrição de complexos processos de produção de relacionamentos e associações entre os atores das redes sociotécnicas do Turismo em Diamantina/MG, cidade colonial histórica. Descreve os padrões de ordenamento e consequente inter-relacionamento temporário de elementos materiais e imateriais. Neste estudo, analisa-se as redes constituídas de elementos associados que se mobilizam e se desmobilizam para alcançar os objetivos estabelecidos no Plano de *marketing* turístico. O objetivo geral deste estudo é descrever os processos de produção de relacionamentos e associações entre elementos heterogêneos que caracterizam uma análise geográfica realizada por meio da revelação das características principais de seus padrões de ordenamento. O desenho metodológico caracteriza-se como uma descrição sociomaterial que utiliza técnicas de análise documental, observação participante e entrevistas em profundidade, a fim de atingir os objetivos propostos. Para os procedimentos analíticos das redes utilizou-se um programa de visualização e análise de redes (Gephi) e foram elaborados dois mapas contextuais das ordenações das redes sociotécnicas analisadas. Os resultados possibilitaram compreender aspectos das redes de relações entre objetos turísticos e as influências dos mesmos na produção do Turismo no Município. Concluiu-se que a ANT, por meio do conceito de rede sociotécnica, oferece uma importante ferramenta de análise geográfica do fenômeno turístico, e caminha para tornar-se, possivelmente, um novo paradigma dos estudos em Turismo.

Palavras-chave: Turismo. Espaço relacional. Teoria Ator-rede. Redes sociotécnicas.

ABSTRACT

Tourism is a complex phenomenon that produces multidimensional effects in space, never identical, which makes its analysis and interpretation difficult. In recent years some studies have emphasized the relational nature of space in the analysis of Tourism in order to understand its multiple mobilities and the different types of networks that propagate in different types of spatiality. In this view the territorial and spatial planning of tourism is conceived as the result of the interweaving of networks composed of hybrid entities, human and non-human, that produce effects that can be traced, analyzed and interpreted, based on the Actor-network Theory. In this sense, this research is a proposal of descriptions of complex processes of production of relationships and associations between the elements of the sociotechnical networks of tourism in Diamantina, a historical colonial town in Brazil. It describes the ordering patterns and consequent temporary interrelationship of material and immaterial elements. The study analyzes networks composed of associated elements that mobilize and demobilize to achieve the objectives established in touristic marketing plan. The general objective of this study is to describe the processes of production of relationships and associations among heterogeneous elements that characterize a geographic analysis performed through the revelation of the main characteristics of its ordering patterns. The methodological design is characterized as a sociomaterial description that uses documentary analysis techniques, participant observation and in-depth interviews, with the purpose of reaching the proposed objectives. For the networks analytical procedures, a network analysis and visualization software package (Gephi) was used and two situational maps of the orderings of the sociotechnical networks analyzed were elaborated. The results made it possible to understand aspects of the networks of relations between tourist objects and their influence on Tourism production in the Municipality. It was concluded that the ANT, through the concept of sociotechnical network offers an important tool of geographic analysis of the tourism phenomenon, and is on course to become, possibly, a new paradigm of the Tourism studies.

Key words: Tourism. Relational space. Actor-network theory. Sociotechnical networks.

RESUMEN

El Turismo es un fenómeno complejo que produce efectos multidimensionales en el espacio, nunca idénticos, lo que hace difícil su análisis e interpretación. En los últimos años algunos estudios han enfatizado la naturaleza relacional del espacio en el análisis del Turismo, con el fin de comprender sus múltiples movilidades y los diferentes tipos de redes que se propagan en diferentes tipos de espacialidades. En esta visión el ordenamiento territorial y espacial del Turismo es concebido como el resultado del entrelazado de redes compuestas por entidades híbridas, humanas y no humanas, que producen efectos pasibles de rastreo, análisis e interpretación, bajo la óptica de la Teoría Actor-red. En este sentido esta investigación es una propuesta de descripción de complejos procesos de producción de relaciones y asociaciones entre los elementos de las redes socio-técnicas del Turismo en Diamantina, una ciudad colonial histórica en Brasil. Describe los patrones de ordenación y consecuente interrelación temporal de elementos materiales e inmateriales. En este estudio, se analizan las redes constituidas de elementos asociados que se movilizan y se desmovilizan para alcanzar los objetivos establecidos en el Plan de *marketing* turístico. Así, el objetivo general de este estudio es describir los procesos de producción de relaciones y asociaciones entre elementos heterogéneos que caracterizan un análisis geográfico realizado por medio de la revelación de las características principales de sus patrones de ordenación. El diseño metodológico se caracteriza como una descripción socio-material que utiliza técnicas de análisis documental, observación participante y entrevistas en profundidad, con la intención de alcanzar los objetivos propuestos. Para los procedimientos analíticos de las redes se utilizó un software de visualización y análisis de redes (Gephi) y se elaboraron dos mapas contextuales de las ordenaciones de las redes socio-técnicas analizadas. Los resultados posibilitaron comprender aspectos de las redes de relaciones entre objetos turísticos y las influencias de los mismos en la producción del Turismo en el Municipio. Se concluyó que la ANT, por medio del concepto de red socio-técnica, ofrece una importante herramienta de análisis geográfico del fenómeno turístico, y camina para convertirse, posiblemente, en un nuevo paradigma de los estudios en Turismo.

Palabras clave: Turismo. Espacio relacional. Teoría actor-red. Redes socio-técnicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Modos de ordenação das redes sociotécnicas do Turismo.....	58
Figura 2	Redes sociotécnicas do Turismo.....	60
Figura 3	Atrativos turísticos de Diamantina/MG.....	82
Figura 4	Principais polos emissores de turistas para Diamantina.....	85
Figura 5	Presidente Juscelino Kubitschek e o Clube da Esquina, em 1971, no Seminário em Diamantina/MG.....	120
Figura 6	Concerto ao Órgão Histórico na Igreja Nossa Senhora do Carmo.....	125
Figura 7	Casa e estátua de Juscelino Kubitschek em Diamantina/MG.....	131
Figura 8	Hotel Tijuco em Diamantina/MG.....	131
Figura 9	Apresentação da Vesperata na Rua da Quitanda em Diamantina/MG.	138
Figura 10	Fase 1 da rede sociotécnica das Vesperatas.....	139
Figura 11	Fase 2 da rede sociotécnica das Vesperatas.....	145
Figura 12	Ordenações da rede sociotécnica das Vesperatas.....	149
Figura 13	Fase 3 da rede sociotécnica das Vesperatas.....	152
Figura 14	Fase 1 da rede sociotécnica do carnaval de Diamantina.....	156
Figura 15	Carnaval de 2011 em Diamantina/MG.....	157
Figura 16	Fase 2 da rede sociotécnica do carnaval de Diamantina/MG.....	159
Figura 17	Ordenações da rede sociotécnica do carnaval de Diamantina/MG.....	164
Figura 18	Fase 3 da rede sociotécnica do carnaval de Diamantina/MG.....	170
Quadro 1	Traços de caráter do pesquisador em ANT.....	67
Quadro 2	Documentos técnicos consultados sobre planejamento do desenvolvimento do Turismo na região de Diamantina/MG.....	73
Quadro 3	Programas de desenvolvimento do Turismo no Brasil.....	89
Quadro 4	Lista de Circuitos turísticos de Minas Gerais, por região.....	94
Quadro 5	Ações de planejamento do Turismo do Estado de Minas Gerais.....	100
Quadro 6	Bandas de música da Polícia Militar de Minas Gerais.....	129
Quadro 7	Grupos musicais diamantinosenses.....	150
Mapa 1	Localização do Município de Diamantina em Minas Gerais e no Brasil.....	76
Mapa 2	Limites territoriais das áreas dos distritos e do Município de Diamantina/MG.....	80
Mapa 3	Mosaico de Unidades de Conservação da região de Diamantina/MG.	81

Mapa 4	A regionalização do Turismo em Minas Gerais.....	95
--------	--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Categorização gerada com base nas entrevistas.....	71
Tabela 2	Distribuição da parcela da receita do ICMS turístico, Município de Diamantina	97
Tabela 3	Crescimento do carnaval de Belo Horizonte - 2009 a 2018.....	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADELTUR	Associação Diamantinense de Empresas ligadas ao Turismo
ANT	Teoria ator-rede
BDBTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
COMTur	Conselho Municipal de Turismo de Diamantina
DOAJ	<i>Directory of Open Access Journals</i>
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FUMTur	Fundo Municipal de Turismo
FUNDAEPE	Fundação de Amparo à Pesquisa de Diamantina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBCT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK	Juscelino Kubitscheck
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo turístico do Vale do Jequitinhonha
PDVJ	Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
PIB	Produto Interno Bruto
PMD	Prefeitura Municipal de Diamantina
PMT	Plano de <i>Marketing</i> Turístico
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNTC	Programa Nacional de Turismo Cultural
PQNT	Programa de Qualificação Nacional do Turismo
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Turismo

PTS	Programa Turismo Solidário
REGIC	Regiões de influência das cidades
RBSE	Reserva da Biosfera do Espinhaço
SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTUR	Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio e Turismo
SEDEVAN	Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Mucuri, Jequitinhonha e Norte de Minas
SETUR/MG	Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais
TLC	Teoria do Lugar Central
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	Objetivos.....	20
1.1.1	Objetivo geral.....	20
1.1.2	Objetivos específicos.....	20
1.2	Estrutura da tese.....	21
2	ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM REDE E ANT: PRINCIPAIS ABORDAGENS E CONTRIBUIÇÕES PARA A GEOGRAFIA E O TURISMO.....	23
2.1	Bases teóricas e filosóficas do conceito de rede.....	26
2.2	As abordagens de redes na Geografia: uma tradição e várias tendências..	28
2.3	A ANT: uma possibilidade para a Geografia e o Turismo.....	32
2.3.1	As origens e particularidades da ANT.....	33
2.3.2	Elementos teórico-conceituais da ANT: tradução, atores-rede, agnosticismo, simetria generalizada e associação livre.....	37
2.3.3	Uma visão relacional do tempo, espaço e objetos: as possibilidades da ANT para a análise geográfica	41
2.3.4	ANT e Turismo: as redes sociotécnicas do destino turístico.....	47
2.4	Os destinos turísticos com base nas redes sociotécnicas: uma síntese conceitual.....	56
3	AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS: OS CAMINHOS DA ANT, O OBJETO E A ÁREA DE ESTUDO.....	61
3.1	Métodos e técnicas para seguir atores-rede em Turismo.....	65
3.2	Desenho metodológico da pesquisa.....	68
3.2.1	Pesquisa bibliográfica e levantamento de informações sobre o Turismo em Diamantina.....	68
3.2.2	Entrevistas em profundidade.....	69
3.2.3	Observação participante.....	71
3.2.4	Análise documental.....	72
3.3	Procedimentos analíticos.....	73
3.4	A área de estudo: localização, paisagem e potencial turístico do município de Diamantina/MG.....	75
4	POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO: O FIO CONDUTOR DAS ANÁLISES DAS REDES SOCIOTÉCNICAS DO TURISMO EM DIAMANTINA.....	86
4.1	As políticas públicas arraigadas no espaço das redes sociotécnicas do Turismo de Diamantina.....	86
4.2	O Plano de <i>marketing</i> turístico “Viva Diamantina”.....	105

5	AS REDES SOCIOTÉCNICAS DO TURISMO EM DIAMANTINA: ANÁLISES DAS VESPERATAS E O CARNAVAL.....	115
5.1	Um breve histórico de Diamantina e as origens da relação com a musicalidade.....	116
5.1.1	A profissionalização de músicos no Arraial do Tijuco: a influência das irmandades e o surgimento das bandas da Polícia Militar de Minas Gerais.....	121
5.1.2	Os anos dourados de Diamantina: o papel de Juscelino Kubitschek durante a década de 1950.....	130
5.2	Ordenações das redes sociotécnicas do Turismo de Diamantina/MG.....	133
5.2.1	Análise da rede sociotécnica das Vesperatas.....	134
5.2.2	Análise da rede sociotécnica do carnaval de Diamantina/MG.....	153
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
7	REFERÊNCIAS.....	180
APÊNDICE A	Diplomas legais das políticas públicas de Turismo em Minas Gerais.....	191
APÊNDICE B	Projetos de Lei relacionados ao Turismo, em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.....	192
APÊNDICE C	Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ).....	194
APÊNDICE D	Membros do Conselho Municipal de Turismo de Diamantina...	196
APÊNDICE E	Diretrizes políticas propostas na Conferência Municipal de Turismo de Diamantina (2015)	198

1 INTRODUÇÃO

O Turismo representa um importante setor econômico em expansão no município de Diamantina-MG. Esse fato se reflete na própria política pública municipal atual, que tem como objetivo desenvolver o Turismo tendo a característica da musicalidade como posicionamento estratégico de marca (DIAMANTINA, 2011). Muitos esforços têm sido despendidos para o desenvolvimento do Turismo na região, incluindo o investimento no planejamento e na organização do setor, na tentativa de alavancar o desenvolvimento turístico regional de forma sustentável. Por meio de ações inovadoras estratégicas, foi elaborado para o município um Plano de *Marketing* turístico (PMT) que tem como objetivo principal o fortalecimento da “marca Diamantina”, associada a três elementos considerados centrais para o desenvolvimento do Turismo no município: música, tradição e natureza. Uma série de estratégias foram estabelecidas para que se pudesse associar a imagem dos produtos turísticos locais aos três elementos elencados por meio de um estudo realizado no âmbito da elaboração do referido documento.

Por outro lado, a integração política entre as diversas entidades envolvidas na formatação e desenvolvimento de produtos turísticos consiste de ações coletivas que constituem uma das principais problemáticas relacionadas ao desenvolvimento da atividade turística, que podem ser melhor compreendidas à luz da ideia de rede sociotécnica (NOIA, 2010). Logo, arregimentar diversos serviços essenciais ao Turismo tais como transporte, alimentação e hospedagem, em prol do desenvolvimento da visitação de atrativos naturais e histórico culturais torna-se um desafio às partes interessadas no desenvolvimento do Turismo, que é muito dependente de políticas públicas integradas que dependem da colaboração entre as partes interessadas, no sentido de favorecer o desenvolvimento de um destino turístico.

A elaboração e implementação de políticas públicas de Turismo, bem como as estratégias de colaboração entre as partes interessadas são imprescindíveis para o desenvolvimento não somente do setor do Turismo, mas para os vários setores da economia e da sociedade. A relevância do papel das comunidades e entidades locais no processo de planejamento e organização do Turismo já é um consenso. A atual política nacional de Turismo, expressa pelo Plano Nacional de Turismo (PNT), tem como diretriz básica a descentralização do planejamento turístico no país e incentiva o planejamento com base local, numa perspectiva mais sustentável (BRASIL, 2018). Entretanto, o sucesso e a competitividade de um destino

turístico que tem o patrimônio natural e histórico-cultural como posicionamento de marca é interdependente do grau de ordenamento do arranjo produtivo do Turismo local, portanto diretamente relacionado às políticas públicas.

A presente pesquisa propicia uma reflexão que apresenta e descreve processos de produção de relacionamentos e associações entre os elementos das redes sociotécnicas do Turismo no município de Diamantina/MG, tendo como base as descrições dos atores e dos padrões de ordenamento e conseqüente inter-relacionamento temporário de elementos materiais e imateriais, fundamentado pela Teoria Ator-rede (ANT)¹. Ao apontar para uma ampla gama de entidades sociomateriais interconectadas, tais como edifícios coloniais, igrejas, cachoeiras e manifestações culturais, concebemos o destino turístico como um “arranjo altamente heterogêneo” que se constrói e refaz-se continuamente por meio de ordenamentos em redes (FRANKLING, 2004). Nessa perspectiva, “o turismo é visto como uma prática espacial multidimensional, que envolve cultura, elementos materiais e sociais.” (JÓHANNESSON, 2005, pg. 147, tradução nossa). Investe em uma abordagem relacional do espaço, dos objetos e das redes, que descreve uma contextualização sociomaterial do desenvolvimento do Turismo.

Longe da pretensão de uma definição conceitual de Turismo, almeja-se apenas sugerir que ele funciona por meio de ordenamentos múltiplos (FRANKLING, 2004; VAN DER DUM, 2005, 2007a). Nesse sentido, o nível microeconômico e social assume papel crucial na elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento territorial, na medida em que tenta-se superar dualidades comuns como local e global, natureza e sociedade ou econômico e cultural. Busca-se, dessa forma, abordar as questões que envolvem a constituição espacial de um destino turístico, de como é construído e reconstruído. No decorrer do estudo pretende-se abordar o destino turístico Diamantina como um arranjo altamente heterogêneo e assim apontar para a ampla ordem de entidades sociomateriais conectadas entre si a fim de produzi-lo.

Na perspectiva das redes sociotécnicas o destino turístico é pensado analiticamente

¹ A Teoria Ator-rede também é denominada de Sociologia da Tradução, Sociologia das Associações, Sociologia das Ciências e das Técnicas, Sociologia da Inovação, Ontologia do Actante-rizoma e Sociologia das Redes Sociotécnicas. Em inglês, *Actor-Network Theory* (ANT), segundo Latour (2012, p.28) o acrônimo ANT (palavra formiga em inglês) é perfeitamente adequado para designar “um viajante cego, míope, viciado em trabalho, farejador e gregário. Uma formiga escrevendo para outras formigas,” que, segundo o próprio autor, condiz exatamente com o significado da ANT, conforme veremos no decorrer deste estudo.

considerando a intensidade dos esforços de diversos atores que podem ser pessoas ou coisas - tudo que não é humano, tais como objetos materiais e imateriais - que se juntam e se mobilizam para alcançar objetivos. Conhecer os movimentos dos atores implica em desvendar o espaço geográfico. Este exercício se inicia por meio da observação de como o fenômeno Turismo é imaginado e representado pelos diversos atores, e em que consiste as performances discursivamente e sócio materialmente dispostas em uma trama relacional formada por uma variedade de elementos humanos, não-humanos e não-sociais, como sugerido por Law (1992).

Esta tese tem como questão norteadora a descrição e análise da integração dos atores, conforme sugere Law (1992), orientando-se pelo seguinte questionamento: como os aspectos da rede de relações entre os atores do Turismo influenciam no desenvolvimento do Turismo na região de estudo?

A partir dessa meta indagação, buscou-se revelar padrões de redes sociotécnicas do Turismo regional. Outras questões são avaliadas, tais como: como se conectam, em termos de associações e dissociações, os atores do Turismo da região deste estudo na perspectiva da ANT? Quais projetos podem ser considerados controversos em termos de associações e dissociações? Em que medida tais atores se alinham e desalinham em relação a esses projetos? Como os atores mobilizam, justapõem e mantêm unidos os elementos que os constituem? Entender as forças convergentes e divergentes pode abrir uma série de possibilidades de análise do desenvolvimento do Turismo regional.

Inicialmente, identificou-se como os atores definem e representam o Turismo em Diamantina, incluindo as características da sua atuação em rede. Determinadas controvérsias implícitas surgiram à tona, relacionadas a projetos que configuram múltiplos modos de ordenamento do Turismo. Em sequência, analisou-se as estratégias de participação, cooperação e colaboração, à medida que as relações de poder e situações conflito foram reveladas em função dos interesses sobre objetos turísticos em questão. Com base na compreensão do conceito de redes sociotécnicas, buscou-se investigar as ordenações dessas redes, com a finalidade de compreendê-las.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

- Descrever, analisar e interpretar os processos de produção de relacionamentos e associações entre elementos heterogêneos das redes sociotécnicas do Turismo no Município de Diamantina/MG, localizado na região do Alto Vale do Jequitinhonha, com o propósito de avaliar as possibilidades da abordagem da Teoria Ator-rede na análise do fenômeno turístico.

1.1.2 Objetivos Específicos

A fim de atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos desta proposta de pesquisa:

- Identificar como os principais atores definem, representam e fomentam o Turismo em Diamantina/MG, bem como as características da sua atuação em rede, descrevendo os processos de traduções em curso, seguindo os elementos da rede, conforme as indicações dos próprios atores;
- Identificar determinadas controvérsias implícitas e seus elementos de rede, em torno dos projetos dispostos nos múltiplos modos de ordenamento do Turismo, incluindo os arranjos espaciais locais;
- Analisar os modos de ordenamento do Turismo regional no município, com foco nos processos de tradução dos atores e da descrição das associações e dissociações das suas estratégias de participação, cooperação e colaboração que são performadas;
- Analisar e descrever as relações de poder entre os elementos e situações conflito de interesses sobre objetos turísticos;
- Seguir e descrever as práticas de produção, organização e consumo do Turismo, com foco no patrimônio natural e histórico-cultural na área de estudo;
- Revelar as características principais e os padrões de ordenamento do desenvolvimento do Turismo.
- Identificar e discutir possibilidades e dificuldades analíticas e metodológicas da ANT na construção de pesquisas em Geografia e Turismo.

1.2 Estrutura da tese

A construção do texto desta tese iniciou-se pela reflexão acerca das discussões e indagações sobre a relevância do conceito de rede para as atividades turísticas e a problemática da integração dos diversos agentes econômicos na produção do Turismo em Diamantina/MG. A introdução ao estudo, a questão norteadora da pesquisa e os objetivos são apresentados no capítulo um.

O segundo capítulo traz uma revisão de conceitos sobre rede, buscando identificar seus fundamentos teóricos e filosóficos, incluindo uma breve apresentação da evolução histórica das abordagens de redes nos estudos geográficos e as relações com as redes sociotécnicas. Contempla-se uma ampla revisão da literatura sobre a Teoria Ator-rede, aborda suas origens, particularidades e seus principais elementos teórico-conceituais, descrevendo a relação entre ANT e as pesquisas em Turismo. Apresenta-se uma síntese conceitual elaborada para analisar empiricamente redes sociotécnicas nos destinos turísticos, com base no referencial teórico apresentado, que serviu de guia para o estudo como um todo, inclusive para as escolhas dos participantes das entrevistas e elaboração dos procedimentos metodológicos.

O terceiro capítulo introduz à metodologia ANT e discorre sobre algumas implicações de ordem metodológica e analítica, cuja compreensão faz-se necessária às pesquisas em ANT e Turismo. Promove, ainda, uma reflexão sobre a forma de análise do fenômeno turístico, apresentando o desenho da pesquisa, os métodos, técnicas e procedimentos analíticos elaborados para descrever as redes sociotécnicas do Turismo, tendo como base o referencial teórico analisado e a síntese conceitual desenvolvida. O mesmo capítulo também apresenta um panorama do município de Diamantina/MG, com foco na localização, paisagem e potencial turístico.

O quarto capítulo apresenta um amplo levantamento realizado sobre as principais políticas públicas de Turismo que incidem na área de estudo e uma descrição e análise dos principais planos e programas políticos do desenvolvimento do Turismo implementados entre 2003 e 2018, com foco na investigação sobre alocação de recursos técnicos e financeiros. Apresenta uma análise do Plano de *Marketing* turístico “Viva Diamantina”, com foco na descrição de relações de poder, integração e colaboração, expressos nas estratégias e diretrizes políticas adotadas, bem como seus resultados.

O quinto capítulo busca seguir relações práticas ativas nas ordenações das redes sociotécnicas dispostas no espaço envolvendo tempo e sociomaterialidades. Inicialmente o capítulo apresenta um breve histórico de Diamantina, com foco na investigação sobre as origens e as características da musicalidade diamantinense. Este mesmo capítulo identifica os elementos-chave das redes sociotécnicas, e como estes produzem o Turismo. Busca-se analisar e compreender as narrativas construídas, a fim de revelar a dinâmica das ordenações das redes das Vesperatas e do Carnaval de Diamantina, com base no quadro teórico-conceitual, objetivos e metodologia do estudo. Ainda no capítulo cinco, as redes de relações entre os elementos heterogêneos são desenhadas, analisadas e descritas.

O sexto capítulo traz as considerações finais sobre o estudo como um todo. Explica-se como os objetivos foram alcançados e discute-se os resultados obtidos. Expõe alguns pontos de vista sobre o desenvolvimento do Turismo na área de estudo, considerando as experiências e impressões adquiridas em decorrência da realização da pesquisa. Discute-se algumas questões metodológicas revelantes, com as quais deparou-se no decorrer da pesquisa.

Por fim, encontra-se disponível a lista de referências utilizadas no estudo, bem como os apêndices citados ao longo do texto.

2 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM REDE E ANT: PRINCIPAIS ABORDAGENS E CONTRIBUIÇÕES PARA A GEOGRAFIA E O TURISMO

“Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamento se traduz por uma produção territorial que faz intervir tessitura, nó e rede.”

(Claude Raffestin)

A organização do espaço por meio de redes tem muitas representações na Geografia e nas Ciências Humanas como um todo. O crescimento dos fluxos materiais e imateriais decorrentes da vida na atualidade, incluindo dimensões dos indivíduos, grupos, instituições e seus efeitos no sistema de redes, tem sido objeto de investigação no âmbito de diversas disciplinas, tais como Economia, Sociologia, Psicologia, Administração, Geografia e Turismo. Não raro, ainda prevalecem estudos baseados em uma visão cartesiana do funcionamento de redes, que buscam apreender, sobretudo, os aspectos topológicos estruturais, com foco em uma perspectiva de causa e efeito, obtida por elementos individualizados e componentes de estruturas dos fluxos.

Recentemente o interesse e a difusão de estudos sobre redes tem ganhado espaço nas pesquisas, nos negócios e na sociedade, principalmente em decorrência de uma cultura global emergente. Para Matos e Braga (2005) as redes tornaram-se um dos conceitos mais recorrentes nas Ciências Exatas e nas Ciências Sociais devido à sua capacidade de representação e interpretação de vários sistemas de relações. Em decorrência de maior fluidez nos negócios e da mundialização das culturas, as redes passaram a moldar novas territorialidades impulsionadas por relações de poder entre entidades heterogêneas e sob forte influência de constantes inovações promovidas principalmente pelas tecnologias de informação e comunicação.

Na Geografia, abordagens sobre redes não são recentes e adquiriram ao longo do tempo múltiplas ênfases, desde a inspeção individual dos nós e fluxos do ponto de vista da causa e efeito até a mais complexa profusão de múltiplas topologias reticulares que expressam a organização espacial como um todo. Segundo Dias (2005) a difusão da ideia de rede está relacionada a um contexto caracterizado pela aceleração de quatro grandes fluxos que

permeiam o espaço geográfico, extrapolando fronteiras, tais como fluxos: migratórios; comerciais de mercadorias; de informações; e os monetários e financeiros. Esses tornaram-se cada vez mais fluidos, o que lhes permite romperem fronteiras. Com isso, introduziu-se uma problemática que decorre de “sistemas reticulares cada vez mais libertos de controle territorial”. (DIAS, 2005, p.11).

Matos e Braga (2005) ao abordarem a temática das redes, afirmam que há uma limitação das metodologias de análise, resultado da omissão de estudos das relações entre os elementos que envolvem tanto redes geográficas, sociais e migratórias. Novas lógicas reticulares requerem metodologias que promovam não apenas o conhecimento dos aspectos estruturais mas, sobretudo, topologias específicas dos diversos elementos componentes das redes. No entanto, de forma alternativa, algumas metodologias de análise de redes têm acompanhado a evolução do conceito e as transformações constantes que vêm sofrendo a natureza e intensidade dos fluxos, enfatizando mais o interesse pela lógica de sua composição, a exemplo da abordagem sociotécnica de redes (CALLON, 2008).

De forma geral, estudos sobre redes geográficas são multivariados e podem envolver pessoas, cidades, regiões, comércio, serviços, natureza, comunicações, água, energia, transportes, culturas, e qualquer outro elemento capaz de gerar fluxos. No entanto, tradicionalmente as abordagens assumiram três tipos de ênfase predominantes de redes: urbanas (GEIGER, 1963; IPEA, 1973, 1999; IBGE, 2008); técnicas, representadas pelos diversos fluxos de mercadorias, capitais, informações e sistemas de transportes, saneamento, telecomunicações, entre outros, que caracterizam uma geografia da circulação (SILVEIRA, 2011); e, mais recentemente, sociais, com foco nas associações informais entre pessoas (GRANOVETTER, 1973, 1985) e nos movimentos migratórios (TILLY, 1990; MASSEY et al., 1993; SOARES, 2002). Tais abordagens buscam quantificar e qualificar as informações sobre os fluxos que circulam, relacionando-os aos “nós” ou “vértices” das redes de representação dos diversos aspectos socioespaciais.

Do ponto de vista espacial, como destacam Calvente, Galvão Filho e Martins (2008) a importância das redes nos estudos geográficos está relacionada com a necessidade de desfazer-se da visão unificada do território e da região, presentes no critério de contiguidade, visto que as redes com base nas tecnologias da informação e da comunicação originaram uma outra regionalização, que não é mais formada por áreas contínuas, mas por pontos e linhas

verticais. A conexão de lugares por meio de redes, pode, portanto, fundamentar-se na descontinuidade e heterogeneidade espaciais, pois, assim como no espaço, não existe homogeneidade nas redes, haja vista o caráter híbrido, tanto do espaço como das redes (SANTOS, 2014). A rede passou a ser uma expressão topológica que permite transpor limites da região e define as inter-relações entre elementos, atribuindo novas formas e funções, qualificando ou desqualificando os lugares, de tal forma que implica considerar a rede como infraestrutura implantada no espaço geográfico, um sistema de produção ou de consumo ou um conjunto de lugares interconectados (DUPUY, 1998). Assim, a descontinuidade e heterogeneidade espaciais estão em consonância com a ideia mais recente de rede.

O interesse da Geografia pelas redes é natural, uma vez que os conceitos de espaço e território são permanentemente indissociáveis ao de rede (HAESBAERT, 2002). Numa realidade espacial, há várias redes sobrepostas, conforme os critérios sociais e técnicos abordados e pode envolver simultaneamente diferentes escalas. Além de globais e locais, as redes também são unas e múltiplas e o singular é imediatamente plural (SANTOS, 2014). Na Geografia as redes têm um papel fundamental para entender a organização social do espaço. Segundo Rio (1998, p.64): “as redes assumem importância particular como expressão topológica pois estabelecem sincrônica e diacronicamente a interconexão entre lugares como princípio da organização espacial”. Nesse sentido, tornam-se essencialmente geográficas. Para Corrêa (2012, p.200) rede geográfica é o “[...] conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos” resultantes da topologia de um sistema territorial. Assim, todas as redes podem ser consideradas como geográficas e reafirma-se a indissociabilidade do trinômio espaço-território-rede.

No entanto, ao se considerar as múltiplas inter-relações que estabelecem essas “localizações humanas”, bem como as razões que as fazem agir, abre-se uma multiplicidade de conexões orientadas por categorias sociais e, ao mesmo tempo, técnicas, que requerem visão e abordagem ampliadas do conceito de rede. Cabe, portanto, um investimento teórico e filosófico sobre o significado das redes, dadas as múltiplas faces e interpretações da realidade social.

2.1 Bases teóricas e filosóficas do conceito de rede

“Mas a fluidez não é uma categoria técnica, mas uma entidade sociotécnica” .

(Milton Santos)

O termo rede é originário do latim *retis*, utilizado desde o século XII, em referência a malha de fios entrelaçados, linhas e nós (DIAS, 2005). A definição de rede nos dicionários da Língua Portuguesa, designa:

Tecido de malhas largas, para apanhar peixes, etc.; tecido fino, de malha, que se põe na cabeça para segurar o cabelo; tecido de arame; canalização; cilada; tipo de leito preso por argolas nas extremidades; entrelaçamentos de vasos sanguíneos ou de nervos; grupo de computadores conectados por cabos que utilizam um programa comum e permitem compartilhar as informações e os dispositivos existentes. (BUENO, 2001, p. 660).

As definições apresentadas nos dicionários refletem a polissemia que o termo enseja e remete a pelo menos quatro tipos de redes. Ferramenta utilizada para caça e pesca; estrutura em forma de rede com objetivos técnicos; sistema orgânico; e rede computacional e informacional. Embora polissêmico, o conceito de “redes” na literatura acadêmica e científica pode ter sua origem identificada na química de Lavoisier, na passagem do século XVIII para o século XIX, quando surgiu a ciência da ligação e da comunicação das substâncias (PARROCHIA, 1993 apud SANTOS, 2014).

A perspectiva sistêmica de rede, a qual faz associação entre o objeto e organismos vivos é muito antiga e sempre esteve presente em toda a evolução histórica das representações do seu conceito (DIAS, 2005). No entanto, é a partir da década de 1920 que ganha força o uso científico do conceito de redes, quando ecologistas passaram a enxergar e descrever os ecossistemas biológicos como redes de organismos ligados por meio de cadeias alimentares, tornando o conceito aplicável a diversos modelos sistêmicos, concebendo os organismos como “[...] rede de células, e células como rede de moléculas, assim como os ecossistemas são entendidos como redes de organismos individuais”. (CAPRA, 2008, p. 18).

A noção de rede envolve um conceito que geralmente nos remete a um conjunto de pontos (nós), interligados entre si por arcos. Em geral, tem um caráter estruturalista, representado por

pontos interligados. Está, portanto, bem próxima de sistema.

Um dos primeiros estudos científicos sobre redes surgiu na matemática em 1735, quando o físico e matemático suíço Leonhard Euler propôs uma solução para o problema das pontes de Königsberg, na Alemanha, dando origem à Teoria dos Grafos. Os grafos, por meio das redes complexas, tornaram-se formas de representações do mundo real, na medida em que os modelos matemáticos de estruturas de redes têm sido desenvolvidos com base nos grafos (CALVO et al., 2007). Segundo Baggio (2008) a consolidação da Teoria dos Grafos ocorreu depois de Euler, em 1936, mais precisamente, com a publicação, em Leipzig, também na Alemanha, do primeiro estudo sistemático sobre grafos, desenvolvido pelo matemático alemão Dénes König, com base em uma ideia euclidiana de espaço.

Segundo Latour (2012) ainda no século XVIII, Denis Diderot, em 1769 publicou uma obra em que apresentava vinte e sete acepções da palavra *réseaux*² e, entre elas, estaria uma forma especial de rede baseada no materialismo. Este apresenta basicamente duas matrizes, uma que considera a base material e outra que analisa dados sociais e políticos (SANTOS, 2014). Assim, pode-se afirmar que as redes assumem, portanto, formas materiais e imateriais. No entanto, não se deve tomar esta dupla composição como uma diferença entre as redes técnicas e as redes sociais, uma vez que ambas podem ser consideradas tanto em seus aspectos materiais como sociais, tendo como base a ideia de rede sociotécnica proposta por Callon (2008).

Os estudos com base nas redes sociotécnicas propostas por Callon (2008) não se limitam às análises dos fluxos em si, mas se concentram nas razões de existência e funcionamento que provocam as constantes transformações nas mesmas. A construção das estruturas, sujeitos e objetos resultantes das mais diversas interações, passam a ser o foco das análises. Segundo Latour (2012), o objetivo principal deve ser sempre conhecer os efeitos daquilo que se está a construir, e como o mesmo é distribuído pelos diversos atores componentes da estrutura. De acordo com Latour (2012, p. 192): “rede é conceito e não coisa. É uma ferramenta que ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito”. Ao pensar-se este objeto neste sentido, rompe-se com quaisquer determinismos, sejam eles de ordem tecnológica ou social, e passa-se a conceber a ideia de rede como uma estrutura dinâmica e, temporalmente estática.

2 Palavra rede, na língua francesa.

Neste estudo, as redes sociotécnicas de um destino turístico são compreendidas como estruturas resultantes do nexo causal existente nas relações de associação e dissociação entre elementos de natureza material e imaterial diversos (CALLON, 2008). Para Latour (2012), tais elementos se estabilizam em forma de rede de relações, as quais produzem e, simultaneamente, pelas quais são produzidos. Assim, abrem-se novas perspectivas ao conceito de rede, à medida que se considera o caráter multidimensional híbrido, típicos das redes heterogêneas (SANTOS, 2014). Desta forma, o espaço pode ser analisado pelas redes de elementos materialmente heterogêneos, que se agrupam e reagrupam de maneira mais ou menos estável, sem que haja uma delimitação preexistente (LAW, 2002). Isso traz profundas implicações às análises sociológicas e geográficas e sugere uma nova ontologia socioespacial e reticular (MURDOCH, 1998), que tem como base as redes sociotécnicas.

2.2 As abordagens de redes na Geografia: uma tradição e várias tendências

O geógrafo alemão Walter Christaller foi considerado um dos pioneiros nos estudos das redes urbanas, ao desenvolver uma tese de doutorado intitulada “Os lugares centrais no sul da Alemanha: uma pesquisa econômico geográfica sobre a regularidade da disseminação e desenvolvimento de assentamentos com funções urbanas”, publicada originalmente em Alemão em 1933 e traduzida para o Inglês apenas em 1966. Desse estudo resultou a chamada “Teoria do Lugar Central (TLC)”, que teve como objetivo tentar explicar os padrões de composição de aglomerações urbanas em forma de redes no sul da Alemanha. Segundo essa proposta, amplamente debatida e criticada, o lugar que fornece uma certa demanda de bens e serviços a uma região de influência é considerado central e pode ser classificado hierarquicamente em função da capacidade, intensidade e diversidade no fornecimento de quantidades de bens e serviços a uma região de influência (CHRISTALLER, 1966). Christaller buscou simplificar a realidade das redes urbanas, dando-lhe uma explicação puramente mercadológica onde mercadorias e serviços, consumidores, intermediários e fornecedores obedeceriam uma ordem lógica e hierárquica em função de suas distâncias dos lugares centrais e também de outros fatores de mercado.

A TLC pode ser considerada uma teoria derivada do pensamento de von Thunen (1826) sobre modelos de localização³. É importante ressaltar que naquela época a Geografia Regional,

³ Os modelos de localização foram iniciados em 1826 por von Thünen com seu estudo sobre produção agrícola.

como conhecimento acadêmico sistematizado, ainda era praticamente inexistente e os estudos sobre urbanização até então encontravam-se presos às abordagens geográficas históricas ou estatísticas, tendo Christaller rompido com os métodos usuais à época, eminentemente descritivos e indutivos, partindo de uma proposição dedutiva para argumentar que o desenvolvimento e ou declínio de uma localidade seria determinado essencialmente a partir de fatores de mercado (GAMA, 1983; BRAGA, 1999). A TLC é também uma explicação para as determinantes da concentração urbana, com foco na importância das características de produção, escala e consumo de bens e serviços. Isso inspirou o desenvolvimento de metodologias de análise de redes, como por exemplo a consolidação do conceito de grau de centralidade, atualmente muito utilizado em análise de redes sociais. Segundo Bradford e Kent (1987, p. 44) apesar de terem sido amplamente refutados alguns de seus pressupostos principais, a TLC persiste como ideia, e tem sido considerada por alguns autores como “o mais refinado produto intelectual da Geografia”.

Um ponto fraco da TLC é evidentemente a ênfase excessiva da perspectiva de mercado e desconsideração de outros atributos econômicos. Ademais o problema das limitações e dificuldades em estabelecer categorias de análise que favoreçam o estudo das relações entre elementos de uma rede urbana é uma questão que ainda paira sobre os estudos de redes urbanas, conforme apontaram Matos e Braga (2005) sobre a limitação das metodologias de estudos dos atributos de cada local e consequente dificuldade de se estabelecer hierarquias de índices de comparação entre as localidades. Nesse mesmo sentido, Rochefort (1961) discutiu os problemas de método decorrentes da falta de algumas categorias de informações necessárias para descrever as relações entre as cidades em uma rede urbana. Se antes já era difícil categorizar a natureza das relações entre os lugares, atualmente, com a globalização dos mercados impulsionada principalmente pelo desenvolvimento dos meios de transportes e das tecnologias de comunicação e informação, novos fatores econômicos e sociais promoveram novas territorialidades que surgiram em função não apenas de caracteres técnicos e econômicos mas sobretudo tendências sociais e culturais, as quais contribuem ainda mais com as dificuldades metodológicas das análises de redes.

No século XX outros estudiosos – Alfred Weber (1909), Walter Christaller (1933), August Losch (1940) e Walter Isard (1956, 1960 e 1973) – deram suas contribuições significativas para o incremento dos modelos de localização. Comum às propostas e análises efetivadas por esses autores está a importância fundamental dos custos de transporte para determinar a localização do empreendimento, geralmente produzindo um único produto, contrabalançada pelos custos de mão de obra e/ou pelos efeitos da aglomeração. Von Thünen (1826), visando explicar o padrão locacional da agricultura alemã, procurou demonstrar que esta decorria da combinação da produtividade física da terra com a distância aos mercados e os custos de transporte, que determinavam os níveis de especialização agrícola em torno das cidades (LIBERATO, 2008).

Os estudos sobre redes urbanas tornaram-se uma tradição na Geografia, derivada da conscientização sobre o significado que adquiriu o processo de urbanização verificado a partir do século XIX (CORRÊA, 2006). No Brasil, uma das primeiras pesquisas sobre a rede urbana brasileira é a “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas”, realizado pelo IBGE em 1966, cujo objetivo foi reunir informações necessárias à compreensão dos relacionamentos entre as cidades brasileiras. Com base na análise dos fluxos de bens e serviços, o estudo apresenta um panorama da organização espacial e da regionalização brasileira. Visando dar continuidade aos estudos sobre a rede urbana brasileira, o IBGE, atualmente, tem atualizado e incorporado novos levantamentos que resultaram na publicação da obra “Regiões de influência das cidades (REGIC)”. Esse estudo permite uma visão intertemporal da evolução da rede urbana brasileira ao longo de quatro décadas (IBGE, 2008).

Em uma rede urbana as dimensões que cada um dos nós adquire e as distâncias entre os mesmos é resultado da influência de uma série de fatores relacionais endógenos e exógenos que produzem forças de ação, e não apenas forças do mercado. Um exemplo de abordagem relacional de redes urbanas é o estudo de Corrêa (1999), que mostrou como a globalização, por meio de grandes corporações e sua lógica influenciam na espacialidade e se manifestam por meio de diversos agentes sociais. Isto desencadeia uma distribuição espacial de atividades que obedece a uma ordem segundo o autor, que envolve uma lógica própria às grandes corporações, de um lado, e de outro, as possibilidades e características próprias dos lugares.

Na Ciência Geográfica as redes também têm a função de operacionalizar a organização da infraestrutura no espaço, no sentido de favorecer as atividades produtivas e os fluxos de bens e de serviços. Neste caso redes técnicas são formadas a partir de relações sociais e econômicas que se articulam em função da operacionalização de redes de infraestruturas como transportes, comunicações, bens e serviços, água, gás, esgoto, energia, entre outras. De acordo com Pereira (2015) o aumento do consumo promove o desenvolvimento do comércio, da produção e circulação de bens e de serviços, que demandam certa infraestrutura das redes técnicas. Para esse mesmo autor o espaço geográfico se organiza em função dos fluxos promovidos pela oferta e consumo de bens e serviços e da circulação de mercadorias. Embora concordemos que o processo de organização espacial seja constituído pela infraestrutura e pelos fluxos comerciais de bens e de serviços, neste estudo não nos cabe unicamente sucumbir ao determinismo técnico das redes.

Por outro lado, a noção de rede também tem sido pensada do ponto de vista social. Manuel Castells em “A Sociedade em rede” propôs um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de informação e comunicação. Para Castells (1999) a organização social se dá a partir do arranjo de redes tecnológicas que fornecem novas capacidades a uma velha forma de organização social: as redes de comunicação digital, o cerne da sociedade em rede, baseada em redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia. Ao apostar na convergência entre as tecnologias de informação e comunicação, e a “nova” organização social em rede, Castells (1999) expôs-se ao determinismo tecnológico, ainda que numa tentativa de enfatizar o caráter social das redes. Para Dias (2005 p. 19) é preciso encontrar formas de se romper com o paradigma tecnológico e pensar em um novo caminho teórico-metodológico capaz de integrar rede e análise geográfica “sem sucumbir ao determinismo tecnológico ou esvaziar o debate político”. Essa mesma autora afirma que a ideia de rede trazida por Milton Santos em “A Natureza do Espaço” esclarece em muito o papel da “fluidez” das redes técnicas na organização espacial. Corroboramos com tal afirmação e inclusive a abordaremos mais adiante neste estudo (seção 2.3.3), ao discorrer sobre as possibilidades da ANT para a análise geográfica com base na visão relacional do tempo, do espaço e dos objetos.

Em geral os estudos sobre redes realizados na Geografia abordam os aspectos tecnológicos ou os aspectos puramente sociais, separadamente. O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, informação e dos meios de transporte foram decisivos para a disseminação de teses que reafirmam o determinismo das redes técnicas, como se essas fossem capazes por si só de ordenar os territórios (DIAS, 2005). “A noção de rede tornou-se onipresente e mesmo onipotente”. (MUSSO, 2001 apud DIAS, 2005, p. 13). Segundo Tatnall e Gilding (1999) as abordagens de rede, de cunho deterministas tecnológicas assumem que as mudanças tecnológicas são atribuídas a fatores puramente tecnológicos em vez de sociais e, em contraposição, o determinismo social considera que as mudanças tecnológicas somente podem ser explicadas por meio de categorias sociais. Para superar essa dualidade social e tecnológica a ANT considera incompletos tanto o determinismo tecnológico como o social e propõe, ao invés, uma abordagem sociotécnica para as redes. Isso significa que nenhum posicionamento puramente tecnológico ou social é privilegiado.

2.3 A ANT: uma possibilidade para a Geografia e o Turismo

Nas pesquisas em Turismo a representação que se tem feito de rede, em geral, também tem um caráter estruturalista, como observa-se, por exemplo, no estudo sobre as relações entre redes, empresas e Turismo em uma importante cidade colonial de Minas Gerais, realizado por Xavier et al (2012). Todavia, as redes constituem conceitos-chave na explicação geográfica do Turismo. Uma visão ampliada das redes turísticas nos permite perceber que alguns dos diversos agentes sociais envolvidos no processo de turistificação de um destino agem de forma zonal e reticular, complementarmente articuladas no espaço e no tempo, o que torna básico o binômio espaço-território para a compreensão dos processos de ordenamento do desenvolvimento de destinos turísticos (FRATUCCI, 2014). Além disso, o fenômeno turístico é permeado por multiplicidades e multiescalaridades que requerem uma visão que extrapole a perspectiva euclidiana de território (VAN DER DUIM; REN; JÓHANNESON, 2013).

As discussões sobre as concepções de rede e espaço não se limitam somente à Geografia tradicional de cunho econômico e não se baseiam estritamente em dualismos preocupados com escalas ou de redes baseadas em análises de laços fortes e fracos, ou ainda em posições de mercado que assumem produtores e consumidores (MURDOCH, 1998). Segundo o mesmo autor, essas concepções euclidianas ou localizadas devem ser revisadas, sobretudo para averiguar se seria correto relacionar determinados tipos de redes com categorias espaciais.

Esta certa ruptura com o caráter dual, como local e global, torna o conceito de rede envolto em “uma estrutura” una e múltipla, estável temporalmente, portanto dinâmica (MURDOCH, 1998). Vista num movimento conjunto é possível observar a superposição de vários sistemas lógicos orientados por distintas racionalidades, cujo ajustamento estaria sendo presidido pelo mercado e pelo poder público, arraigados na própria estrutura socioespacial em que se insere (SANTOS, 2014). Nesse sentido, o papel dos elementos híbridos, que busca romper as dicotomias criadas como natural e social, local e global (LATOUR, 2012), converge com a ideia de espaço como um híbrido (SANTOS, 2014). Os dois autores apresentam em comum o caráter da união entre matéria e tempo que caracteriza o sistema técnico, dando as formas e conteúdos da noção de espaço. Isso implica em superar as dualidades mencionadas, as quais têm gerado ambiguidades nos discursos e métodos da Geografia (MURDOCH, 1998).

Com base em uma concepção alternativa de rede, a ANT tem foco voltado às espacialidades

específicas e movimentos que produzem as relações entre os pontos da estrutura e às razões que os faz agir, bem como as razões que permitem circular e transportam por intermédio de entidades de natureza diversa, que caracterizam a “tradução” (CALLON, 1986, 2008; LAW, 1992, 1999; LATOUR, 2012). Neste caso, as redes compreendem estruturas heterogêneas, geradas do resultado do entrelaçamento de seus componentes em torno de associações que se estabelecem dinamicamente. Em sua análise busca-se não apenas identificar os elementos que alimentam os diversos fluxos que compõem a estrutura, suas causas e efeitos, preocupa-se, sobretudo com a essência e a própria razão de existência das redes. Dá-se um novo significado à própria rede ao buscar analisar além do comportamento dos atores sistematizados, descrever suas origens, formas de ação e reação com relação às associações e dissociações estabelecidas com as demais entidades.

2.3.1 As origens e particularidades da ANT

“[...] não se pode compreender a ação humana, e não se pode compreender a constituição de coletivos, sem levar em conta a materialidade, as tecnologias e os não-humanos”.

(Michel Callon)

A ANT surgiu na década de 1980, a partir dos Estudos de Ciência e Tecnologia produzidos, sobretudo pelo grupo de sociólogos associados ao Centro de Sociologia da Inovação da Escola Nacional Superior de Minas de Paris, na França, dentre os quais destacam-se os autores Madeleine Akrich, Geof Bowker, Michel Callon, Bruno Latour, John Law, Alberto Cambrosio, Antonie Hennion, Cécile Méadel, Wiebe Bijker, Arie Rip e James Griesemer. O pressuposto geral da ANT é de que a sociedade ou as organizações resultam de padrões de aglutinamento e ordenamento gerados com base em múltiplas interações e associações que estabelecem conscientemente as pessoas com os mais diversos tipos de objetos e configura uma trama composta por redes de elementos heterogêneos em sua essência (LAW, 1992).

A origem da ANT está relacionada à necessidade de uma nova teoria social, capaz de ajustar-se aos estudos que envolvem ciência e tecnologia (CALLON; LATOUR, 1981; LATOUR, 2012). A materialidade envolvida na produção da ciência e tecnologia passou a ser objeto de

interesse de uma “nova Sociologia”: a Sociologia das associações. Assim, as entidades não humanas normalmente envolvidas nas pesquisas científicas, tais como animais, plantas, micro-organismos, tecnologias ou leis, etc, “[...] se apresentaram à teoria social de uma maneira nova [...]”. (LATOUR, 2012, p. 29). Com base em uma visão estrutural e funcionalista, os primeiros trabalhos da ANT conseguiram esboçar uma explicação social para os rumos que tomariam a ciência e as inovações tecnológicas, a fim de desvendar o que reside efetivamente “por trás”, agindo de forma coadjuvante. Concluíram, em princípio, que o conhecimento produzido nos laboratórios e núcleos de pesquisa é resultado das mais diversas interações entre atores e são produzidos por meios que não são necessariamente de ordem científica ou técnica (LATOUR, 2012). Isso favoreceu uma forma de reinterpretação do conceito de social e mais tarde, conseqüentemente se disseminou para as mais diversas áreas do conhecimento, inclusive o Turismo, mais recentemente.

A compreensão dos fenômenos como resultado de interações entre redes heterogêneas que conectam seres humanos a objetos e artefatos, defende que não existe fenômeno algum que seja puramente baseado em relações humanas (LAW, 1992; LATOUR, 2012). Para Latour (2012, p. 160): “[...] não existe sociedade, não existe domínio social, não existem vínculos sociais, mas existem traduções entre mediadores que podem gerar associações rastreáveis [...]”. Assim, tem-se uma ferramenta que permite ultrapassar barreiras comumente estabelecidas entre tecnologias ou artefatos e os seres humanos, ao proporcionar uma abordagem de forma simétrica que permite afirmar que um aspecto técnico pode ser visto como social e vice-versa (LATOUR, 2013).

Conforme Latour (2012) a ANT pode ser considerada como uma teoria “vazia” que consiste em uma mistura de teoria e ferramentas metodológicas. Algo vazio a ser “preenchido” por meio do empirismo etnográfico, com algumas especificidades inerentes. O resultado deve apontar para o desenho de um mapa das associações que compõem o mundo social, o qual é traçado se forem seguidas rigorosamente as marcas feitas pelos atores (LATOUR, 2012). De acordo com Law (1992, p.02): “nesta visão, a tarefa da Sociologia é caracterizar estas redes em sua heterogeneidade, e explorar como é que elas são ordenadas segundo padrões para gerar efeitos tais como organizações, desigualdades e poder”. Segundo Latour (2012) trata-se de uma teoria simultaneamente mais abstrata e empírica. Seu propósito é que se siga os atores e se preste atenção ao modo com que respondem a “determinadas questões.” Um desafio lançado acerca do modo como compreendemos a sociedade e o social e uma pretensão de

mudar a essência do principal objeto de estudo da Sociologia, até então imutável. Não se trata apenas de uma nova forma de abordar o social, mas de questionar sobre o que é realmente o social (LATOURE, 2012). Assim, compreende-se o social não apenas como sendo formado estritamente por pessoas, mas também por “não humanos” tais como objetos, recursos, documentos, artefatos ou quaisquer outros elementos que estejam de alguma forma associados.

A ANT, entendida como uma Sociologia relacional que tem como base os efeitos interativos que produzem e compõem os agentes, as organizações e os objetos, todos dispostos em um ambiente materialmente heterogêneo, trata as organizações como sendo efeitos ou consequência de múltiplas interações entre materiais e estratégias inerentes a ela própria (LAW, 1992). Nesse sentido, é possível repensar o funcionamento de fenômenos complexos como Turismo, e analisá-lo a partir da observação de suas “traduções” que geram ordenamentos, mais ou menos estáveis (LATOURE, 2012).

A principal característica dessa abordagem é o tratamento simétrico atribuído aos atores em rede, que podem envolver entidades humanas ou não humanas (LAW, 1992; LATOURE, 2012). Segundo Latour (2012) essas entidades compõem as chamadas redes heterogêneas, em que todos os elementos têm algum potencial de ação e devem ser considerados com a mesma relevância e explicados equitativamente, mesmo que seus posicionamentos sejam diferentes dos demais elementos em relação a um determinado tema, pois todos carregam igual relevância na realização da descrição e da análise social. O pesquisador não define a priori quem são as entidades envolvidas na análise ou quais serão os vértices da estrutura em rede. As próprias entidades emergem às análises e se autodefinem, autorepresentam e indicam os passos a serem percorridos para que se possa conhecer os aspectos relacionais que configuram uma estrutura sociotécnica (LATOURE, 2012). Conforme a metodologia da ANT, o pesquisador deve apenas segui-los em seus movimentos com relação aos demais, e os próprios indicarão como será o desenho das redes das relações que estabelecem entre si, que configuram topologias específicas (LAW, 1992; CALLON, 2008; LATOURE, 2012). Assim, segundo Latour (2012) a ANT emprega uma definição semiótica de ator, na medida em que este toma forma e adquire atributos a partir de suas relações com os outros elementos da rede.

A ANT consiste numa matriz ontológica alternativa, na qual a sociedade e o social devem ser concebidos como o resultado do entrelaçamento de redes compostas de elementos

heterogêneos (LAW, 1992; CALLON, 2008; LATOUR, 2012). Para Law (1992, p.01): “não existiria sociedade e nem organização se essas fossem simplesmente sociais”, e quase todas as relações que ocorrem entre seres humanos são mediadas por algum tipo de material, configurando uma trama de redes de relações de caráter simultaneamente social e material ou técnico para formar o que chamamos comumente de sociedade ou social.

A perspectiva de análise da ANT oferece novas possibilidades teóricas e metodológicas para a Geografia e áreas afins, como o Turismo, ao promover a associação do conceito de rede ao de espaço e de território, sejam eles meras representações de caracteres físicos, ou objetos de reflexão epistemológica (ARAUJO; LOBO, 2017). Uma importante ferramenta de análise dos fenômenos sociais, entendidos como um emaranhado de relações entre pessoas e os artefatos que elas produzem (LAW, 1992). Segundo Murdoch (1998) a perspectiva ANT de Espaço permite reconsiderar dicotomias, como natureza e sociedade, micro e macrosocial, global e local, agência e estrutura. No entanto, a aproximação entre ANT e Geografia requer concepções de espaço que ultrapassem os limites da geometria euclidiana, e isso traz implicações teóricas e metodológicas que precisam ser discutidas (MURDOCH, 1998).

A perspectiva epistemológica da ANT representa uma ferramenta potencialmente útil às análises espaciais, ao promover uma visão relacional e ampliar as possibilidades de investigação, até então limitadas às tradicionais análises de redes (ARAUJO; LOBO, 2017). Ao permitir uma compreensão aprofundada dos aspectos qualitativos das relações entre os atores, a ANT oferece-nos possibilidades, ainda pouco exploradas na análise geográfica. Esta perspectiva analítica incita, pelo menos em princípio, alguns desencontros com a Geografia dita euclidiana, a qual considera apenas o espaço como fixo e absoluto. Não obstante, ao refutar dicotomias tradicionais e enfatizar as topologias das redes, a ANT apresenta-se como uma forma alternativa de lidar com dualismos recorrentes (MURDOCH, 1998).

Para Murdoch (1998) a partir da compreensão das dimensões espaciais da ANT, o espaço pode ser pensado como algo “embrulhado” por uma série de associações formais e informais. Tais associações podem ser rastreadas pelas indicações que fornecem os próprios elementos heterogêneos que compõem as redes sociotécnicas. A premissa metodológica da ANT concebe pesquisa e análise como um evento fundamentalmente empírico e requer que o espaço seja visto como um conjunto de processos, interações e eventos orientados por diferentes lógicas estabelecidas pelos próprios elementos que o produzem, e por ele são

produzidos (MURDOCH, 1998). Assim, nessa perspectiva de análise, não se prioriza o local ou global, a agência ou a estrutura, a sociedade ou a natureza e tampouco os humanos ou os não-humanos, todos são levados em consideração nas análises, com a mesma relevância.

A ANT pode, inclusive, contribuir no debate em torno de conceitos como rede, região, território-rede e fronteira, tradicionais da Geografia, com intuito de compreender como o local e o global, por exemplo, são conduzidos pelas redes heterogêneas de relações. A ANT favorece as análises geográficas multiescalares, sem que haja a necessidade de delimitação de fronteiras claras, o que abre possibilidades aos estudos sobre outros fenômenos relacionais complexos, como o Turismo e suas espacialidades (JÓHANNESSEN, 2005; VAN DER DUIM, 2005, 2007a, 2007b; REN, 2009). Os estudos de redes heterogêneas na Geografia são exemplos de aplicações dessa abordagem às análises espaciais e reafirmam as possibilidades da ANT como ferramenta metodológica. No entanto, o estágio de maturidade da ANT na Geografia indica um longo caminho não percorrido. As abordagens com base na ANT, nos países latino-americanos, estão em um estágio inicial, não obstante as particularidades, oferecem um campo fértil à utilização e aplicação dessa ferramenta.

2.3.2 Elementos teórico-conceituais da ANT: tradução, atores-rede, agnosticismo, simetria generalizada e associação livre

De acordo com Latour (2012) na ANT o uso da palavra “social” deve ser legitimado pela etimologia mais antiga do termo socius: “alguém que segue alguém”, um “seguidor”, um “associado”. Indica que é alguém que somente existe se estiver inter-relacionado ou associado a outro. Neste caso, um híbrido de humano ou agência humana que, por processos de “tradução”, une-se aos mais diversos materiais, orientados por seus símbolos e representações (LATOUR, 2012).

O conceito de tradução utilizado na ANT tem sua origem nos estudos de Serres (1974) em filosofia da ciência. Nesta visão, o mundo se constrói e desconstrói, se estabiliza e se desestabiliza em função dos esforços constantes de atores individuais e coletivos, em traduzir sua linguagem própria, suas representações e seus objetivos em relação aos demais (SERRES, 1974; LATOUR, 2012).

Além da função linguística, a palavra “tradução” também significa transposição ou traslado de um lugar a outro. Vale ressaltar que no idioma inglês o termo *translation*, utilizado por alguns autores, tem duplo significado e pode ser empregado tanto para designar tradução como translação, em português. Segundo Latour (2011) trasladar interesses significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar as pessoas para direções diferentes. Desta forma, a ideia de “tradução”, tratada como processo de estabelecer a comunicação ou produzir conexões (SERRES, 1974), é central em ANT.

Segundo Callon (1991) tradução é uma operação triangular que envolve o tradutor, algo que é traduzido e um meio no qual tal tradução está inserida. Callon (1986) descreveu os quatro momentos da tradução: (I) **problematização** - consiste num duplo movimento de autodefinição dos atores e a definição dos pontos de passagem obrigatórios (PPO), que determinarão a configuração do entrelaçamento dos atores inter-relacionados através de alianças que são forjadas; (II) **Despertar do interesse** – são os conjuntos de ações realizadas pelas entidades com objetivos de influenciar a performance dos demais atores. O despertar do interesse é a reafirmação das alianças construídas na problematização e consiste na interpretação das associações estabelecidas entre as entidades; (III) **Engajamento** – é o alistamento e coordenação das funções que assumem os atores através de um jogo de papéis, resultado das negociações multilaterais e dinâmicas a que se submetem os atores. O engajamento é, portanto, o êxito das alianças estabelecidas entre os atores. (IV) **Mobilização** – representa a mobilidade das entidades, que deslocam-se, agrupam-se e reagrupam-se em espaços e tempos específicos por intermédio de porta-vozes que os representam em seus interesses de engajamento. Este último momento do processo de tradução, a mobilização, é a essência do processo de translação/tradução que pode ser expressa também pelo termo “mediação de interesses”, evidenciando a influência das relações de poder representadas pelas ações dos atores.

Os efeitos das traduções geram diferentes contextos de organização socioespacial. Similarmente, com algumas diferenças, Foucault (1997) já havia identificado estratégias profundas para ordenamento das multiplicidades das relações humanas, conforme táticas de poder e força política. A abordagem da ANT é similar, no entanto, tem um certo compromisso com a materialidade, que vai além dos seres humanos (LATOURE, 2012). Nesse contexto, “discurso, corpos e seus gestos, subjetividades e materiais como arquiteturas, navios, aviões ou armas de fogo são tratados como promulgações de lógicas estratégicas”. (LAW, 2002,

p.92). Todos participam em manter tudo junto. Todos são produtos das relações, as quais ajudam a produzir. A diferença é que a ideia de Foucault considera apenas um modo de ordenamento, diante das muitas possibilidades das redes heterogêneas (LAW, 2002). Segundo Law (1992) a ANT é uma semiótica das materialidades que se apoia no materialismo relacional sugerido por Foucault (1997) e o leva além, por meio do princípio da simetria generalizada. Consiste em adicionar entidades materiais e não humanas e buscar descrever como o ordenamento é alcançado, dada uma situação heterogênea, considerando que um ordenamento durável seria impensável sem materiais e tecnologias (CALLON; LATOUR, 1981). A tradução é, portanto, um processo essencial das e nas redes heterogêneas.

O entendimento das diferenças entre elementos intermediadores e mediadores é igualmente fundamental em ANT e consiste nas relações de interesse, poder e domínio. Simplificadamente, pode-se afirmar que um intermediário é aquele que transfere ou transporta algo de forma neutra, sem causar interferência naquilo que é deslocado, diferentemente dos mediadores, que por sua vez agem de forma a transformar ou modificar significados e contextos (LATOUR, 2012). A mediação é, portanto, o atributo mais observado e de maior interesse neste tipo de análise. De acordo com Latour (2011, 2012), um intermediário pode ser considerado como uma “caixa-preta” que pode ser aberta por seres humanos, na tentativa de estabilizar a dinâmica da rede por meio de interferências nos seus ordenamentos. A partir do momento em que ele deixa de ser um intermediário e passa a ter papel de mediador de uma relação ele amplia seu poder de ação quando “traduz” algo (LATOUR, 2012).

No movimento das relações produzidas, na perspectiva relacional de sociedade (EMIRBAYER, 1997), designa-se que um ator entre muitos não é uma coisa em si e nem uma força por trás de todos os atores transportados por meio de um deles, mas uma associação que promove transformações, denominada de tradução, “[...] uma conexão que transporta, [...] e a complicada palavra rede sendo definida [...] como aquilo que é traçado pelas traduções nas explicações dos pesquisadores”. (LATOUR, 2012, p. 159-160). Assim, o termo ator-rede designa simultaneamente o agente e a estrutura, como partes do mesmo todo, ao passo em que o termo tradução assume um papel específico que implica em transporte, “[...] mas não transporta causalidade, mas induz dois mediadores à coexistência”. (p. 160). Ou seja, os conceitos de ator e de rede estão concatenados e um não pode ser definido sem o outro, e a ação será o resultado do processo de construção da rede, que se dá por meio da tradução.

Nesse caso a rede é constituída por elementos heterogêneos que podem ser tanto de natureza social, e ou econômica, e ou natural, e ou técnica e assim por diante.

De acordo com Callon (1986), os princípios básicos da ANT são três: (I) **agnosticismo**, que denota a imparcialidade entre os atores envolvidos no entrelaçamento da rede. Não se define, em princípio, quem são os atores a serem analisados. O observador assume uma postura “agnóstica” com relação às entidades humanas e não humanas, e deve levar em conta na análise todas as explicações, mesmo que elas pareçam absurdas. Nenhum ponto de vista é privilegiado e nenhuma interpretação é censurada; (II) **simetria generalizada**, que implica em explicar equitativamente diferentes posicionamentos dos atores com relação a um determinado tema. Todos carregam igual relevância na realização da descrição e análise de determinada rede; (III) **associação livre**, que requer a desconsideração de qualquer diferença, *a priori*, entre o natural e o social. Todos os elementos são simultaneamente sociais e materiais.

A ANT trata da mecânica do poder e da organização, e para entender, “é importante não começar assumindo o que queremos explicar” (LAW, 1992, p. 02). Desta forma, a investigação consiste em apenas seguir os atores a fim de revelar seus movimentos com relação a uma determinada controvérsia implícita, expressos através de seus discursos, representações, conteúdos, ações e objetivos que os mesmos promovem individualmente ou coletivamente em torno de projetos comuns.

A ANT demonstra como as redes dobram e redobram espaço-tempo através das mobilizações, acumulações, e recombinações que ligam sujeitos, objetos, domínios e locais (LATOUR, 2011). Também demonstra como as redes são formadas, tendo como base as relações entre os seus elementos ao reunir diversos lugares e tempos dentro de um quadro de referência e cálculo comuns. Este processo de ajuntamento resulta na conexão de pontos muito distantes, enquanto outros que aparentemente estariam juntos estão desconexos (LATOUR, 2012). Em ANT, espaço torna-se uma questão de elementos de rede e a forma em que se juntam (MOL e LAW, 1994). Lugares com uma série de elementos e relações similares entre si estão perto uns dos outros, e aqueles com elementos diferentes ou relações diferentes estão longe. Isso traz uma série de possibilidades e implicações metodológicas aos estudos em Geografia e Turismo.

2.3.3 Uma visão relacional do tempo, espaço e objetos: as possibilidades da ANT para a análise geográfica

“Para nós, físicos presunçosos passado, presente e futuro são apenas ilusões”

(Albert Einstein)

Einstein provavelmente quis dizer que o tempo é uma ilusão. Desde a antiguidade muitos filósofos têm debatido sobre os conceitos de passado, presente e futuro, na tentativa de responder à pergunta, o quê é o tempo? No final do século IV, Santo Agostinho respondia com perplexidade à confusão que cada um sente quando se é indagado sobre o quê é o tempo, conforme observa-se a seguir:

O que é, pois, o tempo? Se ninguém mo pergunta, sei o que é; mas se quero explicá-lo a quem mo pergunta, não sei: no entanto, digo com segurança que sei que, se nada passasse, não existiria o tempo passado, e, se nada adviesse, não existiria o tempo futuro, e, se nada existisse, não existiria o tempo presente. De que modo existem, pois, esses dois tempos, o passado e o futuro, uma vez que, por um lado, o passado já não existe, por outro, o futuro ainda não existe? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse a passado, já não seria tempo, mas eternidade. Logo, se o presente, para ser tempo, só passa a existir porque se torna passado, como é que dizemos que existe também este, cuja causa de existir é aquela porque não existirá, ou seja, não podemos dizer com verdade que o tempo existe senão porque ele tende para o não existir? (SANTO AGOSTINHO, 2008, p. 111-112)

Para Santo Agostinho a humanidade não sabe definir o conceito de tempo, embora o use com naturalidade. O homem sempre foi muito obcecado pela passagem do tempo. No entanto, se não houvesse seres viventes no espaço físico, qual a razão que se teria para contar a passagem do tempo? Isso leva a crer que o tempo não tem realidade em si e nada mais é que uma invenção humana. Contudo, essa discussão sobre o conceito de tempo não é simples e, portanto, não se esgota facilmente. Por exemplo: é possível afirmar que o presente existe para os seres humanos, já que nós sempre existimos no presente. Em contrapartida, não faz sentido dizer que existimos no passado, já que, no passado, existíamos no presente. E, no futuro, existiremos no presente. Nesse sentido, alguns filósofos⁴ concluíram: só o presente existe, pois se o passado não existe mais, pois passou, tampouco o futuro existe, pois ainda não aconteceu. O presente, por sua vez, só é tempo enquanto não cessa de instante em instante, em

4 Jean-Paul Sartre e Martin Heidegger são dois exemplos.

se anular. No entanto, ao tentarmos dizer “só existe o agora”, temos muita dificuldade em capturar esse instante, pois na realidade um instante não existe, pois é apenas um limite, e portanto passará. Conclui-se que tudo que existe no tempo, por definição, vai desaparecer. Menos a única coisa que não desaparece, o presente. Portanto o presente significa o próprio tempo. Esta discussão sobre o conceito de tempo numa perspectiva de presente como um instante momentâneo é necessária para a compreensão da ANT com foco no espaço e nos objetos.

Neste estudo o espaço é considerado como relativo e indissociável do tempo. Na Geografia, há muito tempo, vários autores vêm contestando a visão “absoluta” de espaço e apostando no conceito de espaço relativo. Harvey (2012) traz uma importante discussão acerca dos conceitos de espaço absoluto e espaço relativo e reafirma que o espaço está intimamente inserido nas discussões sobre os processos de constituição do tempo. Por meio do relacionismo, caminha-se para uma convergência tempo-espaço (HARVEY, 1992).

O entendimento relacional do espaço é uma das consequências da ANT e também o fundamento principal do conceito de território-rede (HAESBAERT, 2006), com o qual possui muitas similaridades. No entanto, a ANT admite noções ampliadas de ator, rede, ação e estrutura, o que lhe permite abstrair processos de estruturação em “redes de relações” que extrapolam limites físico territoriais e estabelecem novas conexões em “redes de territórios múltiplos”.

Nos últimos anos, reforçou-se na Geografia uma nova sensibilidade e consciência espacial, que é congruente à sua forma de entender o espaço – aquela que Harvey (1992) denomina de “paradigma relacional” – ao mesmo tempo em que incorpora novos desafios à análise. Há, portanto, necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre as implicações da aplicação da ANT na Geografia ou mesmo nos estudos sobre redes como um todo. A noção de rede – ou a criação de objetos em termos de rede – não é espacialmente neutra e implica na produção de um tipo particular de espaço (MURDOCH, 1998). Há uma tendência em pensar o espaço de forma euclidiana. No entanto, o dito “euclidianismo” é uma convenção que se apoia em apenas uma entre as várias possibilidades espaciais existentes (LAW, 2002).

O relacionismo nega a concepção absoluta de espaço. A ênfase da ANT é a materialidade

relacional. A contribuição da ANT à compreensão de espaços relacionais diz respeito à preocupação com a rede embora use o termo rede de forma distinta daquela utilizada tradicionalmente pelas ciências sociais para descrever relações tecnológicas, formas econômicas, estruturas políticas e processos sociais. A ANT agrupa essas aplicações de redes em conjunto, considerando a heterogeneidade intrínseca, analisando como o social e os processos materiais - sujeitos, objetos e relações - tornam-se entrelaçados dentro de conjuntos complexos de associações. Isso leva a um interesse em “topologias de redes”, com as formas como os espaços emergem como relações sociomateriais e seus arranjos em ordens e hierarquias (MURDOCH, 1998). Nesse sentido, os objetos e demais entidades não humanas ganham peso nas análises sociais na medida em que participam de contextos espaciais múltiplos e simultâneos.

Se considerarmos o espaço como absoluto, ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem (HARVEY, 1992, 2012). Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo, o qual Harvey (2012) propõe chamar de espaço relacional. É o espaço considerado, à maneira de Gottfried Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos (HARVEY, 1992, 2012).

Espaço absoluto ou fixo é o espaço de Isaac Newton e Rene Descartes, concebido como uma grade fixa e imóvel que permite realizar análises padrão. É o espaço da geometria euclidiana, onde são inseridos ou planejados os eventos. É o espaço da propriedade privada, dos municípios, das fronteiras contíguas e das unidades político-administrativas delimitadas pelo Estado. Harvey (2012) após passar mais de trinta anos estudando os sentidos e a relação entre espaço e tempo, afirma que o espaço é um termo absoluto e complexo, relativo e relacional, e em função das circunstâncias das práticas humanas pode tornar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente.

No entanto, a perspectiva de rede proposta por Law (2002, p. 97, tradução nossa) considera que “a produção do espaço em rede também intercepta a formação do espaço euclidiano”. Portanto, as regiões também são produtos de redes, à medida que fronteiras e distâncias são geradas e mensuradas. Contudo, Law (2002) observa que o espaço euclidiano é apenas uma

performance onde as redes ajudam a constituir os espaços regionais.

Segundo Harvey (2012) a noção de espaço relativo é associada principalmente ao nome de Albert Einstein e às geometrias não-euclidianas. Segundo o mesmo autor é o espaço dos fluxos e da circulação, do movimento, da mobilidade e da aceleração. Nessa ótica, espaço e tempo são indissociáveis. O espaço relacional, inspirado em Leibniz, é o das representações, do simbolismo e também o ciberespaço. “A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo”. (HARVEY, 2012, p.12). Segundo o mesmo autor, nessa perspectiva, qualquer fenômeno ou objeto no espaço não pode ser compreendido apenas do que há naquele ponto, mas deve-se considerar que existe uma certa dependência de influências que transitam ao redor e consistem numa enorme variedade de diferentes influências que pululam sobre o espaço no passado, no presente e no futuro. A apreensão disso, com a finalidade de se conhecer a natureza de um determinado ponto, requer a concentração nesse ponto, de modo a congelar uma imagem. A identidade, nesta argumentação, significa algo bastante diferente do sentido que temos dela a partir do espaço absoluto, “uma versão ampliada do conceito de mônada de Leibniz”. (HARVEY, 2012, p. 13).

Ainda na ótica da Geografia e igualmente congruente com a visão de espaço aqui discutida, Lefebvre (2000) propõe uma divisão tripartite de espaço: espaço material, que é o espaço tangível da experiência e percepção humanas; a representação do espaço, que se refere ao espaço como é concebido e representado; e o espaço de representação, que é o espaço vivido, das emoções, sensações e significado, ou seja, o espaço simbólico. Para Haesbaert, (2005, p.6775): “[...] como decorrência deste raciocínio, é interessante observar que, enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica”. Ainda de acordo com esse mesmo autor, o contexto da pós-modernidade inclui uma multiterritorialidade

[...] resultante do domínio de um novo tipo de território, o território-rede em sentido estrito [...]. Aqui, a perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão “eclodir”, pois formações rizomáticas também são possíveis [...]. (HAESBAERT, 2004 apud HAESBAERT, 2005, p. 6786).

Quando Haesbaert menciona a possibilidade de formações rizomáticas, apesar de não entrar diretamente no assunto, sinaliza para o entendimento das possibilidades das redes heterogêneas em análise espacial. Logo, faz-se primordial entender a noção de objeto atrelada aos sentidos de espaço fluido e multiterritorialidade. Law (2002) diz que “objetos-rede” dependem da constituição em sistemas multi-topológicos e são dependentes de sua continuidade na interseção de diferentes espaços, e afirma que além do espaço-rede e espaço euclidiano existe o espaço fluido. São “objetos que se fixam no espaço-rede se quebram no espaço-fluido”. (p. 100, tradução nossa). Nesse sentido, o autor propõe que os objetos são topologicamente múltiplos, existindo como interseções existentes entre diferentes espaços, incluindo regiões, redes e fluidos. Ressalta-se que esses tipos de “[...] espaços devem ser lidos como estratificações topológicas nas quais espaço e tempo estão agregados em redes. Além disso, esta rede tem o objetivo de configurar as ações de seus elementos; é, portanto, um ator-rede [...]”. (HETHERINGTON, 1997, apud MURDOCH, 1998, p. 360, tradução nossa).

Law (2002) sugere que a concepção de objetos é também de condições espaciais de possibilidades e impossibilidades múltiplas, que têm poder de ação em rede, na medida em que se incorporam os materiais duráveis (artefatos) que contribuem com a durabilidade das redes. Essa ideia gera uma discussão sobre o conceito de estruturas reticulares e, sobretudo, sobre sua composição e formas empíricas de análises, dos quais emergem, por exemplo, as categorias espaço, território e tempo.

A estreita associação entre a topologia das redes e o ordenamento territorial pode ser explicada por meio da noção de espaço e de meio, como

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúne materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2013, p.46) [...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. (SANTOS, 2014, p. 21).

Santos (2014) considera que o espaço consiste numa articulação entre objetos e ações, expressas por movimentos contínuos. Esta ideia de espaço se aproxima do conceito de rede heterogênea, com a diferença na noção de objeto. A ANT consiste em uma ferramenta metodológica capaz de captar e “traduzir” movimentos de associação de elementos materialmente heterogêneos que se estabilizam temporariamente e constituem a essência de

toda sociedade ou organização (LAW, 1992). Assim, uma determinada entidade permanece estável na rede enquanto as relações que a produzem não alteram sua forma (LAW, 2002) e isso implica também nas noções de objeto e espaço.

A construção de objetos tem implicações espaciais que não são singulares e evidentes por si mesmos. Há muitas formas de espacialidades. A ANT define objetos como um efeito de matrizes estáveis ou redes de relações e considera que as matérias dos objetos se mantêm unidas, desde que as relações que as compõem também permaneçam juntas sem mudar a sua forma (LAW, 2002). Esta abordagem é inspirada por uma semiótica pós-estruturalista de caráter material. De acordo com a semiótica, o significado de um termo inserido em um sistema ou estrutura depende das suas relações com outros termos ou estrutura. É de fato um efeito relacional. E isso se aplica também aos objetos, definidos como “interseções entre concepções homomórficas produzidas dentro de diferentes topologias. Eles existem no interior de diferentes sistemas espaciais”. (LAW, 2002, p.96, tradução nossa). Nesta concepção de objeto os espaços são produzidos simultaneamente, pois “[...] quando um objeto (rede) é constituído, um mundo (rede) é criado com sua própria espacialidade e suas próprias versões de homomorfismo e ruptura”. (LAW, 2002, p. 97, tradução nossa). Vale destacar que todo objeto é considerado uma rede por si só, atrelada a um “mundo” composto por redes.

A mesma forma, uma vez mantida, ainda que temporalmente estável, é sempre resultado de um movimento de resistência diante das pressões positivas e negativas determinadas por diferentes graus de resiliência dos materiais que compõem os objetos (LAW, 2002). Quando a cadeia de relações se torna desfavorável e frágil, ela se quebra gerando nova configuração. Quando uma rede se estabiliza, ficam evidentes quais atores fazem parte da construção da mesma por meio de relações de poder. Poder de agir em função de outros atores da rede, ser seu porta-voz e definir seus papéis (LAW, 2002). Dessa forma, uma rede é consistente desde que as relações que ocorrem entre todas as suas partes sejam consistentes.

Ator e rede têm, portanto, a mesma essência. Qualquer elemento inserido no espaço e a partir de suas relações com outros elementos cria dependência de si mesmo e traduz as ações desses outros elementos para uma linguagem comum. “Um ‘ator’ define espaços e suas organizações, tamanhos e suas medidas, valores e padrões, que define as regras do jogo” (CALLON; LATOUR, 1981, p. 286, tradução nossa). Todo “ator” é, portanto, considerado

como uma rede de pedaços e peças (LAW, 1994). Ator e rede são partes da mesma estrutura, considerados simultaneamente – o que explica o próprio uso do hífen (LATOURE, 2012), e expressa a eliminação da dicotomia ação e estrutura na ótica da ANT. As arestas responsáveis pelas ligações entre os nós, ou atores-rede, consistem no próprio processo de interação entre os mesmos. Quando essa interação se dá entre um objeto e uma entidade humana especificamente, tem-se o movimento de translação social (LATOURE, 2011). Explicar essas translações a fim de conhecer uma determinada realidade socioespacial é uma ferramenta que pode ser utilizada nas análises do Turismo.

2.3.4 ANT e Turismo: as redes sociotécnicas do destino turístico

Em geral o conceito de destino turístico é utilizado para se referir a lugares ou áreas para onde os turistas se deslocam, estabelecendo assim uma relação intrínseca com a Geografia. Historicamente o conceito de destino turístico tem sido largamente debatido nos estudos turísticos à medida que as definições e as formas de se estudar o desenvolvimento dos destinos turísticos divergem conceitualmente e metodologicamente umas das outras. Conforme os objetivos estabelecidos as diversas teorias e disciplinas têm abordado o conceito de destino turístico tendo como base distintas concepções e aproximações.

Considera-se que o processo de organização espacial em um destino turístico envolve uma série de entidades sociomateriais que se alinham num movimento simultâneo de mediação e construção tornando-se estável enquanto rede. Assim, práticas, modos de ordenamento e performances são utilizados localmente como ferramentas motivadoras, legitimadoras ou desestabilizadoras pelos diferentes atores numa rede local e global simultaneamente (LAW, 1992). Nessa perspectiva, analisa-se o processo de produção de relacionamentos e associações entre os atores envolvidos com a atividade turística a fim de revelar as características principais e os possíveis padrões de ordenamento territorial, os quais geram, definem e inter-relacionam elementos em formas relativamente constantes. Como sugerido por Law (1992), configuram uma rede simultaneamente social e técnica, por isso denominada sociotécnica, formada por muitas outras redes, conforme proposto por Callon (2008).

Na perspectiva das redes sociotécnicas, um destino turístico é concebido como um constructo processual complexo no qual os atores tais como empreendedores, profissionais de *marketing*,

população residente e turistas, e seus respectivos objetivos, estão relacionados por meio da trama em que constroem-se, formada pela multitude de objetos, tecnologias, artefatos, pessoas e discursos (VAN DER DUIM, 2005; 2007a). Essa concepção de Turismo como um fenômeno relacional é inspirada na perspectiva pós-estruturalista de interpretação do Turismo, cuja orientação filosófica e metodológica é a Teoria Ator-rede (JÓHANNESSON, REN e VAN DER DUIM, 2015) presente nos estudos de O'Neill e Whatmore (2000); Frankling (2004); Cloke e Perkins (2005); Jóhannesson (2005); Van Der Duim (2005; 2007a); Farías (2008); Ren (2009); Rodger, Moore e Newsome (2009); Paget, Dimanche e Monet (2010); Arnaboldi e Spiller (2011). E mais recentemente nos estudos de Van Der Duim, Ren e Jóhannesson (2012); Mohamed (2013); Jóhannesson, Ren e Van Der Duim (2015); Dredge (2014); Beard (2016); Beard, Scarles e Tribe (2016); Hummel e Van Der Duim (2016); Dedeke (2017).

Como consequência desses estudos, um novo paradigma, ou, pelo menos, uma nova forma de abordagem surgiu com base em uma ontologia alternativa que gradualmente se introduziu nos estudos em Turismo nos últimos 15 anos (ARAUJO; LOBO, 2017) com a missão de conceber o Turismo como resultado de práticas relacionais que conectam culturas, naturezas e tecnologias em formas multivariadas, em caráter estabilizado temporário, geradas a partir de processos complexos de ordenamentos que têm como essência a interseção entre pessoas e coisas em redes que configuram arranjos intermediários (VAN DER DUIM, 2005, 2007a; VAN DER DUIM; REN; JÓHANNESSON, 2013). Uma nova forma de análise e interpretação do Turismo, que vem sendo utilizada desde o ano 2000, muito embora no Brasil sua utilização ainda seja incipiente.

Os primeiros relatos sobre usos da ANT em Turismo são os de O'Neill e Whatmore (2000), que analisaram o *Peppers Hotel Trust*, considerado pelos autores, o mais importante empreendimento de hospedagem de luxo da Austrália, que teve como foco o *The Convenent at Peppertree*, um empreendimento enoturístico que consiste em um complexo de hotéis, restaurantes e adegas, localizado em Pokolbin, Hunter Valley, Nova Gales do Sul, Austrália. O'Neill e Whatmore (2000) refutaram estudos econômicos que enquadravam o *Peppertree* como um valioso conjunto imobiliário e o produto de uma visão empreendedora infalível. Contudo, revelaram uma rede mais precária na qual as conexões complexas que a compunham eram simultaneamente sociais e materiais, conjugadas por relações sociais íntimas que envolviam casamento, amizade, parcerias empresariais, bem como os insumos

materiais dos edifícios, jardins, vinhos e alimentos através dos quais essas relações assumem e mantêm a sua forma, em rede. Os autores traçaram três caminhos pelos quais a rede de relações do *Peppertree* se configurava: as relações sociais das parcerias empresariais; o edifício “*Convent*”, o qual estava ancorando e sustentando o negócio em seu lugar; e a paisagem gastronômica, na qual o restaurante do *Peppertree* produzia produtos locais. Esses caminhos abriram algumas das múltiplas maneiras pelas quais o conhecimento e a agência foram distribuídos através da rede, permitindo admitir novas possibilidades para o relato de histórias financeiras, pautadas nas complicações espaciais da produção e do consumo, e a situação da própria prática dos autores da pesquisa (O’NEIL; WHATMORE, 2000).

Frankling (2004) desenvolveu uma abordagem diferente para compreender as origens, o significado e o materialismo relacional do Turismo. Nesse estudo o autor mostrou como o “mundo turístico” poderia ser interpretado como uma composição heterogênea. “Um mundo a ser visto, sentido, interpelado e viajado”. Para isso, o autor ressaltou o significado paradoxal do nacionalismo como um ordenamento, com implicações claras para o surgimento do ordenamento turístico. Apontou para um caminho das pesquisas sobre a relacionalidade de tecnologias e objetos do Turismo, bem como indivíduos-chave cujos sonhos de Turismo foram essenciais para a história do ordenamento turístico (FRANKLING, 2004). Visto como uma ordenação, esta concepção de Turismo oferece uma alternativa às visões estruturalistas que há muito têm influenciado e inibido os estudos turísticos, numa tentativa de explicar as dificuldades, até então encontradas para definir o que seria Turismo.

No ano seguinte, Cloke e Perkins (2005) discutiram o papel das baleias e dos golfinhos no desempenho e significado da cidade de Kaikoura, Nova Zelândia, que antes da década de 1980 era uma antiga e pequena comunidade de pescadores e, a partir de então, veio a tornar-se um importante destino turístico internacional. Os autores realizaram um estudo sobre o desenvolvimento do ecoturismo naquela área, trazendo uma reflexão sobre o poder dos não-humanos, na evocação de emoções, noções de estética e relações práticas nos humanos.

Os três artigos citados constituem os primeiros trabalhos no campo dos estudos em Turismo que tiveram como base a perspectiva analítica da ANT. Demonstraram que a ANT, desde 2000, vem se estabelecendo como uma perspectiva analítica alternativa para a compreensão do fenômeno turístico, pautada na compreensão das materialidades do Turismo, relacionadas aos discursos sociais e às tecnologias. Representaram, ainda, a possibilidade de se deslocar,

estabelecer conexões e seguir as relações existentes entre posicionamentos e ou dualismos aparentemente divergentes, sem que haja necessidade de estabelecer fronteiras ou escalas para a análise.

Segundo Jóhannesson (2005) a ANT pode ser uma abordagem metodológica efetiva para se estudar o desenvolvimento do Turismo devido à sua habilidade em lidar com a materialidade relacional do mundo social expressa por meio do conceito de tradução, o qual enfatiza a atuação de diferentes atores, bem como sua disposição para abordar múltiplas ordenações relacionais e desenhar diversas territorialidades turísticas para análise. Essa abordagem representa, portanto, uma importante ferramenta analítica em consonância com as características multi, inter e transdisciplinar, inerentes ao Turismo. Com ela, e por meio da aplicação da ideia de tradução (CALLON, 1986), é possível caracterizar papéis e delinear cenários dos atores e suas múltiplas relações em redes híbridas.

Contudo, a formatação e desenvolvimento de produtos turísticos é um desafio que implica em análises interdisciplinares se quisermos ter uma visão totalizante do fenômeno turístico. De acordo com Jóhannesson (2005), o Turismo deve ser visto como prática no espaço que envolve múltiplas mobilidades e ocorre em diferentes tipos de redes, sendo portanto, dependente de diferentes tipos de espacialidades. No entanto, os estudos sobre o desenvolvimento do Turismo, frequentemente tem se baseado no destino turístico como um lugar com uma territorialidade definida, enfocando apenas a importância das redes sociais e cooperação interinstitucional, com base em uma visão dicotômica, em que tem-se de um lado os turistas, e de outro os trabalhadores do Turismo e os destinos turísticos, sem levar em conta a dinamicidade dos aspectos mais performativos e híbridos das dimensões do Turismo, bem como a natureza relacional dos lugares (JÓHANNESSON, 2005).

Para compreender o Turismo, faz-se necessário, portanto, mover-se além das fronteiras até então preestabelecidas. E a perspectiva analítica pós-estruturalista oferece essa possibilidade, mas com algumas peculiaridades, que precisam ser discutidas. Assim, segundo Van der Duim, Ren e Jóhannesson (2013) a ANT é uma ferramenta que permite uma forma mais radical de descrição e análise do fenômeno turístico, pela incursão crítica nas suas condições ontológicas, permitindo assim abordagens mais abrangentes das dimensões do Turismo.

A ideia de rede sociotécnica de Turismo corrobora com a perspectiva relacional do espaço.

Esta última, por sua vez, constitui uma representação das múltiplas configurações possíveis realizadas por meio da conjugação de elementos de natureza heterogênea, sociais e materiais ou técnicos, que se juntam em um arranjo, para formar aquilo que chamamos de destino turístico (REN, 2009; 2010). A rede passa a ser simultaneamente formada pelos seus observadores e os objetos que os circundam, para além do conceito dominante de rede geográfica ou simplesmente técnica, até tornar-se híbrida, porque conjuga elementos sociais e materiais e considera o seu movimento de ações e representações (LAW, 1992; CALLON, 2008).

A estrutura das redes sociotécnicas influencia processos dinâmicos. Por conseguinte, é possível otimizar os processos em rede. Avaliar a performance da rede como um todo permite detectar os “espaços de negociação”, que referem-se às redes mais estáveis e, “espaços de prescrição,” referentes às redes menos estáveis, com objetivo de construir um modelo analítico da evolução da rede, que reproduza a estrutura atual da mesma (MURDOCH, 1998). De acordo com Law (1992) controlar a rede é possível, ou pelo menos, contribuir para sua evolução.

Nesse sentido, os problemas de rede a serem investigados consistem em produtos e efeitos e não apenas em causas e efeitos específicos, em uma rede em constante transformação e hibridação de seus atores. O foco é entender como a capacidade de ação, criação e associação entre os atores imersos nessa dinâmica produz efeitos sobre o território e espaço em questão. Pretende-se realizar, em vez de descrições pontuais, representações dos movimentos das redes de fluídos dos eventos que ocorrem. Portanto com as descrições busca-se desvendar e compreender as múltiplas associações e dissociações relacionadas aos ordenamentos territoriais e espaciais relacionados à exploração turística do patrimônio natural e histórico-cultural de Diamantina. Nesta pesquisa, em específico, o foco foi dirigido ao alinhamento dos atores com relação aos objetivos turísticos expressos no Plano de *marketing* do destino, especificamente relacionados às ações turísticas inovadoras, em torno dos elementos musicalidade, tradição e natureza.

Segundo Ren (2009), por tratar-se de “redes sem limites” em constante movimento, naturalmente, para efeitos de estudos, a abordagem relacional implica em dificuldades de demarcação da rede e suas fronteiras. De acordo com Strathern (1996) é necessário congelar uma interpretação momentânea das redes no tempo e no espaço, com base na observação de

como os atores humanos e não-humanos alinham-se na produção de suas performances, o que caracteriza um recorte da rede mais ampla e infinita. Conforme orienta Law (2002), os laços são criados no decorrer do processo de construção dos objetos de estudo, neste caso o destino turístico. Assim, recorta-se a rede e desenha-se várias entidades em conjunto.

De acordo com Law (1992, p. 389) “o caráter da rede de organizações deve ser tratado como um efeito ou consequência da interação entre materiais e estratégias das organizações” e, de acordo com o mesmo autor, uma organização deve ser vista como “um arranjo de estratégias as quais operam para gerar configurações complexas da durabilidade da rede, mobilidade espacial, sistemas de representação, calculabilidade, efeitos centro/periferia, assimetrias e hierarquias” (LAW, 1992, p. 389).

Van Der Duim (2005) desenvolveu uma tese de doutorado que traz uma importante contribuição sobre abordagem da complexidade do Turismo vista pela ótica da ANT, descrevendo como altera a concepção de Turismo e a forma de estudá-lo. Tendo como base a ideia de *Tourismscapes*, propôs um roteiro analítico para o Turismo, fundamentado e orientado pela ANT. Segundo Van Der Duim, Ren e Jóhannesson (2013) a ANT reconhece a multiplicidade ao elucidar processos de ordenação e consequentemente, estudar Turismo usando a ANT revela que múltiplas versões de Turismo, destino turístico, ou objetos turísticos são enactadas⁵ numa variedade de diferentes modos de ordenação. Com o objetivo de propor uma forma de lidar com a multiplicidade de ordenações do Turismo, Van der Duim (2005; 2007a) introduziu o conceito de *Tourismscapes*, com base num olhar distinto para o Turismo na perspectiva ator-rede que indica um processo complexo de ordenação de pessoas e coisas em redes, como um modelo científico de ordenação de pedaços e peças (LAW, 1994), que compõem o que é chamado de Turismo.

Tourismscapes são as redes de atores dentro e através de diferentes sociedades e regiões que conectam pessoas e organizações, transporte, acomodações, infraestruturas, recursos turísticos e tecnologias. *Tourismscapes* constituem das relações entre pessoas e coisas em padrões específicos de espaço-tempo. (VAN DER DUIM, 2005, p. 20, tradução nossa).

Olhar o Turismo dessa forma traz algumas implicações de ordem socioespacial. Nesta perspectiva, “local e global estão interconectados e associados”, o que permite desenvolver

⁵ No idioma Inglês existem muitas acepções para o termo *enact*, o que torna difícil sua tradução para o Português. Optou-se pelo uso do termo *enactar*, já utilizado por Camillis e Antonello (2016, p.78) para designar um “[...] processo que possui consequências produtivas, que faz realidades e sugere que atividades acontecem deixando os atores vagos.”

uma “visão topológica da globalização, em que redes de relações heterogêneas conectam o global e o local” (VAN DER DUIM, 2005, p. 76, 2007a, tradução nossa). A ideia central é que a noção de rede por si só já é um sistema topológico em que os elementos integrantes mantêm suas posições a partir das suas relações, independente de quaisquer escalas. Isso traz um desconforto, em princípio, ao pensamento euclidiano, que concebe o espaço e tempo como fixos. Ao contrário, com base nesta visão e, também em consonância ao que Harvey (2012) afirma, espaço e tempo são relativos e indissociáveis, e implicam em relações internas.

Tourismscapes são como frases. Cada elemento, como uma palavra numa frase, conecta-se a outros elementos, como outras palavras em uma frase, em uma sintaxe que une pessoas, artefatos e ambientes. Tire uma palavra e a frase tornar-se-á inútil. Similarmente, praias, montanhas, museus, aviões e automóveis, hotéis ou *campings* [...]. (VAN DER DUIM, 2005, p. 97, tradução nossa).

As performances de inúmeras pessoas trabalhando em diversos tipos de organizações conectadas através de processos complexos de ordenações, ambientes híbridos e uma matriz de objetos em rede constituem o conceito de *Tourismscapes* (VAN DER DUIM, 2005). É a própria organogênese do destino turístico construído e reconstruído, fundamentado e orientado pela ANT. Neste processo os intermediários são os diversos fornecedores de serviços turísticos tais como guias de Turismo, empresas de hospedagem, transportadores, bares e restaurantes, que conectam atores a uma rede e definem as respectivas posições dos atores dentro das redes. Van der Duim (2005, p. 101) diz que: “essencialmente, *Tourismscapes* são abertas, capazes de se expandir sem limites, integrar novos nós desde que consigam se comunicar dentro da rede, e compartilhar os mesmos códigos e intermediários.”

Em um estudo sobre os padrões das práticas turísticas realizadas em Berlim, na Alemanha, Farias (2008) mostrou como essa cidade se transforma num “objeto virtual” denominado de “um destino urbano” e como essa transformação ocorre não apenas em função da movimentação de turistas no espaço, mas por meio da comunicação que estes estabelecem em Berlim. O autor descreveu como aquele destino turístico encontra-se envolvido em “uma esfera urbana pública múltipla e poli contextual” que incita diferentes tipos de relações com elementos adjacentes à cidade.

Também no âmbito da comunicação, a tese desenvolvida por Ren (2009) mostrou como se dá a construção sociomaterial de um destino turístico. A autora utilizou como exemplo a cidade de Zokapane, na Polônia, para observar como a cultura se faz presente, na medida em que está conectada e inserida no destino turístico, numa tentativa de se definir, se fixar e se

recomunicar (REN 2009). Ren demonstra claramente o alinhamento daquele destino turístico com uma gama de entidades sociomateriais, por meio das quais o destino é mediado e construído de forma relativamente estável.

Na análise das organizações, Paget, Dimanche e Mounet (2010) usaram a ANT para compreender o sucesso das empresas de Turismo de esportes de inverno e examinaram as inovações implementadas em um *Resort* de Ski Francês. Os autores mostraram como o crescimento daquela empresa está relacionado à implementação de novas associações entre pessoas e entidades não-humanas, e como um destino turístico e seus recursos existentes podem ser reconfigurados para criar produtos únicos e inovativos que garantem o sucesso de uma empresa.

No planejamento e organização do Turismo destaca-se a investigação empírica realizada por Arnaboldi e Spiller (2011) que analisaram as estratégias de colaboração empreendidas entre *stakeholders* em torno de um projeto de inovação em Turismo Cultural na Itália. Trata-se de outro exemplo de aplicação prática do conceito de *Tourismscapes*. Nesse estudo as autoras examinaram, utilizando-se do método pesquisa-ação, os atores-rede e suas associações, interações, estratégias e táticas dispendidos em prol da criação de um distrito cultural. A rigidez no planejamento não foi viável nesse caso e mostrou que o mesmo pode ser facilitado por meio da aplicação de três regras da ANT: envolvimento dos atores, construção de fatos e circulação das traduções. Para Arnaboldi e Spiller (2011) as três regras são usadas para definir um “caminho condicional”, por meio do qual, algumas ações específicas são ativadas, diante das controvérsias emergentes.

Em um estudo mais recente, Beard (2016) defendeu uma tese de doutorado em que promove uma reconceituação do papel de anfitrião com relação aos diversos atores-rede do Turismo. A autora traz uma crítica por meio da revelação de diferentes compreensões da natureza dos anfitriões, arraigadas na produção do destino turístico.

A quantidade e variedade de estudos já realizados demonstraram que o uso da ANT nas pesquisas em Turismo têm sido cada vez mais frequente e indicam que a ANT oferece suporte para analisar e descrever uma gama variada de contextos turísticos. Uma série de outros exemplos de uso da ANT em Turismo também pode ser encontrada na compilação de estudos

publicada por Van Der Duim, Ren e Jóhannesson (2012), que fornecem uma compreensão das contribuições da ANT para interpretação e análise do fenômeno turístico.

A ontologia da ANT no Turismo é permeada por uma multiplicidade de pessoas, objetos, materialidades e tecnologias que detém o mesmo *status* durante a análise, conforme visto, de acordo com o princípio da simetria generalizada. A pesquisa empírica sobre os modos de ordenação torna observável o conceito de *Tourismscapes*. O foco são as ligações com recursos materiais e atores menos visíveis. O pesquisador deixa as fronteiras abertas e as fecha somente quando as pessoas que segue fecham. Em outras palavras, o pesquisador tem que estar indeciso, bem como os atores que segue (VAN DER DUIM, 2005, 2007a). Significa que se deve seguir turistas, operadoras, receptivos, hoteleiros, motoristas de táxi, guias e os intermediários que eles fazem circular. Deve-se examinar a produção de relações. Assim, se revelarão certos padrões num trabalho de ordenação de elementos heterogêneos. Estes padrões refletem não apenas como eles definem Turismo, mas também como eles o performam e o modo pelo qual eles alinham pessoas e coisas, a fim de fazer a diferença. De acordo com Law (1994), esses padrões são “modos de ordenação”. O papel da *Tourismscapes* é justamente abrir e revelar o coletivo de pessoas e coisas em torno do Turismo e isso poder ser feito por meio da pesquisa empírica de cunho etnográfico (HUMMEL; VAN DER DUIM, 2016).

Com base na ideia de *Tourismscapes* quais seriam os subsídios necessários à análise do Turismo no âmbito da ANT e que tipos de questões devem direcionar as organizações e seus dirigentes com a finalidade de munir o pesquisador das informações básicas necessárias às análises? As notas de Law (1992) sobre a ANT buscam esse esclarecimento inicial sobre como proceder, conforme o raciocínio apresentado, a fim de apreender o Turismo. A primeira questão refere-se à elucidação dos tipos de elementos heterogêneos dispostos na rede, bem como suas mobilidades, justaposicionamentos e efeitos organizacionais gerados. Isso implica em entender como são superadas as resistências e qual a durabilidade material necessária ao ordenamento organizacional, bem como identificar os tipos de estratégias que estão sendo desempenhadas.

A compreensão das interações entre os elementos, a dimensão e os limites das redes são fundamentais neste tipo de análise. O caminho que o pesquisador deve traçar em ANT

consiste na própria indicação que os elementos fornecem (LATOURE 2012). Sem a pretensão de abarcar toda a rede na análise, e concentrar foco em objetos específicos.

Outra questão metodológica é a forma necessariamente reducionista, mas que não obstante almeja descrever realidades complexas. Latour (2012) argumenta que é preciso “ter uma visão míope” do todo, ou seja, nem todas as entidades que compõem a rede devem ser tomadas como ponto de partida para o estudo. Ademais, isso seria impossível de visualizar. Da mesma forma, certas categorias, fenômenos, pessoas ou ações não devem ser enfatizados na análise. O foco do analista deve ser sempre as traduções, bem como as categorias, fenômenos e ações subjacentes às mesmas. De acordo com Latour (2012) um ator que não faz a diferença, não pode ser considerado um ator, uma vez que não traduz nada. O ponto de partida, se houver um, deve ser situado sempre “no meio” de uma ação que globaliza e localiza, que dispersa e desloca as demais ações (LATOURE, 2012). Ao focar-se no caráter relacional das categorias, a ANT exclui a separação e rejeita a capacidade de agir sozinho. Nesse caminho metodológico, a investigação empírica é essencial e determinante e, no caso do Turismo, busca descrever, por meio do conceito de *Tourismscapes*, como os atores alinham suas funções e interesses com os demais atores em rede.

Em uma análise do Turismo usando a ANT, projetos, documentos estratégicos, materiais publicitários, estruturas físicas, produtos alimentícios, discursos, turistas, mão de obra turística e residentes locais, entre outros elementos humanos e não-humanos, todos tornam-se informantes sobre como a rede se constrói e se mantém estável, temporariamente, ou seja, em padrões específicos de tempo-espço conectados através de redes sociotécnicas. Descrever essas redes requer um meticuloso trabalho empírico de estudo dos atores, a fim de traçar suas associações e dissociações. E isso representa um importante passo na busca do rompimento com o aspecto fragmentado das pesquisas em Turismo, que tanto tem afligido os estudiosos desta área.

2.4 Os destinos turísticos com base nas redes sociotécnicas: uma síntese conceitual

Esta pesquisa busca abordar as questões que envolvem a produção do espaço em um destino turístico, por meio da descrição dos processos de construção e reconstrução dos padrões de ordenamento que geram as redes sociotécnicas do Turismo. Nas seções anteriores foram

abordados os fundamentos teóricos e filosóficos do conceito de rede, bem como a evolução histórica verificada nos estudos geográficos sobre redes, que culminou com uma revisão da literatura ANT na Geografia e no Turismo.

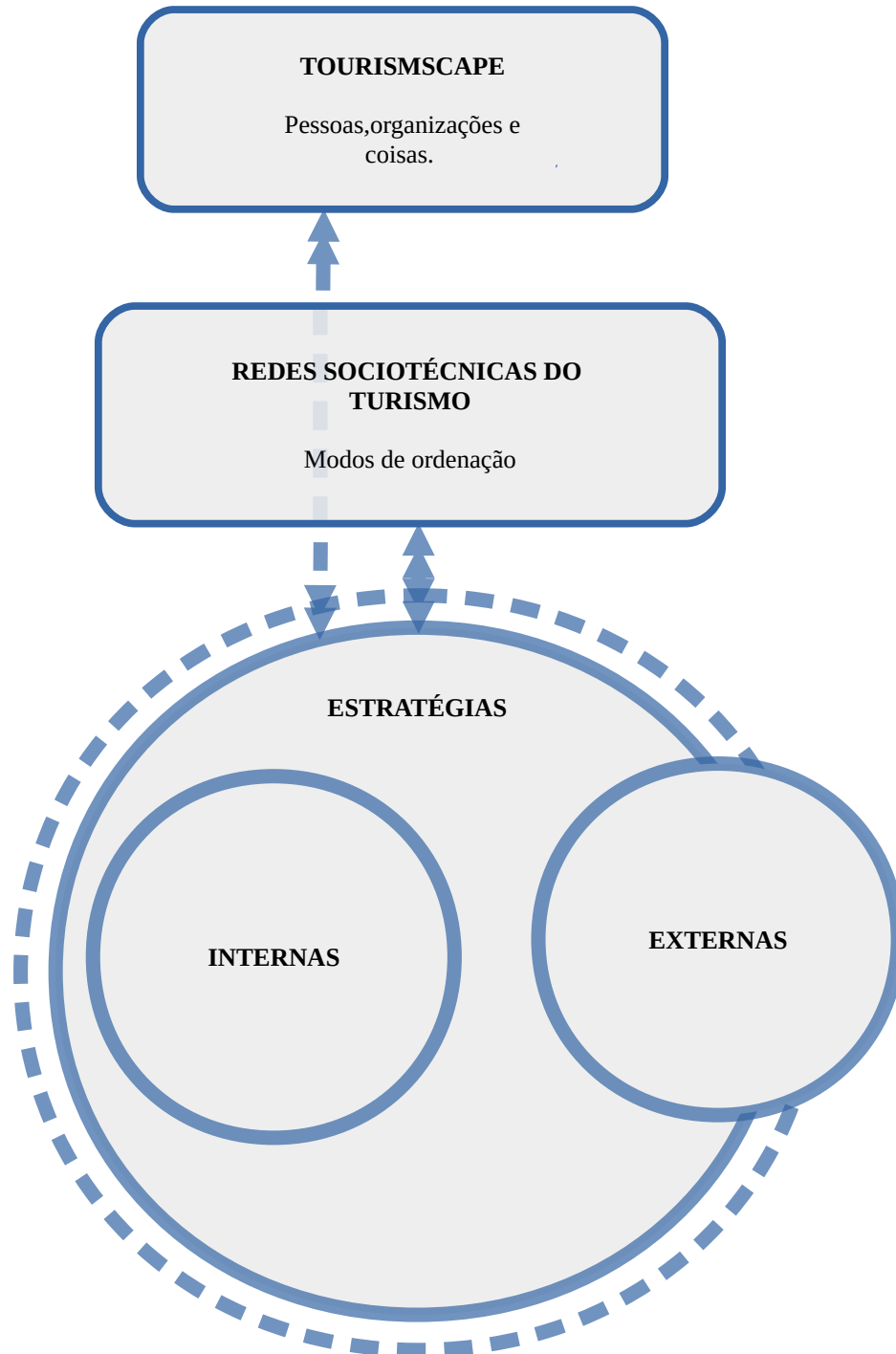
Com base no referencial teórico apresentado, esta seção apresenta uma síntese conceitual desenvolvida para analisar empiricamente as redes sociotécnicas do Turismo, que considera e descreve o alinhamento das diversas entidades sociomateriais envolvidas nas análises. Com base em Van der Duim (2005; 2007b) e Beard (2016), sugere-se que, empiricamente, os modos de ordenação do Turismo podem ser analisados a partir de três níveis de ordenação diferentes: **estratégico**, sobre o qual paira a ideia de como o Turismo deve ser realizado, bem como as redes em que essa ideia circula; **relações das práticas internas**, e; **relações das práticas externas**, as quais permitem que as estratégias sejam efetivadas (VAN DER DUIM, 2005, 2007b; BEARD, 2016, grifo nosso). Esses três níveis de ordenação das relações são não-territoriais e multiescalares. A Figura 1 é uma esquematização dos modos de ordenação das redes sociotécnicas do Turismo, que será utilizada como base conceitual que orientará as descrições e análises que se seguirão.

Com objetivo de propor um novo entendimento sobre as relações existentes entre a comunidade anfitriã e os “intermediários” do Turismo, Beard (2016) desenvolveu uma estrutura conceitual para descrever o que denomina de *broker-host networks*, entendidas basicamente como redes de relações entre as comunidades locais de anfitriões e o *trade* turístico. Nesse caso, para a autora, o Turismo de um destino é

[...] produzido e negociado por meio de redes de políticas e práticas mediadas por intermediários humanos e não-humanos, os quais são mais ou menos duráveis, dependendo do número de associações que eles mantêm. (BEARD, 2016, p. 73, tradução nossa).

De acordo com mesma autora, tais associações podem ser identificadas por meio do uso de uma estrutura conceitual desenvolvida para analisar as ordenações do Turismo em um destino, com base na ANT. Assim, a base conceitual do presente estudo consiste de uma síntese dos conceitos de *Tourismscapes* (VAN DER DUIM, 2007a), *Tourism Translations* (JÓHANNESON, 2005) e *broker-host networks* (BEARD, 2016).

Figura 1 - Modos de ordenação das redes sociotécnicas do Turismo



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Van Der Duim (2007b) e Beard (2016)

Neste estudo, consideramos que a estrutura conceitual desenvolvida por Beard (2016) para analisar as relações existentes entre comunidades locais de anfitriões em destinos turísticos e o *trade* turístico como um todo, é perfeitamente adaptável ao conceito de rede sociotécnica do

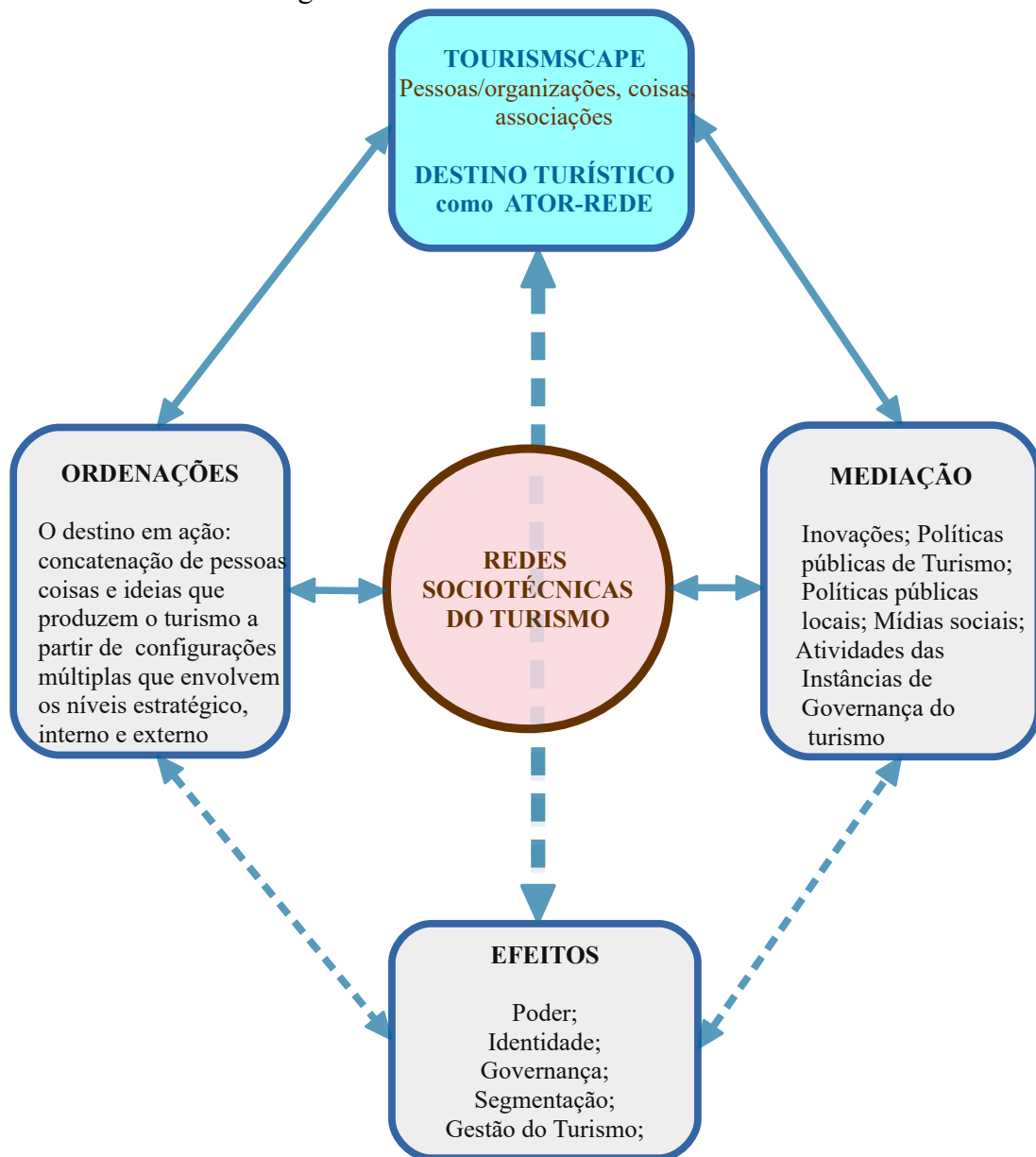
Turismo, objeto do presente estudo. O foco em comum às duas ideias são as ordenações que perfazem a *Tourismscape*, conforme Van der Duim (2007b).

Por conseguinte, o diagrama que compõe a Figura 2 ilustra a ideia da síntese conceitual utilizada como referência neste estudo, reproduzida com base em Beard (2016), a qual tem como principal ator-rede o próprio destino turístico. Assim, as próprias redes sociotécnicas do Turismo perfazem a *Tourismscapes*. Conforme o modelo analítico de Van der Duim (2007a, 2007b); à luz da ANT as redes estabilizam-se e desestabilizam-se em função das associações estabelecidas entre os elementos humanos e não-humanos no interior da *Tourismscape*. Segundo esse mesmo autor, nesse âmbito de atuação, pessoas, organizações, objetos materiais e imateriais se esforçam continuamente na produção do Turismo, funcionando como mediadores ativos, independente das escalas de observação. A estes mediadores conectam-se inovações, mídias sociais, políticas públicas de Turismo, bem como qualquer outra política pública relacionada. O trabalho desses mediadores ativos é o foco das análises de rede, que enfatizam as relações ao invés da estrutura da rede em si (VAN DER DUIM, 2007a).

Conforme o modelo desenvolvido por Beard (2016), que por sua vez fundamenta-se em Van der Duim (2007b), a partir das análises das ações dos mediadores ativos é possível identificar as identidades do Turismo e os espaços de poder e tensões como um efeito de rede produzido por meio de processos de traduções. Portanto, as redes sociotécnicas do Turismo podem ser compreendidas como a atuação de pessoas, coisas e discursos que performam a *Tourismscape* de um destino turístico. A descrição dessas redes é realizada com base na identificação e nas análises das ordenações que as mantém. A concatenação dos elementos de natureza diversa produz o Turismo, como um reflexo do arranjo estratégico que envolve níveis internos e externos de atuação. Como efeitos de rede tem-se as identidades turísticas de um destino, bem como os poderes que emanam a organização, segmentação e gestão do Turismo.

As redes sociotécnicas constituem o contexto central deste estudo, conforme o problema proposto no capítulo 1 e o referencial teórico adotado. O esquema conceitual serve de guia para o estudo como um todo, inclusive para as escolhas e elaboração dos procedimentos metodológicos, os quais estão dispostos no capítulo seguinte.

Figura 2 - Redes sociotécnicas do Turismo



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Beard (2016)

3 AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS: OS CAMINHOS DA ANT, O OBJETO E A ÁREA DE ESTUDO

Os capítulos anteriores apresentaram o problema desta pesquisa e desenvolveram um quadro teórico e conceitual com base na literatura da Geografia e do Turismo, envolvendo as reflexões sobre o destino turístico como um complexo heterogêneo que se constrói e desconstrói-se por meio de ordenamentos múltiplos em forma de redes (FRANKLING, 2004). A escolha da ANT como base deste estudo traz profundas implicações para o desenho metodológico da pesquisa, método e procedimentos analíticos.

Os caminhos metodológicos adotados são aqueles apontados pelos pesquisadores que utilizam a ANT, citados no presente estudo. Para os autores o procedimento consiste em adotar uma gama de métodos constantemente variáveis, em vez de um arcabouço metodológico estável. Desta forma, o lema metodológico da ANT consiste basicamente em apenas em percorrer os incontáveis caminhos que os atores indicarem, na perspectiva de traçar imagens “congeladas” da configuração de suas redes.

A própria concepção teórica da ANT já sugere os caminhos metodológicos a serem seguidos à medida que o fazer metodológico é criado e recriado ao longo do percurso de construção do conhecimento. Assim, o pesquisador em ANT utiliza todo recurso metodológico possível. Como já mencionado, o principal fundamento metodológico da ANT é “seguir os atores”, pois segundo Latour (2012) esses sabem o que fazem e pesquisadores devem aprender com eles não somente o que eles fazem, mas como e por quê o fazem. Esse argumento passa a ser a principal orientação metodológica. Ainda de acordo com Latour (2012, grifo nosso) **o pesquisador deve ter necessariamente uma postura etnográfica com relação ao seu objeto de estudo.** De fato, os estudos da ANT em Turismo tem se apoiado nos métodos e técnicas advindos da pesquisa etnográfica (HUMMEL; VAN DER DUIM, 2016).

É importante ressaltar que, nesta visão, o desenho metodológico, bem como o próprio sujeito de uma pesquisa caracterizam-se como atores-rede, na medida em que a seleção de métodos, técnicas e procedimentos analíticos é realizada por parte do pesquisador. Tem-se assim, as opções metodológicas como um ato inerentemente político (JÓHANNESSON; REN; VAN DER DUIM, 2015), e técnico, portanto sociotécnico. **A ANT não fornece uma teoria ou metodologia em si, ao invés disso ela fornece uma caixa de ferramentas metodológicas**

dentro de uma estrutura de ordenação (LAW, 1992; LATOUR, 2012; BEARD, 2016, grifo nosso). Em vez de especificar quais métodos usar, mostra como esses métodos podem ser usados e como os materiais assim gerados serão interpretados. Um método que permite dar voz aos atores e apreender com eles, sem prejudicar suas atividades.

De acordo Beard, Scarles e Tribe (2016) em ANT, a tarefa do pesquisador é narrar uma história sobre os atores gerada a partir da utilização de métodos que suscitam compreensões não apenas das interpretações do mundo, mas também práticas que envolvem pessoas, coisas e ideias. Nesse sentido, o estudo deve buscar sempre descrever as conexões e relações dos atores-rede, suas compreensões e práticas no tempo e no espaço. A rede é, por sua vez, composta por elementos heterogêneos (atores-rede) que se mobilizam, justapõem e geram os efeitos organizacionais, turisticamente observáveis. As narrações do pesquisador passam a ser as narrações dos próprios atores numa semiótica que envolve sobretudo materialidades.

Segundo Latour (2012) a ANT propõe uma ontologia do social distinta dentro da própria Sociologia e não pressupõe a relevância de qualquer relação dada e nenhum tipo específico de agente que as executa, e os fluxos sociais pela associação de diferentes atores, constantemente recriam o mundo em novas associações. O papel do pesquisador torna-se politicamente relevante, pois ele mesmo é outro agente que por meio de sua descrição contribui para estabilizar (temporariamente) uma rede estudada. O “social” neste caso é a própria rede, estendida até onde o pesquisador pode rastreá-la. Isso não significa que “o social” esteja limitado ao papel do pesquisador e às capacidades de descrever uma determinada realidade, mas reconhece-se as limitações das ciências sociais para representar e representar todos os aspectos da vida (LATOUR, 2012).

Em consonância com os pressupostos metodológicos da ANT, Hissa (2013, p. 125) afirma: “a metodologia é um processo histórico e criativo que se vai fazendo desde o projeto [...]”, que envolve sujeito do conhecimento, objeto de análise e suas histórias, por meio do qual se aprende os modos de fazer enquanto se faz. Para esse mesmo autor:

A pesquisa cria metodologias enquanto cria interpretações. O fazer alimenta o pensamento que mobiliza a arte de refazer diferente. [...] A metodologia anuncia o sujeito e a sua compreensão de mundo; a sua inserção no mundo. A obra é o sujeito [...]. Tu és a metodologia que usas e tu és a história que narraste são expressões de modos de pensar. Os modos de fazer não estão apenas articulados aos modos de pensar, mas, sobretudo, aos modos de ser – e de estar no mundo – do sujeito que pesquisa. (HISSA, 2013, p. 125).

A compreensão da metodologia utilizada em ANT implica também em esclarecer o papel do sujeito do conhecimento e sua “interferência” no que estuda. Nesse sentido, o próprio autor desta pesquisa é compreendido também como um ator-rede que circunda o objeto de estudo ao exercer poder de influência sobre o mesmo, ou seja, com capacidade de promulgação de outros elementos da rede. Assim, e a medida em que é compreendido como sujeito-obra (HISSA, 2013), que exerce e recebe influência da rede sociotécnica na qual encontra-se inserido, ou seja, seu objeto de estudo, reafirma-se a necessidade de se compreender o autor da presente pesquisa não apenas como um mero observador isento de qualquer interferência, mas como alguém que ativamente constrói aquilo que está sendo estudado (ALCADIPANI; HASSARD, 2010), um ator-rede.

Complementarmente à compreensão do papel do pesquisador em ANT aqui exposta e antes de especificar como os métodos ANT são usados, bem como os materiais que serão gerados e interpretados no âmbito desta investigação, faz-se necessário primeiramente esclarecer como se compreende a pesquisa em Turismo. Neste estudo o Turismo é considerado como um fenômeno complexo, devido aos efeitos que produz no espaço ao se promulgar simultaneamente em múltiplas dimensões, o que requer que se tenha uma visão transdisciplinar do fenômeno.

Quando um indivíduo decide realizar uma viagem, desde o momento da escolha do destino até seu retorno ao ponto inicial, uma multiplicidade de elementos de natureza político-social, econômica, cultural e ambiental entra em ação produzindo ordenamentos territoriais necessários à execução da viagem. Consequentemente, são gerados impactos multidimensionais difíceis de serem apreendidos em sua totalidade.

A maioria dos teóricos do Turismo reconhece o fenômeno turístico como sendo extremamente dinâmico e complexo e que se propaga em múltiplas dimensões nos âmbitos econômico, social, ambiental e cultural. Envolve o deslocamento de pessoas e recursos, no tempo e no espaço, o consumo de produtos relacionados a serviços de transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, etc, e também o “consumo” de paisagens naturais e culturais.

Como analisar o fenômeno turístico de forma a abordar a multiplicidade e a multiescalaridade espaço-temporal e territorial? Com base no conceito de entidade rizoma, derivada da filosofia pós-estruturalista de Deleuze e Guattari (1995), o Turismo pode ser melhor entendido se

pensado como uma estrutura rizomática (BARRETO, 2000), ao invés dos modelos estruturais. Nesse sentido, assumindo uma forma alternativa de análise do fenômeno turístico, o ordenamento territorial e espacial do Turismo pode ser concebido como resultado de intersecções entre pessoas e coisas, que produzem um efeito particular, a partir de processos de ordenamento de materiais humanos e não-humanos (FRANKLING, 2004; VAN DER DUIM, 2005, 2007a).

Historicamente as investigações sobre Turismo têm se sustentado com base em corpos teórico-metodológicos de outras disciplinas tais como Economia, Administração, Geografia, Sociologia, entre outras áreas afins. Em razão disso, ainda não há marcos conceituais estáveis que subsidiem as pesquisas em Turismo (PANOSSO Netto; NOGUERO; JAGER, 2011). Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento têm buscado desenvolver formas específicas de pensar o Turismo. Segundo Panosso Netto (2005, p. 43) numa tentativa de construir teorias que contribuam para a consolidação de bases epistemológicas mais estáveis, “abordagens estruturalistas, sistêmicas, multi e interdisciplinares têm tentado responder à questão: o que é Turismo e qual a melhor maneira de estudá-lo”?

Do ponto de vista científico “o turismo não é uma ciência social entendida como corpo de doutrina metodicamente ordenado” e “constitui uma disciplina em desenvolvimento que emprega métodos e conceitos originários da maioria das Ciências Sociais já consolidadas”, como a Administração, a Economia, a Sociologia, a Geografia, entre outras. (DENCKER, 1998, p.28). Então, o fenômeno turístico, do ponto de vista epistemológico, não dispõe de corpo teórico próprio e metodologicamente estruturado. Assim, o Turismo como objeto de estudo não permite o tratamento teórico-metodológico monodisciplinar, porque impõe, por si mesmo, a perspectiva multi, inter ou mesmo transdisciplinar. Desta forma, a presente pesquisa traz no seu bojo uma inspiração interdisciplinar⁶ pois, busca elementos teóricos e metodológicos da Sociologia das Associações, Geografia e Turismo para melhor compreender o complexo heterogêneo que emerge, se estabiliza e desestabiliza por meio de ordenamentos múltiplos em forma de redes (FRANKLING, 2004).

⁶ A multidisciplinaridade é uma justaposição de diferentes disciplinas sem a necessária correlação entre elas (DENCKER, 1998, p. 32). Já a interdisciplinaridade é uma inter-relação orgânica dos conceitos das diferentes disciplinas até o ponto de construir uma nova unidade com as proposições de cada uma das disciplinas particulares (PIAGET apud DENCKER, 1998, p. 32).

3.1 Métodos e técnicas para seguir atores-rede em Turismo

Segundo Latour (2012) a concepção de social como uma rede dinâmica de elementos híbridos em movimentos de associações e dissociações causou mudanças no principal objeto da pesquisa sociológica e, conseqüentemente, sua metodologia também deverá ser modificada, na medida em que a investigação sociológica passa a ser compreendida como descrições das associações entre os elementos humanos e não-humanos. A tarefa do pesquisador não é mais impor a ordem, limitar quais entidades serão levadas em consideração nem revelar aos atores o que realmente está acontecendo. O pesquisador deve, simplesmente, seguir os atores: buscar explicações para seus processos de traduções, e revelar o que eles trazem à (des) estabilidade das redes e quais as definições e estratégias são as mais compatíveis com o coletivo heterogêneo que formam (LAW, 1992; LATOUR, 2012).

Nesse caminho metodológico, de acordo com Latour (2013, p. 09) o meio de transporte utilizado para se seguir os atores é a noção de tradução ou de rede, “mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade. A rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas”. Para Law (1992) a rede é composta por elementos heterogêneos, atores-rede que se mobilizam, justapõem e geram efeitos organizacionais. Ao investigador interessa, portanto, os processos de tradução, a chave para apreender como as resistências são superadas pelos atores, qual a durabilidade material necessária para manter estáveis os ordenamentos e que estratégias estão sendo desempenhadas (LAW, 1992).

A compreensão das interações entre os elementos, a dimensão e os limites das redes são fundamentais neste tipo de análise. O caminho que o pesquisador deve traçar em ANT consiste na própria indicação que os elementos fornecem. Como afirma Latour (2012), o pesquisador, neste caso, deve “farejar” como uma formiga os incontáveis túneis que escava incansavelmente, porém, com uma postura “míope” com relação ao todo maior do universo. Sem a pretensão de abarcar toda a rede na análise, e concentrar foco em uma controvérsia explícita, como um projeto turístico específico, por exemplo.

Este estudo busca descrever as conexões e relacionamentos dos atores-rede do Turismo no município de Diamantina, localizado na região do Alto Vale do Jequitinhonha, em torno do Plano Municipal de *Marketing* turístico e seus desdobramentos. Para que se possa conhecer as

narrativas dos atores, vários tipos de materiais serão necessários e estes serão identificados por meio de métodos que suscitam compreensões não apenas das interpretações das pessoas, mas também das práticas relacionais que envolvem não-humanos. Na prática, o pesquisador seleciona quem e o que será ou não será ouvido, com base na indicação que os próprios atores fornecem ao mostrar onde procurar os materiais que os mesmos usam na construção da rede, e como eles se conectam aos outros atores.

A fim de seguir os atores e descrever suas particulares performances espaço-temporais Van der Duim (2005, p.17, tradução nossa) afirma que os pesquisadores devem posicionar-se “equidistantemente, a fim de seguir as atribuições de entidades humanas e não-humanas e observar seus arranjos intermediários, em vez de se ater às extremidades dos binômios natureza e cultura, global e local”. Nesse caminho, e conforme esclarecido no início deste capítulo, a forma como o pesquisador aborda o referido posicionamento está relacionada essencialmente aos seus próprios conhecimentos, valores e visão de mundo. Assim, a forma como o pesquisador conduz o estudo deve necessariamente demonstrar clareza de valores, diante de uma postura metodológica aberta. Isso refletirá, sobretudo em seu compromisso com a ética, nas escolhas feitas sobre como apresentar a pesquisa, bem como na retórica utilizada para relatar os resultados obtidos (BEARD, 2016).

Para se seguir atores-rede deve-se, portanto, adotar uma abordagem narrativa sobre histórias detalhadas que buscam descrever como entidades humanas e não humanas conectam-se, e como elas explicam-se a si mesmas com relação aos seus processos recursivos (PAGET; DIMANCHE; MOUNET, 2010). Isso representa um desafio à postura ética do pesquisador, pois o mesmo corrobora com os relatos obtidos no âmbito de sua pesquisa, na medida em que decide sobre quais atores seguir entremeio às múltiplas realidades que se desdobram no curso do estudo das ordenações das redes.

Em uma importante contribuição para a literatura sobre uso da metodologia ANT em Turismo Beard, Scarles e Tribe (2016) conforme descrito no Quadro 1, identificaram cinco traços de caráter relacionados à seleção e uso de método por parte do pesquisador e mostraram como estes traços são performativos, considerados como dimensões-chave no âmbito das decisões tomadas pelo investigador em ANT.

Quadro 1 – Traços de caráter do pesquisador em ANT

Traços	Descrição das posturas do investigador em ANT
1	Repensar "o campo" ao traçar relações no tempo e no espaço, em ambientes híbridos e "não territoriais" independente de escala e localização;
2	Fazer perguntas sobre o papel do pesquisador, para ir além da reflexividade para atuar na rede;
3	Buscar uma relação diferente entre pesquisador e participante para desafiar noções convencionais de <i>design</i> de pesquisa, por meio da perspectiva da amostragem conhecida como "seguir os atores";
4	Produzir necessidades particulares na escolha e uso do método para "seguir" participantes humanos e não-humanos;
5	Adotar uma abordagem de análise durante o trabalho de campo, que consiste na identificação e rastreamento de " <i>Tokens</i> " (símbolos, sinais, marcas).

Fonte: Adaptado de Beard, Scarles e Tribe (2016, p. 99).

Ao se pensar e operacionalizar esses traços de caráter em conjunto abrem-se possibilidades e oportunidades, bem como desafios significativos quando se adota o trabalho de campo baseado na ANT, reconhecê-los demonstra aderência aos critérios qualidade e confiabilidade de um estudo (BEARD; SCARLES; TRIBE, 2016). Com base nas orientações de ordem metodológicas até aqui expostas pelos autores, as técnicas utilizadas para se seguir os atores do Turismo de Diamantina são multivariadas e operacionalizadas em campo, no decorrer da própria pesquisa. O campo de estudo é por natureza multiescalar na medida em que os elementos que compõem as redes estão dispersos no tempo e no espaço, configurando padrões específicos. Nesse caminho, o papel do pesquisador-ator em muito influencia o desenho metodológico a ser seguido, não só na seleção das técnicas a serem executadas e na escolha dos elementos a serem seguidos, mas sobretudo na sua atuação em rede, o que inevitavelmente influenciará nos resultados.

Durante as coletas de dados desta pesquisa, uma série de técnicas foi executada, tais como observações participantes, pesquisas documentais, entrevistas preliminares e secundárias, coleta de dados na Internet e observações de materiais promocionais turísticos, entre outras. Tais técnicas foram utilizadas para elaborar uma descrição de cunho sociomaterial realizada por meio de investigações empíricas.

3.2 O desenho metodológico da pesquisa

O contexto metodológico delineado e as reflexões expostas nas seções anteriores já indicam os caminhos metodológicos seguidos. Como sugere Hissa (2013) os objetivos da pesquisa

articulam-se ao arcabouço teórico e metodológico, à medida que o fazer metodológico vai sendo criado e recriado ao longo do percurso de construção do conhecimento.

Em geral os estudos turísticos que se apoiam na ANT têm desenho metodológico de estudo etnográfico ou de estudo de caso. Conforme já mencionado em seção anterior, o pesquisador deve necessariamente buscar sempre desenvolver uma postura etnográfica com relação a seu objeto e portanto selecionar técnicas que coadunem com tal linha de investigação.

Portanto, esta pesquisa traz em seu desenho metodológico uma inspiração etnográfica e caracteriza-se como uma descrição sociomaterial. Utiliza-se de técnicas de análise documental, entrevista em profundidade e observação participante para descrever o objeto de estudo. Embora a pesquisa tenha sido realizada em três momentos que se complementam – quais sejam, levantamento bibliográfico, coleta de informações, análise e interpretação das informações coletadas - as etapas não são necessariamente sequenciais, considerando que a coleta de informações, bem como a análise e interpretação das mesmas ocorreram de forma simultânea.

3.2.1 Pesquisa bibliográfica e levantamento de informações sobre o Turismo em Diamantina

Inicialmente realizou-se um amplo levantamento de referências bibliográficas e não-bibliográficas com foco em artigos publicados em periódicos científicos das diversas Ciências Humanas e Sociais. Essa etapa foi realizada entre os meses de agosto de 2015 e janeiro de 2017. As buscas foram realizadas a partir dos descritores “teoria ator-rede (*actor-network theory, teoria actor-red*)”, “teoria ator-rede e turismo (*actor-network theory and tourism, teoria actor-red y turismo*)”, “redes sociotécnicas (*sociotechnical networks*)” e “Diamantina”, os quais foram pesquisados nos seguintes diretórios: *Directory of Open Access Journals* (DOAJ); *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO); Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT).

A recuperação de publicações de pesquisas realizadas sobre os temas foi muito significativa.

A partir das diversas experiências e resultados globalmente relatados nos demais estudos de mesmo foco, foi possível assimilar conhecimentos sobre as metodologias ANT para estudos turísticos. No entanto, a quantidade de artigos publicados sobre os assuntos diretamente relacionados ao tema foi escassa.

Ainda nesta etapa foi realizado um amplo levantamento de informações sobre o destino turístico em questão. Este levantamento teve como foco os materiais promocionais, documentos sobre planejamento e depoimentos realizados por turistas em *websites* de Turismo da internet.

A partir das informações coletadas foi possível compreender a dinâmica do desenvolvimento do Turismo em Diamantina e, identificar os principais atrativos turísticos.

3.2.2 Entrevistas em profundidade

Para lograr alcançar os objetivos deste estudo utilizou-se técnicas de entrevistas em profundidade, que se orientam conforme o caminho indicado por Bailey (1982), o qual tem como base perguntas com possibilidades de respostas tanto de cunho objetivo, como subjetivo, o que permite ao informante discorrer sobre os temas sugeridos sem que o pesquisador fixe, a priori, determinadas respostas ou condições para as mesmas. Nessa perspectiva optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas. Segundo Gil (1993) a entrevista semiestruturada é guiada por uma relação de questões de interesse, tal como um roteiro, que o investigador vai explorando ao longo de seu desenvolvimento. Assim, buscou-se aproximação ao espaço vivido, bem das experiências e relatos de alguns grupos de pessoas ou outras entidades, a fim de esclarecer como eles definem, ilustram e representam aspectos do Turismo.

O objetivo das entrevistas foi gerar informações sobre as relações entre os elementos das redes sociotécnicas do Turismo. Portanto, em decorrência do processo de “seguir” os atores-rede realizou-se 42 entrevistas com duração aproximada de uma hora e meia cada, as quais foram posteriormente transcritas. As entrevistas foram gravadas por meio do uso de um gravador digital.

Os participantes das entrevistas foram selecionados por meio da técnica amostral não probabilística bola de neve, uma técnica que se utiliza de cadeias de referência, em que não é possível predeterminar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa (VINUTO, 2014). Inicialmente foram designados informantes-chave, denominados de “sementes”, os quais indicaram implicitamente ou explicitamente os próximos informantes a serem entrevistados, e assim sucessivamente.

A participação dos informantes entrevistados foi moldada pela própria pesquisa e pelo contexto em que a mesma aconteceu. Para isso o pesquisador apresentou-se aos entrevistados como sendo alguém muito próximo do objeto de estudo e familiarizado com o destino turístico em questão. Considerando as peculiaridades da técnica amostral “bola de neve”, fez-se importante esclarecer aos entrevistados a relevância do seu papel de indicador dos próximos entrevistados.

Considerando que a maioria dos entrevistados é proveniente do município de Diamantina, de pequeno porte, onde a maioria das pessoas se conhecem, optou-se por manter em sigilo as identidades dos participantes. Assim, foram omitidas todas as informações que pudessem identificar os entrevistados, com intuito de proporcionar maior liberdade de expressão aos mesmos. Contudo, a Tabela 1 traz a categorização dos entrevistados, a qual foi obtida de forma espontânea durante o processo.

As entrevistas realizadas forneceram os subsídios essenciais para a descrição dos processos de produção de relacionamentos entre os atores-rede, vista aqui como uma estrutura dinâmica complexa a ser revelada, que se torna unidade prioritária de análise, em vez de focalizar os seus elementos constituintes (LATOUR, 2012). Nesse sentido, e de acordo com Van der Duim (2007) para evitar qualquer entendimento a priori, sobre o que é ou como é composto o destino turístico Diamantina, as descrições sobre o destino devem enfatizar “a complexa e controversa natureza dos atores-rede” e suas relações com o Turismo.

Tabela 1 – Categorização gerada com base nas entrevistas

Origem	Quantidade
Servidores públicos com atuação direta no Turismo	8
Músicos	7
Empresários do ramo de alimentos e bebidas	5
Empresários do ramo de hospedagem	5
Comerciantes	2
Turistas	2
Visitante de Diamantina	2
Servidores do setor misto do Turismo	3
Professor do ensino superior	2
Empresários do ramo de agenciamento	2
Estudante universitário	1
Empresários do ramo de lazer	1
Guias de Turismo	1
Policial da Guarda civil Municipal (Turismólogo)	1
Total de entrevistados	42

Fonte: Elaborada pelo autor

3.2.3 Observação participante

Segundo Haguette (2010) a observação participante pode ser considerada como a técnica de captação de dados menos estruturada nas Ciências Sociais e pode ser definida como

[...] um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados. Logo, o observador é parte do contexto sendo observado no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto. O papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, o observador pode dispensar muito ou pouco tempo na situação da pesquisa; o papel do observador participante pode ser uma parte integrante da estrutura social, ou ser simplesmente periférica com relação a ela. (HAGUETTE, 2010, p. 71).

Trata-se de uma técnica extremamente flexível, pois não pressupõe nenhum instrumento de coleta de dados específico para direcionar a observação e, por essa razão, seu sucesso depende estritamente do observador (HAGUETTE, 2010). A observação participante, segundo Oliveira (1996) reforça a importância de observar, ouvir, registrar, e refletir com intuito de estimular a interação com os informantes.

Nas pesquisas em ANT a observação participante tem um papel especialmente relevante, já que entidades humanas e não-humanas tem o mesmo peso nas análises. Neste estudo a observação participante é um processo reflexivo e analítico, com foco nas narrativas de ordem política dos elementos não-humanos, concebidas como importantes mediações em um contexto de política fluida e dinâmica (BEARD, 2016). Conforme visto na seção anterior, os atores não-humanos podem incluir uma série de elementos tais como objetos de qualquer natureza, mídias eletrônicas e não eletrônicas, ideias, etc. Uma vez iniciado o processo de observação participante uma série de indicações dos demais atores-rede emergiram no decorrer do estudo e, suscitou-se a busca de informações mais aprofundadas sobretudo acerca de políticas públicas de Turismo em curso⁷.

3.2.4 Análise documental

A análise documental realizada neste estudo indicou algumas fontes de ideias e discursos que revelaram as performances de uma multiplicidade de atores materiais. Dentre os documentos analisados incluem-se uma gama de informações provenientes de diversas fontes secundárias com foco nas ações de planejamento e *marketing*, materiais promocionais, feiras, salões de negócios, *websites* na internet e notícias veiculadas nas mídias. A análise documental deste estudo teve a finalidade de identificar posicionamentos dos diferentes atores em relação ao desenvolvimento do Turismo.

Os principais documentos técnicos analisados sobre as políticas públicas relacionadas com o Turismo em Diamantina estão dispostos no Quadro 2:

⁷Faz-se importante mencionar que o autor desta tese é residente em Diamantina/MG, onde atua como docente do ensino superior no Curso de bacharelado em Turismo e há mais de 10 anos tem observado o desenvolvimento do Turismo no Município. Nos últimos três anos tais observações foram participantes, portanto metodologicamente direcionadas ao presente objeto de estudo.

Quadro 2 – Documentos técnicos consultados sobre planejamento do desenvolvimento do Turismo na região de Diamantina/MG

DOCUMENTO	ANO/PERÍODO	ENTIDADE
Plano Nacional de Turismo	2003-2007	Ministério do Turismo
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Turístico do Vale do Jequitinhonha	2004	Fundação João Pinheiro
Plano Nacional de Turismo	2007-2010	Ministério do Turismo
Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional.	2008	Ministério do Turismo
Plano de <i>Marketing</i> Turístico de Diamantina	2011	Prefeitura de Diamantina/MG
Plano Nacional de Turismo	2013-2016	Ministério do Turismo
Programa de Regionalização do Turismo	2013-2016	Ministério do Turismo.
Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do COMTur	2013-2018	Prefeitura de Diamantina/MG
Relatório da Conferência Municipal de Turismo de Diamantina	2015	Prefeitura de Diamantina/MG
Programa Turismo como fator de sustentabilidade regional	2016-2019	Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais
Programa identidade turística de Minas Gerais	2016-2019	Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais
Planos Estratégicos para o Desenvolvimento sustentável do Turismo em Minas Gerais	2016	Fundação João Pinheiro
Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha	2017	Fundação João Pinheiro
Plano Nacional de Turismo	2018-2022	Ministério do Turismo

Fonte: Elaborado pelo autor

3.3 Procedimentos analíticos

Este estudo trata essencialmente de uma descrição histórica e geográfica de como o Turismo funciona, com base no conceito de rede sociotécnica. Assim, as análises realizadas basearam-se nos três modos de ordenação das redes sociotécnicas, conforme dispostos na Figura 1 (seção 2.4), quais sejam, ordenações das estratégias e a associação entre as relações das práticas internas e externas, que constituem a *Tourismscape* do destino turístico (BEARD, 2016; VAN DER DUIM, 2007b). Contudo, o desenho dessas relações entre os diversos elementos não se estabeleceu *a priori*, mas ocorreu por meio da investigação das próprias razões das ordenações. Este exercício foi possível ao realizar-se questionamentos sobre o que torna a rede estável e o que é negociado por meio de numerosos processos e modos de ordenação em curso (LAW, 1992; VAN DER DUIM, 2007a), em consonância com os

objetivos estabelecidos no Capítulo 1 desta tese.

Os procedimentos analíticos utilizados tiveram como foco a explicação dos processos, de forma que a qualidade das análises dependeu diretamente da interação do pesquisador com o objeto de estudo, a medida em que este reconhece seu papel de mediador chave e internaliza os cinco traços de caráter apresentados (BERAD; SCARLES; TRIBE, 2016) no Quadro 1 (seção 3.1).

Os materiais analisados compreendem essencialmente de documentos sobre políticas públicas (Quadro 2, seção 3.2.5), gravações em áudio de entrevistas que foram transcritas e, materiais promocionais de Turismo. O processo de categorização dos entrevistados (Tabela 1, seção 3.2.3) indicou que alguns dos mesmos assumiram diferentes papéis conforme as perguntas eram feitas. A maior dificuldade encontrada nas análises das entrevistas foi encontrar uma forma adequada para lidar com aspectos polêmicos que pudessem identificar os participantes e expô-los de forma indesejada perante os demais indivíduos informantes da pesquisa.

Com base nas informações coletadas nas entrevistas, nas observações e nos documentos, o procedimento seguinte foi construir narrativas para revelar a dinâmica das redes de relações configuradas por meio das ações dos atores. Com o objetivo de observar, analisar e descrever os processos de tradução que definem os ordenamentos das redes sociotécnicas do Turismo em Diamantina, desenhamos as redes divididas em fases, por meio das quais foi possível descrever as relações de poder entre os elementos e as situações de conflito de interesses sobre os objetos turísticos em questão.

Os desenhos das redes de relações entre os elementos heterogêneos foram elaborados por meio do uso do programa Gephi, versão 0.9.2, um *software* de fonte aberta que permite a extração, manipulação e visualização de diversos tipos de grafos. Com o objetivo de tornar graficamente compreensível a formação das redes e consequentes agrupamentos, a distribuição dos nós foi realizada por meio do algoritmo ForceAtlas2, recurso disponível no Gephi. O algoritmo tem a função distribuir nós da rede aproximando nós conectados entre si e repelindo nós não conectados. As forças de aproximação e repulsão criam um movimento na rede, até a sua estabilização, de forma a compreender as posições de cada nó em relação a outros.

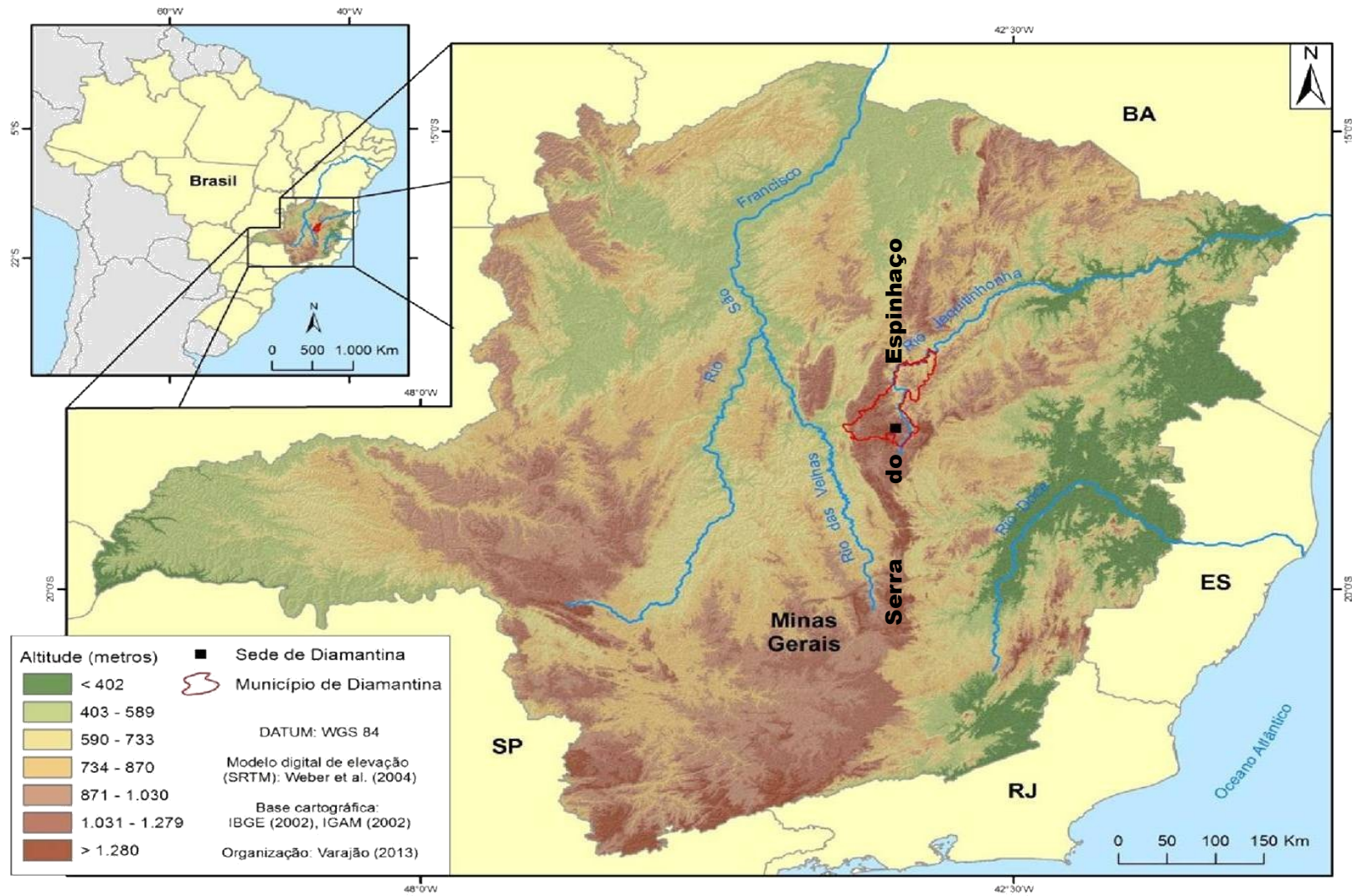
No decorrer das análises buscou-se revelar as razões das conexões entre os nós das redes, com objetivo de compreender as características principais e seus padrões de ordenamento. Para representar e analisar as ordenações e o papel da musicalidade relacionada ao Turismo em Diamantina, foram desenvolvidos dois mapas contextuais, elaborados com base na síntese conceitual apresentada na seção 2.4, a partir do modelo analítico proposto inicialmente por Van de Duim (2007b); Beard (2016).

3.4 A área de estudo: localização, paisagem e potencial turístico do município de Diamantina/MG

O núcleo urbano colonial, de características singulares, está situado a 1288 metros de altitude acima do mar, no coração da Serra do Espinhaço, entre rochas, campos rupestres e campos de altitude, como disposto no Mapa 1.

O município está situado no Planalto Meridional da Serra do Espinhaço (SAADI, 1995) e conta com uma paisagem natural muito singular entrecortada por serras, vales e picos, onde estão inseridas grande quantidade de cachoeiras, Unidades de Conservação e também recursos vegetais e minerais importantes.

Mapa 1 – Localização do Município de Diamantina em Minas Gerais e no Brasil



Fonte: Adaptada de Varajão (2015, p. 30)

Serra do Espinhaço é um termo introduzido em 1822 por Ludwig Wilhelm von ESCHWEGE, utilizado para denominar o grande divisor hidrográfico entre as bacias do centro-leste brasileiro e a do rio São Francisco (SAADI, 1995; BAGGIO et al 2012). Trata-se de uma cadeia serrana muito longa e estreita de aproximadamente 1200 Km de extensão ao longo dos Estados de Minas Gerais e Bahia (BAGGIO et al 2012), sendo a única “cordilheira” do Brasil. Possui expressiva biodiversidade de fauna e flora com destaque para o endemismo de espécies (BAGGIO et al, 2012). Na Serra do Espinhaço encontram-se algumas das principais áreas de extração mineral do Brasil e resquícios da exploração diamantífera em massa que caracterizou a economia da região principalmente durante os séculos XVIII ao XX (CHAVES, 1997).

A ocorrência de diamantes no planalto meridional da Serra do Espinhaço é resultado de um “processo erosivo que desgastou e erodiu a rocha matriz dos diamantes, cuja localização é ainda desconhecida pelos geólogos”. (LACERDA, 2014, p. 27). Nestas áreas de antigas serras, de onde nascem córregos e rios diamantíferos que permeiam o alto Vale do rio do Jequitinhonha e afluentes do Rio São Francisco

A estrutura geológica formada por sedimentos marinhos proterozoicos foi intensamente dobrada e fraturada ao longo do tempo geológico e hoje abriga campos rupestres reconhecidos pela notória diversidade biológica faunística e florística. A natureza apresenta marcas profundas do processo de degradação a que foi submetida. Os cursos d’água encontram-se assoreados em razão das técnicas de exploração que revolveram seu leito, desnudaram o solo em suas margens e geraram um intenso processo erosivo. A diversidade biológica e a abundância de nascentes de água cristalina justificaram a criação de diversas áreas protegidas, o que acaba por gerar um quadro de tensão social em razão das restrições impostas a esta população tradicionalmente extrativista. [...] Sob o ponto de vista cultural e histórico, os garimpeiros são figuras do sertão diamantino, com fisionomias castigadas pelo sol e esculpidas pelas marcas da adversidade cotidiana. Essas pessoas personificam uma simbiose entre a serra e os homens. Já no século XIX a região atraiu a atenção de célebres viajantes naturalistas, mineralogistas e curiosos europeus que publicaram suas impressões sobre os diamantes, os garimpeiros, a natureza e a cultura. A Serra do Espinhaço impressiona pela beleza natural e pela diversidade biológica e tornou-se uma Reserva da Biosfera reconhecida internacionalmente. A riqueza dos diamantes possibilitou a construção de um patrimônio arquitetônico responsável hoje pela atração de visitantes interessados pelo conjunto colonial barroco. A religiosidade do povo local cria um amplo e diversificado calendário de festas marcado pela tradição musical. Este patrimônio atrai a atenção de diferentes atores do Turismo, mas a distância dos grandes centros faz com que o fluxo turístico seja sazonal e que os benefícios econômicos fiquem concentrados nas mãos de poucos empresários. (LACERDA, 2014, p. 27-28).

A paisagem diamantina também é caracterizada pelas expressões identitárias, em que se conseguiu personificar os caracteres físicos deste ambiente inserido na Serra do Espinhaço e sintetizar a evolução histórica do sertão diamantino (LACERDA, 2014). Nesse caminho, conforme a própria autora, por meio da abordagem às descrições geográficas que fizeram os

primeiros viajantes naturalistas sobre o território diamantino no século XIX, é possível identificar e compreender as materialidades que envolvem os atrativos e recursos turísticos do Espaço em Diamantina.

O resultado da simbiose entre natureza e cultura forma a paisagem de Diamantina atrelada ao território que emana poderes e determina as funções econômicas que o caracterizam. Tudo isso contribui para construção de uma imagem das sociomaterialidades inscritas na espacialidade reproduzida pelas redes sociotécnicas que permeiam esses territórios. Desse cenário cabe listar os elementos-chave do espaço de Diamantina, os quais caracterizam as materialidades do Turismo: os diamantes; os garimpeiros; as diversas regulamentações da extração mineral dos séculos XVIII ao XX; o ambiente natural e a diversidade biológica; o núcleo urbano colonial; as tradições religiosas e musicais; e, a apropriação do Turismo por parte dos empresários locais.

Um elemento que chama a atenção e impressiona em toda a região onde se situa Diamantina é a água. Há muitas nascentes no município e, segundo Varajão (2015) o fato de haver disponibilidade de água em abundância no Arraial do Tijuco favoreceu a ocupação humana no local, conforme as observações expressas nos relatos dos primeiros viajantes naturalistas que o visitaram no século XIX, a exemplo de Gardner: “A cidade é abundantemente provida de água excelente vinda de fontes que brotam da montanha em que se situa. Estas águas são canalizadas para muitas das casas”. (GARDNER, [1846] 1975, apud VARAJÃO, 2015, p. 39). A água da região de Diamantina é certamente algo exuberante que impressiona, pela quantidade e beleza de suas nascentes e cachoeiras inscritas numa paisagem de rochas e serras desenhadas no horizonte.

Com base neste cenário de belezas naturais e arquitetônicas tão espetaculares – inclusive já foi utilizado em vários filmes e também em séries da Rede Globo de televisão – os interessados no desenvolvimento do Turismo em Diamantina produziram, e reproduzem as redes sociotécnicas do Turismo formadas a partir das traduções dos atores. Muitos destes, elementos materiais em essência. Logo, para entender as materialidades dos produtos turísticos de Diamantina é preciso aprofundar-se nas narrativas históricas de seus principais atrativos e recursos turísticos, portanto o patrimônio natural e o histórico-cultural. A relevância deste patrimônio justifica os tombamentos do patrimônio natural e cultural pela Unesco o Turismo caracteriza-se como um aliado “desta missão preservacionista”.

Em 2005 a Unesco, por meio da Comissão Mundial do Programa Homem e Biosfera (*Man and the Biosphere*) aprovou a proposta de conceder à Serra do Espinhaço o título de Reserva da Biosfera do Espinhaço (RBSE). A missão da RBSE é contribuir para a conservação da biodiversidade, fomentar o desenvolvimento econômico de forma sustentável e favorecer a produção e difusão de conhecimentos e a educação ambiental⁸. Assim, diante deste cenário o Turismo representa uma ferramenta que pode ser utilizada para que se cumpra tal missão.

O Vale do rio Jequitinhonha, que também compreende uma região do município de Diamantina está localizado no nordeste do Estado de Minas Gerais (sudeste do Brasil). Possui extensão territorial de aproximadamente 85 mil quilômetros quadrados, equivalentes a 14,5% da área total do Estado de Minas Gerais (IBGE, 2008). Segundo IBGE (2008), a mesorregião do Jequitinhonha é uma das 12 mesorregiões de Minas Gerais, formada por 51 municípios subdivididos em cinco microrregiões, entre as quais uma dessas é o Alto Vale do Jequitinhonha.

Com uma população de 45.880 habitantes e IDH 0,716 (IBGE, 2014), o município de Diamantina/MG constitui o principal polo da região do Alto Vale do rio Jequitinhonha. O município é composto por 10 distritos, além da sede municipal (Mapa 2). A área total da unidade territorial municipal é de 3.891,659 Km² (IBGE, 2008).

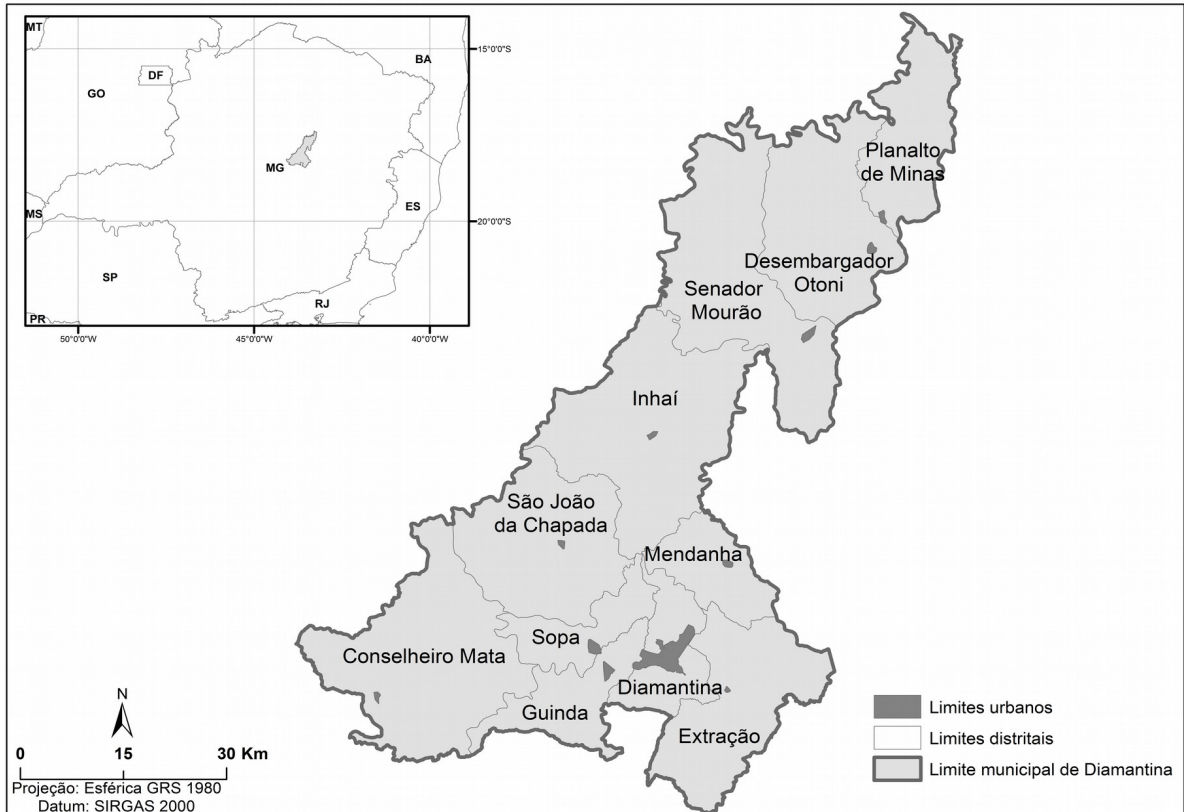
Atualmente, em decorrência das mudanças na legislação ambiental, introduzidas ao longo da década de 1980, sobretudo com relação à extração de diamantes, o município de Diamantina apresenta um cenário de estagnação econômica. Nesse contexto o Turismo surgiu como uma importante alternativa de desenvolvimento regional. Com isso, vislumbra-se possibilidades de exploração do rico patrimônio natural e histórico-cultural do principal destino da região do Circuito Turístico dos Diamantes, também elencado pelo Governo Federal como um dos 65 destinos considerados indutores do desenvolvimento turístico regional (BRASIL, 2008).

Diamantina guarda um importante acervo de edificações do período colonial brasileiro, dos séculos XVIII e XIX. Outro aspecto importante de destaque é o patrimônio natural, representado pela presença de diversas unidades de conservação inseridas na região de

⁸ UNESCO. Reserva da Biosfera do Espinhaço. Disponível em: <http://rbse-unesco.blogspot.com/> . Acesso em 03/05/2016.

Diamantina (Mapa 3), o que também induz a atividade turística local que também conta com muitas cachoeiras e paisagens entrecortadas por serras e vales numa mistura de biomas que vão dos campos rupestres e campos de altitude predominantes, até porções menores de terras mais baixas de mata atlântica ora permeados por frações de cerrado brasileiro nas chapadas.

Mapa 2 – Limites territoriais das áreas dos Distritos e do Município de Diamantina/MG

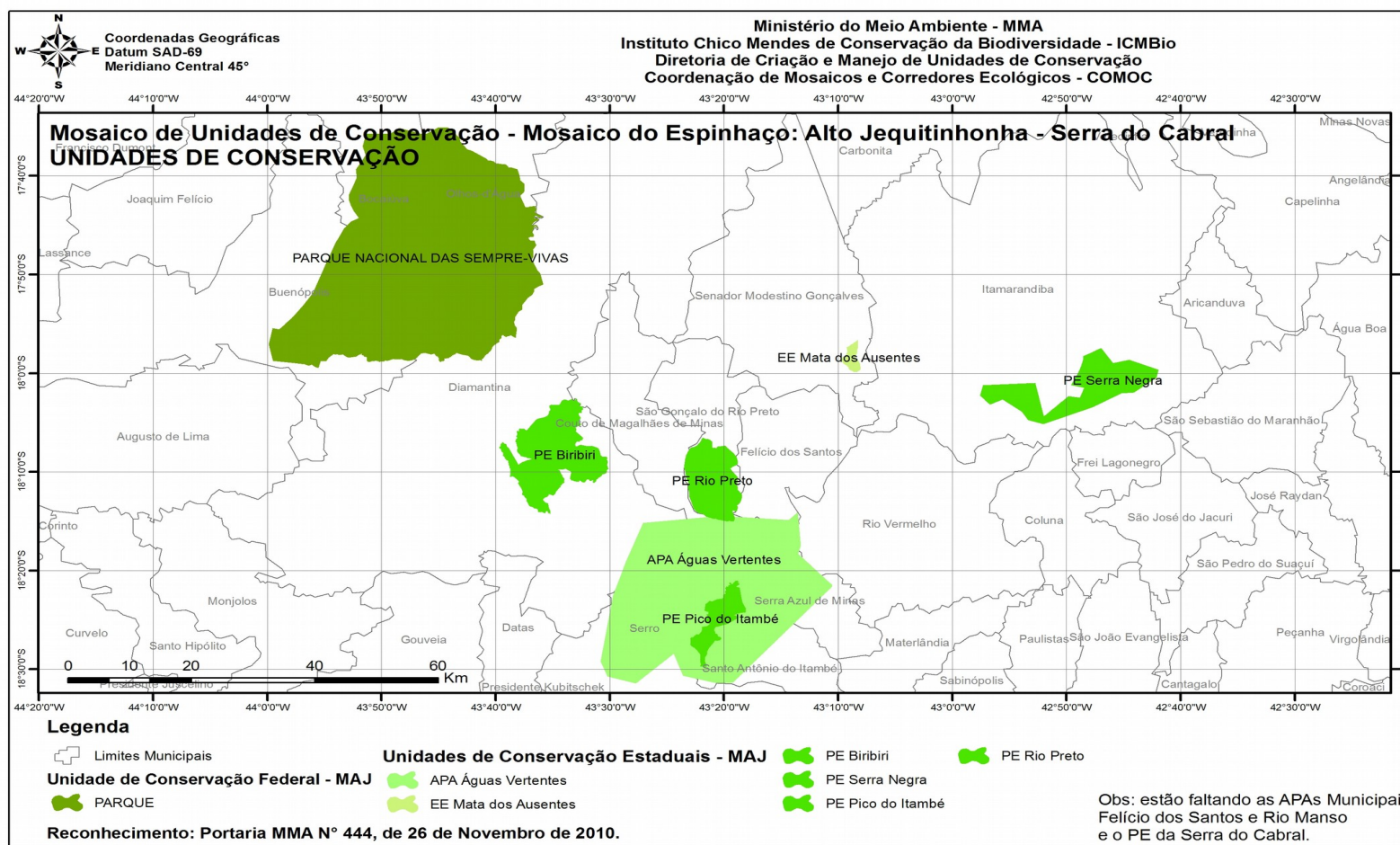


Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Estudos Territoriais do Instituto de Geociências da UFMG

A Figura 3 ilustra os principais atrativos turísticos de Diamantina. O Centro histórico do município é sem dúvida um atrativo-chave pois permeia inúmeros atrativos turísticos histórico-culturais como as Vesperatas, o Mercado Velho e as manifestações religiosas e eventos. A atividade turística em Diamantina está concentrada principalmente em torno dos seguintes elementos: a) Vesperatas; b) casario barroco; c) manifestações culturais e religiosas; d) eventos e) natureza; f) aventura.

Recentemente, o desenvolvimento do Turismo em Diamantina tem sido prejudicado pela crise política e econômica que o país enfrenta. Há necessidades evidentes de implementação de infraestruturas e aprimoramentos dos serviços em geral.

Mapa 3 – Mosaico de Unidades de Conservação da região de Diamantina/MG



Fonte: Adaptado de ICMBio⁹

⁹ Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/mosaicoscorredoresecologicos/mosaicos-reconhecidos-oficialmente/1865-mosaico-do-espinhaco-alto-jequitinhonha-serra-do-cabral>. Acesso em 12/07/2016.

Figura 3 – Atrativos turísticos de Diamantina/MG



Fonte: Compilação do autor¹⁰

10 Montagem com base em fotografias feitas pelo autor e imagens coletadas no portal do Município de Diamantina. Disponível em <http://www.vivdiamantina.com.br>. Acesso em 12/07/2016

Entre os meses de abril e outubro, ocorrem aos sábados os concertos musicais das tradicionais Vesperatas. Na Rua da Quitanda, das sacadas do casario impecavelmente aos Estilos Barroco e Rococó dos séculos XVIII e XIX, a Banda de música do 3º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais saúda cerca de 400 a 500 pessoas, aproximadamente, acomodadas nas 138 mesas que são reservadas previamente em frente aos poucos bares e restaurantes dispostos ao longo de seu característico calçamento rústico construído com seixos de rochas.

As Vesperatas são um importante atrativo turístico local e ator de forte influência nas redes sociotécnicas do Turismo em Diamantina, dada sua capacidade de atrair turistas e promulgar diversos outros atores a ela conectados por meio de traduções que configuram ordenações de atores humanos e não-humanos atrelados entre si.

As manifestações culturais, o calçamento do Centro Histórico, as Igrejas Católicas e o casario em estilo Barroco e Rococó, as Unidades de Conservação e as cachoeiras e demais áreas naturais exercem influência e recebem influências múltiplas dos demais atores que se ordenam, mesmo que temporariamente, numa tentativa de estabilização das redes sociotécnicas.

O Carnaval de Diamantina, tradicionalmente realizado nas ruas e praças do Centro Histórico e Largo Dom João, oferece aos foliões atrações durante todo o dia e noite. [...] O fluxo de visitantes no período do Carnaval é estimado em 30.000 pessoas por dia. Todo esse público utiliza a estrutura formal e informal oferecida pela cidade e provoca o aquecimento da economia local. Com esta expectativa e para garantir a organização, o evento é realizado através de uma gestão compartilhada, que reúne o Ministério Público, todos os órgãos da Segurança Pública, Saúde, Fiscalização e Meio Ambiente, Comunicação, Secretarias Municipais, Copasa, Cemig, entidades representativas do comércio, associações, dentre outras. Essa estrutura, atualmente, está formalizada na Comissão Permanente de Carnaval.¹¹

É possível perceber o peso das multidões de pessoas que tradicionalmente se aglomeravam nas ruas estreitas e becos do Centro Histórico de Diamantina, estimulados por concertos musicais. Durante o Carnaval a cidade se transformava para receber quase as mesmas 45 mil pessoas, que corresponde ao número de habitantes no município de Diamantina.

Com relação à demanda de turistas para Diamantina, tem-se Belo Horizonte-MG como seu principal polo emissor de turistas, seguido de Montes Claros-MG, Rio de Janeiro-RJ, São

¹¹ Prefeitura Municipal de Diamantina-MG. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio. Portal da CNM - Confederação Nacional de Municípios, 2015. Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/sites/6600/6674/CARNAVALDiamantina2015.pdf>> Acesso em 23/02/2017.

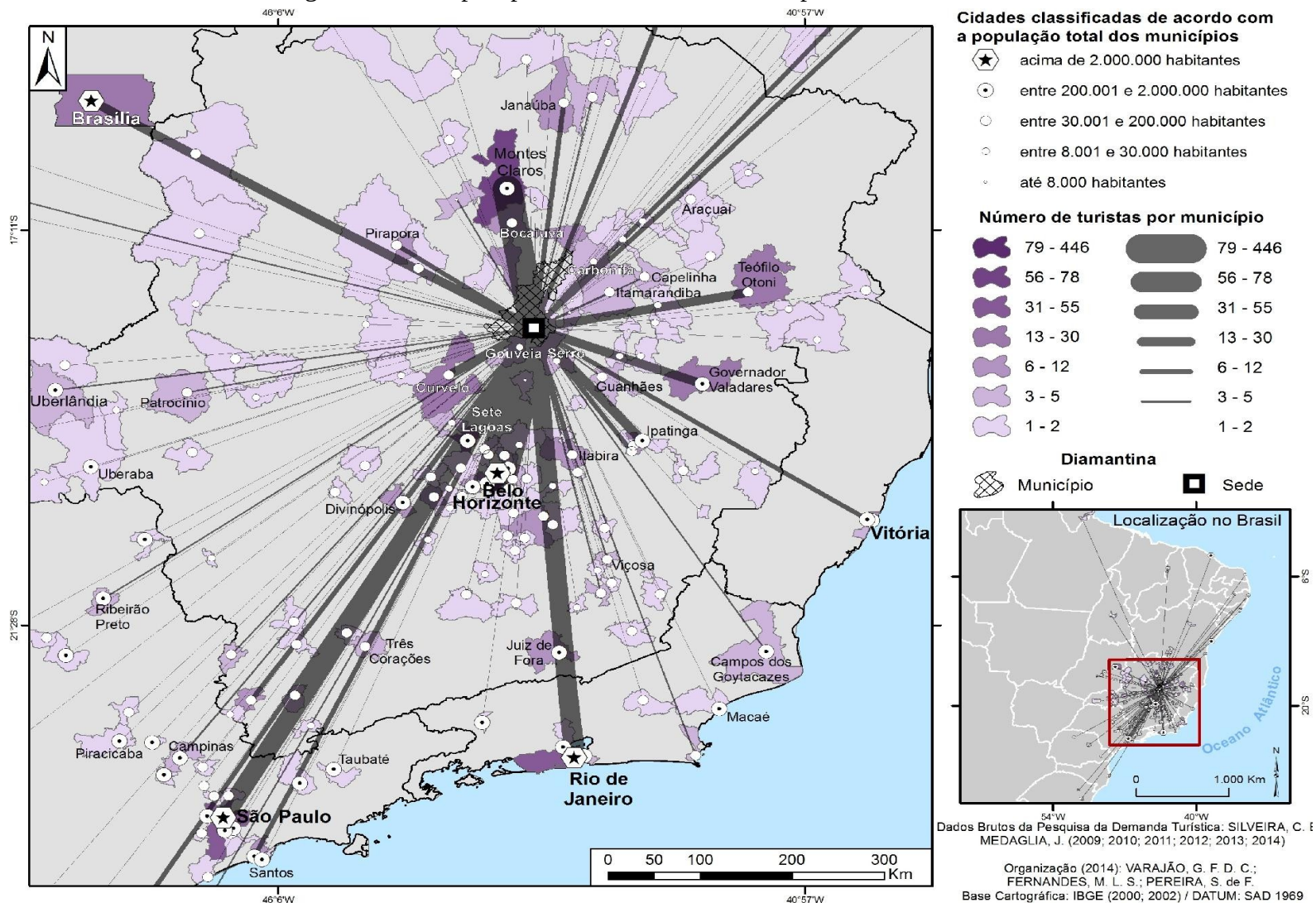
Paulo-SP, Sete Lagoas-MG e Brasília-DF, conforme apontaram os levantamentos sobre demanda turística (Figura 4), realizados por Varajão (2015), que realizou um estudo sobre as relações externas de Diamantina.

A escolha e contextualização do município de Diamantina é o ponto de partida deste estudo, pelo qual os atores-rede do Turismo podem ser rastreados. Por consequência, a análise do ordenamento do espaço em questão se expande naturalmente, sem que haja a necessidade de delimitação locacional ou escalar, a medida em que são reveladas as características de seus padrões de ordenamentos e realizadas as descrições dos processos de produção de relacionamentos e associações entre elementos heterogêneos (LAW, 1992) de suas redes sociotécnicas.

Em geral, patrimônio histórico-cultural e natural em muito se relacionam com o Turismo. Portanto, faz-se necessário compreender as dimensões que envolvem seu desenvolvimento. Em Diamantina há um apelo natural sobre a história e cultura mineiras, sobretudo dos séculos XVIII e XIX, principalmente o casario barroco, as Vesperatas, as belas cachoeiras nos campos de altitude e campos rupestres, onde ainda pode-se observar pinturas que datam de 6.000 a 4000 a.C, como as pinturas localizadas próximas à Cachoeira da Sentinela no Parque Estadual Biri-biri, por exemplo. A história do Distrito Diamantino o aponta como a principal reserva mundial de Diamantes em meados do século XVIII, administrada diretamente pela Coroa Portuguesa, um caso *sui generis* para o padrão das colônias portuguesas da época.

Em síntese, a Figura 3 foi construída pelo autor para representar as principais características de Diamantina, e apresenta as múltiplas relações de Diamantina com seus atrativos turísticos, no caso aqueles com foco no patrimônio natural e histórico-cultural como o casario colonial, as igrejas, o Carnaval e as manifestações culturais e os eventos em geral, as montanhas e cachoeiras. Estes atrativos turísticos associados às instâncias de governança e produção do Turismo definem a forma e a performance de Diamantina com relação ao Turismo. Também ressaltam algumas questões sobre a identidade do lugar como destino turístico. O contexto deste estudo repousa na complexidade, multiplicidade e fluidez, característicos da ANT, e indica um complexo e fluido arranjo de redes de atores humanos e não-humanos envolvidos nas políticas e nas práticas do Turismo dentro e fora do município de Diamantina.

Figura 4 – Principais polos emissores de turistas para Diamantina



Fonte: Adaptada de Varajão (2015 p. 101)

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO: O FIO CONDUTOR DAS ORDENAÇÕES DO TURISMO EM DIAMANTINA

Este capítulo investiga o papel que as políticas públicas desempenham no desenvolvimento do Turismo em Diamantina e interpreta a complexidade da paisagem política. Com base no conceito de rede sociotécnica e na síntese conceitual proposta para este estudo buscou-se analisar e descrever as políticas públicas e o planejamento turístico, como elementos condutores das ordenações do Turismo, que expressaram as relações de poder em curso.

Verificou-se a ampla gama de ações políticas praticadas externamente e internamente, bem como as estratégias decorrentes dessas práticas. Para isso, utilizou-se basicamente informações geradas por meio de análises documentais e entrevistas, as quais indicaram e, conseqüentemente, permitiram descrever os esforços contínuos de produção, organização e consumo do destino turístico, nos níveis interno, externo e estratégico das ordenações, conforme foi previsto no quadro teórico e na síntese conceitual desenvolvidos no capítulo 2.

As análises tiveram como foco as partes formais interessadas no Turismo em Diamantina e a natureza dos papéis desempenhados pelas mesmas nas redes sociotécnicas do Turismo, com atenção especial à alocação de recursos. Neste conjunto de circunstâncias contextuais, alguns atores surgem nas narrativas e indicam a concatenação das redes que produzem o destino turístico, revelando as relações entre a identidade, oferta turística e planejamento do Turismo do município.

4.1 As políticas públicas arraigadas no espaço das redes sociotécnicas do Turismo de Diamantina/MG

No Brasil a tradição política voltada diretamente para o Turismo pode ser considerada recente. As orientações estratégicas e diretrizes formais sobre como o Turismo deve ser explorado derivam diretamente do Plano Nacional do Turismo (PNT), elaborado para ser executado entre os anos de 2018 e 2022, bem como dos PNT anteriores (2013-2016, 2007-2010 e 2003-2007). As análises dos referidos documentos de planejamento tiveram como foco a construção de uma visão ampla das estratégias e diretrizes praticadas em nível nacional, com objetivo de identificar associações e dissociações das mesmas com as demais estratégias e diretrizes estabelecidas por meio de políticas públicas nos níveis estadual e

municipal, as quais foram identificadas e analisadas no âmbito deste estudo. O passo seguinte foi cruzar as informações com os depoimentos dos informantes, acerca das políticas públicas inseridas, como um todo, no contexto mineiro e diamantinense.

O Ministério do Turismo (MTur) foi criado em 2003, com a missão de desenvolver o Turismo no país, atividade considerada relevante para a geração de empregos e renda, e para a promoção da inclusão social.¹² O Mtur esteve inicialmente atrelado à ideia de PNT e às primeiras tentativas de descentralização das atividades turísticas, a exemplo do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), criado em 2004 e continuado na década seguinte, pretendeu estruturar o desenvolvimento do Turismo de forma descentralizada (BRASIL, 2013b). Ao promover o desenvolvimento do Turismo no interior do país, buscou resolver problemas como a necessidade de diversificação da oferta de novos produtos qualificados e mais competitivos.

Ao final da década de 2000 a regionalização tornou-se um macroprograma do PNT (2007-2010), o qual tinha como premissa orientadora a inclusão social (BRASIL, 2007). Contudo o PRT teve a árdua missão de desenvolver o setor do Turismo no interior do país e, portanto, deparar-se com problemas evidentes como a necessidade de infraestrutura de transportes e qualidade dos serviços prestados. No nível Estadual especificamente mineiro, verifica-se que a regionalização do Turismo também é uma diretriz e está consolidada por meio de políticas públicas específicas, também analisadas neste estudo.

A estratégia de regionalização estabelecida no PNT (2007-1010) foi tentar induzir o desenvolvimento do Turismo no país por meio da designação de 65 polos considerados como possíveis indutores regionais e nacionais do Turismo brasileiro (BRASIL, 2007). Vale destacar que em Minas Gerais foram designados quatro destinos turísticos considerados como indutores do Turismo, Belo Horizonte, Ouro Preto, Tiradentes e Diamantina (BRASIL, 2007). Uma das metas do referido Plano era “estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional” conforme parâmetros estabelecidos sobre infraestruturas diversas, serviços e equipamentos turísticos, sustentabilidade, entre outros (BRASIL, 2007). Independente da avaliação que se faça dos resultados, a política pública nacional que mais intercepta o destino turístico Diamantina é a política dos “65 Destinos Indutores”, estando

12 Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional.html>> Acesso em 13/01/2017.

associada aos esforços tanto em nível Federal como Estadual de regionalização do desenvolvimento do Turismo.

Faz-se importante mencionar um contratempo que incidiu diretamente no PNT, a crise financeira que ocorreu no ano de 2008¹³, que posteriormente encetou uma série de consequências econômicas catastróficas para o país, principalmente durante o primeiro mandato da Presidente Dilma Rouseff (2010-2014). Com isso o PNT foi interrompido e retomado apenas em 2013 diante da eminência de se organizar para os jogos da Copa do Mundo de futebol, disputada no Brasil em julho de 2014 e, também, para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, que aconteceram durante o mês de agosto de 2016. Em função dos dois megaeventos, vários projetos de capacitação de mão de obra e adequação de infraestruturas foram desenvolvidos para atender às demandas postas, desdobramentos do PNT (2013-2016).

As diretrizes que nortearam o PNT nesse período (2013-2016) ratificaram os esforços de regionalização como abordagem territorial e institucional do planejamento e incentivaram o empreendedorismo e a inovação à medida que vislumbrava o incremento das chegadas de novos turistas estrangeiros (BRASIL, 2013a). Mas, contra isso, o desafio de gerar maior competitividade em um mercado internacional especializado e a necessidade evidente em melhorar a qualidade dos serviços ao preparar-se para os megaeventos. Destaca-se também que a partir de 2014 - passado o *impeachment* de 2016 - o país mergulhou em outra grave crise econômica e política na qual se encontra atualmente imerso. É importante destacar que 2013 foi o ano em que Diamantina implementou o Plano Municipal de *marketing* turístico, portanto diante da proeminência de uma crise nacional.

Em geral, as questões do PNT sempre giraram em torno de objetivos como aumentar o fluxo de turistas e estimular a geração de emprego e renda através do incentivo ao empreendedorismo. Fazer isso e ainda tornar os nossos produtos e serviços mais competitivos em mercados internacionais cada vez mais especializados. Em 2018 foi lançado novamente o PNT, com metas definidas até 2022, cujas diretrizes são: fortalecimento da regionalização; melhoria da qualidade e competitividade; incentivo à inovação, e; promoção da sustentabilidade (BRASIL, 2018). Assim, o PNT tem como objetivos contribuir para a

13 A crise financeira de 2008 é considerada um dos acontecimentos históricos mais importantes do século XXI, ocorrido em decorrência da sucessão de falências de instituições financeiras nos Estados Unidos e na Europa. Essa onda de falências está relacionada ao que os economistas denominaram de “estouro da bolha imobiliária” dos EUA (BRESSER-PEREIRA, 2009).

redução das desigualdades sociais e econômicas regionais, promover a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhorar a distribuição de renda (BRASIL, 2018). O plano propõe ainda modernizar e desburocratizar o setor do Turismo; ampliar as oportunidades de investimentos e o acesso ao crédito; estimular a competitividade e inovação; investir em promoção e qualificação profissional e dos serviços; e fortalecer a gestão descentralizada e a regionalização do Turismo (BRASIL, 2018). À medida que se espera um possível reestabelecimento gradual da economia, prevê-se aumento do ingresso de estrangeiros no país e ampliação da receita cambial do Turismo e geração de renda e novos empregos. As linhas de atuação do PNT são: ordenamento, gestão e monitoramento; estruturação do Turismo brasileiro; formalização e qualificação no Turismo; incentivo ao Turismo responsável; *Marketing* e apoio à comercialização (BRASIL, 2018).

A Política Nacional de Turismo atualmente em vigor no país é, portanto, a continuidade de uma série histórica de PNT's que ao longo dos tempos, de alguma forma tem incidido em Diamantina. O Quadro 3 apresenta os programas de desenvolvimento do Turismo, atualmente em vigor no país, os quais são desdobramentos do PNT (2018-2022):

Quadro 3 – Programas Nacionais de desenvolvimento do Turismo no Brasil

PROGRAMA	INSTITUIÇÃO	PROPOSTA
PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO NACIONAL NO TURISMO (PQNT)	Ministério do Turismo	Fomento da oferta de cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional em diferentes áreas voltadas aos profissionais que integram a cadeia produtiva do Turismo e às pessoas que desejam ingressar no setor.
PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO (PRT)	Ministério do Turismo	Convergência e interação de todas as ações desempenhadas pelo MTur com estados, regiões e municípios brasileiros, com objetivo de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do Turismo no País.
PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO (PRODETUR)	Ministério do Turismo	Estruturação dos destinos turísticos brasileiros, pelo fomento ao desenvolvimento local e regional, por meio de parcerias com estados e municípios.
PROGRAMA CADASTUR	Ministério do Turismo	Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do Turismo.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em (BRASIL, 2018)

O PQNT gerou algumas ações isoladas de capacitação de mão de obra, com foco em atendimento ao cliente, cursos de garçons e camareiras na cidade de Diamantina, principalmente durante o período de preparação para os megaeventos, não havendo nenhuma ação relacionada diretamente com a musicalidade.

Possivelmente a mais significativa contribuição do PRODETUR Nordeste II¹⁴ em Diamantina foi a pavimentação asfáltica da estrada que liga Diamantina ao município do Serro, passando por São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde, distritos de Serro. O documento orientador de todas as ações realizadas no âmbito do PRODETUR Nordeste II em Minas Gerais é o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Turístico do Vale do Jequitinhonha, elaborado pelo Centro de Estudos Econômicos e Sociais da Fundação João Pinheiro, uma entidade estadual com função de apoiar tecnicamente a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004). O PDITS é um desdobramento (exigência) do PRODETUR/NE II, que atendeu à demanda apresentada pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais em elaborar um instrumento de planejamento para um horizonte temporal até o ano 2020.

Ao analisar o PDTIS verificou-se que a única estratégia elaborada que tem relação direta com a musicalidade é: “sensibilizar a comunidade a valorizar a cultura do Vale do Jequitinhonha, tais como a **música regional** e os produtos do artesanato, incentivando o associativismo e a formação de parcerias para ampliar a comercialização”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004, p. 26, grifo nosso).

As estratégias e diretrizes estabelecidas no PNT, como um todo, demonstraram-se ser demasiadamente amplas, complexas e fluidas. Os depoimentos dos residentes locais envolvidos diretamente com o planejamento e a gestão do Turismo são indicativos que as políticas públicas nacionais não se efetivaram de fato no nível local, conforme depoimento do Informante 27. Para ele:

[...] O modelo federativo não permite alcançar aos municípios. Não há uma devolutiva local. Então assim, se tem um discurso de políticas públicas, ele pra mim só tem efetividade se ele alcança chegar no território, concretizar demandas e pactuar a partir de diagnósticos locais. Então isso a gente não tem. Se começou a

14 O PRODETUR Nordeste II é o antecessor do atual PRODETUR. Basicamente realizou ações de investimento em infraestrutura. Foi proporcionado pelos “fundos perdidos” do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com contrapartida do Estado de Minas Gerais, tendo como agente financeiro o Banco do Nordeste.

estruturar mas nos últimos anos teve um retrocesso enorme. Eu só vejo estagnação. [...] Então quando fala de políticas públicas de Turismo, para mim é de uma fragilidade, ainda, de estruturação desse modelo federativo brasileiro, que no final das contas, o quê é que é descentralizado, efetivamente? Vamos ver nesses últimos quatro anos o quê que concretamente descentralizou? Nada. Muito trabalho. (Informante 27).

De acordo com esse mesmo depoimento a efetiva descentralização do desenvolvimento do Turismo não ocorreu conforme estabelece o PNT. As dificuldades em cumprir metas e objetivos outrora estabelecidos por meio de planos, programas e projetos em geral é recorrente.

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) gerou ações práticas que influenciaram no direcionamento da Política Estadual de Turismo em Minas Gerais, igualmente inspirada nas diretrizes de descentralização e interiorização das atividades turísticas. Observa-se que as tentativas de regionalização do Turismo no país refletem diretamente nas políticas públicas no nível Estadual, cuja implementação de estratégias de descentralização do Turismo também se iniciou no início da década de 2000, por meio das ações das Instituições recém-criadas, a Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais e o Instituto Estrada Real. Nesse sentido, iniciou-se no Estado a elaboração e implementação de políticas públicas de Turismo tendo como eixo principal e criação de Circuitos Turísticos, com objetivo de alinhar-se com a Política Nacional de Regionalização do Turismo. Assim, o planejamento público estratégico do Turismo no Estado de Minas Gerais estabeleceu alguns macroprogramas de ações que visam atender às diretrizes políticas tanto estaduais como nacionais.

As políticas públicas Estaduais de Turismo em Minas Gerais foram estruturadas em quatro eixos: Circuitos Turísticos e Governança; Produção e Segmentos Turísticos; Qualificação em Receptividade; ICMS Turístico. Cada um desses eixos mantém uma rede de elementos interligados. No entanto, no nível nacional o arranjo institucional Federal definiu diretrizes estratégicas norteadoras que estruturaram um processo de regionalização do Turismo que não tem alcançado diretamente aos municípios, o quê dificulta a continuidade das ações e projetos no nível municipal.

Com objetivo de viabilizar os investimentos no desenvolvimento do Turismo e favorecer a participação efetiva e a integração das partes interessadas no desenvolvimento do destino turístico no nível local, o Estado de Minas Gerais criou em 2009 um mecanismo de repasse

do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estabelecendo o critério Turismo. O ICMS turístico caracteriza uma inovação política inédita no Brasil.

A Lei Estadual nº 18.030 de 2009, conhecida popularmente como “Lei Hobin Hood”, dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Em decorrência da referida Lei, visando ampliar as fontes de arrecadação fiscal, os municípios mineiros como um todo demonstraram interesse em se inserir neste mecanismo político e passaram a buscar os recursos proporcionados pelo mesmo. Contudo, para habilitar-se a receber repasses de recursos os municípios devem atender aos seguintes requisitos: (I) participar da composição de um dos Circuitos Turísticos reconhecidos pela SETUR/MG, nos termos do Programa de Regionalização do Turismo no Estado de Minas Gerais; (II) ter elaborada e em implementação uma política municipal de Turismo; (III) possuir Conselho Municipal de Turismo (COMTur), constituído e em funcionamento; (IV) possuir Fundo Municipal de Turismo (FUMTur), constituído e em funcionamento¹⁵. Contudo, relatos dos gestores públicos entrevistados neste estudo, indicam limitações práticas de ordem administrativa e operacional no mecanismo, conforme a citação:

Acho que Minas Gerais avança com a política da territorialização com os circuitos turísticos, mas fica estagnada. Pra mim está absolutamente estagnada. [...] Ela não traz diferenciação de territórios que são diferentes. Ela generaliza, né, a distribuição, ela não tem categoria de diferenciação, nem pela atratividade já demonstrada até como indutor. E aí então a gente coloca Diamantina como exemplo mesmo. Como que Diamantina não tem diferenciação nenhuma dentro do Circuito dos Diamantes, dentro da política do ICMS, como uma devolutiva dos impostos que a gente gera aqui, que é o tal do ICMS turístico. [...] Se esse é o modelo de política pública que Minas Gerais estrategicamente escolheu para territorializar, né, ela não tem hierarquia, ela não tem prioridade. Ela tem uma ferramenta que a exemplo do patrimônio, que já avançou muito mais, e já sofisticou muito mais, para realmente dar valor à política que é feita. O patrimônio avançou. O ICMS turístico para mim está estagnado. (Informante 21).

Na prática observa-se que a Lei não considerou as peculiaridades de um Estado territorialmente extenso e socioculturalmente diverso como Minas Gerais, o que pode comprometer as ações locais específicas, considerando diferenças regionais. Conforme apontou o relato oral do Informante 21, observa-se que o município de Diamantina, apesar ser considerado o principal polo indutor do Turismo regional, é beneficiado de forma equitativa perante os demais municípios do Circuito Turístico dos Diamantes. O fato é que Diamantina

15 Texto da Lei nº 18.030 de 12 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/2009/118030_2009.htm. Acesso em 14/10/2017.

sustenta um fluxo turístico muito maior que qualquer outro município desse Circuito, o que justificaria o direito ao recebimento de uma parcela maior de repasse.

Ocorre que o Estado de Minas Gerais é muito extenso territorialmente. Em extensão, é a quarta maior área territorial entre as 27 Unidades da Federação brasileiras¹⁶, terceira em PIB¹⁷, segunda em número de habitantes¹⁸ e primeira em extensão da malha rodoviária e em números de municípios (IBGE, 2014). Diante do desafio da integração e desenvolvimento das diversas regiões econômicas de Minas Gerais, uma das vias encontrada pelas políticas públicas do Estado foi regionalizar o desenvolvimento do Turismo ao estabelecer 46 áreas contíguas, que compreendem os Circuitos turísticos agrupados em cada uma das 11 regiões do Estado (Quadro 4; Mapa 4). Embora essa seja uma importante proposta de regionalização do Turismo, os recortes territoriais que decorrem desta divisão, por vezes, não correspondem às realidades socioeconômicas específicas que as múltiplas ordenações do Turismo produzem. Um exemplo disso é o Mosaico de Unidades de Conservação existente na região de Diamantina (Mapa 3, seção 3.4).

A regionalização do Turismo em Minas Gerais tornou-se um problema regional. O agrupamento de municípios que compõe o Circuito dos Diamantes não é compatível com o agrupamento de municípios que compõe a região do Vale do Jequitinhonha. Tal fato tem gerado planos de intervenção que incidem em áreas diferentes à regionalização Estadual do Turismo. Por exemplo, ao considerar o mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço, verifica-se diferente configuração territorial, em comparação com a área de abrangência do Circuito dos Diamantes. Tem-se com isso um desafio aos Circuitos Turísticos. O Decreto-Lei nº 43321/2003 define circuito turístico como:

conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional.¹⁹

16 Tem uma área de 586.521 quilômetros quadrados.

IBGE <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm> Acesso em 27/06/2017.

17 IBGE. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2014/> Acesso em 27/06/2017.

18 IBGE. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2014/> Acesso em 27/06/2017.

19 Decreto Lei nº 43321/2003. Disponível em:

<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/turismo/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=316&tagAtual=316> Acesso em 30/11/2017.

O polo indutor do Turismo Diamantina, principal município da região do Circuito turístico Diamantes, localizado na região Central do Estado de Minas Gerais, enquadra-se num contexto complexo de regionalização do Turismo. Isto porque ao considerar-se toda a mesorregião do Jequitinhonha, nota-se que a mesma sub divide-se em cinco microrregiões cujos principais municípios de cada uma delas são Almenara, Araçuaí, Capelinha, Pedra Azul e Diamantina. O problema é que cada uma dessas cinco microrregiões interceptam 06 diferentes Circuitos Turísticos, conforme observa-se no Mapa 4, quais sejam: 40) Vale do Jequitinhonha; 39) Trilhas do Rio Doce; 36) Sertão Gerais; 26) Pedras Preciosas; 16) Lago de Irapé, e; 11) Diamantes. Percebe-se que a regionalização proposta pelos Circuitos Turísticos não foi estabelecida conforme as territorialidades locais e com as políticas públicas do Turismo nos três níveis, ou sejam, local, regional e nacional.

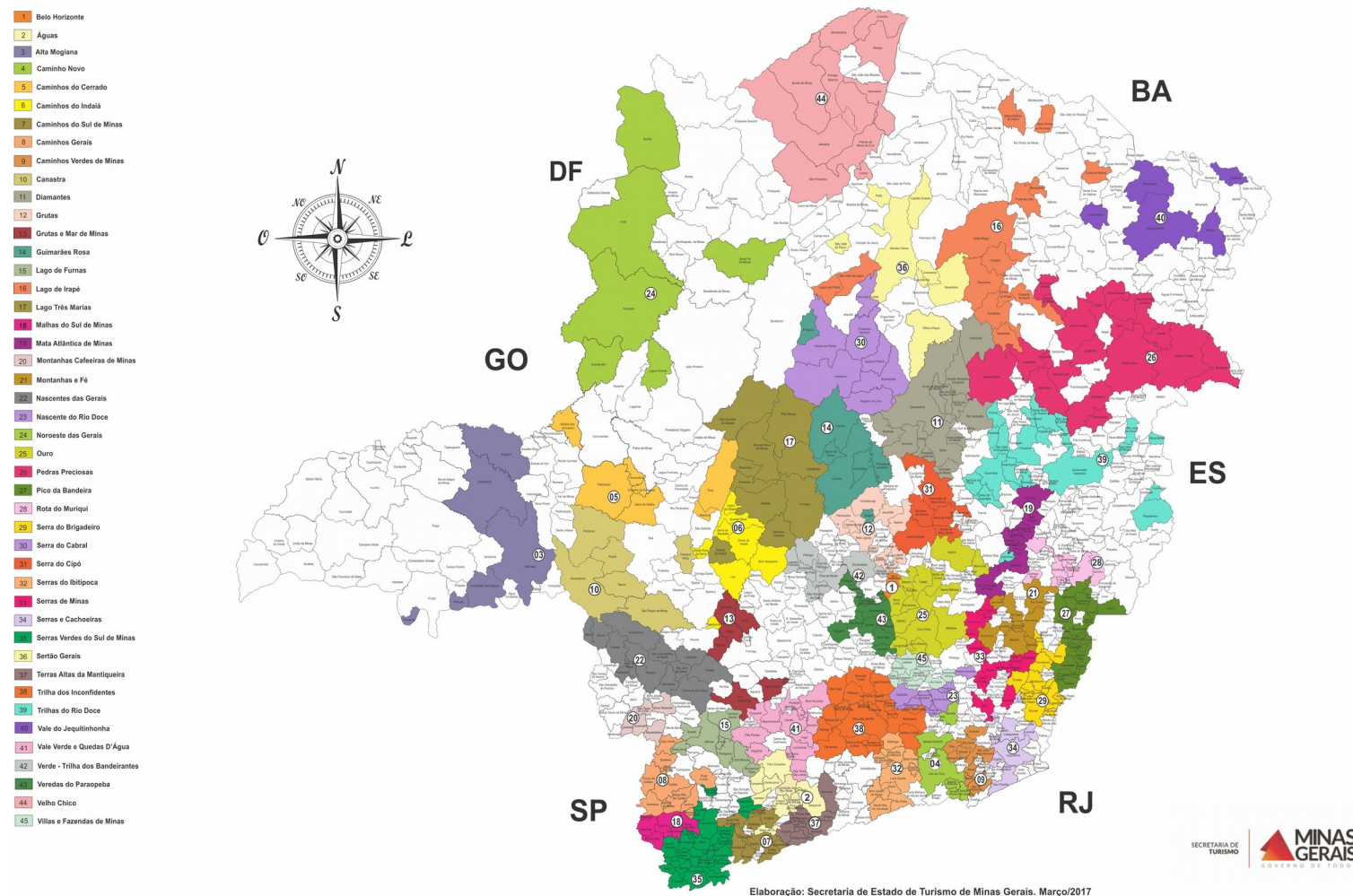
Quadro 4 - Lista de Circuitos turísticos de Minas Gerais, por região

<p><u>Central</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Belo Horizonte; • Diamantes; • Grutas; • Guimarães Rosa; • Lago Três Marias; • Ouro; • Serra do Cipó; • Trilha dos Inconfidentes; • Verde – Trilha dos Bandeirantes; • Veredas do Paraopeba; • Vilas e Fazendas de Minas 	<p><u>Zona da Mata</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Caminho Novo; • Caminhos Verdes de Minas; • Montanhas e Fé; • Nascentes do Rio Doce; • Pico da Bandeira; • Serra do Brigadeiro; • Serras de Minas; • Serras do Ibitipoca; • Serras e Cachoeiras; 	<p><u>Sul de Minas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Águas; • Caminhos do Sul de Minas; • Caminhos Gerais; • Malhas do Sul de Minas; • Montanhas Cafeeiras de Minas; • Nascentes das Gerais; • Serras Verdes do Sul de Minas; • Terras Altas da Mantiqueira; • Vale Verde e Quedas D'Água; • Lago de Furnas
<p><u>Centro-Oeste de Minas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Caminhos do Indaiá; • Grutas e Mar de Minas 	<p><u>Rio Doce</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mata Atlântica de Minas; • Rota do Muriqui; • Trilhas do Rio Doce. 	<p><u>Norte de Minas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Lago de Igarapé; • Serra do Cabral; • Serra Geral do Norte de Minas; • Sertão Gerais; • Velho Chico; • Cachaça.
<p><u>Vale do Jequitinhonha</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Vale do Jequitinhonha</u> 	<p><u>Vale do Mucuri</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Pedras Preciosas</u> 	<p><u>Alto Paranaíba</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Caminhos do Cerrado;
<p><u>Noroeste de Minas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Noroeste das Gerais;</u> 	<p><u>Triângulo Mineiro</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Alta Mogiana</u> 	<p><u>Canastra</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Canastra</u>

Fonte: Elaborado pelo autor

Mapa 4 – Regionalização do Turismo em Mianas Gerais

MAPA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Fonte: Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.

Em decorrência da política de desenvolvimento dos Circuitos Turísticos, a Secretaria de Estado de Turismo tem realizado ações de implementação, sensibilização, mobilização, roteirização, promoção e planejamento estratégico.

Neste estudo realizou-se um amplo levantamento de diversos dispositivos legais (Apêndice A), aqui denominados de “Diplomas legais”, os quais podem ter caráter de Decreto, Lei ou Resolução, que, de alguma forma se relacionam aos quatro eixos da política pública Estadual de Turismo, quais sejam Circuitos Turísticos, Produção e Segmentos turísticos, Qualificação em receptividade e ICMS turístico. Estes diplomas legais incidem direta ou indiretamente no espaço das redes sociotécnicas do Turismo de Diamantina.

Observa-se que os Circuitos Turísticos de Minas Gerais encontram-se devidamente inseridos em uma política pública Estadual. Há inclusive, uma série de outras ações legislativas paralelas atualmente em execução, as quais, de alguma forma se relacionam com o Turismo e ou com os Circuitos Turísticos de Minas Gerais.

A série de diplomas legais relacionados à política de “Produção e Segmentos turísticos” se relaciona com diversos aspectos do Turismo em Diamantina. A regulamentação da prática de esporte de aventura, bem como a política Estadual de desenvolvimento do ecoturismo no Estado demonstra que o Turismo em áreas naturais vem se estruturando, o quê representa oportunidades e desafios para o desenvolvimento do Turismo nas Unidades de Conservação inseridas na região do Mosaico do Espinhaço.

A gastronomia é outro elemento que se destaca no Turismo mineiro, tendo uma política de desenvolvimento específica. O maior reflexo dessa política em nível local é o Festival gastronômico Diamantina *Gourmet*, realizado anualmente durante o mês de novembro. Um evento que mescla gastronomia e cultura com base na musicalidade que é utilizada para “inspirar a criação de pratos pelos participantes”. Durante o evento ocorrem apresentações musicais de artistas locais e regionais.

Complementarmente, levantou-se os projetos de lei atualmente em tramitação junto à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Apêndice B), com reflexo direto no Turismo. Verificou-se 23 projetos, entre os quais observa-se que a legenda política que

atualmente possui maior número de autorias de projetos em tramitação, relacionados ao Turismo é o PEN (quatro), seguido do PT e DEM (três), PDT, PV e PSDB (dois), PPS, PSD, PRB, PT do B, PTC, PC do B e PTB (um).

A análise das propostas políticas atualmente em curso no Estado permite concluir que alguns projetos de Lei terão maiores reflexos em Diamantina. Uma dessas propostas é de alteração do índice de ICMS turístico, Projeto de Lei nº 2378 de 2015, que desperta maior interesse do município, em consonância com o depoimento do Informante 21. A instituição de áreas Especiais de Interesse Turístico e Cultural, Projeto de Lei nº 3267 de 2016, também incide diretamente em Diamantina, uma vez que o Município é dotado de patrimônio internacionalmente reconhecido. Outras questões também implicarão na produção do Turismo de Diamantina, como o Projeto de implantação do Turismo pedagógico nas escolas da rede pública Estadual, Projeto de Lei nº 3830, de 2016 e, o Projeto de Lei nº 1619, de 2015, que institui o Programa Estadual de desenvolvimento da produção artesanal e orgânica associada ao Turismo.

Com objetivo de analisar os reflexos da política de ICMS turístico de Minas Gerais em Diamantina, realizou-se um levantamento dos montantes de recursos recebidos pelo Município no âmbito da referida política pública (Tabela 2), entre os anos de 2014 e 2017.

Tabela 2 – Distribuição da parcela da receita do ICMS turístico, Município de Diamantina

2014	2015	2016	2017
76.109,83	50.841,12	52.623,13	53.119,75

Fonte: Elaborado a partir dos dados divulgados pela Fundação João Pinheiro (2018)²⁰

Observa-se uma queda acentuada na receita de ICMS turístico arrecadada entre os anos de 2014 e 2015. Posteriormente, a redução se manteve nos dois anos seguintes. Esse fato corrobora com o cenário da crise econômica apontado anteriormente nesta seção do estudo.

²⁰ Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood>. Acesso em 20/03/2018.

Dentre as principais ações recentes de planejamento do Turismo na região do Vale do Jequitinhonha, tem-se o Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ), resultado de uma parceria entre a Fundação João Pinheiro e a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), elaborado em 2017. Esse documento tem como objetivo definir estratégias e ações para nortear a atuação do Governo do Estado de Minas Gerais com foco no desenvolvimento, em geral, na região do Vale do Jequitinhonha como um todo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017). As estratégias e ações prioritárias elaboradas no âmbito do referido Plano foram divididas em eixos e subeixos, encontram-se dispostas em forma de Quadro, no Apêndice C.

Ao analisar o PDVJ, verificou-se que o mesmo traz apenas uma única menção ao potencial turístico da musicalidade, conforme a citação a seguir: “[...] muitas festas regionais e **musicalidade** no Vale que podem gerar demanda turística”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017, p. 172). Com relação às proposições e estratégias elaboradas no âmbito do referido documento, com menção direta do tema musicalidade, tem-se a seguinte:

Articular esforços com as áreas de cultura e patrimônio visando identificar e suprir necessidades de proteção, conservação e estruturação, como “produtos turísticos” dos principais atrativos da região de natureza histórico-cultural, artística e religiosa e que incluem sítios históricos, patrimônio arquitetônico e outras edificações, obras de arte, instituições culturais, feiras e mercados, artesanato, elementos da cultura imaterial, como festas, celebrações e gastronomia típica, teatro, **música** e dança, saberes e fazeres. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017, p. 180, grifo nosso).

Por outro lado, o PDVJ pretendeu atrelar a estruturação e qualificação da oferta turística ao desenvolvimento urbano. Identificou que os territórios do Jequitinhonha como um todo apresentam deficiências de estruturação na maioria dos atrativos turísticos e de articulação para a formatação de roteiros e produtos turísticos. Estabeleceu que a ênfase maior deveria ser dada aos atrativos e roteiros que tivessem maior potencial de atratividade, e condições propícias para o investimento, com condições mais favoráveis de acesso e instrumentos de gestão urbana. Conforme o Plano, Diamantina e Serro são os municípios identificados como os que recebem maior número de turistas, muitos dos quais apenas pernoitam na região, de passagem a caminho da região de Porto Seguro/BA (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017). Nesse sentido o Plano também teve como foco o estímulo à demanda e ao fortalecimento da comercialização turística, numa tentativa de integrar-se às cadeias produtivas do Turismo do

sul da Bahia (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017). Outra estratégia do Plano é o fortalecimento do sistema de gestão do Turismo e suas instituições, pois, segundo o qual, a maioria dos municípios da região defronta-se com dificuldades financeiras e de recursos humanos para planejar e gerir o Turismo municipal e faltam recursos e linhas de financiamento adequadas para os investimentos estruturais necessários ao Turismo, assim como para o planejamento e ordenamento urbano em geral (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017).

O Quadro 5 traz um painel elaborado com objetivo de visualizar-se os programas políticos e suas respectivas metas financeiras de investimentos atualmente em execução no âmbito do planejamento estadual do Turismo. No Estado de Minas Gerais, ainda que não seja totalmente voltada ao Turismo, a gestão das Unidades de Conservação é realizada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). É uma ação prevista no Programa 143 - Proteção das áreas ambientalmente conservadas, da fauna, e da biodiversidade florestal. Ação que mais consome recursos público, em comparação com as demais ações que geraram investimentos, totalizando R\$ 48.788.546,22. Em seguida tem-se os investimentos realizados em infraestruturas de apoio aos atrativos e destinos turísticos, totalizando R\$ 3.647.505,00.

Quadro 5 – Ações de planejamento do Turismo do Estado de Minas Gerais (2018)

PROGRAMA 34 - TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL	
Valor total programado para o ano (R\$): 3.910.417,00	
Ação	Meta programada para o ano (R\$)
1011 - ESTRUTURAÇÃO DE DESTINOS E PRODETUR NACIONAL DE MINAS GERAIS	92.000,00
2062 - OBSERVATÓRIO DO TURISMO	44.956,00
092 - QUALIFICAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS E DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO	81.000,00
4094 - FOMENTO À POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO PARA FORTALECIMENTO DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS E MUNICÍPIOS REGIONALIZADOS	44.956,00
4095 - FOMENTO E APOIO A SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA NOS DESTINOS MINEIROS	44.956,00
4123 - INFRAESTRUTURA DOS ATRATIVOS E DESTINOS TURÍSTICOS	3.647.505,00
PROGRAMA 35 - IDENTIDADE TURÍSTICA DE MINAS GERAIS	
Valor total programado para o ano (R\$): 634.048,00	
Ação	Meta programada para o ano (R\$)
4083 - PROMOÇÃO DO DESTINO MINAS GERAIS	289.912,00
4087 - DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA E APOIO A COMERCIALIZAÇÃO	40.000,00
4088 - FOMENTO AO TURISMO GASTRONÔMICO	20.000,00
4346 - FOMENTO AO TURISMO NOS PARQUES ESTADUAIS	284.136,00
PROGRAMA 40 - ESTUDOS, PESQUISAS, INFORMAÇÕES E DADOS ESTATÍSTICOS PRODUZIDOS PELA FJP (PARCIAL)	
Valor total programado para o ano (R\$): 207.600,00	
Ação	Meta programada para o ano(R\$)
4169 - ESTUDOS EM CULTURA, TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA	207.600,00
PROGRAMA 88 - PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE MINAS GERAIS	
Valor total programado para o ano (R\$): 169.220,00	
Ação	Meta programada para o ano (R\$)
4222 - AÇÃO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ESTADO	169.220,00
PROGRAMA 92 - APOIO FINANCEIRO AO TURISMO MINEIRO	
Valor total programado para o ano (R\$): 1.000,00	
Ação	Meta programada para o ano (R\$)
1045 - FASTUR	1.000,00
PROGRAMA 143 - PROTEÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE CONSERVADAS, DA FAUNA, E DA BIODIVERSIDADE FLORESTAL. (PARCIAL)	
Valor total programado para o ano (R\$): 48.788.546,22	
Ação	Meta programada para o ano (R\$)
4380 - GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	48.788.546,22
PROGRAMA 152 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE (PARCIAL)	
Valor total programado para o ano (R\$): 3.972.621,09	
Ação	Meta programada para o ano (R\$)
368 - POTENCIALIZAÇÃO DAS VOCAÇÕES REGIONAIS DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS	3.972.621,09

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações divulgadas pela da Assembleia Legislativa de Minas Gerais²¹

21 Disponível em: <https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/monitoramento.html?>. Acesso em 03/07/2018.

Novamente, acredita-se que o Turismo de aventura e o ecoturismo deveriam convergir com os esforços de desenvolvimento do Turismo em áreas naturais, principalmente as diversas Unidades de Conservação da região do Mosaico do Espinhaço, visto que maior parte dos investimentos relacionados ao Turismo no Estado tem sido destinado à gestão das Unidades de Conservação.

Outro importante Programa de desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais que incidiu em Diamantina é o Programa Turismo Solidário (PTS). Uma iniciativa do Governo de Minas Gerais, o Programa foi elaborado pela Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Mucuri, Jequitinhonha e Norte de Minas (SEDVAN), em parceria com o Ministério do Turismo e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Diamantina (FUNDAEPE). O programa visa “realizar a ordenação turística de localidades que possuem rico patrimônio natural e cultural, porém baixos índices de desenvolvimento humano”, por meio da viabilização da participação solidária direta dos turistas no cotidiano dos visitados²². Neste caso, os turistas realizam ações educativas sobre diversos aspectos de cunho formativo e informativo. Como estabelecido no *website* do próprio Programa:

A proposta privilegia a valorização do jeito de ser, da cultura popular e das belezas naturais das comunidades. Os turistas solidários participam do cotidiano das famílias que os hospedam e têm a possibilidade de compartilhar um pouco de seu conhecimento. Possibilitando a troca de conhecimentos e geração de renda às populações locais, o programa significa esperança de vida melhor para centenas de famílias beneficiadas pelo aumento do fluxo turístico e pela participação solidária dos turistas. Aqui o visitante traz na bagagem cidadania e leva a vivência de um povo hospitaleiro que guarda em seu território uma infinidade de riquezas.²³

A proposta do PTS é estimular o incremento do fluxo de Turismo na região do Vale do Jequitinhonha por meio da estruturação de produtos que contribuam para o desenvolvimento das comunidades receptoras. Espera-se que o turista “desperte” para o desejo de contribuir com o processo de transformação do país, e desenvolva ações solidárias que gerem a valorização da identidade cultural e a preservação de bens e atrativos turísticos naturais e culturais, bem como oportunidades de emprego e renda para os residentes locais.

A ideia do PTS demonstrou-se muito promissora, inclusive os Governos dos Estados de

22 Informações coletadas no Portal do Programa Turismo Solidário. Disponível em: <<http://www.turismosolidario.com.br>>. Acesso em 15/05/2018.

23 Ibidem.

Minas Gerais e Goiás chegaram a assinar um Termo de Cooperação Técnica em 2008, com intuito de implantar o mesmo programa no Estado vizinho. No entanto, passados 10 anos desde os investimentos milionários realizados na região de inserção do PTS, busca-se avaliar os resultados do mesmo. O relato oral do Informante 28, contudo, é incisivo ao criticar o PTS.

O Turismo solidário é um Programa que só fez investir dinheiro em uma coisa que no final não deu certo para as comunidades. Eles fizeram um monte de reuniões que geraram muita expectativa nas comunidades, mas depois abandonaram. Eu acho que deveriam ter pensado mais na forma como as comunidades iam vender o seu produto. (Informante 28)

Ao analisar o portal do PTS²⁴ verificou-se que trata-se de uma ferramenta com algumas limitações funcionais que dificultam a navegação, que normalmente realiza poucas interações com os internautas. Na página inicial foram verificadas 21 notícias publicadas, todas elas datadas de 2010 a 2013. Ou seja, há uma lacuna de aproximadamente cinco anos sem uma nova alimentação de informações. O *link* Diamantina apenas direciona a uma página que contém algumas informações sobre os aspectos históricos e descreve brevemente alguns dos principais atrativos turísticos com foco no patrimônio material e imaterial. Não foi encontrado nenhum produto turístico ou produto turístico solidário relacionado diretamente à sede do Município de Diamantina, apenas aos Distritos de Mendanha e São João da Chapada, distantes 26 KM e 34 KM da sede do município, respectivamente.

Em Mendanha verificou-se a existência de dois receptivos domiciliares, dois passeios guiados e uma oficina de “fuxico”, os quais constam como produtos turísticos no âmbito do PTS. Em São João da Chapada há quatro opções de hospedagens familiares, quatro opções de caminhadas e uma oficina de produção de bonecas de palha. Vale destacar que foram verificados apenas nove interações com os atuais e ou possíveis consumidores dos produtos oferecidos. Comentários estes advindos do *plug* de comentários da rede social *Facebook*, contendo perguntas técnicas sobre os produtos. Nenhuma com respostas por parte dos responsáveis pela comercialização dos produtos. As perguntas mais relevantes para a pesquisa são citadas:

[...] Pessoas acolhedoras e lugares inesquecíveis! [...] Continua funcionando este site? Vi que a última atualização foi em 2013. Grata:). [...] Mas paga-se??? gostaria de saber. [...] Ainda funciona este programa? [...] Como sabemos o preço da hospedagem? Não encontrei essa informação em nenhuma das acomodações disponíveis. [...] Olá!! gostaria de saber se o programa Turismo Solidário no Vale do

24 Portal hospedado em <http://www.turismosolidario.com.br/>. Acesso em 15/05/2018.

jequitinhonha, Mucuri e Norte ainda funciona... tenho muito interesse para este julho – 2018.²⁵

A percepção que se tem do PTS é de que o mesmo não se desenvolveu da forma como foi pensado. Apesar de haver uma orientação para o internauta entrar em contato telefônico com os fornecedores dos serviços turísticos, não foi encontrado nenhum número de telefone disponível. Consta que a ficha de reserva disponibilizada deve ser enviada “por fax, e-mail ou telefone, de acordo com o contato de cada localidade”. No entanto, não há contato algum disponível no referido portal.

Verifica-se que o maior problema do PTS está na distribuição dos produtos formatados no âmbito do Programa. Em observações realizadas junto às comunidades responsáveis pelos produtos do Programa no município de Diamantina, verificou-se uma série de dificuldades referentes à forma de distribuição dos produtos. Não existe conexão entre o PTS e as agências e operadoras de Turismo que atuam na região. Igualmente não há conexão entre o PTS e as demais políticas públicas de Turismo que incidem sobre Diamantina.

Em âmbito municipal há algumas políticas públicas que são reflexo das diretrizes estabelecidas nos níveis nacional e estadual. Assim, o principal mediador do desenvolvimento do Turismo em Diamantina, e portanto também mediador do Plano municipal de *marketing* turístico é o COMTur. A criação dos conselhos municipais de Turismo em destinos turísticos é uma das recomendações da Política Brasileira de Turismo, expressas no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) elaborado pelo governo Federal em conformidade com as diretrizes políticas da Organização Mundial do Turismo (OMT). Além disso, a institucionalização dos Conselhos municipais de Turismo é uma das exigências aos municípios que desejam estar inseridos na Política de ICMS turístico em de Minas Gerais.

O COMTur é formado por representantes do governo municipal, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. Tem como principais objetivos nortear a elaboração das políticas públicas municipais de Turismo e gerir o Fundo Municipal de Turismo. Em Diamantina o referido Conselho de Turismo foi criado por meio da Lei Municipal nº 3513 de 23/12/09,

25 Informações coletadas no Portal do Programa Turismo Solidário. Disponível em: <http://www.turismosolidario.com.br>. Acesso em 15/05/2018.

sendo um órgão de caráter normativo, deliberativo consultivo e propositivo, vinculado à Prefeitura Municipal de Diamantina, ao qual cabe apoiar, articular, assessorar, propor diretrizes, avaliar e emitir pareceres e sugestões para ações de desenvolvimento do Turismo no município. Atualmente o COMTur conta com 16 membros titulares e 16 membros suplentes representantes dos setores público, privado e da sociedade civil organizada, relacionados direta ou indiretamente com a atividade turística. A lista de membros do COMTur encontra-se no Apêndice D.

As entidades que compõem o ComTur indicam noções de como as redes de poder sobre o Turismo local estão estabilizadas. A participação da Mitra Arquidiocesana de Diamantina no Conselho Municipal de Turismo é um fato que indica a importância e a influência da Igreja Católica na produção do Turismo local. Ademais, observou-se que alguns elementos relacionados à musicalidade se fazem presentes no corpo de membros do referido Conselho, com destaque para a Banda Mirim Prefeito Antônio de Carvalho Cruz, que também compõe a equipe de músicos das Vesperatas. Tais fatos reforçam as influências destas entidades citadas, na produção do Turismo de Diamantina, voltada para a musicalidade.

Em setembro de 2015 o Conselho Municipal de Turismo de Diamantina (COMTur), junto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-MG) e a Prefeitura Municipal de Diamantina (PMD) realizaram a Conferência Municipal de Turismo, cujo tema proposto foi “Turismo e Desenvolvimento Econômico”, com objetivos de discutir o desenvolvimento do Turismo no município, propor diretrizes e (re) construir a política municipal de turismo. Participaram desse processo de reflexão, representantes de diversas entidades do município, dos setores público, privado e da sociedade civil. Tendo em vista os objetivos estabelecidos pelo Plano de *Marketing* turístico, o relatório produzido pelos participantes reafirma a identidade turística e a necessidade de posicionar o município como um destino turístico pautado pela oferta de produtos e atrativos com base em sua tradição, em sua natureza e sobretudo em sua musicalidade, com objetivo de aumentar a competitividade perante outros destinos concorrentes.

Foram propostas diretrizes políticas que tiveram como foco seis eixos temáticos, os quais foram discutidos pelos grupos de trabalho durante o evento, cujas diretrizes encontram-se no Apêndice E.

A discussão produzida no eixo temático 01, Gestão da Política Municipal de Turismo, aponta problemas com relação à legislação sobre comércio, funcionamento aos domingos e feriados, e sugere mudanças (DIAMANTINA, 2015). Este mesmo eixo temático da Conferência aponta também para questões relacionadas à normatização de atividades de condução de visitantes e realização de eventos e, em busca da sustentabilidade do Turismo, chama atenção para a necessidade de incentivo e fomento ao associativismo (DIAMANTINA, 2015).

Há um consenso entre as partes interessadas no Turismo em Diamantina sobre a necessidade de diversificação da oferta de produtos. O eixo 02, sobre as potencialidades do Turismo de Diamantina aponta para os distritos, em consonância com os esforços de descentralização. Contudo, surgem desafios para a gestão dos processos de formatação de novos produtos em áreas mais afastadas da sede municipal, que requerem articulação e engajamento das partes interessadas e, sobretudo investimentos (DIAMANTINA, 2015).

No âmbito do desenvolvimento dos negócios espera-se reduzir os fatores impeditivos relacionados à infraestrutura de transportes e urbanização dos distritos, à medida que buscase incentivos para a criação e desenvolvimento de políticas que favoreçam a formatação de novos produtos de Turismo de Aventura (DIAMANTINA, 2015). A necessidade de criação de novos mecanismos de desenvolvimento direcionados aos distritos com interesse turístico é evidente. Está alinhada com os esforços de descentralização dispostos nas políticas públicas em nível Federal e Estadual.

4.2 O plano de *marketing* turístico “Viva Diamantina”

O ponto de partida escolhido inicialmente para este estudo foi o Plano de *Marketing* turístico (PMT), intitulado “Viva Diamantina”, aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTur) e implementado em 2012. O referido documento traz uma série de informações quantitativas e qualitativas sobre o desenvolvimento do Turismo no município e determina o posicionamento de mercado desejado, ou seja, **consolidar a ideia de “cidade da música”** (DIAMANTINA, 2011, grifo nosso). Também indica a identidade do destino e sua relação com a oferta turística. Um dos principais alertas do documento foi o fato de que se a cidade quisesse ser lembrada de forma diferenciada na mente dos turistas e dos agentes de viagem,

teria que desenvolver um reposicionamento de sua marca (DIAMANTINA, 2011).

O PMT é um ator-rede sociotécnico turístico emergente, configurado por ordenações que envolvem uma série de elementos humanos e não-humanos dispostos na *Tourismscape* do destino, mediados por ações estratégicas práticas internas e externas produzidas por outros elementos. As abordagens basearam-se nas análises do Plano e nas entrevistas realizadas, à medida que se seguiu as indicações fornecidas pelos atores. Assim, esta seção destaca questões relacionadas a poder e durabilidade nas redes sociotécnicas, tendo como orientação analítica o quadro teórico e a síntese conceitual, apresentados no Capítulo 2, com objetivo de definir a performance da produção do destino turístico como um efeito resultante de múltiplas ordenações espaciais que emergem a partir de práticas relacionais.

Com relação à identidade turística de Diamantina, o PMT tem como objetivo a turistificação musical da cidade. Conforme a afirmação da Empresa de consultoria especializada em desenvolvimento do Turismo contratada pelo Município para elaboração do PMT: “as pesquisas realizadas por nossa empresa identificaram que **Carnaval, Vesperata e cidade histórica são como os entrevistados identificam a cidade de Diamantina**”. (DIAMANTINA, 2011, p. 41, grifo nosso). É justamente ao redor destes três elementos que pairam os principais atores-rede do Turismo do destino, ícones da identidade turística de Diamantina. Por essa razão a empresa que elaborou o PMT sugeriu direcionar o desenvolvimento do Turismo no município para a musicalidade, com objetivo de criar um posicionamento de marca mais competitivo, considerando as peculiaridades da história musical e turística local e, reafirmando a identidade turística do destino.

A iniciativa de posicionar a marca do destino turístico Diamantina como “cidade da música” surgiu após a realização de uma série de estudos sobre as potencialidades do Turismo no destino e sobre o mercado, no âmbito da elaboração do PMT em 2011. Estabeleceu-se três eixos da comunicação de venda do destino “Diamantina”: música, tradição e natureza. O PMT previa uma série de ações estratégicas de direcionamento de recursos, que culminariam na implementação de projetos executados em diferentes áreas do município. Portanto, o papel desempenhado seria mediar as relações entre as autoridades públicas municipais e os diversos distritos do município, diante de um orçamento cada vez mais escasso. Contudo, tais projetos e as respectivas áreas de incidência que os mesmos representam constituem em entidades concorrentes entre si, considerando as limitações dos fundos públicos disponíveis para o município como um todo.

O objetivo quantitativo previsto no PMT foi aumentar em 15 % a frequência de turistas na cidade ao longo de dois anos. Razoavelmente fácil teria sido conquistar esse objetivo se não fosse a recessão relacionada ao processo de *impeachment* de Dilma Rouseff, instaurada principalmente de 2014 em diante, quando o país submergiu diante de uma crise político-econômica que persiste atualmente.

Com objetivo de promover as técnicas de segmentação do mercado turístico, o PMT destacou as premissas básicas que deveriam ser seguidas: identificar o público-alvo e conhecer as características gerais do perfil do segmento pretendido, favorecer a acessibilidade dos públicos-alvo pré-determinados e como estratégia de *marketing* mensurar as demandas (DIAMANTINA, 2011). Em geral, observa-se que tais premissas não foram rigorosamente seguidas na execução do Plano. Contudo, o PMT estabelecia como foco os turistas e agências de Turismo localizadas em um raio de 300 KM, o que inclui cidades como Belo Horizonte, Montes Claros, Sete Lagoas e Curvelo. Estabeleceu também como foco a cidade de Brasília, que se encontra a aproximadamente 700 KM de distância (DIAMANTINA, 2011).

O PMT posteriormente deveria ser respaldado por uma série de ações contínuas de investimentos em comunicação e *marketing*, previstas na execução do Plano. Ações estas que, em alguns casos, não se concretizaram inteiramente, como a manutenção de um portal²⁶ na Internet. Trata-se de um *website* pensado para atender as demandas de informações sobre atrativos e serviços turísticos, numa tentativa de reverter o problema da divulgação do destino, um dos maiores gargalos apontados pelos entrevistados no âmbito deste estudo. Segundo o Informante 23, membro do COMTur “o site não foi para frente porque não quiseram dar continuidade”. Esta afirmação indicou que as estratégias pensadas e desenhadas para servir de mola propulsora de divulgação do destino não se realizaram a contento. Mas, por que houve descontinuidade na execução do PMT? A indagação posta intercepta inevitavelmente alguns dos objetos de análise do presente estudo, quais sejam: as estratégias de integração, participação, cooperação e colaboração que são performadas, bem como as relações de poder e situações conflito reveladas sobre a atuação de atores-rede em função de seus interesses sobre os objetos turísticos em questão.

Alguns relatos orais obtidos convergem com os questionamentos postos e suscitam o aprofundamento da investigação sobre o PMT. O depoimento do Informante 26 é muito esclarecedor, ao apontar os percalços acerca do PMT. Também indica lacunas existentes entre

26 Hospedado em: <http://vivdiamantina.com.br/>. Acesso em 15/02/2017.

os empresários do Turismo de Diamantina e o poder público, com relação às ações previstas na execução do referido Plano. Para esse Informante:

O site está praticamente com baixa manutenção, sendo discutido agora exatamente se ele fica na mão dos empresários, que na verdade era a proposta inicial. Se ficou na mão da Prefeitura, ficou porquê? A mesma coisa do Plano de *Marketing*, que ficou em parte abandonado, um trabalho sério, caro, que não foi apropriado e cuidado pelo próprio meio empresarial, sendo que o *marketing* pra mim tinha que estar numa prioridade número um. O Plano de *Marketing*, ele é complexo, e ele não foi cumprido. Ele foi apropriado, a marca Viva Diamantina, né. Ele tinha essa ferramenta do Site Viva Diamantina, claro, tinha que ir se modernizando porque de 2012 para cá as tecnologias avançaram, com as redes sociais e tal. Isso era uma ferramenta. Mas o Plano de *Marketing*, já que o posicionamento era tradição, musicalidade e natureza, ele previa uma série de diferentes estratégias de ações pontuais que gerariam subprojetos para cada um. Reforçando cada vez mais o destino da musicalidade, e os outros dois. Então tinha uma série de estratégias. [...] mas ele exigia uma organização, uma resinificação, reordenação de uma série de elos dessa cadeia produtiva do Turismo de Diamantina. Desde os atrativos, alguns tinham que ser revitalizados, inovar, e se tornar mais comunicativos. Ele fez um diagnóstico, ele apontou um tanto de coisas. E quando eu falo pra você que ele foi, de certa maneira abandonado, porque foi feito uma cadeia para produzir, né, só que ele puxava várias linhas de trabalho. Essas linhas de trabalho que eu to falando, grande parte delas não foi desenvolvida, né. Uma parte dele foi abandonada. Além da promoção, da publicidade, do *marketing* digital, né, do jeito como tava lá né, segmentando para um determinado perfil socioeconômico, geograficamente, né, Pegou um elenco de revistas, um elenco de *blogs*, um elenco de endereços onde deveria estar sendo retroalimentado constantemente com *releases*, informações, calendários, para ir refazendo essa roda, para a imagem do destino estar ali, bem posicionada. (Informante 26).

Foram apontadas falhas na execução do Plano, com destaque para a falta de manutenção do portal e deficiências na realização do *marketing* digital, que previa inserções de informações sobre o município, como *releases* informativos junto a revistas especializadas e *blogs* turísticos. Em síntese, o depoimento do Informante 26 traz o argumento de que o PMT também não foi levado adiante pelos empresários do Turismo do município e, como consequência, as ações estratégicas previstas não foram realizadas completamente.

Em uma era em que os negócios convergem cada vez mais em direção aos ambientes virtuais proporcionados pelas novas tecnologias da informação e comunicação, não ter um *website* ativo e bem estruturado para poder interagir melhor com o público-alvo é certamente uma desvantagem competitiva que dificulta principalmente a comunicação de *marketing*.

Se a ideia do Plano era conhecer o perfil do turista que se atrai pela musicalidade, ou seja, o segmento principal pretendido para o Município, não há evidências de ações práticas realizadas efetivamente sobre isso. Embora os responsáveis pelo desenvolvimento do Turismo no local já tenham logrado identificar o público-alvo que almeja-se conquistar, a

acessibilidade aos produtos ainda não é favorecida, o que dificulta uma mensuração mais exata da demanda de turistas. Destaca-se que um dos maiores obstáculos verificados no desenvolvimento do Turismo em Diamantina é a distribuição dos produtos. Portanto, a acessibilidade é desfavorecida, conforme observou-se problemas no portal da cidade, bem como no portal do Programa Turismo Solidário, cuja análise encontra-se na seção anterior.

A desconexão entre empresários prestadores de serviços turísticos e as Instâncias de governança do Turismo em Diamantina foi ratificada no depoimento do informante 04 que aponta problemas do *website* promocional do município, corroborando com as impressões do Informante 26, nas suas palavras:

O Plano de Marketing levantou que a musicalidade é o que existe de mais genuíno e diferencial em Diamantina. E aí definiu-se esse molde. [...] Quando a gente entregou o Plano e a responsabilidade ficou para os atores locais do território, a coisa se dissipou. [...] Não adianta construir um plano maravilhoso se eu vou colocar ele na gaveta. [...] Este grupo gestor não deu conta de sustentar isso. [...] Eles ficaram umas duas semanas discutindo quem ia comprar o domínio na Internet, que custou só cinquenta e nove reais. [...] No ano passado o site ficou fora do ar por quatro meses por falta de pagamento do servidor. [...] Determinou um posicionamento que ainda serve muito. [...] Não existe um destino turístico no Brasil centrado na musicalidade. [...] Agora, não adianta nada não colocar em prática. [...] E aí os empresários falam que não veem os resultados do projeto. Como não veem resultado? Resultado tem, mas se você não der seguimento, realmente o Plano de Marketing foi jogado no lixo. [...] Parece que o pessoal daqui não quer muito sair daquele ostracismo e fazer a coisa acontecer. (Informante 04)

Uma vez implementado o PMT não obteve o êxito desejado. A discussão sobre o papel do portal e sua funcionalidade é levantada novamente. O depoimento do Informante 04 ressalta que não houve continuidade no PMT e aponta os “entes do território” como sendo os principais responsáveis pelas falhas na execução do Plano, o que inclui os setores público e privado. O mesmo Informante chama a atenção para o descrédito por parte dos empresários em relação ao PMT.

Conforme apontaram os diversos informantes, as estratégias de colaboração entre empresários e o setor público não foram levadas adiante, boa parte pelas dificuldades do portal na Internet, que deveria ser uma das principais ferramentas para o desenvolvimento do Turismo no município. Contudo, conforme as observações realizadas, verificou-se que atualmente referido *website* encontra-se ativo e dispõe de informações sobre os atrativos e serviços turísticos de Diamantina. O fato é que o PMT previa ações para tentar consolidar a comunicação de venda. O portal seria uma peça chave para atingir esse objetivo, por meio de uma interação mais efetiva com o público-alvo. Mas isso não ocorreu na forma como foi

pensado. Ao analisar o referido sítio na internet foi verificada apenas uma única participação de uma turista que visitou Diamantina, com apenas os seguintes dizeres datados de 18/12/2016 (aproximadamente dois anos antes da realização do presente estudo): “Foram dias incríveis!!!”. Nesse sentido, verifica-se que o portal não está funcionando da maneira como foi pensado, enquanto ferramenta de *marketing*, uma vez que a comunicação desejada com os turistas não aconteceu. Tem-se com isso um indicativo que corrobora com a insatisfação geral apresentada. Ademais, foram detectados alguns problemas de ordem técnica no portal, os quais dificultam a navegação junto ao mesmo.

Com objetivo de aprofundar a investigação sobre o PMT, obteve-se alguns depoimentos dos empresários, a exemplo do Informante 06, o qual demonstrou um argumento de defesa dos mesmos com relação às responsabilidades sobre as falhas detectadas no PMT:

O Plano de Marketing não foi executado porque faltou dinheiro. Eu acho que quase tudo em Diamantina esbarra aí. A gente não tem dinheiro para investir em promoção turística e em infraestrutura turística. O Padre G quando assumiu a Prefeitura, ele falava muito que eram os empresários que deveriam assumir o desenvolvimento do Turismo na cidade, ele começou falar isso na reunião que ele teve com os empresários. Mas realmente assim, falando por mim, não sobra nem para gente investir na nossa infraestrutura, quanto mais na infraestrutura da cidade. Então depois de ouvir ele falar isso umas 3 ou 4 vezes a gente chamou ele e falou: o dinheiro nosso não sobra para investir, e a gente sempre tem que pegar financiamento, como do banco do Nordeste que está aí sempre oferecendo linhas acessíveis e vantajosas de financiamento, por que aí a gente pode reformar modernizar, comprar colchões novos, coisas que a gente tem que fazer o tempo inteiro. [...] A gente tem contado com o Sebrae numa parceria que eles entram com uma boa parte, foi o que financiou o Plano de Marketing, e durante muito tempo o Diamantina Gourmet, e financia às vezes cursos de capacitação, logo marca do Viva Diamantina, o *site* do Viva Diamantina. Isso tudo com uma parceria público-privado, mas com um grande parceiro financiador que é o Sebrae. De outra forma eu não vejo como o empresariado de Diamantina financiar o desenvolvimento da infraestrutura turística da cidade e da promoção turística. Realmente não tem jeito. (Informante 06, grifo nosso)

Em síntese, as falhas verificadas na execução do PMT são atribuídas à falta de recursos financeiros. O Informante 06 deixa claro o seu pensamento sobre as responsabilidades dos empresários com relação ao desenvolvimento do Turismo no município e aponta o setor público como principal responsável pelos investimentos em infraestrutura e promoção turística. Ao argumentar sobre o papel dos empresários, destacou que o foco das preocupações dos mesmos são os investimentos individuais em seus negócios. No entanto, por outro lado, a integração entre as diversas entidades envolvidas nos processos de desenvolvimento do Turismo de um destino compreende de ações coletivas. A falta de uma

integração mais efetiva entre empresários do ramo de serviços turísticos e as Instâncias de governança do Turismo de Diamantina é a raiz de grande parte dos problemas do PMT.

Com objetivo de investigar a desarticulação detectada entre os setores público e privado, entrevistou-se os principais responsáveis formais pela integração e articulação entre os dois grupos mencionados. Nesse sentido, as análises do depoimento do Informante 16 sugerem particularidades nas relações de poder existentes entre os elementos e situações de conflito. Nas palavras desse informante:

[...] Meu papel é de articulador entre poder público e iniciativa privada. Tem Circuito turístico que tem até 200 empresas privadas associadas e 10 prefeituras e o negócio caminha bem assim. Aqui nós temos apenas a Associação Comercial que é associada do setor privado. Mas eu percebo a falta de articulação do setor privado. Você não vê eles se reunindo. Dentro do próprio Conselho de Turismo, a representação que antes era da ADELTUR, depois passou para apenas algumas empresas que disseram que iam criar uma câmara técnica de Turismo dentro da associação comercial mas não criou, e está nesse embate até hoje, e o COMTur está sem representação do empresariado até hoje. Você vai na reunião e nunca tem ninguém deles. Então eu acho que deve-se ver de quem são as competências. Quem tem que criar as legislações sobre os eventos é o poder público, quem tem que organizar e deixar o monumento aberto é o poder público. Quem tem que roteirizar é o poder público. Agora quem vai executar e pôr a mão na massa e trabalhar e vender é a iniciativa privada, e eles não se apropriam disso. E é um público difícil até de conversar, você não consegue saber a melhor forma de chegar. Parece que já passaram por muitos processos, desde a obtenção do título de Patrimônio da Humanidade, e aí vir um grupo para fazer uma capacitação, e aí começam a fazer oficinas e tal, treinamentos, aí eles viram e falam: eu não posso liberar meu funcionário em horário de trabalho. Então que horário que ele pode? Aí você não consegue organizar mesmo. (Informante 16)

O depoimento do Informante 16, novamente chamou atenção para a importância da articulação, integração e colaboração dos empresários para o desenvolvimento do Turismo. Indicou também a ausência da participação mais efetiva dos empresários no COMTur e surgiu uma discussão sobre a participação da Associação Diamantinense de Empresas ligadas ao Turismo (ADELTUR) na produção do Turismo, indicando a relevância desse ator-rede nas redes sociotécnicas do Turismo em Diamantina.

Sobre a participação empresarial no COMTur, os depoimentos dos empresários apontaram um estado de desânimo com relação ao referido Conselho, conforme observa-se na citação a seguir:

[...] É muito morosa essa coisa de prefeitura e conselho, e a gente não aguenta muito essa coisa não. A gente foi em uma, duas, três e vê que não sai do lugar, agente realmente desiste, deixa eu ir lá cuidar do meu negócio que eu ganho mais aproveitando meu tempo aqui dentro do que participando de conselho. Eu falo por

mim, foi o que aconteceu comigo. [...] a gente participa, senta, mas chega uma hora que cansa, porque vê que a coisa não avança, porque é difícil. (Informante 18)

O depoimento desse Informante ratifica a desarticulação e conseqüente desintegração entre os setores público e privado do Turismo de Diamantina. Apontou para uma situação controversa entre os dois grupos, em que cada qual atribui ao outro grupo a responsabilidade na execução das ações previstas no Plano Municipal de *marketing* turístico. Ademais, outro obstáculo do desenvolvimento do Turismo em Diamantina apontado pelos entrevistados é a dificuldade de obtenção de informação pois, seja em material impresso ou em ambiente virtual, pouco se tem disponível, o que ratifica o problema da acessibilidade já verificado.

Com objetivo de verificar quais materiais promocionais do Turismo são disponibilizados para os turistas que visitam a cidade, também foram analisadas as informações turísticas disponíveis no Centro de Informações turísticas, localizado no centro histórico de Diamantina, junto à Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio e Turismo (SECTUR). Neste local são fornecidos aos visitantes dois pequenos mapas turísticos de Diamantina, um calendário com a programação das apresentações das Vesperatas e um folheto com a programação do Festival Gastronômico “Garimpando Sabores” que acontece anualmente nos distritos do município.

Na entrada do Centro de informações turísticas do município, a primeira coisa que se vê é um *banner* que traz um mapa da rota turística conhecida como Estrada Real. Ocorre que a região faz parte de um projeto turístico maior “A Estrada Real”, que seria a maior rota turística do país, com 1630 KM de extensão, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Conforme já mencionado na seção anterior, em 1999 criou-se o Instituto Estrada Real, por meio da Lei Estadual nº 13.173 do mesmo ano, como resultado do eixo “Produção e Segmentos turísticos”. Esse Instituto tem como missão organizar, fomentar e gerenciar o produto turístico Estrada Real.

No entanto, observa-se que efetivamente em termos práticos o desenvolvimento do Turismo no município está pouco, ou quase nada relacionado ao Programa Estrada Real. Sobre essa desconexão o depoimento do Informante 33 foi incisivo ao tecer críticas sobre o referido Programa, conforme observa-se a seguir:

O Projeto Estrada Real é outra coisa que não foi para frente. Investiram milhões de reais nessa rota e cadê o resultado? A gente vê poucos turistas comentarem sobre rota da Estrada Real. E quando comentam é para fazer alguma crítica sobre os serviços prestados ao longo do percurso e sobre a má qualidade das estradas. (Informante 33).

Ao analisar o PMT, verificou-se que o mesmo não possui relação com o “Programa turístico maior”, ou seja, o Programa Estrada Real. Tal fato corrobora com a afirmação do Informante 33, a qual, conforme verifica-se na citação anterior, apontou algumas fragilidades do referido Instrumento de planejamento. Tal fato indica dissonância estratégica entre o Programa citado e o PMT.

O PMT é, portanto, um elemento que consolida uma série de práticas externas produzida por partes interessadas, pessoas e organizações de poder, expressas por meio de ações de planejamento e execução de políticas públicas. As análises do PMT forneceram acesso direto às redes sociotécnicas do desenvolvimento do Turismo em Diamantina, à medida que evidenciaram as narrativas sobre como o Turismo deve ser explorado no município, o que indica a identidade turística do destino e aponta para as relações práticas internas e externas em curso. Ao se seguir os atores, observou-se algumas ausências de tais práticas com relação à execução do PMT como um todo, notadamente por parte dos responsáveis formais pela governança do Turismo no município, especialmente empresários e gestores públicos. Ausências que se traduzem em dissonâncias existentes entre as ações dos diversos grupos, com relação à articulação, colaboração e integração entre os mesmos.

Ao analisar-se as ações realizadas no âmbito dos três eixos de comunicação do produto Diamantina estabelecidos no PMT, quais sejam, natureza, tradição e musicalidade, verificou-se a predominância dos produtos turísticos relacionados à música de forma geral, a exemplo, principalmente, das Vesperatas e do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico relacionado ao núcleo urbano histórico tombado pela Unesco, conferindo a este último, destaque no poder de influenciar demais atores-rede do Turismo. Com menos intensidade que os dois eixos anteriores, verificou-se que o eixo Turismo de natureza está estabilizado em redes sociotécnicas distintas das demais, a exemplo do patrimônio natural, no entanto, igualmente influenciado pela Unesco.

As análises do PMT permitiram descrever as ações contínuas de produção, organização e consumo do Turismo de Diamantina, ao se seguir as práticas ativas nas ordenações das redes sociotécnicas. Como um efeito de rede, o Turismo se desenvolve a partir das relações entre

elementos materiais e imateriais que transcendem o nível local. Conforme previsto nos capítulos anteriores, as descrições dos processos de relacionamentos e das associações entre os atores-rede do Turismo da área de estudo envolvem relações de poder que perpassam inevitavelmente pelas políticas públicas que, por sua vez moldam a situação contextual das redes.

Este capítulo demonstrou como as estratégias formais de desenvolvimento do Turismo foram implementadas no nível estratégico. Identificou-se como a estrutura de investimentos em Turismo em Minas Gerais influencia localmente as redes, ao determinar a alocação de recursos, ao mesmo tempo em que recebe influências da Política Nacional de Turismo. O foco estratégico do desenvolvimento dos produtos, expresso no PMT de Diamantina, que visa posicionar a imagem do destino como “cidade da música”, implica em dificuldades em fazer convergir as noções estratégicas expressas nas narrativas, que efetivamente tenham efeitos nas relações práticas.

As narrativas sobre integração e colaboração entre as partes interessadas no desenvolvimento do Turismo em Diamantina demonstram a existência de desconexão entre as políticas públicas direcionadas para o patrimônio natural daquelas direcionadas ao patrimônio histórico-cultural, bem como entre os setores público e privado. Há uma lacuna evidente na compreensão das políticas públicas, por parte do setor privado, bem como da interpretação sobre como o Turismo deve funcionar.

A paisagem política analisada indicou as relações práticas em curso nas ordenações das redes sociotécnicas do Turismo de Diamantina, com foco nos responsáveis pela governança do destino turístico. As análises da natureza dos papéis e das ações formais desempenhadas pelas partes interessadas no Turismo em Diamantina, com relação à alocação de recursos permitiram descrever um conjunto de circunstâncias contextuais que revela as relações entre a identidade e a oferta turística do município.

Como um lugar turístico, Diamantina permanece pouco divulgada nas redes formais das práticas turísticas. Apesar da ausência de uma política pública efetivamente integradora, alguns atrativos turísticos e eventos se propagam com certa fluidez em redes que interceptam múltiplas ordenações por meio das relações práticas internas e externas. Portanto, a próxima seção examina essas relações, de forma mais aprofundada, com foco na musicalidade diamantina e suas relações com o Turismo.

5 AS REDES SOCIOTÉCNICAS DO TURISMO DE DIAMANTINA: ANÁLISES DAS VESPERATAS E O CARNAVAL

O desenvolvimento deste estudo requer uma interpretação momentânea das redes no tempo e no espaço, com base em observações dos alinhamentos estabelecidos entre os atores-redes na produção de suas performances (LATOUR, 2012). No entanto, para que isto seja possível, é necessário considerar e abarcar multiescalaridades fluidas em que o contexto emerge naturalmente, conforme o estudo se desenvolve. Ao se traçar o rastro de atores-rede do passado inseriu-se inevitavelmente uma dimensão histórica e conseqüentemente percebeu-se as evidências de traços do passado no presente, bem como as relações com o desempenho de Diamantina enquanto destino turístico que se afirma pela musicalidade. Tais traços foram identificados pelas análises do planejamento, das políticas públicas, dos materiais promocionais do Turismo, arquivos, documentos e depoimentos dos indivíduos responsáveis pelo desenvolvimento da atividade turística no município, os quais produzem e são produzidos por meio de múltiplas ordenações que envolvem pessoas e coisas ao longo do tempo e do espaço.

Este capítulo, portanto, fornece um histórico do município de Diamantina, com ênfase na sua oferta turística relacionada com a musicalidade. Inicialmente apresentou-se as origens da ocupação da “região dos diamantes” pelos portugueses colonizadores. Busca-se sintetizar uma ampla descrição baseada na literatura de romancistas, historiadores e musicólogos que se especializaram em descrever a região e seu contexto durante o período colonial, entre os quais destacam-se Agripa Vasconcelos, Aires da Mata Machado Filho, Antônio Carlos Fernandes, Júnia Ferreira Furtado, Ivana Parrela, Joaquim Felício dos Santos e Wander José da Conceição. Busca-se também compreender as origens da musicalidade diamantina e relatar a apropriação da mesma pelo Turismo.

O capítulo também traz definições e representações do Turismo identificadas em Diamantina/MG, destacando algumas características dos principais atores-rede. Descreve-se as conexões do atual contexto do Turismo no município com o passado, como subsídio para se seguir os elementos das redes a partir das indicações dos próprios atores.

As entrevistas foram realizadas com pessoas experientes no Turismo local, cujos discursos refletem também conhecimento e compreensão da história do desenvolvimento do Turismo

no Município e particularmente como a cidade desenvolveu a sua identidade enquanto importante destino turístico brasileiro. Este grupo de informantes é composto majoritariamente por residentes locais, sobretudo, profissionais que exercem atividades ligadas diretamente ao Turismo, gestores públicos, professores universitários, gerentes e demais funcionários de empresas privadas, entre os quais alguns têm formação superior em Turismo. Essas pessoas declararam em entrevistas certo senso de conhecimento sobre como as atividades turísticas têm se desenvolvido ao longo dos tempos, bem como as mudanças ocorridas que estão em curso e as tendências do Turismo local. As narrativas dessas pessoas indicaram como os elementos e ideias-chave, como as Vesperatas e o Carnaval estão configurados por meio de mediações e, portanto, indicaram como as materialidades do Turismo estão dispostas em múltiplas ordenações concatenadas por forças de estabilização e desestabilização, em torno de projetos e arranjos espaciais.

As narrativas dos atores possibilitaram a produção de ordenações gráficas das redes e mapas contextuais. As análises descreveram associações, dissociações e estratégias em curso e culminaram na descrição das relações de poder entre os elementos de rede e situações de conflitos de interesse sobre os principais objetos turísticos musicais indicados pelo PMT.

5.1 Um breve histórico de Diamantina e as origens da relação com a musicalidade

“[...] Já eram homens meio bárbaros quase desprendidos da sociedade, falando a linguagem dos índios, adotando muitos de seus costumes, seguindo muitas de suas crenças, admirando a sua vida e procurando imitá-los. Muitas serras, muitos rios, muitos lugares que conhecemos com os nomes indígenas, foram batizados por eles. Tais eram os primeiros descobridores das ricas minas do Brasil”.

(Joaquim Felício dos Santos)

Segundo diversos registros historiográficos consta que a partir do século XVI os portugueses se embrenhavam continente adentro em busca de metais, vindo da Bahia pelo rio

Jequitinhonha e deparavam-se com vários obstáculos tais como animais ferozes, montanhas, índios hostis, doenças, intempéries do mau tempo, etc. Historicamente, séculos antes da chegada de aventureiros, a região do Município de Diamantina foi habitada por populações indígenas. Consta que os primeiros bandeirantes colonizadores começaram a se fixar na região, chamada de Ivituruí, que na língua indígena significa montanhas frias, no final do século XVII, vindos da Bahia e de São Paulo via rios São Francisco, Jequitinhonha e Mucuri (MACHADO Filho, 1980). Ao encontrar ouro nos rios Piruruca, Tijuco e Grande, estabeleceu-se os primeiros assentamentos nas margens desses rios (SANTOS, 1976).

Fundou-se oficialmente o Arraial do Tijuco, em 1713, época que construiu-se a Capela que homenageava o padroeiro Santo Antônio. Segundo o mesmo autor apenas em 1729 descobriu-se os Diamantes, que eram praticamente desconhecidos pela maioria dos mineiros à época. Com a descoberta, rapidamente o Arraial do Tijuco começou a se transformar, em função dos mandos e desmandos estabelecidos pela coroa portuguesa, no ânimo de explorar as novas descobertas (SANTOS, 1976). Assim, novas redes surgiram em sobreposição de outras. Apesar da descoberta de ouro e diamantes ter trazido novas esperanças para Portugal que enfrentava crises em função de sua desindustrialização e consequente dependência da Inglaterra, a exploração das pedras era um desafio para a coroa portuguesa pois esta não dominava o vasto e distante território repleto de hostilidades e ameaçado inclusive por contrabandistas de ouro e pedras preciosas (PARRELA, 2009).

Ouro e diamante protagonizaram um interessante exemplo de atores-rede, cada qual ao seu tempo, a desestabilizar as redes dos espaços do Tijuco a Lisboa. Em seguida da descoberta dos diamantes, segundo Santos (1976, p. 49) foi publicada uma portaria “[...] mandando suspender todas as minerações de ouro em terras diamantinas e anulando as cartas de datas obtidas do guarda-mor[...]”. E o superintendente ficou incumbido de redistribuir as concessões de assentamentos de mineiros para exploração de diamantes nos rios e córregos. No Arraial do Tijuco havia várias pessoas que viviam em função da exploração do ouro. Repentinamente, com a mudança da matriz metálica, essas pessoas viram suas redes se arruïnarem em função de novos atores como “as pedras brancas,” caracterizando transformações socioespaciais ao longo do período colonial.

Em 1734 a coroa portuguesa delimitou o Distrito Diamantino e proibiu toda mineração de diamantes na área, por 90 anos (SANTOS, 1976). Novamente, cidadãos foram surpreendidos

tendo suas redes se desestabilizado completamente. Vale lembrar que se vivia o sistema mercantilista e à coroa portuguesa interessava mais manter o monopólio na distribuição das mercadorias. Havia várias restrições e tributações para o desenvolvimento de atividades como o comércio, quando não, a sua proibição total (MACHADO Filho, 1980). Esse contexto de proibições e restrições verificadas pode estar relacionado às origens da pobreza e subdesenvolvimento históricos do Brasil como um todo, na medida que o Estado português, centrado na figura absolutista do Rei, não favoreceu o desenvolvimento das colônias de exploração no Brasil.

Segundo Santos (1976) a partir da década de 1740 proliferaram-se as construções em estilos Barroco e Rococó. O Distrito Diamantino à época, apesar de encontrar-se circunscrito à Comarca de Serro do Frio, cuja capital era Vila do Príncipe (atual município de Serro/MG), Província de Minas Gerais, tinha gestão administrativa realizada diretamente pela coroa portuguesa. Trata-se de um sistema especial que garantia poderes únicos ao Intendente dos Diamantes, que reportava-se diretamente à coroa, não obstante haver as figuras do Ouvidor da Comarca e o Governador da Província (MACHADO Filho, 1980).

Entre 1740 e 1771 vigorou o regime dos contratos para exploração dos diamantes (SANTOS, 1976; MACHADO Filho, 1980; PARRELA, 2009), cujos contratadores, afortunados, eram os indivíduos que mantinham o contrato com a coroa para a exploração de diamantes. João Fernandes de Oliveira Filho, um dos homens mais ricos do mundo à sua época foi o contratador dos diamantes, conhecido por ter escolhido como esposa uma escrava, Chica da Silva (SANTOS, 1976; MACHADO Filho, 1980). Em 1831, ao emancipar-se do município do Serro-MG a cidade passou a se chamar Diamantina, uma referência ao histórico de diamantes na região. Em 1938 recebeu o título de “Patrimônio histórico nacional” do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E, em 1999, o título de “Patrimônio Cultural da Humanidade” da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O antigo Arraial do Tijuco, do garimpo dos diamantes e das histórias sobre Chica da Silva e do ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, guarda uma riqueza cultural marcada por uma história de profunda relação com a música. A relação de JK com a Bossa Nova era de proximidade, portanto um influente intermediário entre a música e sua cidade e seu país. Em parte demonstra a relação de Diamantina com a música, expressa em seus diversos grupos

musicais tais como a Banda do 3º Batalhão de Polícia Militar - a mais antiga de Minas Gerais e que atualmente é o suporte das *Vesperatas* - os Grupos de Serestas, e grupos de percussão *Iukerê*, e *Arte Miúda*, dentre outros grupos populares e tradicionais.

Se por um lado os diamantes proporcionaram riqueza, por outro lado a população diamantinense sempre foi ávida por arte tendo a música tradicionalmente se destacado durante o século XIX. Segundo Fernandes e Conceição (2007) viviam em Diamantina mais de 100 músicos profissionais no início do século XIX. Número bastante expressivo que indica que as origens da musicalidade diamantina vêm da época colonial. Vale destacar que a sede municipal conta com uma tradicional Escola Estadual de música que atualmente possui 1595 alunos matriculados²⁷, número que exalta a musicalidade diamantinense.

Uma importante característica da musicalidade local é a relação com as raízes da Bossa Nova. Segundo Wander Conceição, músico e musicólogo diamantinense, que passou cerca de dez anos estudando as origens da Bossa Nova brasileira, a mesma tem origem em Diamantina, época que João Gilberto foi residente na cidade, no ano de 1955 (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007). Outra importante referência musical de Diamantina é a relação com o Clube da Esquina²⁸. O fotógrafo Juvenal Pereira publicou uma fotografia (Figura 5) do ex-presidente JK com os integrantes do Clube da Esquina em Diamantina em 1971 que ficou conhecida por marcar o início das carreiras de importantes músicos mineiro como Milton Nascimento, Lô Borges e Flávio Venturini, hoje celebridades da MPB.

Não há dúvidas sobre o fato que Diamantina tem uma relação muito especial com a música, cuja tradição remonta séculos de existência e reflete na essência das raízes da Música Popular Brasileira, onde a Bossa Nova e o Clube da Esquina ainda se fazem presentes na história e na memória cultural da cidade.

27 Segundo informações obtidas junto ao Conservatório Estadual de Música Lobo de Mesquita, informalmente, por telefone, em 23/05/2017.

28 O Clube da Esquina foi um movimento musical que surgiu no final da década de 1960 em Minas Gerais. Surgiu da relação de Milton Nascimento (Bituca) com os irmãos Borges, Marilton, Márcio e Lô, no Bairro Santa Teresa, em Belo Horizonte.

Figura 5 – Presidente Juscelino Kubitschek e o Clube da Esquina, em 1971, no Seminário em Diamantina/MG



Fonte: Fotografia de Juvenal Pereira/divulgação

Tendo em vista os objetivos deste estudo, nas seções seguintes busca-se aprofundar a investigação sobre a identidade turística de Diamantina, com base no histórico da musicalidade nessa antiga colônia portuguesa e com foco nas transformações verificadas no papel de músico ao longo do tempo.

Também ressalta-se a origem das bandas de música militares e suas relações com o maestro que idealizou os primeiros concertos nas sacadas do casario colonial, inspiração principal do produto turístico local, as Vesperatas, já no final do século XX. Na sequência discorre-se sobre a influência decisiva do ex-presidente Juscelino Kubitschek sobre sua cidade natal, principalmente durante a década de 1950, alterando consideravelmente sua paisagem arquitetônica.

5.1.1 A profissionalização de músicos no Arraial do Tijuco: a influência das irmandades e o surgimento das bandas da Polícia Militar de Minas Gerais

"Na formação do território de Minas Gerais, a cada novo arraial ou vila que surgia, dentre as primeiras ações coletivas, construía-se uma capela, formava-se uma irmandade e contratava-se um músico".

(Carlos Fernandes e Wander Conceição)

O contexto que envolve as Vesperatas, enquanto produto turístico, está expresso na história da musicalidade diamantinense e suas matrizes. Nesse caminho interpretativo a obra *La Mezza Notte*, dos musicólogos diamantinenses Antônio Carlos Fernandes e Wander José da Conceição, é a chave para a compreensão tanto do papel da musicalidade como das Vesperatas na sociedade diamantinense. Esse livro apresenta resultados de vários anos de pesquisas históricas sobre as origens e o desempenho da musicalidade diamantinense ao longo dos séculos XVIII ao XX, que apontam para uma série de influências de atores, dentre os quais merecem destaque: (I) bandas de música locais; (II) Irmandades e Ordens terceiras; (III) Governador e Presidente Juscelino Kubitschek e a década de 1950; (IV) pesquisador alemão Diretor do Instituto Interamericano de Musicologia em Montevideu, Uruguai Francisco Curt Lange; (V) maestro João Batista de Macedo (Piruruca); (VI) órgão histórico; (VII) músico Lobo de Mesquita; (VIII) Unesco; (IX) Programa Nacional de Turismo Cultural do Ministério da Cultura (PNTC) da segunda metade da década de 1990; (X) Secretaria Municipal de Cultura de Diamantina (atual SECTUR).

Conforme depoimento do Informante 01: "Diamantina tem uma musicalidade ímpar". A literatura pesquisada neste estudo indicou que, desde o século XVIII, a cidade tem sido berço de muitos talentosos compositores influenciados pela forte herança cultural musical europeia. Tal fato conferiu importância ao papel da música neste Município, onde festas sempre foram muito comuns e nas celebrações religiosas da época se fazia muito uso da música, nas procissões, ladainhas, alvoradas, novenas, missas, etc (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007). Havia incentivo à profissionalização de músicos no Arraial do Tijuco. As confrarias religiosas foram a "mola propulsora" do reconhecimento e da manutenção do ofício de músico como

uma profissão consolidada em Minas Gerais no século XVIII. A origem da relação do Arraial do Tijuco com a música é antiga e pode ser explicada por meio da citação a seguir, que também indica a ordenação inicial das redes locais em torno da musicalidade:

A tradição musical portuguesa, bem como a do próprio negro africano, e a nostalgia provocada pelo próprio isolamento nas montanhas do interior do país são algumas das explicações que alguns historiadores estabeleceram para a presença marcante da música, em todo e qualquer acontecimento social, desde os primórdios da formação do Tijuco (LANGE, 1983). As frequentes notícias nos jornais locais durante os séculos XIX e XX, bem como as recorrentes citações dos memorialistas e viajantes estrangeiros, permite inferir que este costume atravessou os séculos, razão pela qual até os dias atuais, em Diamantina, a música se faz presente em todos os rituais de passagem da vida das pessoas – nascimentos, batizados, aniversários, noivados, casamentos, formaturas – tornando-se, enfim, elemento indispensável nas manifestações sociais, em geral, e até mesmo nos funerais. (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p. 27).

A passagem apresenta um breve trecho do texto da pesquisa realizada nos arquivos das Irmandades locais durante a década de 1950 pelo musicólogo alemão Francisco Curt Lange, que exerceu à época o cargo de diretor do Instituto Interamericano de Musicologia em Montevideú, Uruguai. Considerado um ícone da musicologia brasileira e latino-americana, Curt Lange seguiu os rastros do emérito compositor brasileiro José Joaquim Américo Lobo de Mesquita. A grande contribuição de Lange foi explicar as relações existentes entre as Irmandades e a musicalidade mineira, como pode-se verificar na citação a seguir:

Cada instituição religiosa criada promovia uma festa dedicada ao seu santo devoto, oportunidades em que se tornava patente a rivalidade entre as classes sociais. Além dessas festas e suas procissões, o calendário litúrgico era vasto com suas ladainhas, novenas, trezenas, tríduos e missas cantadas. Não menos importante era o culto a São Miguel e as frequentes missas encomendadas para o descanso perpétuo das almas. Havia ainda, as procissões maiores com os cortejos da Semana Santa, Corpus Christi e Santíssimo Sacramento. Em todas essas ocasiões, encomendavam-se música aos mestres do ofício em Minas Gerais, por intermédio, "principalmente, de duas instituições da época colonial, diferentes uma de outra: as Irmandades, Confrarias e Ordens religiosas de leigos, ou o senado das câmaras". (LANGE, 1965 apud FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p. 32).

De acordo com Fernandes e Conceição (2007) Curt Lange investigou e descobriu, em 1944, importante documentação que evidenciou uma intensa e relevante atividade musical em Minas Gerais no século XVIII e, em especial no Arraial do Tijuco. Tal musicalidade, de acordo com o musicólogo alemão, e expresso pelas palavras de Fernandes e Conceição (2007, p. 27, grifo nosso), estava: “[...] **diretamente relacionada com a organização e funcionamento das Ordens Terceiras e das Irmandades**[...]”, entidades estas que - e de certa forma até hoje o são, embora com menor intensidade, como descrito a seguir - eram

responsáveis pela contratação da maioria dos músicos para a celebração de seus rituais, nos quais eram promovidas festas para Santos e procissões.

Segundo Fernandes e Conceição (2007) esse contexto levou Lobo de Mesquita a se estabelecer no Arraial do Tijuco, onde exerceu a profissão de músico durante vinte anos. Também atuou como professor particular, organista da Irmandade do Santíssimo Sacramento na Matriz de Santo Antônio e obteve o primeiro órgão da cidade. Tocou também na Irmandade dos Homens Crioulos de Nossa Senhora das Mercês (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007).

No Tijuco, Lobo de Mesquita foi contratado pela Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em julho de 1789, para tocar **o órgão que a Irmandade mandou fabricar ao custo de 1.100 oitavas de ouro, sob a direção do organeiro padre Manoel de Almeida e Silva**. (LANGE, 1965 apud FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p.37, grifo nosso).

De acordo com Fernandes e Conceição (2007) este órgão histórico foi construído no antigo Arraial do Tijuco entre os anos 1782 e 1787 pelo padre Manoel de Almeida e Silva, para atender às demandas de uma sociedade ávida por cultura, que se utilizava da sensibilidade musical nos cultos divinos que eram ornamentados pelo órgão. Segundo instrumento musical erigido na Igreja do Carmo, esteve sob as ordens do eminente compositor José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita. Desde a conclusão da construção do órgão, até 1794, período em que, por meio de um contrato firmado, incumbiu-se em tocar o instrumento “em todas as missas e ladainhas que se costumava celebrar nessa Igreja, às sextas-feiras e sábados, incluindo novenas, dias festivos e dias santos, pelo que recebia 50 oitavas de ouro anuais”. (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p. 37). Porém, Lobo de Mesquita tinha uma relação maior com a Irmandade da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, com a qual continuou mantendo contrato de trabalho quando se mudou para Ouro Preto e, posteriormente, para o Rio de Janeiro, onde faleceu em 30 de abril de 1805. É bem provável que Lobo de Mesquita tenha influenciado diretamente a concepção do instrumento, o único órgão remanescente utilizado por Mesquita, cujo nome tornou-se indissociável à sua própria história (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007).

Por meio de uma iniciativa da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, a Mitra Arquidiocesana de Diamantina elaborou uma proposta de projeto de restauro do órgão, no âmbito da lei Federal de Incentivo à Cultura no ano de 2007. O projeto foi aprovado pelo

Ministério da Cultura do Brasil, sob captação de fundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A restauração do instrumento ficou a cargo do ateliê de organaria Hermanos Desmottes de Cuenca, Espanha e, sob coordenação técnica da equipe de restauro de Marco Aurélio Brescia, com participação da empresa ANIMA, Conservação e Restauro. A administração do projeto ficou a cargo da empresa DUO, Informação e Cultura (BRESCIA, 2010).

O órgão foi integralmente restaurado e entregue a comunidade diamantinense em março de 2014, momento em que o instrumento voltou a ser protagonista de memoráveis eventos, como o Festival de Música Antiga de Diamantina, em 2018. Atualmente o órgão exerce importante papel na musicalidade associada ao Turismo em Diamantina. Uma série de concertos tem sido realizada frequentemente na Igreja Nossa Senhora do Carmo, sob coordenação do maestro Evandro Arcanjo em parceria com uma Agência de Turismo, com objetivo de atrair turistas e ampliar a oferta de produtos turísticos associados à musicalidade no município (Figura 6).

A realização dos concertos demonstra como esse objeto, e as redes a ele conectadas, se transformaram ao longo dos tempos. Ficam evidentes as influências das Irmandades Católicas na musicalidade diamantinense, atualmente com reflexos também no Turismo.

Segundo Fernandes e Conceição (2007) essa associação da musicalidade mineira com as Irmandades perdeu intensidade e aos poucos fez emergir e dar força a novos atores. Em 1863, Diamantina tornou-se cidade episcopal, tendo como primeiro Bispo eleito para a Diocese de Diamantina, João Antônio dos Santos Cônego. A criação do Bispado implicou em ações reguladoras mais frequentes e austeras por parte do clero na cidade, e diversos limites foram aplicados às irmandades que passaram a ser subordinadas ao Bispado. Isso interferiu profundamente nas redes sociotécnicas da musicalidade mineira do século XIX, quando novas relações de domínio se estabeleceram em torno do ofício de músico, onde passou-se a ter predominantemente músicos amadores em detrimento dos profissionais (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007).

Figura 6 – Concerto ao Órgão Histórico na Igreja Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Fotografia produzida pelo autor

Segundo Fernandes e Conceição (2007) aproximadamente dez anos antes de tornar-se cidade episcopal, vivia-se ainda um período de ascensão musical profissional em Diamantina durante toda a década de 1850. A primeira Banda de Música organizada no município é a chamada Banda Corinho⁵, fundada em 1852, teve como regente o maestro Antônio Efigênio de Souza o maestro “Paraguai.” Alguns anos depois, durante a segunda metade do século XIX foi criada a Banda Corão⁶, regida pelo maestro Cláudio Augusto Ribeiro de Almeida para disputar o mercado musical na cidade e no Bispado. Em seguida, surgiram bandas menores como a Caramuru, posteriormente chamada de Banda Minoria. Esta tinha como principal rival a Banda Chimanga, regida por João Batista de Macedo, conhecido como maestro “Piruruca” e, por este prestar serviços à Irmandade maiorista do Amparo, passou a ser chamada Banda Maioria (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007). Sobre o maestro Piruruca:

Entre os compositores e maestros dessas bandas, um deles foi reconhecido e destacou-se por sua genialidade, o maestro Piruruca (pai). Seu filho, nascido em 1857, recebeu o mesmo nome do pai, João Batista de Macedo e, por consequência, o mesmo apelido. Nascido em um ambiente favorável e fecundo no que diz respeito à musicalidade, ele superou o dom artístico do pai e, aos doze anos de idade, compôs suas primeiras peças musicais. Mudou-se de Diamantina muito cedo, à procura de oportunidade profissional e logo se estabeleceu em Ouro Preto, na época Capital de Minas Gerais. Seu primeiro contato com a Polícia Militar ocorreu em Ouro Preto, quando ingressou no Corpo Policial da Capital, no posto de Chefe da Banda de Música. Morou nas cidades de Sabará e Conselheiro Lafaiete, sempre exercendo a profissão de músico. Seu retorno à Corporação Militar deveu-se a seu relacionamento com o deputado eleito em 1881, o diamantinense João da Matta Machado que, gozando de livre acesso no governo brasileiro, convidou o maestro para fazer uma apresentação para Dom Pedro II, no Rio de Janeiro. Foi presenteado pelo Imperador com uma clarineta de cristal e uma batuta de prata (COUTO, 1954, *apud* SOUZA, 2008, p.26). Em aproximadamente 1890, alguns anos depois da apresentação no Rio, foi convocado para formar a Banda Policial do Estado de Minas Gerais, sendo nomeado Alferes Mestre da Música. (SOUZA, 2008, p.26).

Daí é possível reconhecer a importância e influência de João Batista de Macedo pai e filho, músicos que tiveram importante papel no desenvolvimento da musicalidade em Diamantina e no Brasil durante a segunda metade do século XIX. Estes dois músicos foram os precursores das atuais Vesperatas e relacionam-se ao surgimento da Banda Policial do Estado de Minas Gerais (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007; SOUZA, 2008). Ao maestro Piruruca (pai) é atribuída a primeira iniciativa no sentido de tocar música nas sacadas. Uma música específica está relacionada com a inovadora atitude do maestro, *La Mezza Notte* (Meia-noite), autoria de M.D. Craline, [...] ao que tudo indica, a população vinculou o fascínio exercido pela execução da música aos imperativos dos cânticos de louvor ao Senhor, em seu sentido celestial e angelical. Por isso, o evento passou a se chamar “O anjo da Meia Noite.” (SOUZA, 2008, p.27).

Uma música, específica e determinada, apresentava uma linha de composição que deu origem à ideia do maestro Piruruca em definir tal formação. A inspiração para o destaque dos músicos nas sacadas foi baseada na melodia da música, reproduzindo uma tradição musical diamantinense. (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p.103).

Vale destacar que foi justamente durante esse mesmo período que as Irmandades iniciaram uma mudança no seu papel até então financiador da musicalidade em Diamantina e Minas Gerais como um todo, abrindo assim espaço para as Bandas Militares, que surgiam para ocupar as demandas deixadas pelos músicos profissionais anteriores.

As ações promovidas pelo recém criado Bispado, em conjunto com a Câmara Municipal à

época, promoveram o “esvaziamento” das Irmandades e conseqüentemente inviabilizaram sua capacidade financeira de continuar a contratar músicos profissionais. Neste sentido, “os músicos profissionais das Irmandades, próprios do século XVIII, foram, paulatinamente, tornando-se amadores ao longo do século XIX, fato esse também verificado em outras áreas da província.” (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p.49). Portanto, é evidente que o ato de criação do bispado foi o fator que mais influenciou nas relações das Irmandades religiosas católicas com a música em Minas Gerais no final do século XIX e início do século XX.

Outro fato decisivo, ocorrido em 1916, foi a ação do Papa Pio X, que pretendeu incrementar e expandir o Canto Gregoriano no interior dos Seminários, “como medida eficaz para abolir a música profana desses rituais.” (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p.51). Fato que evidencia a consolidação de uma nova política de animação musical no seio da Igreja Católica. Configurou-se nova relação entre os músicos e as Irmandades em Minas Gerais no século XX, influenciando as atividades musicais como um todo, até então apoiadas pelas Irmandades.

Diante do conjunto de fatores expostos anteriormente, os músicos diamantinenses dos séculos XIX e XX mudaram de *status*, e passaram a ter um caráter semiprofissional e amador, em função da interrupção do suporte que lhes garantiam as Irmandades. Por conseguinte, “a função de tocar nas comemorações de todas as datas cívicas e na maioria das festas das Irmandades passou a ser responsabilidade da **Banda de Música do 3º Batalhão**, no século XX” (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p.142, grifo nosso), e o caráter profissional dos músicos se restringiu às Bandas militares que se tornaram referência musical em Diamantina no século XX. Observou-se ainda, que houve paulatinamente a “transferência” da responsabilidade de animação musical, antes a cargo das Irmandades católicas mineiras, passando a ser das Bandas da Polícia Militar de Minas Gerais.

As Irmandades, apesar de não mais sustentarem financeiramente o profissionalismo musical no Arraial do Tijuco, continuam até hoje a influenciar a musicalidade na cidade, inclusive aquela relacionada ao Turismo, a exemplo dos concertos do Órgão Histórico Lobo de Mesquita, que são realizados em forma de produto turístico na Igreja Nossa Senhora do Carmo (Figura 6).

Por outro lado, a presença da musicalidade no ambiente militar tem acompanhado a evolução

das políticas públicas de segurança no Estado de Minas Gerais. Atualmente, as Bandas Militares da Polícia de Minas Gerais ampliaram e consolidaram seu papel. Além das apresentações tradicionais em solenidades cívicas e comemorativas das principais datas nacionais, as bandas de música prestam serviços em diversos tipos de ocasiões, conforme as demandas de cada comunidade, o que inclui eventos escolares, encontro de bandas, solenidades de formaturas, apresentações em asilos, casamentos de militares, solenidades religiosas, entre outros. Atualmente a Polícia Militar de Minas Gerais conta com 19 bandas estrategicamente distribuídas pela vasta área do território do Estado, listadas Quadro 6.

Em Diamantina, a Banda do 3º Batalhão tem forte relação com a Banda Mirim²⁹, o que coaduna com a própria composição da primeira. Verifica-se a existência de músicos que, na sua maioria, já passaram antes pela Banda Mirim o que reforça as alianças que unem esses dois atores. Essa união foi descrita no depoimento do Informante 09:

[...] Eu creio que as duas Bandas da Vesperata hoje são uma Banda única. [...] os músicos de lá tendem a vir para cá, tanto que os nossos especialistas aqui hoje, todos foram da Banda Mirim. Dos que estão hoje aqui, dos vinte e três (23), somente dois não passaram pela Banda Mirim. Eu creio que isso faz a Banda ser única. [...] A agenda é puxada mesmo. Os Concertos da Banda da Polícia Militar mesmo se resumem em datas específicas, dias das mães, dia dos pais, final de ano e demais ocasiões específicas. Nós temos aqui dentro do Batalhão o 'Café com Música', que é realizado ali na frente. [...] A gente faz concertos com os corais, Coral de Rio Manso, Coral do Seminário, Coral Arte Miúda. [...] A nossa atividade é estritamente musical. Os nossos músicos colaboram também com o policiamento ostensivo da Unidade, mas o básico mesmo, o mínimo possível. A maior parte do tempo a gente está aqui ensaiando e realmente servindo a sociedade na área musical. A atividade operacional que a gente não deixa de auxiliar também, é basicamente dois serviços no mês. [...] Mas a gente tem a colaboração do pessoal operacional na Banda. Nós temos aqui na Banda hoje nove músicos que são da atividade operacional. [...] Nós temos muitos músicos aqui no Batalhão. (Informante 09).

O depoimento do Informante 09 reforça o entendimento sobre o papel das Bandas Militares em Minas Gerais, sobretudo no que diz respeito a suas relações com outros projetos musicais. Atualmente a maioria dos integrantes da Banda do 3º BPM são profissionais músicos militares que dedicam a maior parte do seu tempo de trabalho à música, em ensaios, apresentações e participação em outros projetos.

29 No final de 1985, o saxofonista Irineu de Souza Domingos, conhecido como maestro Alex foi quem teve a ideia e levou-a ao então prefeito Antônio de Carvalho e criou-se o Projeto Musicarte com objetivo de auxiliar crianças vulneráveis, torná-los alunos e proporcionar-lhes a realização de trabalhos musicais remunerados.

Quadro 6 – Bandas de música da Polícia Militar de Minas Gerais

Município	Entidade
Belo Horizonte	2 Bandas no Centro de Atividades Musicais;
Diamantina	3º BPM/14ªRPM
Juiz de Fora	2ºBPM/4ªRPM
Divinópolis	23º BPM/7ª RPM
Manhuaçu	11º BPM/12ª RPM
Montes Claros	10º BPM/11ª RPM
Ubá	21º BPM/4ªRAPM
Barbacena	9º BPM/ 13ª RPM
Uberaba	4º BPM/5ª RPM
Patos de Minas	CAA/10ªRPM
Passos	12ºBPM/18ªRPM
Pouso Alegre	20º BPM/17ª RPM
Poços de Caldas	29º BPM/18ª RPM
Varginha	24º BPM/6ª RPM
Governador Valadares	6º BPM/8ªRPM
Ipatinga	14º BPM/12ª RPM
Teófilo Otoni	19º BPM/15ª RPM
Bom Despacho	7º BPM/7ªRPM

Fonte: Elaborado pelo autor

Em síntese, observou-se que a profissionalização de músicos em Diamantina tem sido influenciada diretamente pelas Irmandades religiosas católicas desde o século XVIII. A partir da segunda metade do século XIX essa influência foi perdendo intensidade à medida que as Irmandades começaram a mudar sua política de incentivos financeiros aos músicos. Isso proporcionou o surgimento e consolidação das Bandas militares em Minas Gerais, que passaram a realizar o trabalho dos músicos profissionais financiados pelas Irmandades atuantes desde o período colonial. Observa-se que as Bandas militares foram beneficiadas pelo então Governador e, em seguida Presidente, Juscelino Kubitschek que lhes garantiu suporte político e conseqüentemente financeiro, o quê favoreceu sua ampliação e consolidação no Estado de Minas Gerais.

5.1.2 Os anos dourados de Diamantina: o papel de Juscelino Kubitscheck durante a década de 1950

Durante a década de 1950, a região do Vale do Jequitinhonha como um todo iniciava um período de estagnação econômica e deterioração das condições de vida de suas populações, em função da decadência da pecuária (PAULA; SIMÕES, 2006). Diamantina, na contramão da crise, vivia seus anos dourados, em termos econômicos e culturais, impulsionados por Juscelino Kubitscheck, governador do Estado de Minas Gerais e em seguida Presidente da República do Brasil. Neste período, novas e importantes instituições foram criadas³⁰ e a paisagem da cidade se alterou consideravelmente³¹

Graças a Juscelino Kubitscheck, o contexto político, econômico e cultural de Diamantina na década de 1950 sofreu influência decisiva, cujos traços ainda hoje são visíveis e reverberam no ordenamento e no desempenho da musicalidade e do Turismo no município³². A figura de Juscelino Kubitscheck é central em Diamantina e desempenha um papel muito relevante para a musicalidade e para o Turismo local.

Cabe destacar que durante este período Diamantina foi beneficiada pelo presidente, principalmente em consequência da relação deste com o célebre arquiteto brasileiro Oscar Niemayer. Surgiram as principais construções propriamente modernas na cidade para contrapor com a arquitetura colonial, assinadas por Niemayer, cujo exemplo é o Hotel Tijuco (Figura 8).

30 Por exemplo: A Comissão para o Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE); a Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (FAFEOD), a Criação da Lei 811/1951 que institui o Conservatório Estadual de Música Lobo de Mesquita em 1951 pelo governador de Minas Gerais, JK, posteriormente instalado em 1970.

31 Como a expansão das obras do arquiteto Oscar Niemayer, a exemplo do Diamantina Tênis Clube Sargento Anatólio Alves de Assis; do Hotel do Tijuco (Figura 15); do Grupo escolar Julia Kubitscheck, entre outras obras. O desenvolvimento de duas fábricas de tecidos, Biri-biri e Antônia Duarte.

32 Como o Jazz Band Clube Acayaca e a Jazz Band da Polícia Militar. As celebrações das Semanas ruralistas de 1955 e 1956 pelo Arcebispo D. José Newton de Almeida Baptista. E o auge da Bossa Nova nos anos de 1956 e 1957 (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007).

Figura 7 – Casa e estátua de Juscelino Kubitscheck em Diamantina/MG



Fonte: Fotografias produzidas pelo autor

Figura 8 – Hotel Tijuco em Diamantina/MG



Fonte: Fotografia produzida pelo autor

As visitas de Juscelino Kubitscheck a Diamantina sempre atraíam a atenção das pessoas que o acompanhavam em suas caminhadas pelas ruas do centro da cidade. Era nas escadarias da Igreja de São Francisco que o Presidente gostava de parar e escutar as serenatas, o que incorreu na modificação da sua forma de organização como destacam Fernandes e Conceição (2007):

Especificamente, a serenata marcou o contexto musical do século XX diamantinense, levando a cidade a ser conhecida mundialmente como ‘terra nacional da serenata’ Na década de 1950, durante as visitas que fazia a Diamantina, JK revitalizou as serenatas, em razão da sua preferência pela escadaria da Igreja de São Francisco. Um grupo enorme de pessoas reunia-se com os seresteiros naquela escadaria, em torno de JK e depois a multidão seguia pelas ruas da cidade cantando, para finalizar a noite. (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p. 52-53).

A influência de JK no campo cultural em Diamantina também foi decisiva, conforme observa-se a influência deste na forma de organização e execução das serenatas, até conquistar o título de “terra nacional da serenata”. Também consta que a partir da década de 1950 as Bandas Militares receberam apoio financeiro do Governador para a aquisição de partituras e instrumentos musicais, fato que ratifica a influência decisiva deste político nas redes sociotécnicas do Turismo em Diamantina, em especial relacionado à musicalidade. Ainda hoje é um dos políticos mais admirados pela população brasileira, “Presidente Bossa Nova”, como era chamado carinhosamente, inclusive na letra da música do compositor Juca Chaves, que leva o mesmo nome (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007).

As ações do diamantinense Juscelino Kubitscheck influenciaram diretamente a paisagem arquitetônica e cultural de Diamantina e, ainda hoje é possível ver os traços dessa influência, deixados no tempo e no espaço. Isso tudo produziu traços evidentes atualmente no Turismo local. Um exemplo material é a Casa de Juscelino Kubitscheck, que pode ser considerada como um dos principais atrativos turísticos de Diamantina (DIAMANTINA, 2011). Neste local é possível acessar documentos, imagens e objetos que relacionam o passado do ex-Governador e ex-Presidente ao período considerado crucial para o desenvolvimento de Diamantina, os anos da década de 1950. A Casa de JK, como é conhecida, vive um momento muito difícil em termos econômicos e financeiros, reflexos da atual crise política e econômica que o país enfrenta. Em março de 2018 os Gestores da Casa de JK estiveram reunidos com todo o grupo de Docentes do Curso Superior em Turismo da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri, Campus JK e expuseram a situação atual em que se encontra a Casa de JK. Este encontro, do qual o autor

desta tese também participou, ocorreu em decorrência de uma solicitação do Magnífico Reitor Professor Doutor Gilciano Saraiva Nogueira. A pauta da reunião girou em torno da sondagem de possibilidades de realização de projetos de interesse comum às duas Instituições.

5.2 Ordenações das redes sociotécnicas do Turismo de Diamantina/MG

Ao se seguir os atores no passado, surgiram traços atualmente visíveis, conforme expresso nos testemunhos e nas indicações por eles deixadas. Porquanto, as materialidades que consistem nos subsídios utilizados nesta seção estão presentes nas informações das fontes literárias sobre Diamantina e as *Vesperatas*, no material promocional do Turismo local, nos comentários realizados pelos visitantes, arquivos e documentos sobre Turismo local, bem como dos depoimentos que emergiram das entrevistas com os participantes. Conseqüentemente identificou-se padrões de ordenações entre os elementos heterogêneos, as mediações e traduções produzidas pelos atores que configuram as redes sociotécnicas do Turismo em Diamantina, tendo como base a ideia de *Tourismscapes*.

Conforme visto anteriormente, de acordo com o objetivo geral da tese, nos processos de ordenamento os elementos materiais e imateriais se autodefinem e se inter-relacionam de forma relativamente constante (LAW, 1992), produzindo uma imagem momentânea desses atores-rede. Para mapear esses relacionamentos e associações, narrou-se as histórias geradas a partir dos traços identificados durante as análises das ordenações, que indicaram como o passado envolve estes sinais e, como estes últimos se fazem presentes.

A natureza fluida das relações entre os elementos que configuram as ordenações dos atores-rede sociotécnicos implica em considerar a realidade atrelada ao passado histórico, cujas associações entre pessoas, coisas, lugares e ideias se tornam observáveis por meio das “lentes” da ANT. Nesse sentido, a dimensão histórica do estudo do Turismo tem papel fundamental na sua compreensão.

Nesta seção também examina-se diversas temporalidades do destino turístico Diamantina discutidos nas seções anteriores, para produzir uma abordagem das ordenações do Turismo através do tempo e os papéis de diferentes entidades na sua produção. Assim, identifica-se atores no passado, os quais mediam e, em alguns casos ainda mediam o desenvolvimento do

destino turístico Diamantina. Segue uma análise da evolução das práticas turísticas no município, e um rastreamento dos traços impressos por atores-chave das redes sociotécnicas do Turismo, como as Vesperatas e o Carnaval. Por fim, desenha-se as redes e os mapas contextuais.

5.2.1 Análise da rede sociotécnica das Vesperatas

“A Vesperata é nosso maior produto turístico cultural”

(Informante 07)

“Quem traz alguém para Diamantina é a Vesperata e a Semana Santa”

(Informante 01)

“O turista vem para Diamantina por causa da Vesperata mesmo, entendeu?”

(Informante 11)

Há uma forte relação entre a Unesco e atividade turística em Diamantina, principalmente com relação ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade. De várias formas esta relação gera interesse por demandas turísticas potenciais. Consciente disso, a própria Unesco impôs algumas exigências ao Município de Diamantina, de modo que se adequasse e facilitasse o acesso ao patrimônio de interesse mundial. Com a intenção de evidenciar as influências do título da Unesco no Turismo de Diamantina, vale mencionar o estudo de Bulhões (2011) que realizou uma comparação entre o contexto das políticas públicas e infraestruturas turísticas entre os períodos anterior e posterior à obtenção do título. Os resultados demonstraram que houve avanços e também apontaram alguns desafios a serem superados, o que reforça a importância e influência do uso do símbolo da UNESCO na promoção do destino turístico Diamantina.

O ano de 1997 caracteriza-se como um momento crucial do desenvolvimento das atividades turísticas em Diamantina, a partir da composição de uma Comissão que teve como objetivo

conquistar o título de Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco, obtido em 1999, haja vista a expressiva importância da arquitetura colonial associada ao passado histórico-cultural e patrimônio natural da cidade. À frente dessa Comissão esteve a Secretaria Municipal de Cultura, na pessoa do Secretário Sr. Walter Coelho, quando identificou-se a música como um expressivo marco cultural que a influência europeia deixou como legado artístico para Diamantina (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007). Na ocasião, a Banda Mirim Prefeito Antônio Carlos de Carvalho Cruz juntou-se à Banda Militar Estadual e passaram a compor o efetivo para executar as *Vesperatas*³³. Muitas evidências de como se deu a construção do destino turístico, pela elaboração e implementação de seu principal produto turístico, as *Vesperatas* ocorreram durante esse processo. Tais evidências são visíveis hoje ao analisar-se sob a ótica da ANT, a exemplo dos depoimentos dos informantes, prestadores de serviços turísticos receptivos, que ressaltaram a relevância das *Vesperatas*, enquanto produto turístico de Diamantina.

Portanto, a origem das *Vesperatas*, enquanto produto turístico, relaciona-se intrinsecamente ao casario colonial tombado pela Unesco em 1999. Foi necessário apresentar à Unesco algum aspecto cultural relevante que fosse além da arquitetura colonial Barroca e Rococó. Nesse sentido, houve muitos esforços por parte de alguns músicos locais em demonstrar como alguns aspectos relevantes da cultura musical pretérita ainda se fazem presentes, conforme observa-se a seguir:

Diamantina foi tomada por um sentimento de autoestima fundamental para a construção das bases do dossiê a ser encaminhado à Unesco. A peça chave deveria ser o envolvimento da comunidade. Era comum deparar-se com faixas de publicidade nas quais se podia ler: *Nosso passado dá futuro*, imbuído desse espírito, o Senhor José Rony de Macedo Pimenta relatou a alguns membros da comissão as inovações musicais, que eram do seu conhecimento, realizadas pelo seu avô João Batista de Macedo, o maestro Piruruca. (PIMENTA, 2002, apud FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p. 143).

As forças iniciais que fizeram surgir os primeiros indícios de turistificação sistematizada são resultados do entrelaçamento de redes formadas a partir das *Vesperatas*, realizadas sobre o núcleo urbano colonial. No entanto, as *Vesperatas*, para que possam acontecer, dependem de

33 Cada uma dessas duas Bandas passou por diversos períodos de estabilização e desestabilização conforme observaram Fernandes e Conceição (2007). De um lado um “Projeto Social” que embora seja naturalmente respaldado por um forte apelo humanitário, desde sua origem em 1986 passou por diversos momentos de crise, e também períodos de melhor estabilização. Do outro lado, a Primeira Banda de Música do 3º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que surgiu em 1891. A partir daí a tradição musical militar tem tido diversas expressões e igualmente foi interpelada por diversos momentos de crise e glória conforme as contextualizações em que esteve inserida.

um elemento material chave que imprimiu traços mais profundos na espacialidade turística: o casario colonial Barroco e Rococó, sobre o qual almeja-se intensificar o Turismo e ampliar suas possibilidades musicais. Assim, tem-se a musicalidade diamantinense expressa nas Vesperatas, como um importante aliado ao patrimônio arquitetônico. Uma explicação inicial sobre o papel das Vesperatas foi verificado no depoimento do informante 12, que considera:

A Vesperata é um produto que surgiu a partir de um grupo de diamantinenses que precisavam mostrar para a Unesco um conjunto de peculiaridades que o Diamantinense tem. Não é só arquitetura. E eles conseguiram colocar dentro da arquitetura, que é o ponto chave. Eles conseguiram reunir a arquitetura com a vocação musical da cidade. E fazem as pessoas vibrar com isso. E por ser um lugar aberto, se torna único. (Informante 12).

Trata-se, essencialmente de um produto turístico cultural, inspirado na tradição da musicalidade diamantinense e seu pretérito hábito de tocar nas sacadas do casario colonial, legado este deixado pelo Maestro Piruruca. As Vesperatas, enquanto projeto de produto cultural, vieram à tona em um momento único da história, fazendo ressurgir a tradição musical diamantinense. Nas palavras de Fernandes e Conceição (2007):

[...] em 16 de agosto de 1997, durante o lançamento do Programa Nacional de Turismo Cultural do Ministério da Cultura, foi retomada a secular tradição diamantinense, idealizada pelo maestro João Batista de Macedo, o grande maestro Piruruca, em suas apresentações com a Banda Militar: os grupamentos de músicos eram destacados nas sacadas dos sobrados, sendo regidos pelo maestro no centro da praça, ladeado pelo público ouvinte [...]. Naquela noite, diversas autoridades federais, estaduais e municipais se fizeram presentes no evento, dentre as quais o Dr. Francisco Correa Weffort, Ministro da Cultura. No dia 1º de setembro de 1997, o Ministério da Cultura publicou, em seu Boletim nº 20, o artigo intitulado Um Bom Programa para o Brasil – Turismo Cultural. O início do texto prestou o seguinte esclarecimento: a Vesperata, espetáculo em que duas orquestras tocam das sacadas do casario colonial – que não acontecia desde 1932 – marcou em Diamantina, Minas Gerais, no dia 16 de agosto, o lançamento do Programa Nacional de Turismo Cultural. (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p. 176).

Um produto turístico cultural lançado em uma data específica, momento em que se pode evidenciar as forças dos atores em alinhar-se em torno do projeto Vesperatas, quais sejam: o casario colonial; os músicos; os comerciantes da Rua da Quitanda; e a Secretaria Municipal de Cultura (atual SECTUR).

A origem das Vesperatas, expressa nas palavras dos próprios sujeitos que a idealizaram, está relacionada à criação de um concerto ao ar livre que se utiliza do patrimônio cultural, em especial o arquitetônico, para se vender como produto turístico cultural inovador, Uma situação em que ambos se fortalecem. Ao mesmo tempo, as Vesperatas também buscam

resgatar a tradição musical diamantinense. Mas como surgiram as Vesperatas? O depoimento do Informante 11 indica uma versão popular sobre como se deu o início das primeiras apresentações e explicita divergências interpretativas sobre suas origens. Tem-se, de um lado, o conhecimento científico acadêmico, publicado em livro sobre as origens das Vesperatas e de outro, a história oral contada pelos próprios protagonistas da situação, conforme relato do Informante 11:

Vou te explicar como é que começou isso aqui. **Não é nem pelo livro do Wander e do Toninho, porque virou uma guerra entre eles também, de inveja e tudo mais.** Realmente tinha uma coisa musical há muito tempo atrás, que eram os Anjos da Meia-noite, com o maestro Piuruca. Mas eram assim...uma coisa bacana que não foi para frente. O quê que o Erildo e o César, na época em 1997 criaram? Eles tomaram uns *golos* lá no Mercado e subiram aqui para Baiúca, chegaram aqui numa terça-feira à noite, ninguém na rua, tomaram cerveja e cachaça naquela mesa ali fora, aí o César falou assim: o Erildo, o Braga, vocês já pensaram em colocar duas bandas para tocar nas sacadas ali, com o maestro no meio? E você Braga, colocar um *Boulevard* com 70 mesas, com toalhinhas brancas para o povo sentar. Eles falaram que maravilha, vamos tentar, vamos. Eles foram atrás dos dois maestros, na época o Capitão ou Tenente Edson da Polícia militar e o maestro Alex e o Braguinha da Banda Mirim, reuniram com eles e mostraram o Projeto, eles toparam e fizeram um ensaio. **Eu tava aqui desde o comecinho, na primeira noite, eu, Erildo e César.** Eu sei o trabalho que deu. (Informante 11, grifos nossos).

Esse mesmo informante aponta outros elementos-chave que evidentemente se associaram para configurar a rede sociotécnica das Vesperatas, enquanto produto turístico. Houve esforços desses atores no sentido de estabilizar uma situação de inovação no município, pressionado pela necessidade de justificar o pleito ao título perante a Unesco. Estes depoimentos de pessoas envolvidas direta e indiretamente com as atividades turísticas demonstram como a sistematização do Turismo teve início em Diamantina, com base na musicalidade e o (re) surgimento das Vesperatas. É um ponto de partida para se seguir as ideias, atores e práticas turísticas que se seguiram.

A narrativa da história do desenvolvimento da musicalidade na cidade nos últimos duzentos anos está associada ao surgimento do Turismo nos últimos vinte anos, em que foi possível reconhecer a existência de redes sociotécnicas do Turismo envolvendo atores humanos e não-humanos. Nessas redes, o Turismo surgiu como um efeito decorrente dos esforços construtivos de alguns elementos relacionados ao passado, de músicos, empresários, instituições públicas e instituições religiosas que moldaram e ainda moldam as redes sociotécnicas do Turismo.

O principal produto turístico de Diamantina, as Vesperatas, tem sido produzido e consumido

de forma organizada há apenas pouco mais de 20 anos, conforme os enredos das narrativas expostas sobre a produção desse destino turístico. Tais narrativas fornecem um histórico sobre a produção e organização do Turismo musical de Diamantina, construído com base na ideia de destino turístico como ordenações. As materialidades geradas pela exploração do histórico do Turismo indicaram os caminhos para seguir os traços das práticas que produzem as redes sociotécnicas do Turismo em questão. Assim, foi possível identificar o papel de alguns atores que indicaram os traços das relações entre atrativos e serviços turísticos e as pessoas que os produzem.

Figura 9 – Apresentação da Vesperata na Rua da Quitanda em Diamantina/MG

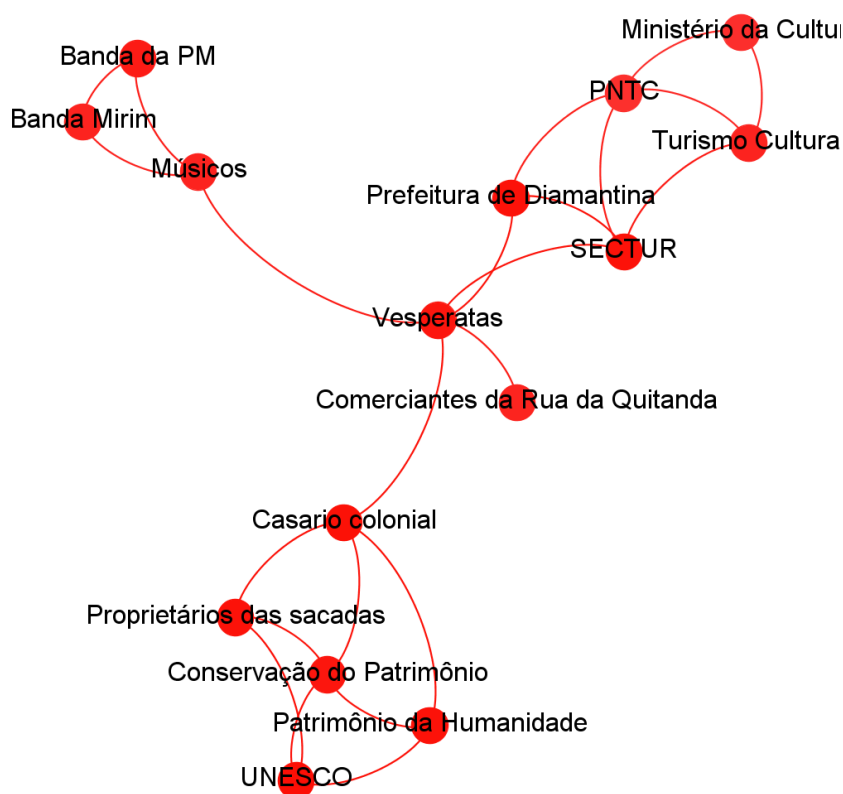


Fonte: Fotografia produzida pelo autor

Os concertos musicais das Vesperatas tem desempenhado um importante papel na identidade e nas ordenações do Turismo de Diamantina. As falas dos Informantes 01 e 11 são simples e diretas e reafirmam a importância estratégica deste fenômeno para a oferta turística e para a economia do município. O êxito das Vesperatas enquanto produto turístico pode ser atribuído às forças das relações práticas internas e externas geradas e mantidas com base nas iniciativas de preservação do patrimônio arquitetônico e nas tradições musicais que culminaram com a obtenção do título de patrimônio cultural da humanidade da Unesco em 1999.

A figura 10 é uma representação gráfica da Fase 1 da rede sociotécnica das Vesperatas. Nela, é possível visualizar a formação da rede, ocorrida por meio do alinhamento dos atores em torno do Projeto Vesperatas. A Prefeitura Municipal de Diamantina e a Secretaria de Cultura (atual SECTUR) conectam-se ao Ministério da Cultura, mediadas pelo Programa Nacional de Turismo Cultural. Os interesses comuns foram desenvolver o Turismo Cultural e conservar o patrimônio cultural. Os músicos diamantinenses, em conjunto com a Banda Mirim e a Banda da Polícia Militar, juntam-se ao Projeto com objetivo de resgatar as memórias do maestro Piruruca e o hábito de realizar concertos musicais nas sacadas do casario colonial. Os comerciantes da Rua da Quitanda unem-se ao Projeto para viabilizá-lo e obter benefícios comerciais. Os proprietários dos imóveis coloniais, motivados pela possibilidade de o Município obter o título de patrimônio cultural da humanidade, associam-se aos propósitos do Projeto e alinham-se as metas da Unesco em conservar o patrimônio cultural.

Figura 10 - Fase 1 da rede sociotécnica das Vesperatas



Fonte: Elaborado pelo autor

As Vesperatas, apesar de representarem uma tentativa concreta de resgate das tradições musicais Diamantinenses, que retomam a ideia do grande maestro Piruruca, foram recriadas

para ser um produto turístico e são o exemplo de nítida tensão existente entre a memória social e a busca do desenvolvimento do Turismo em Diamantina (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007). Mais recentemente, as formas de organização e execução do evento passaram a ser alvo de várias críticas, que culminaram em disputas que envolvem interesses econômicos que levaram o evento a adquirir um formato peculiar de produto turístico. Estas questões contribuem para produzir pressões em torno do desempenho deste produto turístico, que historicamente tem tido um papel central, mas que carece de aperfeiçoamento para se manter, haja vista os mais de 20 anos de durabilidade.

Nas discussões sobre as Vesperatas, considerando as tensões existentes entre a memória social e desenvolvimento do Turismo, há, pelo menos, três vieses de argumentações. O primeiro, representado pelo livro de Fernandes e Conceição (2007), teceu críticas sobre as Vesperatas com base na ideia de descaracterização cultural, em razão de ser essencialmente um produto turístico. Mais importante do que as críticas, a obra descreveu, do ponto de vista histórico e cultural, como nasceu e se desenvolveu ao longo dos séculos a musicalidade diamantinense e suas relações com as Vesperatas e com o Turismo, ainda que, atribuindo à atividade turística o ônus pela descaracterização das tradições culturais musicais expressas pelas Vesperatas.

A segunda linha de argumentação, representada por Amaral (2012), entendeu as Vesperatas nos termos da hibridação cultural (CANCLINI, 2000) e explicou as transformações pelas quais passaram as Vesperatas, recorrendo às discussões que envolvem principalmente os conceitos de identidade, modernidade (tardia) e hibridação cultural. Esta linha de argumentação também corrobora com a ideia de tradição inventada, como descrita por Hobsbawn (1984).

O terceiro viés identificado envolve as discussões que buscam construir uma interpretação e entendimento das Vesperatas do ponto de vista turístico. Ou seja, que as concebe essencialmente como um produto turístico, a exemplo de Alves e Nascimento (2014), que analisaram, teórica e empiricamente a turistificação da tradição musical diamantinense, sem desconsiderar as controvérsias analíticas existentes. Nesse viés, Alves e Nascimento (2014) concebem as Vesperatas como uma mercadoria lançada ao público consumidor, cujo consumo se fundamenta na produção de signos associados à indústria fonográfica mundial e ao imaginário criado em torno das cidades históricas mineiras.

As três linhas de argumentações críticas sobre as Vesperatas, demonstram a preocupação dos autores em relacioná-las com a tradição musical local, ou com as atividades turísticas. Sobre as discussões que envolvem o próprio conceito de tradição, o depoimento do Informante 19 reforça as abordagens existentes sobre as tensões que envolvem a memória social diamantinense e o produto turístico Vesperata. Em suas palavras:

As pessoas que vêm à Vesperata, de fora, pensam que vão ver a cultura de Diamantina. Veja bem, não é. Basta você observar as músicas que são tocadas na Vesperata. Não são músicas de Diamantina, não tem nada a ver com a cultura diamantinense. São músicas comerciais. A musicalidade do povo de Diamantina não é refletida na Vesperata. O povo que toca sim, porque são bandas públicas. Uma é da Polícia, e tem lá a bandinha das crianças. (Informante 19).

O Informante criticou o repertório musical das Vesperatas. Para ele, não há relação das Vesperatas com a cultura diamantinense. Tal fato está em consonância com as publicações científicas mencionadas anteriormente.

Segundo Amaral (2012) a forma de exploração econômica do evento gera tensões entre o que é público e o que é privado. O que requer um debate quanto à organização, à execução, às continuidades e descontinuidades das Vesperatas. Para essa autora:

Trata-se de pensar algumas questões que ora se colocam: O que hoje confere legitimidade para a recuperação e manutenção das Vesperatas como uma expressiva manifestação cultural? Que relações podem ser percebidas entre essa manifestação cultural e o patrimônio material já consolidado de Diamantina? **Como os agentes do poder local se situam com relação às manifestações culturais diamantinenses e a possibilidade de seu reconhecimento como bens culturais de natureza intangível?** O que as Vesperatas têm a evidenciar acerca das discussões recentes sobre modernidade e tradição? Quais os significados das Vesperatas para seus produtores e para os diamantinenses? **Como se estruturam as relações de poder na organização e execução das Vesperatas em Diamantina?** Por que as Vesperatas ganharam tanta expressividade em relação a outras manifestações culturais locais, às Serenatas, por exemplo? Essas manifestações culturais atualizam aquela identidade musical referida por Fernandes e Conceição (2007), levando em consideração os significados construídos coletivamente? Por outro lado, observando a crescente mercantilização dos objetos culturais, qual a relação das Vesperatas com a atividade turística local e com a economia da cultura no Brasil? (AMARAL, 2012, p. 05-06, grifos nossos).

As indagações da autora apontam várias direções. No entanto, o presente estudo, conforme seus objetivos, se preocupou apenas em entender a estrutura das relações de poder emanadas pelas Vesperatas, enquanto produto turístico cultural que influencia as redes sociotécnicas do Turismo em Diamantina. Nesse sentido, a autora identificou algumas contradições no que se

referem “à exploração econômica privada das Bandas Militar e Mirim”. No caso, bandas públicas, uma do Estado e outra da prefeitura. Essas bandas são a grande atração da manifestação cultural em questão. Assim, a tensão evidenciada foi de ordem econômica, dado do entendimento daquele espaço como um campo de disputas, no qual os diversos agentes econômicos e sociais se contrapõem, conforme seus objetivos.

Por outro lado, independente da interpretação que se faça sobre a legitimidade de se “explorar economicamente” bandas públicas ou privadas, o fenômeno das Vesperatas, por si só, pode ser visto como um ator-rede que enseja redes sociotécnicas do Turismo. Essas redes estão estabilizadas por meio de mediações e ordenações que geram efeitos que incidirão na identidade, poder, segmentação e gestão do Turismo, conforme apresentado na Figura 2, seção 2.4.

A exploração dos benefícios econômicos das Vesperatas também é um tema que tem gerado muitas discussões. Não é tarefa fácil compreender sem considerar as múltiplas dimensões envolvidas. Embora, após mais de vinte anos de existência, e o espetáculo tenha atingido um ponto de amadurecimento e equilíbrio, um longo e difícil caminho tem sido percorrido para que o fenômeno pudesse se consolidar e continuar. Os pesquisadores Silveira et al (2012, p. 14) chamaram à atenção alguns aspectos “inacabados” do produto Vesperata, do ponto de vista da Teoria de *marketing* de destinos: “chegou-se a um produto em um ponto entre maturidade e saturação e que apresenta sérios problemas de comunicação entre os atores envolvidos.” O estudo também identificou a existência de dois grupos, o primeiro representado por treze empresários do ramo dos serviços turísticos (ADELTUR). O segundo, composto pelo grupo dos “outros empresários que não têm direito à comercialização das mesas”, conforme a seguir:

[...] o amadurecimento do espetáculo musical, enquanto produto turístico ao longo desses mais de dez anos não foi tão completo e tampouco simples. De evento musical para produto turístico, um longo caminho foi percorrido e, conforme ocorre muitas vezes em cidades pequenas com grande potencial turístico, esse processo não foi linear e nem profissionalizado. Sem garantias financeiras para bancar o evento e questionados pela Prefeitura Municipal, que não tinha condições de sustentá-lo, um grupo de 13 empresários entre comerciantes, bares, restaurantes e meios de hospedagem sustentaram financeiramente o evento, por meio da compra das 120 (cento e vinte) mesas disponibilizadas durante a Vesperata, desde o início dos anos 2000 até os dias atuais. Não se sabe determinar em que momento o evento cultural passou a dar lucro e conquistar uma parcela fiel de turistas, gerando a venda casada por parte desses empresários que comercializam a Vesperata atrelada à hospedagem. No entanto, nos últimos anos, esse modelo de comercialização e a falta de profissionalização nesse processo passaram a ser questionados por outros

empresários do Turismo que não tem direito à comercialização das mesas, chegando a levantar questões junto à Sociedade Civil Organizada local, com acionamento do Ministério Público e da Câmara de Vereadores, gerando então a criação do GT da Vesperata [...] (SILVEIRA et al, 2012, p.18-19).

Entre prejuízos e lucros os empresários com interesse direto nas Vesperatas têm se engajado na produção e sustentação econômica do espetáculo. No entanto, este engajamento está relacionado aos direitos e poderes sobre o evento. A Associação Diamantinense de Empresas ligadas ao Turismo (ADELTUR), detinha o poder sobre o evento e apenas as empresas que faziam parte deste grupo tinham acesso à comercialização do evento. Conseqüentemente, dos benefícios financeiros diretos proporcionados. Tal contexto foi justificado pelo Informante 01, que alegou que os concertos das Vesperatas não cessaram graças à interferência decisiva do grupo de empresários que lhe garantiam os aportes financeiros necessários para que o evento acontecesse regularmente. O informante destaca as dificuldades atreladas à execução do evento. A existência de dois grupos, bem como a disputa econômica em torno das Vesperatas estão mais evidentes nos depoimentos do Informante 17 e do Informante 29. Como descreveu o Informante 17:

A ADELTUR é um grupo muito coeso. Se nós não tivéssemos reunido, inclusive a Vesperata já tinha acabado. Porque durante muitos anos foi a ADELTUR que manteve a Vesperata. [...] a ADELTUR manteve a Vesperata por mais ou menos dez anos consecutivos, com prejuízos e lucros, mas ela manteve. Todo mundo achava porque a gente que vendia as mesas o lucro era pra nós, nunca foi. Trazia muitas vezes prejuízo, porque a ADELTUR tinha uma responsabilidade financeira sobre o evento. Tendo ou não turistas nós bancávamos a Vesperata. A Vesperata, muito diferente do que muita gente pensa, é um evento caro e alguém tem que pagar por ela. Então quem paga a Vesperata? Se não se vende as mesas, como é que vamos fazer o evento acontecer? Até a limpeza da rua é paga pela própria Vesperata. Todo processo de montagem do evento tem um custo, e um custo alto. Essa união da ADELTUR fez com que a Vesperata se mantivesse durante muito tempo. Até que passou tudo para uma empresa só, o quê eu acho ótimo. Porque nós não temos a expertise de uma Agência de Turismo para manter tudo isso. E cada um tem que cuidar do seu estabelecimento. (Informante 17).

Por outro lado, diante das dificuldades de acesso aos benefícios diretos das Vesperatas, um outro grupo de empresários decidiu representar uma denúncia junto ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em 2011, reivindicando direitos à participação nos benefícios econômicos. O MPMG acionou a Prefeitura, exigindo ajuste de conduta, pressionando-a para a criação de uma solução ao problema da comercialização de mesas das Vesperatas e organização do evento como um todo. Tem-se, com isso, uma situação controversa de pressão dos atores. De um lado, os empresários do setor turístico, mediados pelo MPMG, insatisfeitos com a política de exploração e distribuição dos benefícios de um evento criado para ser

público. De outro, o grupo da ADELTUR, até então detentor da organização e comercialização das Vesperatas, tendo como principal mediadora a Prefeitura Municipal de Diamantina (PMD), por meio da SECTUR.

O principal resultado da ação pública foi estabelecer a obrigatoriedade de licitação por meio de edital de tomada de preços e seleção de uma empresa única para execução das Vesperatas e das Serestas. Uma situação de pressão fez emergir novos atores à medida que eliminou outros. Como resultado desta situação conflito, a organização e execução das Vesperatas teve de ser repensada e reformulada com finalidade de atender à sentença da ação civil pública.

O depoimento do Informante 29 menciona as disputas entre os agentes econômicos e o encaminhamento dado pelo Ministério Público, de forma a estabelecer uma nova forma de organização e execução do evento garantindo melhor distribuição dos benefícios gerados pelo evento:

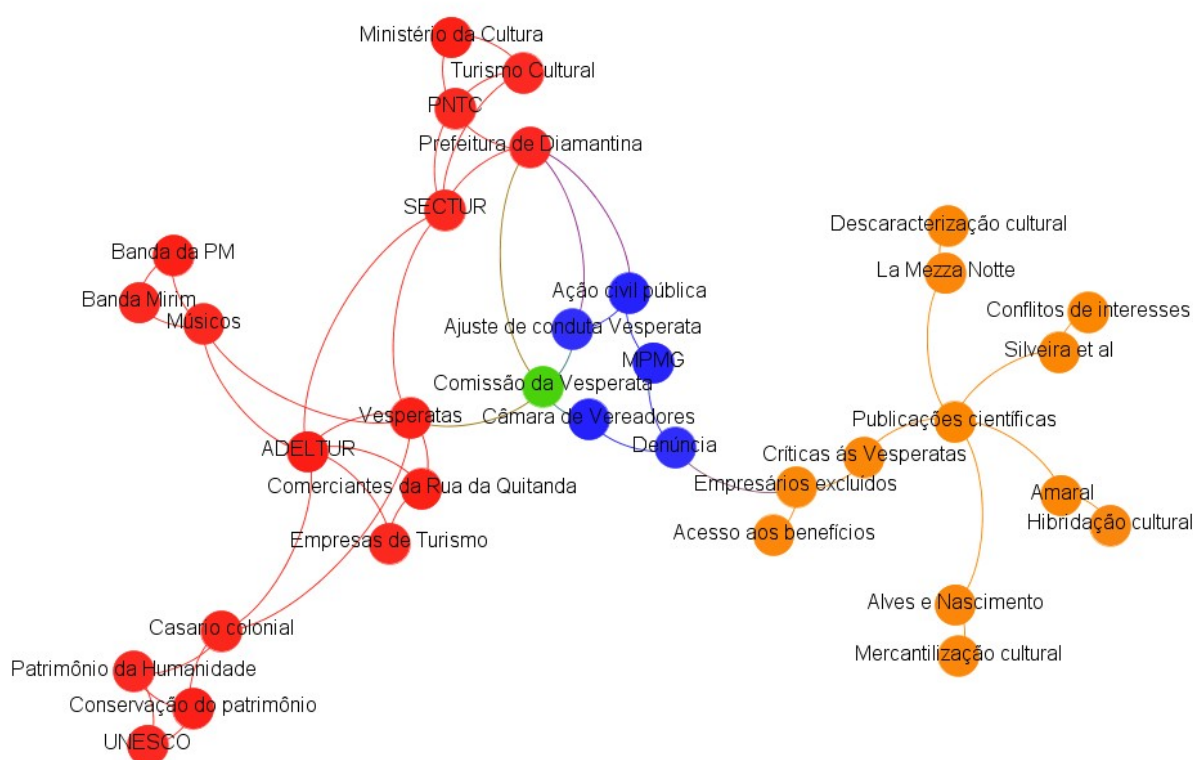
Antes o evento estava sobre responsabilidade da ADELTUR. Por uma intervenção do Ministério Público em 2011, impulsionado por uma denúncia de um corpo de empresários que não tinham acesso às mesas comercializadas na Vesperata, a prefeitura foi acionada a assinar um termo de ajuste de conduta, a assumir e fazer uma nova proposta de comercialização das mesas da Vesperata. O Ministério público queria que a prefeitura assumisse a gestão do evento. Nós falamos para o Ministério Público que não era nosso papel, que não era papel do poder público realizar a comercialização e a manutenção, e logística de produtos turísticos. Assim, a gente elaborou um termo de referência. Lançou um Edital de licitação que tinha por critério principal, além do que prevê a lei 866, que é preço e técnica, que tinha como critério principal a técnica e a experiência da empresa, para que ela pudesse comercializar as mesas da Vesperata e realizar a produção executiva, que quer dizer todo o arranjo para a realização do evento. (Informante 29).

A narração dos fatos ocorridos em torno das disputas sobre as Vesperatas, contida no depoimento do Informante evidencia as transformações verificadas no produto turístico, sobretudo na forma de organização e execução do mesmo.

A figura 11 é uma representação gráfica da Fase 2 da rede sociotécnica das Vesperatas, em que é possível observar a formação de um antigrupo em função de críticas às Vesperatas. Em vermelho tem-se os nós que representam os atores da fase inicial do Projeto Vesperatas, aos quais uniram-se as empresas de Turismo, por meio de sua Associação de classe, a ADELTUR, detentora do direito a organização do evento como um todo e à comercialização das mesas. Ao lado direito, os nós na cor laranja, em torno das críticas, tem-se as publicações

científicas respaldadas pelos argumentos sobre conflitos de interesses, descaracterização cultural, hibridação cultural e mercantilização cultural. Também conectados às críticas alinham-se os interesses dos empresários excluídos que reivindicaram acesso aos benefícios econômicos e direito à comercialização das mesas. Os nós em cor azul, representam os elementos mediadores motivados por uma denúncia feita pelos empresários excluídos, a Câmara dos Vereadores e o Ministério Público de Minas Gerais, que ajuizou uma ação civil pública que gerou uma sentença determinando ajuste de conduta da Prefeitura Municipal de Diamantina. O nó em verde, ao centro do gráfico, representa a Comissão da Vesperata, criada especificamente para intermediar a situação de conflito de interesses e buscar soluções para litígios.

Figura 11 – Fase 2 da rede sociotécnica das Vesperatas



Fonte: Elaborado pelo autor

Após um momento de tensão entre os atores e simultânea emergência de novos elementos que entram em cena, há uma redefinição das redes. Com a exigência da licitação prevista em lei, a produção executiva e a comercialização do evento passaram a ser centralizados em apenas

uma empresa, do ramo de serviços turísticos. Esse fato, naturalmente criou a necessidade de aperfeiçoamento de uma nova política, recém implementada para organização e execução de um evento com características únicas, que implica na concessão temporária de uso de espaço público, contratação de bandas públicas, etc, criando uma situação inusitada do ponto de vista do mercado turístico. Como fazer a gestão deste evento que envolve tantas peculiaridades, de modo a garantir distribuição de benefícios, da forma mais equitativa possível?

A forma de sistematização encontrada para a organização e execução das Vesperatas enquanto produto cultural turístico é um caso *sui generis*, de natureza complexa, que envolve alguns aspectos peculiares desafiadores, que fazem com que a política de exploração econômica do evento em questão seja algo considerado como único e inovador no campo do Turismo. Dentre os aspectos mencionados, cabe destacar a concessão temporária de um espaço público, a Rua da Quitanda, a uma empresa privada. Também implica no repasse financeiro que incorre aos seguintes prestadores de serviço: duas bandas públicas, a Banda da Polícia Militar e a Banda Mirim; demais músicos que fazem parte do evento; proprietários dos imóveis utilizados nos concertos; seguranças; mestre cerimonial; sonorização e iluminação; serviços de limpeza do local, entre outros prestadores de serviços.

Foi necessário criar uma forma inovadora de processo licitatório para tomadas de preços, a qual também envolve a avaliação do aspecto técnico da empresa a ser licitada, do ramo de organização de eventos e comercialização de produtos turísticos. Uma situação única, até então, que se tem conhecimento no setor turístico. Em setembro de 2016 foi aprovada e sancionada a Lei Municipal nº 3.935 que “dispõe sobre os eventos ‘Vesperata’ e ‘Seresta’ no Município de Diamantina e dá outras providências.” A Lei veio orientar e normatizar todos os procedimentos relacionados à forma de organização e execução das Vesperatas. Cria a “Câmara de Apoio e Desenvolvimento da Vesperata e da Seresta,” como câmara temática do Conselho Municipal de Turismo.³⁴ Coordenada pela SECTUR, a Câmara substituiu a Comissão da Vesperata. Entrou em cena uma nova associada, as Serestas que passam a estar atreladas à execução das Vesperatas, ganhando força. A Lei determina que a empresa vencedora da licitação deverá repassar “valor determinado em contrato” ao Fundo Municipal de Turismo. Estabelece, ainda, que a fiscalização dos contratos oriundos do processo licitatório ficará a cargo da Diretoria de Turismo da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo

34 Texto da Lei Municipal 3.936/2016. Disponível em: <http://diamantina.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/LEI-N---3935-DE-12-DE-SETEMBRO-DE-2016-Vesperata-e-Seresta.pdf>. Acesso em 10/10/2016.

e Patrimônio.³⁵ Em dezembro de 2016, as Vesperatas, por meio da Lei Estadual 22.456/2016, obtiveram o reconhecimento de Patrimônio cultural de Minas Gerais, reafirmando sua força enquanto fenômeno cultural turístico, não obstante as críticas que se atribuíam às mesmas.

Desde 1997 até 2018 as Vesperatas vem sendo o principal produto turístico de Diamantina, que tem buscado aperfeiçoar-se à medida que tenta adquirir um formato de execução que garanta não apenas a realização do evento em si, mas a distribuição dos benefícios gerados pelo mesmo. Por outro lado, os esforços de *marketing* realizados pela municipalidade indicam a necessidade e o desejo de diversificação da oferta de produtos turísticos estruturados, bem como, melhor integração das Vesperatas com outros produtos de sucesso. No âmbito da estabilização e desestabilização, verificados na rede das Vesperatas, as práticas de relações práticas internas sofreram algumas alterações a partir do novo formato de organização do evento, que trouxe à tona um novo ator das redes, a empresa licitada, neste caso uma Agência de Turismo.

No ano de 2018 apenas uma empresa, a mesma do período anterior, se inscreveu no Processo licitatório nº 61/2018 referente ao Edital nº 01/2018, que trata da seleção de melhor preço e técnica para a organização e execução das Vesperatas. Uma subcomissão de avaliação das propostas técnicas apresentadas no âmbito do referido processo licitatório selecionou uma empresa do ramo de organização de eventos e comercialização de produtos turísticos para a execução das Vesperatas e das Serestas. Uma única proposta foi apresentada, sem concorrência, deixando claro que as Vesperatas não representavam um negócio atrativo para possíveis empreendedores, visto que não havia mais de uma empresa interessada pela concorrência do edital. Não obstante a taxa de lucratividade da empresa licitada seja baixa, o risco é bastante alto diante das características peculiares dos produtos turísticos que tornam difícil a sua organização e comercialização³⁶.

Se em 2012 o amadurecimento do produto turístico Vesperata estava incompleto, confuso e não-linear, atualmente o espetáculo musical turístico se aperfeiçoou, avançou e se profissionalizou. Sob pressão de um grupo de empresários representados pelo Ministério Público, a forma de organização, os direitos e benefícios das Vesperatas foram modificados. Tal fato produziu um rearranjo na forma de organização das Vesperatas é a evidencia

35 Ibidem

36 Intangibilidade, sazonalidade, precibilidade, produção e consumo ocorrem simultaneamente, difícil padronização são algumas características peculiares aos produtos turísticos.

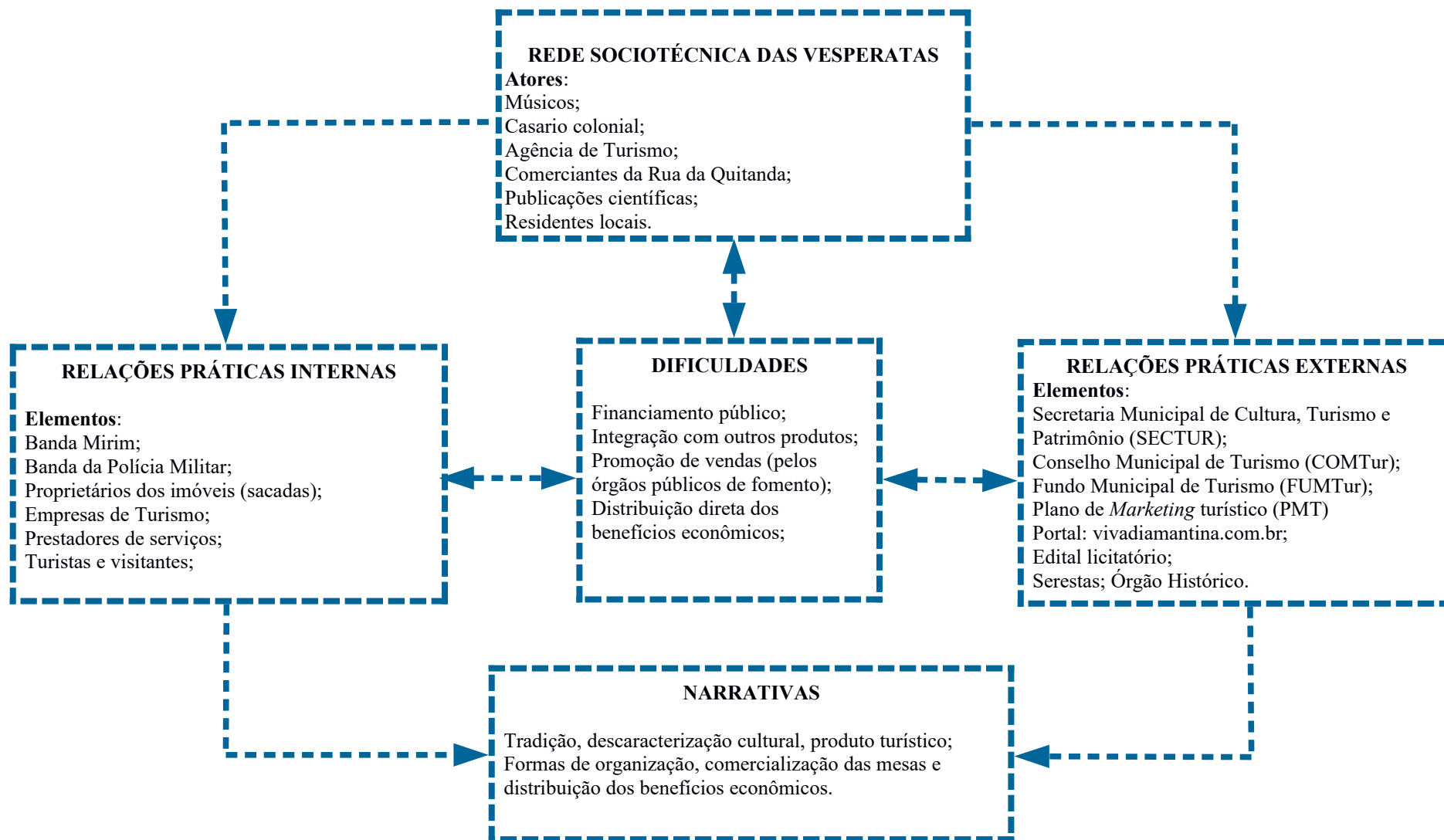
empírica dos quatro momentos do processo de tradução: problematização, despertar do interesse, engajamento e mobilização (CALLON, 1991).

A Figura 12, foi elaborada com base na síntese conceitual (BEARD, 2016), apresentada na seção 2.4, representa um mapa contextual desenvolvido para representar e analisar as ordenações e o papel das Vesperatas nas redes sociotécnicas do Turismo de Diamantina. Nela, é possível observar as relações práticas internas e externas que estabelecem os atores com os elementos da rede. As dificuldades que permeiam essas relações geram controvérsias, conforme observa-se as narrativas dos próprios atores e elementos da rede.

O relativo sucesso das Vesperatas ao longo dos anos tem sido acompanhado por performances duráveis de interessados, em associação com uma série de elementos materiais e imateriais. Como principais atores tem-se: os músicos; o casario colonial; a Agência de Turismo licitada; os comerciantes de alimentos e bebidas da Rua da Quitanda; as publicações científicas; e os residentes locais. A rede estabiliza-se por meio das relações práticas internas e externas que os atores estabelecem com os elementos. Conforme descrita anteriormente, esta durabilidade conseguiu se estabilizar devido aos esforços, ora conjuntos de agentes públicos e privados em manter vivo o principal produto turístico do destino. Dentre os atores mencionados, cabe destacar o casario colonial, que durante muito tempo tem sido influenciador das ordenações das redes do Turismo no município, exercendo um importante papel na musicalidade e na oferta turística, de várias formas ao longo dos anos, mas principalmente nas últimas três décadas.

A execução das Vesperatas depende das relações práticas internas dos atores com as bandas Mirim e Polícia Militar. Depende também das relações com prestadores de serviços diversos tais como profissionais de eventos, garçons e seguranças. Sustenta-se na relação com os proprietários dos imóveis localizados na Rua da Quitanda, uma área de tombamento patrimonial. Ainda no âmbito das relações internas, as empresas de Turismo desempenham um papel fundamental da execução das Vesperatas, à medida em que são responsáveis pelos serviços turístico prestados aos turistas, formando o elo entre estes e as Vesperatas.

Figura 12 – Ordenações da rede sociotécnica das Vesperatas



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Beard (2016)

No conjunto das relações práticas externas, os atores estão relacionados à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio (SECTUR), ao Conselho Municipal de Turismo (COMTur), ao Fundo Municipal de Turismo (FUMTur), ao Plano de *Marketing* turístico (PMT), ao Portal (vivdiamantina.com.br), ao Edital licitatório e, as Serestas.

Vale destacar que, embora ocorra anualmente aproximadamente apenas dezesseis concertos, trata-se de um evento que exerce um importante papel na vida de muitos músicos diamantinenses. Congruente à essência musical da Banda Mirim e a da Banda da Polícia Militar reside uma série de grupos musicais diamantinenses, dispostos no Quadro 7. Essas entidades formam, portanto, os elos existentes entre os músicos e as Vesperatas.

Quadro 7 – Grupos musicais diamantinenses

Banda Civil
Banda Euterpe
Banda Mirim
Banda do 3º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais
Orquestra Sinfônica
Associação de grupos de Seresta
Arte Miúda
Grupos populares tradicionais
Choro Malandrinho (Projeto do Professor do Conservatório)
Iukerê (Grupo de percussão, também do Conservatório)
Instrumentais: Jazz (do maestro da Orquestra Sinfônica)
Jackson – MPB e Bossa Nova
Família Reis (os treze filhos da família são músicos)
Coral Enir Assumpção Barracho
Coral Xoxofre (infantil)
Coral da UFVJM
Camerata de Violões
Grupos Juvenis
Bandas de Pop Rock, Axé <i>Music</i> , Forró pé de serra, Pagode, Sertanejo, Samba de raiz
Cantata (retrata a paixão de Cristo)
Projeto Ensaio Aberto
Conservatório Estadual de Música Lobo de Mesquita
Bat Caverna
Bartucada

Fonte: Elaborado pelo autor.

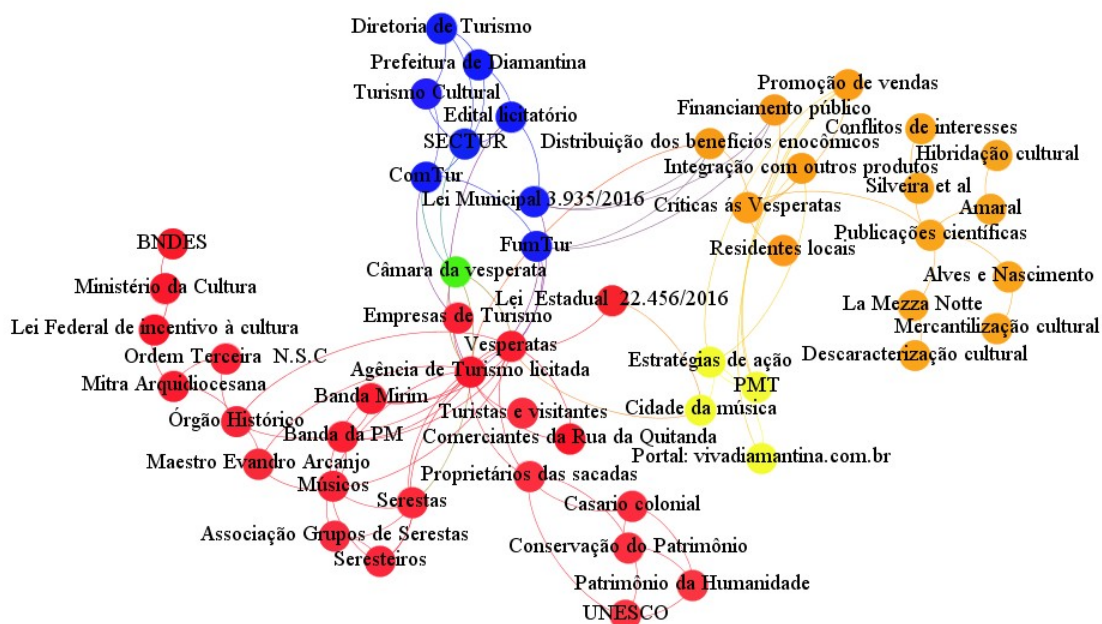
Os percalços indicados pelos atores da rede sociotécnica das Vesperatas giram em torno das dificuldades identificadas com relação ao financiamento público, à integração com outros produtos turísticos locais, dificuldades em promover vendas e distribuir diretamente os benefícios econômicos. Essas dificuldades mediam as relações dos atores com as práticas internas e externas. Como resultado das relações práticas internas e externas tem-se as narrativas sobre tradição, descaracterização cultural, produto turístico, formas de organização do evento, comercialização das mesas e distribuição dos benefícios econômicos.

Apesar da longevidade verificada no produto e de todas as razões já discutidas, tem sido difícil encontrar empresas que se disponham a concorrer ao edital de licitação para execução das Vesperatas. As mudanças ocorridas na forma de execução das Vesperatas, resultaram na reordenação das relações entre as práticas “internas” e “externas” e, conseqüentemente nas redes de poder sobre o evento.

As Vesperatas são caracterizadas na presente narrativa como um artefato que implica no engajamento de uma série de elementos cujos interesses e objetivos são traduzidos. O interesse dominante atualmente reside na produção de uma rede capaz de executar o evento garantindo sua manutenção e permanência como importante produto turístico, ao mesmo tempo em que também seja capaz de assegurar uma exploração mais equitativa dos possíveis benefícios econômicos advindos do evento. Destaca-se a relevância do papel do Casario histórico tombado pela Unesco, o artefato não-humano de maior relevância identificado.

A Figura 13 foi elaborada para representar graficamente a rede sociotécnica das Vesperatas em sua fase de estabilização, aqui denominada de Fase 3. Em vermelho, os nós representam os atores e elementos dominantes associados em torno das Vesperatas, aos quais uniram-se as Serestas e o Órgão Histórico, bem como as relações que sustentam esses dois últimos. Ressalta-se que a Agência de Turismo licitada e o casario colonial tombado constituem os principais atores. Os nós em azul representam os elementos que constituem as Instâncias de governança pública e os mecanismos de gestão do Turismo e das Vesperatas. O nó na cor verde representa a Câmara das Vesperatas e das Serestas, o principal intermediador das relações entre estas e os demais grupos da rede. Na cor laranja tem-se os nós do grupo das controvérsias oriundas das críticas às Vesperatas, sobre as quais discorreu-se ao longo das narrativas contidas na presente seção. Os nós em amarelo representam o *Plano de Marketing* e seus associados.

Figura 13 – Fase 3 da rede sociotécnica da Vesperata



Fonte: Elaborado pelo autor

Embora o papel das Vesperatas nas redes sociotécnicas do Turismo seja sustentado pela Empresa detentora do contrato com a municipalidade, o trabalho necessário para manutenção e sobrevivência do evento enquanto produto turístico ainda suscita dúvidas e indica um futuro incerto. Para ser ter uma ideia, no ano de 2018 o processo licitatório Municipal foi finalizado apenas no mês de março de 2018. Ou seja, no mesmo mês que normalmente se iniciam as temporadas de Vesperatas. Tal fato indica que ainda há muito a ser aperfeiçoado pela municipalidade em relação às Vesperatas.

Sob a ótica da Teoria Ator-rede aplicada ao Turismo, *Tourismscape*, com base na descrição das temporalidades da musicalidade diamantinense, observou-se atores e suas relações em rede produzindo as ordenações do Turismo. Esta descrição destacou os papéis de alguns atores humanos e não-humanos, os quais podem ser considerados como elementos históricos deste destino turístico. A reconceituação do destino turístico neste estudo apontou como efeitos sociotécnicos do Turismo são produzidos e estabilizados por meio de relações entre elementos heterogêneos tais como atrativos naturais e histórico-culturais.

Alguns elementos foram identificados por influenciarem na estabilização e manutenção das redes de relações, desempenhando papéis significativos nas ordenações do Turismo em questão. Os elementos identificados tem traços específicos através do tempo: o casario colonial; o patrimônio natural; a musicalidade; o órgão histórico; as apresentações musicais das Vesperatas; e o carnaval. Esses traços revelaram como a cidade se construiu como destino turístico e são explorados nas seções posteriores. Cada um desses traços tem contribuído para o desempenho do destino turístico e atuam como mediadores atores-redes das redes sociotécnicas do Turismo do município.

A seção seguinte do presente capítulo, com foco nas ordenações das redes sociotécnicas do Turismo, aborda outro importante atrativo turístico diamantinense baseado na musicalidade: o carnaval.

5.2.2 Análise da rede sociotécnica do carnaval de Diamantina/MG

“O carnaval foi o maior evento gerador de fluxo turístico que Diamantina já teve, principalmente na década de 2000”
(Informante 07)

Muito antes da década de 1950 e, portanto, da influência da era JK na cultura musical diamantinense, as celebrações carnavalescas de Diamantina já eram muito conhecidas no Brasil. As palavras do Informante 12 enfatizam esse fato:

[...] pelas pesquisas que eu ando fazendo o carnaval de Diamantina desde o século XIX já era muito conhecido no Brasil [...] o carnaval não é apenas esse modelo que tínhamos a 10 anos, nem de 20 ou 30 anos atrás, tem 100 anos de história de carnaval em Diamantina. Já era conhecido. (Informante 12).

Para muitas pessoas, quando se fala em Diamantina, a referência é o carnaval. O depoimento do informante 24 também reforça este argumento: "Diamantina já foi o melhor carnaval do Brasil. Com todo mundo que eu falo que eu moro em Diamantina, me fala, eu já passei o carnaval lá uma vez". (Informante 24). Igualmente, as entrevistas realizadas com empresários do Turismo, residentes, representantes de órgão públicos e visitantes do evento respaldam esta afirmação. Resgatam um pouco da história do carnaval de Diamantina, e também indicam as

transformações que têm ocorrido, conforme observa-se nas seguintes palavras do Informante 12:

Conheci o carnaval de Diamantina na década de 1980, num período em que blocos dos bairros se apresentavam, e tinha o carnaval de rua com as bandas se apresentando. E era totalmente diversificado, em vários espaços, cada um escutava o que queria. Tinha os desfiles quando as bandas paravam de tocar, depois voltavam. Na década de 1990 tudo isso emanava do povo, as pessoas se organizavam e faziam o Carnaval com ajuda do poder público, claro, mas acontecia. [...] Até que a Prefeitura teve a 'brilhante ideia' (tom de ironia) de vender o carnaval para uma empresa. Concessão do espaço público do Mercado Velho para realizar o evento. As pessoas saíam de suas casas para alugar para pessoas que valiam a pena, porque tinham dinheiro. As pessoas às vezes deixavam tudo lá. Porque havia poucos hotéis. Existiam pessoas aqui que viviam o ano inteiro com dinheiro do carnaval. Era um público seleta que pagava o valor que valia. Vinham famílias de médicos, advogados, etc. Iam embora e deixavam a geladeira cheia de carne e coisas. Eram pessoas que traziam dinheiro para a cidade. Era outro público. Quando o carnaval foi 'vendido', a empresa começou a vender Abadás e ingresso. Aí começou a chegar caravanas e caravanas de ônibus e menos famílias. Multiplicaram os problemas de urina e fezes nas ruas, drogas. O poder público deixava tudo por conta da empresa, a segurança, a organização. Durante dez anos tivemos esse modelo de carnaval e perdemos o público anterior. Sem pudor algum. Você via de tudo. Sexo explícito. É a época em que o diamantinense largou a cidade durante o carnaval. Iam para roça, para as cidades vizinhas. As pessoas pararam de frequentar os blocos à tarde, porque ficava insuportável. (Informante 12)

O depoimento do Informante 12 ressalta o papel da Praça Barão de Guaicuí no carnaval de Diamantina. Ele também apontou para as transformações ocorridas na mesma, com relação às formas de uso da área, indicando que houve uma mudança na forma de organização do carnaval como um todo. Segundo o entrevistado, durante as décadas de 1980 e 1990 o financiamento dos investimento foi de natureza pública, a cargo do município, passando a ser privado na década seguinte.

Com a intenção de verificar a fundo as características do carnaval de Diamantina durante as duas últimas décadas do século XX, buscou-se informações junto à SECTUR.³⁷ Verificou-se que até início da década de 2000 o carnaval era realizado com financiamento público, sobretudo da Prefeitura de Diamantina, passando a ser realizado com financiamento privado durante o período subsequente. Tal fato converge com as demais informações obtidas por meio das entrevistas, inclusive com outros indivíduos no assunto.

Para facilitar a compreensão da formação da rede do carnaval de Diamantina, dividimos esse

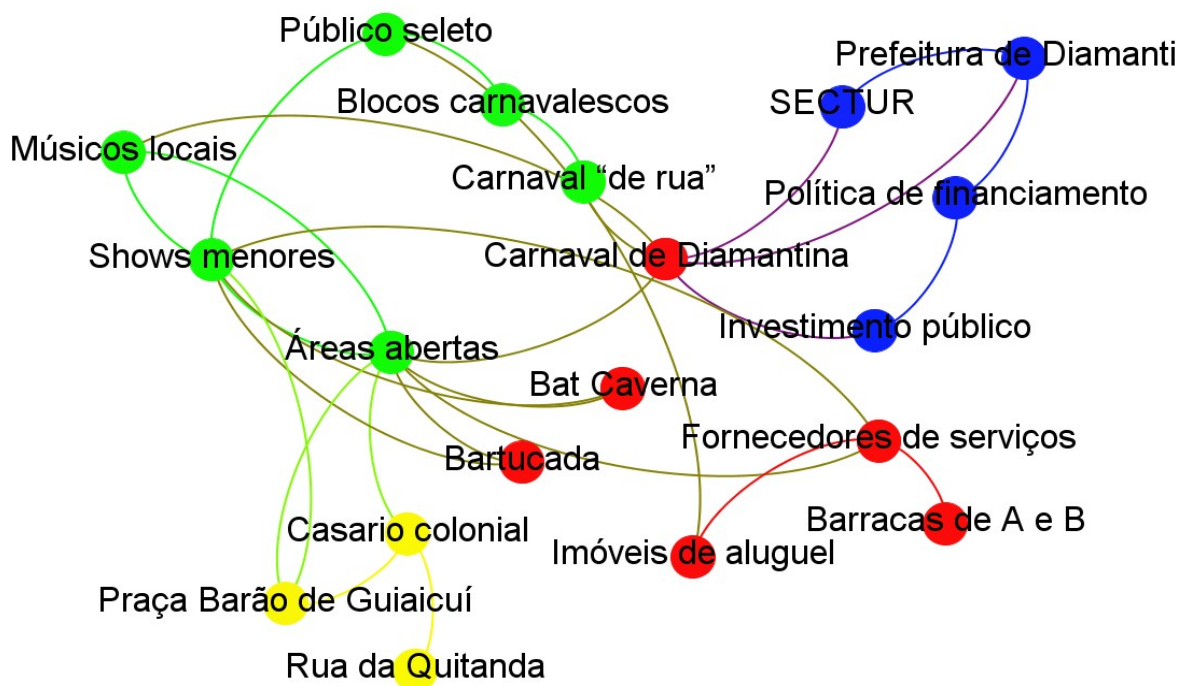
37 Foram realizadas duas entrevistas com funcionários da SECTUR que relataram as formas de organização e financiamento do evento durante diferentes períodos.

processo em 3 fases, que se complementam conforme as narrativas se desenvolvem. Na fase inicial, que vai até o início da década de 2000, tem-se um “carnaval de rua”, caracterizado por apresentações musicais de menor porte. Essas apresentações eram feitas predominantemente por músicos locais e realizadas em áreas abertas do centro histórico, principalmente na Praça Barão de Guaicuí (Mercado Velho) e na Rua da Quitanda, em meio ao casario colonial, posteriormente tombado pela Unesco, em 1999. Outra característica relevante da musicalidade do carnaval nesta fase é presença dos desfiles dos blocos carnavalescos, muitos deles de diferentes bairros da cidade. O perfil dos frequentadores durante este período, nas palavras do Informante 12 é considerado um público “seleto,” pelo fato de ser formado sobretudo por famílias, em comparação ao público massivo verificado no período subsequente, caracterizado por caravanas de jovens.

A Figura 14 é uma representação da formação da rede sociotécnica do Carnaval de Diamantina (Fase 1) representado pelo nó ao centro da figura em cor vermelha. Os nós na cor verde identificam o alinhamento dos elementos que caracterizam um “carnaval de rua,” cujas apresentações musicais eram de menor porte, realizadas em áreas abertas ao público, com maior presença de blocos carnavalescos e músicos locais. Em azul tem-se os nós que referem-se ao poder público, a Prefeitura e a SECTUR, cuja política de financiamento consistia de investimentos públicos. O grupo de interessados em obter benefícios econômicos é representado em vermelho, constituído basicamente de fornecedores de serviços em geral, e por duas Bandas de música muito conhecidas do carnaval diamantinense, a Bat Caverna e a Bartucada. Os principais espaços físicos onde o carnaval acontecia e ainda acontece estão representados pela cor amarela. Esse formato de organização do carnaval predominou durante as décadas de 1980 e 1990.

Contudo, a partir do início da década de 2000 o carnaval passou a ser realizado com base em investimentos privados. Tal fato indica que a política pública de investimento pode ser considerada um “divisor de águas” do carnaval diamantinense. Ao mudar-se a política de investimentos, passando a ser privado, experimentou-se uma transformação nas características do carnaval.

Figura 14 – Fase 1 da rede sociotécnica do Carnaval de Diamantina/MG



Fonte: Elaborada pelo autor.

O carnaval de Diamantina, tradicionalmente é uma referência para muitos jovens mineiros que costumavam lotar todo o centro histórico colonial durante uma semana inteira de celebrações carnavalescas (Figura 15). Muitas caravanas vindas de várias cidades mineiras e também de fora do Estado deslocavam-se em direção às aglomerações que se formavam durante o período do Carnaval, caracterizando o Turismo de massa. Contudo, os impactos socioambientais advindos dessas aglomerações sempre foram uma preocupação dos residentes de Diamantina, inclusive discutida nas reuniões da convenção municipal que trata do evento. A seguinte notícia postada em um dos maiores Jornais de Minas Gerais destaca também a relevância socioeconômica do carnaval de Diamantina, já no início da década de 2010:

Carnaval de Diamantina deve gerar R\$ 40 milhões para a cidade. São esperados mais de 50 mil turistas por dia nos quatro dias de folia. Com diversas atrações musicais, o Carnaval de Diamantina é o maior evento fomentador do Turismo para a região do Alto Vale do Jequitinhonha. Conhecido como um dos melhores eventos de rua do país, a festa atrai cada vez mais turistas para a cidade. Para 2012 as expectativas são as melhores. A movimentação financeira gerada pela folia deve dobrar em 2012, chegando a atingir a casa dos R\$ 40 milhões. A Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio estima que haja ainda um aumento de 30% na mão de obra envolvida na prestação de serviços de hotelaria. Dessa forma, a ocupação hoteleira deve chegar a 100%. A Secretaria também espera um aumento de 20% no gasto médio dos foliões. A expectativa é de que cada turista gaste de R\$ 900 a R\$ 1.100 nos quatro dias de Carnaval na cidade. O número de visitantes previsto para a festa deste ano é de 50 mil pessoas por dia. Esse fluxo é crescente a cada temporada. Neste ano, mais de 100 atrações agitarão a festa pagã, com desfiles de blocos, percussão das famosas bandas Bat-Caverna e Bartucada, bailes de marchinhas, concurso de fantasias, entre outras. No ano passado, de acordo com a secretaria, a taxa de ocupação hoteleira foi de aproximadamente 96% durante todo o Carnaval. Cerca de 2 mil postos de trabalho foram gerados no setor de serviços (alimentação e hospedagem) e na área artístico-cultural, com predominância para a música. No mesmo ano, a Prefeitura credenciou cerca de 300 ambulantes para trabalhar na folia e concedeu mais de 220 alvarás de funcionamento para o comércio temporário. O que resultou em uma movimentação financeira de R\$21 milhões.³⁸

Figura 15 – Carnaval de 2011 em Diamantina/MG



Fonte: Fotografia de Paulo Figueiras³⁹

Observa-se que o periódico intitulou o carnaval de Diamantina como “o maior evento fomentador do Turismo para a região do Alto Vale do Jequitinhonha” e ressaltou o incremento verificado na movimentação financeira entre os anos de 2011 e 2012, que segundo a matéria jornalística, passou de 21 para 40 milhões.

Na nova fase da formação de sua rede, que compreende sobretudo a primeira década de 2000, o carnaval de Diamantina está em seu momento de maior volume de frequentadores. Os tradicionais blocos carnavalescos que caracterizam um “carnaval de rua” já não são a

38 Texto extraído da publicação no Jornal Estado de Minas, de 16/02/2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/02/16/internas_economia.278517/carnaval-de-diamantina-deve-gerar-r-40-milhoes-para-a-cidade.shtml. Acesso em 12/04/2017.

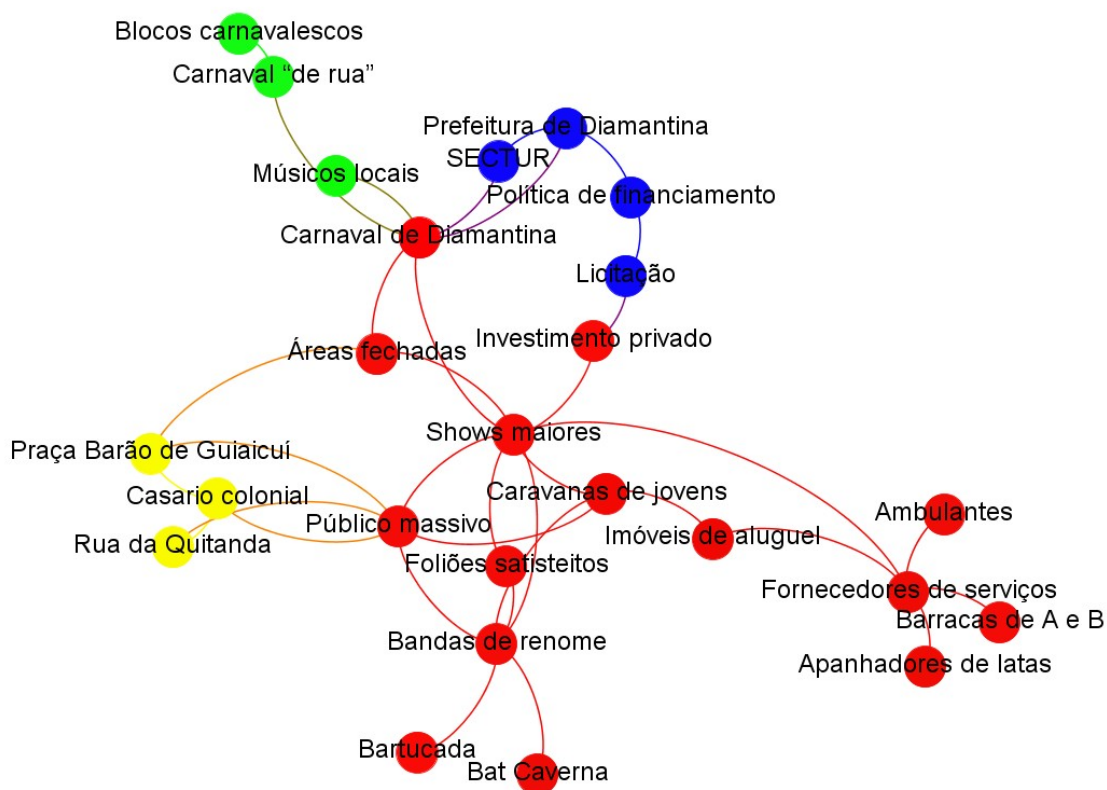
39 Publicada pelo Jornal Estado de Minas em 16/02/2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/02/16/internas_economia.278517/carnaval-de-diamantina-deve-gerar-r-40-milhoes-para-a-cidade.shtml. Acesso em 12/04/2017.

principal atração. O foco são as apresentações musicais de grande porte, feitas por bandas de renome, realizadas principalmente na Praça Barão de Guaicuí, fechada por meio de uma cerca de metal e destinada restritamente ao público pagante dos abadás. O “público seletivo” deu lugar ao público massivo, composto basicamente por jovens que viajam em forma de caravanas de ônibus e hospedam-se em imóveis de aluguel.

Em decorrência dos *shows* de grande porte, proliferam-se as barracas de alimentos e bebidas, os ambulantes, os apanhadores de latas de alumínio entre outros prestadores de serviços que buscavam obter algum benefício econômico. As bandas musicais Bat Caverna e Bartucada, de origem local, adaptaram-se facilmente a esse “novo formato,” por serem consideradas bandas de renome que, tradicionalmente, têm estado em plena sintonia com preferência musical da maioria dos jovens frequentadores do carnaval de Diamantina como um todo. Essa fase da rede do carnaval, aqui denominada de Fase 2 da rede sociotécnica do carnaval de Diamantina e está representada pela Figura 16.

O modelo de “carnaval de rua”, em sua fase de declínio, está representado pelos nós de cor verde, aos quais estão associados diretamente aos músicos locais e blocos carnavalescos. Os nós em vermelho representam o carnaval em seu “novo formato”, massivo, influenciado por novos elementos de rede, cujos nós são as bandas de renome, os *shows* maiores, os fornecedores de serviços e seus nós derivados, as áreas abertas e o investimento de cunho privado. Os nós de cor azul representam o poder público conectado ao carnaval de Diamantina, como a Prefeitura e a SECTUR, aos quais conectam-se a política de financiamento e seu derivado, nesse caso o processo de licitação.

Figura 16 - Fase 2 da rede sociotécnica do carnaval de Diamantina/MG



Fonte: Elaborado pelo autor

No entanto, observou-se que o contexto do carnaval de Diamantina mudou novamente, principalmente a partir de 2013, em função de vários fatores. O mesmo Jornal, aqui citado, que havia publicado uma matéria em 2012 ressaltando a relevância econômica do carnaval de Diamantina. No ano seguinte, em 2013, publicou outra matéria alertando para os processos de crise e declínio em curso:

Crise política ameaça o tradicional carnaval de Diamantina. Um dos carnavais mais famosos e tradicionais de Minas Gerais e do Brasil, o de Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, pode ser comprometido por dívidas estimadas em cerca de R\$ 3,5 milhões [...]. (Jornal Estado de Minas, de 12/02/2013)⁴⁰

40 Jornal Estado de Minas, de 12/02/2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/01/12/interna_politica,342856/crise-politica-ameaca-tradicional-carnaval-de-diamantina.shtml. Acesso em 13/04/2017.

Novamente o Periódico destaca o carnaval de Diamantina como “um dos carnavais mais famosos e tradicionais de Minas Gerais e do Brasil.” Observa-se que os efeitos da crise econômica e política mencionada na seção 4.1 ficam evidentes, o que denota a relevância desse ator para as mudanças verificadas no carnaval e no Turismo de Diamantina como um todo. Associa-se a essas evidências a redução da arrecadação verificada no ICMS turístico, conforme dados apresentados na Tabela 2, seção 4.1. Contudo, tais transformações verificadas no carnaval de Diamantina agradaram algumas pessoas, à medida que contribuíram para reduzir alguns impactos socioambientais negativos. Por outro lado, as mudanças também geraram impactos socioeconômicos negativos e conseqüentemente têm causado perplexidade e desagrado à aqueles que diretamente ou indiretamente obtêm renda advinda do evento. Para o Informante 04:

[...] Eu sempre achei que o carnaval de Diamantina precisava de uma reestruturação, porque o ônus que a cidade recebia era muito grande. Mas eu acho que a forma como foi feita foi muito radical, porque tinha muita gente na cidade que dependia da renda do carnaval, como os ambulantes, embora o carnaval beneficiasse muito mais empresas de fora do que daqui. (Informante 04)

Antes inserido em um contexto no qual exercia muita força, o carnaval de Diamantina atualmente luta para manter sua afirmação identitária em face a algumas mudanças estruturais que vem ocorrendo. Recentemente o carnaval de Diamantina experimentou uma diminuição considerável com relação ao volume de visitantes, o que tem causado preocupação por parte dos organizadores, comerciantes e participantes, fazendo emergir algumas questões que tem sido discutidas com relação à própria sobrevivência do evento, conforme observa-se no depoimento dos informantes 04 e 22.

[...] Eu fiquei olhando o pessoal que veio de fora, com barraca (alimentos e bebidas) e tudo. Tudo ficou vazio. Porque antigamente ficavam lotadas as barracas. Esse ano a gente passava perto das barracas de comida, não tinha ninguém. E antigamente o pessoal alugava casa, quarto. Eu mesma alugava casa direto. Hoje não tem isso. Então o dinheiro não era igual entrava. Assim, é um carnaval mais tranquilo, claro, mas o dinheiro do pessoal que tá correndo atrás, com barraca e tudo, parece que não foi bom. (Informante 22).

Conforme demonstraram os depoimentos dos entrevistados, ocorreram mudanças na posição do carnaval com relação ao destino turístico no qual historicamente tem desempenhado um papel central. Mudanças verificadas sobretudo com relação à musicalidade do evento, mas que influenciaram as ações dos atores e, conseqüentemente, geraram impactos econômicos negativos, conforme observa-se no depoimento do informante 05:

O carnaval do ano passado (2017) foi realmente um fracasso, zerado, e pegou muita gente de surpresa. A prefeitura demorou muito a soltar a programação. Ligava para lá e eles diziam que não sabiam ainda da programação.[...] Eu seria hipócrita, se eu falasse para você que isso é carnaval. Você deve saber sobre o carnaval que estão fazendo em BH, é Axé, é Funk, é Samba, e não tem nada a ver com blocos que tocam músicas folclóricas, e carnaval é para a juventude, mas tinha um cara lá tocando MPB. Tudo bem, você quer dar condição para os músicos da cidade, mas cada qual no seu tempo, no seu momento. Carnaval é carnaval, não adianta. Os músicos daqui podem participar, ninguém tem nada contra, Bartucada e Bat-caverna também são daqui, mas e os comerciantes? E os ambulantes? Eles também precisam ganhar. Os hotéis pegavam mão de obra extra, e gerava mais emprego nesse período. Então o povo esperava o quê? Esperava reformar a casa, e comprar coisas por aqui, fazendo girar o dinheiro por aqui. (Informante 05).

As mudanças ameaçam a sobrevivência do evento como um todo e indicaram que o carnaval de Diamantina tornou-se, para usar uma expressão de Latour (2012), um “objeto de risco”, e o tiraram da “caixa preta”, dentro da qual esteve inserido por muito tempo, tornando-o um ator mais visível no cenário das políticas públicas e práticas turísticas. As relações entre o carnaval e o município, anteriormente duráveis, têm mudado.

Parte da população demonstra estar convencida de que apesar de reconhecer os efeitos econômicos diretos e indiretos na economia, as festas de Carnaval de Diamantina, nos moldes massivos, geram também algumas externalidades negativas, tais como: impactos socioambientais, que incluem acúmulo de lixo, mal cheiro, por exemplo, depredação do patrimônio, entre outros, que os anfitriões já perceberam estar associados às celebrações carnavalescas. Desta forma, as transformações ocorridas nas características das celebrações do Carnaval têm gerado duas linhas de opiniões que se contrapõem com relação ao formato ideal para o evento. Índícios de controvérsias, aos moldes que apontaram Latour (2012) e Law (1992). Uma vez dividida as opiniões sobre a melhor forma de celebração do Carnaval tem-se, pelas indicações que os próprios atores farão, caminhos a serem percorridos com intuito de elucidar os ordenamentos territoriais.

O depoimento do informante 06 é crucial para a compreensão das mudanças recentes ocorridas no carnaval de Diamantina. Traz um breve histórico dessas mudanças e está em consonância com os depoimentos dos demais entrevistados. Nas palavras do Informante 06:

Eu acho que até 2008 e 2009, foram os últimos anos que a pousada ficava cheia, vendendo caro. Era pacote, entrava na sexta e saía na quarta, muito bom. Depois a gente começou a ter dificuldade. Teve um ano que a gente abaixou o preço mas não valeu a pena porque veio só menino, veio estudante, teve briga, quebraram apartamento, saiu menino correndo pelo telhado. Aí a gente falou: olha, não

podemos entrar nessa competição por jovens que ficam em casa de aluguel. Eles tem que ficar aí realmente. E aí, a partir desse ano a gente começou a ficar vazio. Porque aí foi um ano que o carnaval lotou de meninos e o turista de meia idade fugiu porque não aguentou aquela loucura. E aí foi esse processo, que começou em 2009. Eu preferia quando era igual a uns 10 anos atrás, mas não ia ficar naquilo. Porque tudo que fica muito bom lota, e você tem que segurar. Diamantina tinha uma capacidade de carga ali, e não poderia deixar lotar mais do que tava naqueles anos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009. Não podia lotar mais. E agente conhece poucos destinos turísticos que limitam a capacidade, né, como é que você fecha Diamantina? Você lembra? Faltava água, era um horror. E isso vai acontecer com Belo Horizonte agora também. Esse ano lá já foi uma loucura e o carnaval extrapolou os limites. Os belo-horizontinos que não gostam de carnaval vão começar a sair, igual os diamantinenses faziam, todo mundo vazava daqui, deixava a casa para alugar, aí o carnaval desanda. Então Belo Horizonte vai ter que dar um jeitinho de segurar o carnaval desse jeito. Não sei como é que faz isso, mas sei que existe uma forma. Porque se não ele vai deteriorar igual aconteceu em Diamantina. E agora esse novo formato é um resgate de antigamente, como se estivesse voltando como era antes aquele mesmo carnaval de 20 anos atrás. No ano passado, que não teve carnaval, agente atraiu um público que tava fugindo do carnaval. Foi muito legal o público que teve aqui, foi casal meia idade, mas em termos de faturamento não foi bom não, mas o público foi muito interessante, muito tranquilo. Mas ai teve um problema, como foi divulgado que Diamantina não ia ter carnaval, atraiu o público que não queria carnaval, mas também não tinha monumento aberto para se visitar. O pessoal queria conhecer casa de Chica da Silva e casa de JK, e estavam fechados. Então não teve carnaval, mas também não teve Diamantina, e não teve nada. Esse ano também não abriram os monumentos, mas, pelo menos, teve carnaval, então o público veio interessado no carnaval, e não foi um público que tava fugindo do carnaval. Economicamente foi a mesma coisa. Eu acho que ainda vai demorar um pouquinho para melhorar. (Informante 06).

Em síntese, as entrevistas – em especial o Informante 06 - indicaram que o carnaval de Diamantina tem sido muito relevante economicamente e culturalmente para a cidade. Reforça-se a afirmação que durante o século XX tinha-se, de fato, um carnaval voltado às famílias, com apresentações musicais menores e compostas basicamente de blocos carnavalescos e músicos locais. No entanto, a rede sociotécnica do carnaval de Diamantina se estabiliza e desestabiliza em função dos movimentos de translação dos atores.

A partir do século XXI, verificou-se que o evento sofreu transformações em seu formato, essencialmente em termos de oferta de musicalidade e público frequentador. Iniciou-se a era dos “mega *shows*” na Praça Barão de Guicuí fechada. Durante este período, o público frequentador predominante foram os jovens, que costumam viajar em grupos e se hospedar em casas de aluguel, algumas delas com capacidade para dezenas de pessoas, embora sem a infraestrutura necessária, conforme demonstraram os depoimentos do Informante 06 e também do Informante 25: “[...] ficar alugando casas para 50 pessoas. Casas em que moram 5, que tem uma caixa d’água de 1000 litros, mas que chegam 50 pessoas e não tem nem onde

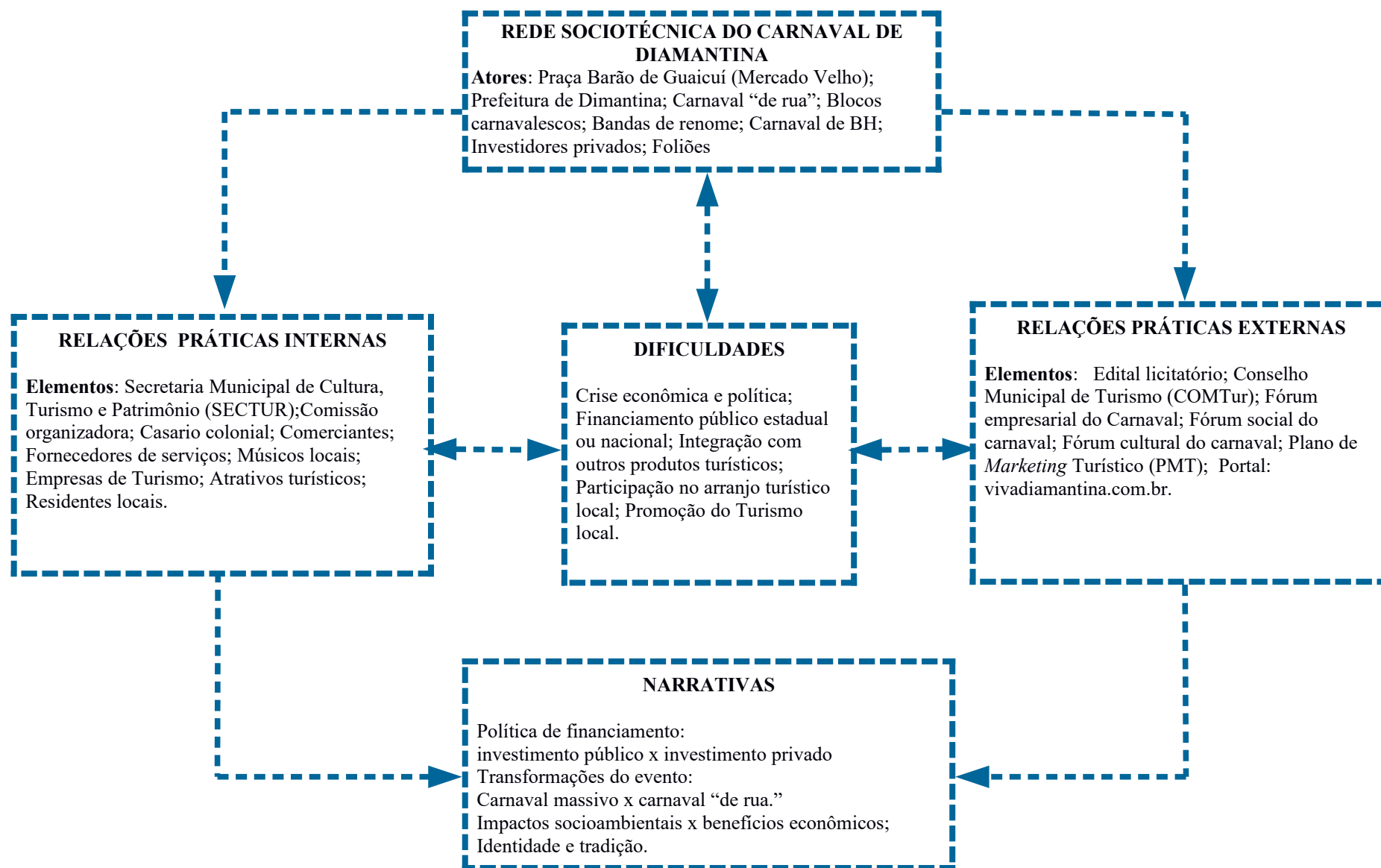
tomar banho. Onde está o erro? Na gestão do carnaval”. (Informante 25).

Observa-se que a partir do momento em que a política de financiamento passou a priorizar o investimento privado, a musicalidade também mudou. Entrou em cena a empresa de investimento privado, que adotou o formato massivo de apresentações de celebridades musicais consagradas. Os impactos ambientais se agravaram e ficaram mais evidentes, passando a aguçar as preocupações não apenas da comissão organizadora, mas sobretudo dos próprios residentes, que passaram a se sentir mais incomodados com tais impactos negativos, principalmente durante a primeira década do século XX. Os principais problemas relatados pelos entrevistados estão relacionados com: falta de controle sobre o evento; falhas na segurança; falta de água; acúmulo de lixo, urina e fezes; uso excessivo de álcool; uso de drogas ilícitas; atentados ao pudor; e depredação do patrimônio.

A partir do momento em que a musicalidade mudou novamente, desta vez em sentido contrário à mudança anterior, desde a década de 2010, quando adotou-se um formato menor de apresentações musicais com um volume bem menor de pessoas, os impactos socioambientais diminuíram, conforme apontaram os depoimentos dos residentes. No entanto, essa última mudança fez surgir impactos socioeconômicos negativos e outros atores emergiram. Dentre esses atores, vale destacar os blocos carnavalescos do passado e os músicos locais que ganharam força em função do reordenamento da rede sociotécnica do carnaval de Diamantina. Passou-se novamente a ter um carnaval “de rua”, voltado sobretudo para os residentes locais e realizado majoritariamente por músicos também locais.

Conforme visto nas duas primeiras fases de transformações na rede do carnaval de Diamantina, alguns elementos têm influenciado performances ora mais duráveis, ora menos duráveis em função das associações com elementos materiais e imateriais. Os principais atores dessas transformações na rede sociotécnica do carnaval, identificados na investigação são: a Praça Barão de Guaicuí, onde localiza-se o Mercado Velho; a Prefeitura de Dimantina; o modelos “carnaval de rua”; os blocos carnavalescos; as bandas de renome; o carnaval de BH; os investidores privados; e os foliões. No momento atual a rede encontra-se estabilizada por meio das relações práticas internas e externas que esses atores estabelecem com os demais elementos da rede.

Figura 17 – Ordenações das redes sociotécnicas do Carnaval de Diamantina



Fonte Elaborado pelo autor com base em Beard (2016)

A Figura 17 foi elaborada com base na síntese conceitual (BEARD, 2016), apresentada na seção 2.4, representa um mapa contextual desenvolvido para representar e analisar as ordenações e o papel do carnaval nas redes sociotécnicas do Turismo de Diamantina.

As relações práticas da produção do carnaval geram efeitos em uma série de elementos internos que tem papel central na organização e execução do evento como a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio (SECTUR) e a Comissão organizadora do carnaval. Desta última fazem parte os representantes de diversos setores socioeconômicos como comércio, Turismo, cultura e segurança. O casario colonial é o espaço físico que recebe influência e também influencia os demais elementos da rede. Nele encontram-se circunscritos os principais palcos das apresentações musicais, a Praça Barão de Guicuí e a Rua da Quitanda, onde em época específica, ocorrem também as Vesperatas.

Também no âmbito das relações internas encontram-se aqueles que, de forma prática, produzem o carnaval, tais como músicos locais, comerciantes e fornecedores de serviços em geral. Destacam-se, ainda, os indivíduos que adquirem os alvarás para comercializarem alimentos e bebidas por meio de quiosques montados para este fim, dezenas de vendedores ambulantes que também adquirem permissões para o comércio durante o evento e famílias inteiras de apanhadores de latas de alumínio. No âmbito do Turismo, recebem influência os atrativos turísticos de Diamantina tais como igrejas, museus, cachoeiras, entre outros, e as empresas de Turismo tais Agências e meios de hospedagem. Estas relações práticas internas formam a ligação entre o carnaval e os residentes locais como um todo.

No nível das relações práticas internas, nota-se a abertura da área da Praça Barão de Guicuí, o que gerou oportunidade de fortalecimento dos grupos musicais locais, que ganharam mais espaço nas apresentações musicais realizadas na Praça, e também na Rua da Quitanda. No entanto, perderam força os grupos de comerciantes das barracas de alimentos e bebidas, vendedores ambulantes, apanhadores de latas de alumínio, fornecedores locais de serviços turísticos e os proprietários de imóveis de aluguel, à medida que o volume de pessoas diminuiu, desfavorecendo os negócios realizados por tais grupos. No âmbito do Turismo há uma certa insatisfação generalizada entre os empresários, principalmente com relação ao fato dos atrativos turísticos da cidade estarem fechados para visitaçao durante o período do carnaval.

As relações práticas da produção do carnaval também geram efeitos em uma série de elementos externos, conforme representado no mapa contextual disposto na Figura 17. O Edital licitatório ocorre em função da política pública de financiamento, podendo esta última priorizar investimentos públicos ou privados. O Conselho Municipal de Turismo, o Plano de *marketing* e o Portal da cidade⁴¹ são elementos externos que sustentam a interface do carnaval com o Turismo no município, mesmo que esta relação seja considerada extremamente frágil. E os Fóruns de discussão do carnaval nos âmbitos empresarial, social e cultural são os principais mediadores das discussões entre os resultados do carnaval e os residentes locais.

As razões para a transformação no Carnaval de Diamantina-MG podem ser caracterizadas, em termos de ordenações, como deslocamentos das relações práticas internas e externas. O ponto de passagem desta mudança consiste nas apresentações musicais realizadas no núcleo urbano histórico tombado, especificamente na praça Barão de Guaicuí, onde se encontra o Mercado Velho, e na Rua da Quitanda. Tais apresentações, ao sofrerem mudanças acerca do formato e da oferta musical, automaticamente incitaram a mudança no perfil dos visitantes e turistas, à medida que se tornaram menos atrativas ao público composto basicamente por jovens que viajam em grupos e caravanas. Em contrapartida, o novo formato passou a atrair um público com perfil distinto ao anterior, em função das mudanças na oferta musical e no próprio formato do evento como um todo, encetando transformações na configuração dos elementos das redes internas e externas.

Embora o carnaval seja um evento anual, desempenha um importante papel na identidade e na performance de Diamantina como destino turístico. No entanto, apesar de desempenhar tal papel, observa-se que os espaços de rede ocupados pelo carnaval são totalmente distintos daqueles ocupados pelo Turismo no município, conforme apontou o depoimento do informante 12, e, anteriormente, do informante 06:

A minha agência não fatura nada durante o carnaval. Durante o carnaval a empresa fecha. O carnaval não tem se mostrado bom para o Turismo receptivo. Em 2011 recebemos um grupo que insistiu em vir para Diamantina no carnaval porque já havia reservado o hotel. Queriam conhecer a cidade e seus atrativos mas estavam fechados e não tiveram o que fazer. (Informante 12).

41 Hospedado em: www.vivdiamantina.com.br

Observa-se no depoimento do Informante, certa insatisfação do empresário do ramo do setor turístico com relação ao fato de importantes atrativos turísticos diamantinenses, tais como as igrejas e os museus permanecerem fechados durante o carnaval. Isso pode ser considerado ruim para o desenvolvimento turístico como um todo e demonstra a fragilidade das relações do carnaval com o Turismo.

A “explosão” do número de participantes do Carnaval de Diamantina esteve diretamente relacionada às apresentações musicais realizadas na Praça Barão de Guaicuí e na Rua da Quitanda. Há, ainda, forte associação com os atores materiais chave como o casario colonial que compõe o centro histórico tombado pela Unesco, o qual tem sido mediador das relações práticas internas e externas da rede sociotécnica do carnaval na cidade, desempenhando importante papel na oferta turística de diversas formas, conforme visto anteriormente com relação às Vesperatas e à musicalidade diamantinense. Apesar do carnaval durar apenas uma semana, o mesmo tem desempenhado importante papel nas finanças de muitos residentes do município os quais obtêm renda advindas do evento.

Por conseguinte, indaga-se: quais seriam as razões para as mudanças ocorridas na musicalidade do carnaval de Diamantina, as quais vieram influenciar as redes sociotécnicas do destino turístico? Ocorreram porque a população residente não suportava mais os impactos ambientais e decidiu mudar a situação? Tais mudanças teriam ocorrido em função de uma iniciativa política de um novo governo? Para ambas questões a resposta é sim, e não. Obviamente e, conforme as entrevistas realizadas indicaram, tais fatores contribuíram para que as mudanças ocorressem. No entanto, não foram os elementos decisivos influenciadores dessas mudanças.

Apesar de não estar devidamente explícito, consta que o principal elemento externo indicado pelos entrevistados é o carnaval da cidade de Belo Horizonte, conforme exposto anteriormente nos depoimentos dos Informantes 05 e 06. Verificou-se que as mudanças ocorridas no carnaval da capital mineira influenciaram decisivamente o carnaval não apenas de Diamantina, mas também de outras cidades históricas do Estado. A Tabela 3 mostra o crescimento exponencial do carnaval de Belo Horizonte, verificado no período de 2009 a 2018.

A considerável expansão verificada nas dimensões do carnaval na cidade de BH, que

basicamente aumentou em 10 vezes o seu tamanho, ao comparar-se os 3,8 milhões de foliões contra 300 mil em 2009, influenciou significativamente o carnaval de Diamantina, gerando impactos.

Tabela 3 – Crescimento do carnaval de Belo Horizonte – 2009 a 2018

Aspectos	2009	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Público estimado (milhões)	0,3	0,5	1,0	1,5	2,0	3,0	3,8
Valor do investimento (milhões)	1,5	3,5	5,5	5,45	3,5	5,0	9,0
Desfiles de blocos de rua	15	72	198	200	257	416	480
Banheiros químicos	233	650	4,5 mil	9 mil	8 mil	10 mil	14 mil
Ambulantes cadastrados	567	634	1,1 mil	1,18 mil	3,42 mil	9,4 mil	9,6 mil

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de relatórios divulgados pela Empresa Municipal de Turismo, Belotur

Vale destacar que, na perspectiva da ANT, essa transformação incorreu inevitavelmente em função de uma série de variáveis de rede à qual estão submetidos todos os fenômenos. O carnaval de Belo Horizonte tornou-se um dos maiores carnavais de rua do país. Há, todavia, a pretensão de fazê-lo crescer ainda mais, conforme as palavras proferidas pelo prefeito de Belo Horizonte junto a um importante jornal do Estado de Minas Gerais:

‘Para o próximo carnaval, não esperem um crescimento de apenas 20% porque, felizmente, o Brasil vai migrar para a melhor folia de rua do país.’ Essas foram as palavras usadas pelo prefeito Alexandre Kalil (PHS) para falar da maior festa da história da cidade. Isso porque os foliões elegeram o carnaval de BH como o segundo melhor do país este ano. Com 18%, o carnaval da capital mineira perdeu somente para o de Salvador, indicada por 36% dos votantes em eleição organizada pelo *Google*, que contou com mais de 34 mil participações. Nas ruas, moradores e turistas que participaram de uma pesquisa da prefeitura avaliaram a festa com notas entre 8,3 e 8,6, numa escala de zero a 10 – avaliações superiores às de 2017 (entre 8,1 e 8,3).⁴²

Em consonância com os números apresentados sobre do carnaval de Belo Horizonte, os

42 Texto extraído da publicação no Jornal Estado de Minas, de 20/02/2018). Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/02/20/interna_gerais.938786/carnaval-de-bh-tem-meta-de-crescer-20-e-virar-a-maior-festa-do-pais.shtml. Acesso em 16/07/2017.

depoimentos dos informantes 03 e 07 confirmam as transformações ocorridas no evento e indicam uma tendência de mudança de perfil do carnaval nas capitais brasileiras.

Eu acho que existe uma mudança do perfil do carnaval nacionalmente. A última pesquisa que eu vi aí que Belo Horizonte passou à frente do Rio de Janeiro. Se você pensar a cinco anos atrás que o carnaval de BH não tinha nada, e fica claro que o perfil do carnaval mudou. A cultura de blocos voltou. E todas as cidades históricas de Minas Gerais sofreram esse impacto, porque as pessoas não estão saindo mais de BH. O modelo de carnaval que antes era proposto por Diamantina foi saturado. (Informante 03)

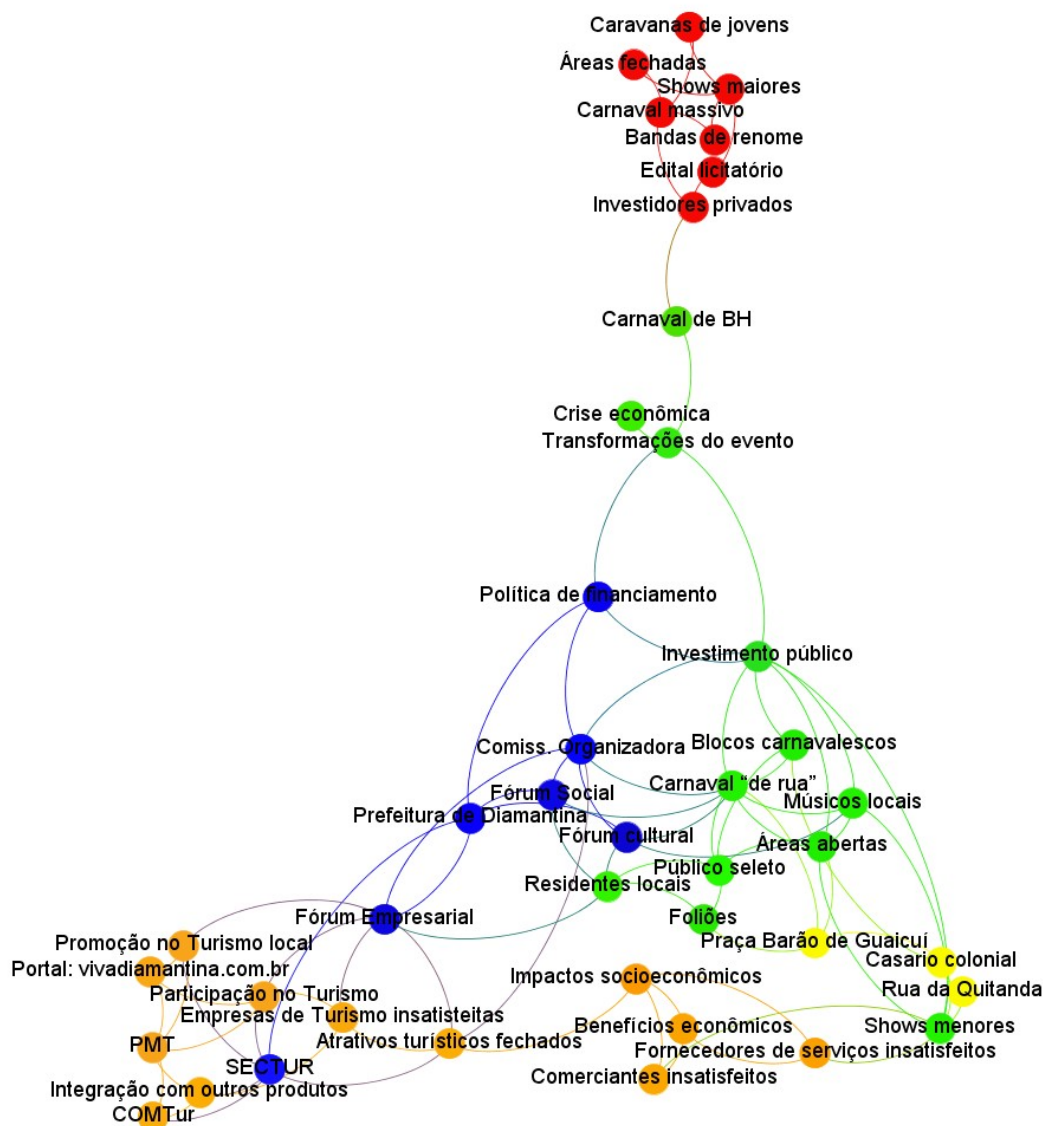
A partir de 2009 quando Diamantina passa a fazer uma oferta especializada, com espaços de programação definidos, com uma musicalidade definida para esses espaços a gente vê que esse público começa a ganhar corpo, a mostrar que realmente quer consumir essa oferta. Mas quando a gente tava nesse processo, também tinha outro processo que a gente não enxergou, que foi o fortalecimento dos carnavais nas capitais brasileiras, São Paulo, BH, etc. Quando a gente acordou para isso, a gente não tinha mais nem o público que a gente tinha antes e nem mais a condição de investimento que a gente tinha antes, porque todos os investidores que estavam com a gente, os patrocinadores do nosso evento em Diamantina migraram para as capitais. Eles levaram o dinheiro todo para investir onde o público está. E assim a gente levou um baque muito grande nesse ano, com um público muito baixo, influenciado pela incerteza sobre a realização do evento, do formato adotado, não deu tempo hábil para as pessoas comercializarem. [...] Na contramão Diamantina investiu na contratação de grandes bandas em anos anteriores, com shows mirabolantes, com grandes cachês, estruturas de espaço fechado, enquanto a proposta das capitais foi abrir os espaços, tirar as grades e promover a participação popular e criação dos grandes blocos de rua. Eles pegaram a nossa tradição e levaram para BH. Enquanto isso a gente estava absorvendo só aquilo que nos enfraqueceu. (Informante 07).

Percebe-se que houve valorização e tentativa de resgate do carnaval do passado, celebrado nas ruas, com blocos carnavalescos e em áreas abertas. Esse perfil, no mesmo sentido, influenciou o carnaval de Diamantina. Outra questão importante é o fato dos investidores privados terem migrado para as capitais, em busca do público massivo. Esse fato fez com a mudasse a política de financiamento do carnaval, passando a ser um investimento predominantemente público.

A Figura 18 foi elaborada para representar graficamente a rede sociotécnica do carnaval de Diamantina, na Fase 3, estabilizada. Na cor verde tem-se os nós que representam o grupo de elementos que constituem o atual modelo de carnaval predominante, o carnaval “de rua” e seus respectivos atores influenciadores. Na cor vermelha estão os nós que representam o modelo de carnaval massivo, em declínio. Em azul, ao redor da Prefeitura de Diamantina encontram-se os nós que representam os principais mediadores das relações entre os dois grupos anteriores. Os nós amarelos representam os espaços físicos onde o carnaval acontece, objetos de disputas entre os dois modelos de carnaval em questão. Os em laranja representam

o conjunto de elementos essencialmente turísticos que formam uma sub-rede praticamente isolada em relação aos demais elementos da rede principal do carnaval. A este último grupo, associam-se os impactos socioeconômicos.

Figura 18 – Fase 3 da rede sociotécnica do carnaval de Diamantina



Fonte: Elaborado pelo autor

Diferentemente da rede das Vesperatas, as relações práticas internas e externas dos atores da rede do carnaval tem uma configuração mais complexa, haja vista que as transformações ocorridas nesta última foram mais significativas, em comparação com a primeira. Observa-se que as transformações ocorridas na rede do carnaval, as quais ocasionaram este modelo atual de celebrações, o dito carnaval “de rua,” foram influenciadas principalmente pelo carnaval de BH e pela crise econômica e política. Tais transformações agiram sobre o modelo da política

de financiamento, passado a ser predominantemente pública.

O modelo de carnaval realizado com investimento público influenciou as relações com a musicalidade. As apresentações musicais realizadas na Praça Barão de Guaicuí passaram a ser abertas ao público, e realizadas por músicos locais. Os blocos carnavalescos ganharam força, à medida que o público frequentador mudou. As caravanas de jovens deram lugar ao público “seleto” composto basicamente por foliões cuja composição passou ser predominantemente de residentes locais.

Contudo, em decorrência das mudanças, foram gerados impactos socioeconômicos negativos. Comerciantes e fornecedores de serviços consideraram-se insatisfeitos com o novo modelo, pois já não obtêm os mesmos benefícios econômicos outrora obtidos. Associados a estes impactos econômicos tem-se também a cadeia econômica do Turismo. Durante o carnaval os principais atrativos turísticos da cidade fecham suas portas, gerando insatisfação generalizada por parte dos empresários do setor turístico.

Por outro lado, as pousadas também não conseguem preencher todos os leitos durante o carnaval e as agências de Turismo fecham suas portas durante o evento. Portanto, observa-se que não há integração do carnaval com outros produtos turísticos, o que torna insignificante a participação do mesmo nas redes do turismo. Observa-se também que os atrativos turísticos como um todo raramente encontram nos mesmos espaços de rede do carnaval. Uma exceção é o casario colonial tombado, onde tudo acontece. Em relação ao carnaval, o Plano Municipal de *marketing* turístico encontra-se praticamente isolado. Conclui-se que o carnaval de Diamantina, atualmente, pouco atua na promoção do Turismo.

Como mediadores dessas dificuldades tem-se a Prefeitura, a SECTUR e os fóruns de discussão e avaliação dos resultados do carnaval. Anualmente, após o período do carnaval são realizados o Fórum empresarial, o Fórum social e o Fórum cultural. Essas instâncias de discussões são os principais mediadores das relações do carnaval com os residentes como um todo. Com base nos resultados dos fóruns, são tomadas decisões políticas importantes que geram uma série de ações pontuais com relação ao modelo de carnaval, por exemplo a política de financiamento. No âmbito do Turismo, o Fórum empresarial é o mais relevante. Portanto, cabe às partes interessadas no desenvolvimento do Turismo em Diamantina, organizarem-se de forma mais efetiva no sentido de fazer pressão junto às discussões nesse fórum, em prol

dos seus interesses.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociotécnicas do destino turístico Diamantina têm como base alguns elementos humanos e não humanos, materiais e imateriais, associados e mobilizados, para alcançar seus objetivos, conforme as descrições das narrativas. Ao desvendar-se o espaço em questão, foi possível rastrear os movimentos dos atores-rede com objetivo de conhecer as performances sócio materialmente configuradas em rede. A questão norteadora desta tese permitiu descrever quais aspectos da rede de relações entre os elementos influenciam e, como influenciam na produção do turismo em questão. As análises revelaram as principais características dos padrões sociotécnicos das redes do turismo, em termos de conexões e desconexões, associações e dissociações, à medida que os atores-rede se alinham e desalinham em função de seus objetivos e projetos. Foi possível descrever como os elementos de rede se mobilizam e desmobilizam, por meio da atuação de forças convergentes e divergentes, até se estabilizarem.

O Turismo é definido e representado pelos elementos das redes como um conjunto de atividades voltadas à exploração econômica do patrimônio histórico-cultural e natural que dependem primordialmente da atuação do Estado. A análise da compreensão das ações de integração e colaboração para o funcionamento da eficiência competitiva, por parte dos elementos, em termos práticos, demonstrou a existência de algumas lacunas, contendo articulações mal realizadas, sobretudo nas relações entre empresários do setor turístico e as Instâncias de governança do Turismo no Município.

Esta pesquisa desenvolveu-se tendo como base a imersão na complexidade, multiplicidade e fluidez, impressos no complexo e fluido arranjo de redes de atores humanos e não-humanos envolvidos nas políticas e nas práticas do Turismo, dentro e fora do município de Diamantina. O rastreamento das práticas externas de organização e produção do turismo conduziu a investigação à análise do cenário político em que se insere o município. A efetiva integração e colaboração desejada entre as partes interessadas ainda não atingiu um nível de negociação ótimo, encontra-se ainda prescrito (MURDOCH, 1998), caracterizando espaços de rede ainda pouco desenvolvidos. Os resultados dos principais programas públicos empreendidos na última década do Estado, quais sejam, o Programa Estrada Real e o Programa Turismo Solidário, permitiram observar que em prática, muitos aspectos não tiveram continuidade. Duas grandes iniciativas, em termos de investimento financeiro, que geraram diversos outros

projetos, no entanto, não logrou-se o engajamento necessário para efetivar desenvolvimento das propostas, que encontram-se desarticuladas localmente e desintegradas politicamente.

As características dos padrões de ordenamento revelados demonstram que a integração política ainda não foi assumida como uma ação coletiva. Por conseguinte, há diversas limitações e problemas de infraestrutura de serviços essenciais ao Turismo tais como transporte, alimentação e hospedagem. A integração das políticas públicas de Turismo nas três esferas do poder executivo é um desafio que dependerá essencialmente da colaboração entre as partes interessadas no desenvolvimento do Turismo como um todo. O PNT tem como diretriz básica a descentralização do planejamento turístico no país. Contudo, não há incentivos para que isto aconteça numa perspectiva mais sustentável. A competitividade do Turismo de Diamantina está diretamente associada ao modelo de exploração turística adotado, tendo como base os atrativos relacionados ao patrimônio natural e histórico-cultural. O grau de ordenamento do arranjo produtivo do turismo local atual ainda pode ser considerado insuficiente em termos competitivos.

Há uma distinção entre as ordenações das Vesperatas, do carnaval e os demais produtos turísticos locais. Atualmente, o maior orçamento relacionado (parcialmente) ao Turismo na região é a Gestão das Unidades de Conservação. Embora, o tombamento do patrimônio natural em 2005 tenha influenciado positivamente a reflexão sobre as possibilidades de exploração do Turismo nas áreas naturais em questão, as redes sociotécnicas do turismo de natureza não estão associadas às principais ordenações do turismo como as Vesperatas e o patrimônio histórico-cultural. Alguns exemplos de produtos voltados à natureza que participam de redes distintas temos o ecoturismo realizado na Gruta do Salitre e nas Caminhadas promovidas por algumas poucas (duas ou três) agências especializadas e, nas competições de *mountain bike*, e as diversas modalidades de turismo de aventura. Trata-se de ordenações distintas, fora do escopo deste estudo, mas que representam uma segmentação importante do mercado turístico, embora reconheça-se que localmente ainda pouco se explora do Turismo de natureza, considerando as potencialidades existentes.

As estratégias políticas de participação, cooperação e colaboração desempenhadas pelos diversos atores revelaram as relações de conflitos sobre os objetos turísticos. Indicaram ações inovadoras estratégicas, como o Plano de *Marketing* Turístico (PMT), que tem como objetivo principal o fortalecimento da marca Diamantina, associada a três elementos considerados

centrais para o desenvolvimento do turismo no município: música, tradição e natureza. No entanto, o Plano não foi executado por completo e as estratégias anteriormente definidas esvaneceram-se pela não continuidade, conseqüentemente algumas metas não foram atingidas. Tal fato aponta que não existe compreensão por parte da maioria dos empresários do Turismo com relação ao funcionamento do planejamento e da organização do Turismo como um todo, bem como do mercado.

Durante todo o percurso metodológico desta tese buscou-se ter sempre em mente os traços performativos, considerados dimensões-chave deste tipo de investigação (BEARD, SCARLES e TRIBE, 2016). O empirismo teve de ser repensado ao traçar-se relações espaçotemporais multiterritoriais e multiescalares. Portanto, a dimensão histórica desses traços foi levada em consideração em todos os momentos. O papel de ator-rede do sujeito pesquisador se reafirma, à medida que se reflete sobre sua própria atuação nas redes nas quais o mesmo também age. Buscou-se estabelecer uma relação especial entre pesquisador e participante, para além das noções convencionais de estruturação de observações e entrevistas. A perspectiva de amostragem, em todas as etapas da pesquisa, foi “seguir os atores” (LATOUR, 2012). Este exercício, em alguns momentos, gerou certa insegurança que aos poucos foi superada, conforme produziu-se novas necessidades específicas acerca das escolhas metodológicas para “seguir” os atores-rede do Turismo.

Para o trabalho de campo adotou-se uma abordagem de análise que consiste na identificação e rastreamento dos indicativos contidos nos relatos expressos por cada um dos elementos investigados, sejam eles relatos orais ou escritos, documentos sobre planejamento, diplomas legais, materiais promocionais do turismo, arquivos e documentos em geral, que compõem as redes sociotécnicas. Na ótica da ANT as investigações devem necessariamente superar as dualidades a fim de analisar a produção do turismo. O foco do trabalho de campo foi identificar os materiais relacionados às associações entre os elementos humanos e não-humanos inseridos das redes sociotécnicas do turismo. O PMT foi visto como um ponto de entrada nas redes sociotécnicas do Turismo. No entanto, a natureza das relações emanadas pelo PMT, a ausência de práticas relacionadas ao referido Plano, sugeriu que o mesmo perdeu muito do poder de influenciar as ações atualmente em curso. Naturalmente, tendo em vista o aspecto inicial investigativo sobre a musicalidade, o processo de seguir-se os atores direcionou os estudos às ordenações de alguns dos principais produtos turísticos do município, as Vesperatas e o Carnaval.

As Vesperatas, desde a sua (re)criação, há mais de 20 anos têm sido a mola propulsora do turismo organizado e principal produto em Diamantina, tendo passado por diversas transformações nas suas redes de estabilizadoras. Atualmente, as Vesperatas têm forte relação de interdependência com seguintes elementos: o casario colonial barroco, a Banda Mirim, a Banda do 3ºBPM e a Empresa licitada pela Prefeitura. Não obstante as diversas críticas recebidas e os turbulentos processos pelos quais passou, as Vesperatas se mantêm estabilizadas. O tombamento realizado em 2016 no nível Estadual conferiu maior força ao atrativo turístico, que continua forte. A sistematização verificada no aperfeiçoamento do modelo de gestão e na experiência construída ao longo de mais de 20 anos de realização dos concertos demonstrou que o produto é um “caso de sucesso”. Embora as Vesperatas tenham encontrado um modelo ideal de gestão, na prática, a sistematização ainda apresenta algumas falhas e há muito a ser aperfeiçoado.

As narrativas sobre a musicalidade associada à produção do turismo na área de estudo demonstram que há uma riqueza musical que promove a existência de muitas redes da musicalidade no município, conforme verificou-se pela existência de dezenas de grupos musicais. Cada um desses grupos possui suas próprias raízes históricas, que por sua vez mantêm-se associadas em alguns casos por relações de interdependência. As Serestas, ao serem incorporadas à rede sociotécnica das Vesperatas, por meio da participação no mesmo processo licitatório, conforme determina a Lei Municipal nº 3.936/2016, tornaram-se mais um importante produto turístico musical de Diamantina.

O Órgão histórico é o elemento material musical que promoveu a consolidação de outro importante produto turístico, integrado ao produto Vesperata. Tem-se um exemplo de sociomaterialidades do Turismo, que perpassam momentos históricos específicos da musicalidade diamantinense, desde a sua construção, utilização e posterior estagnação, reconstrução e reutilização. Há uma resignificação do próprio objeto ao tornar-se de interesse turístico. Esse processo de reconstrução do Órgão, por si só, é uma rede, resultado dos esforços, sobretudo, políticos relacionados ao desenvolvimento do patrimônio cultural. O concerto ao Órgão Histórico, enquanto produto turístico, também se sustenta enquanto rede estabilizada, em que o maestro, a Agência, os turistas e o próprio instrumento musical, entre outros elementos-chave, funcionam como atores-rede na produção do destino turístico.

Outra narrativa da musicalidade diamantinense é o carnaval, que historicamente tem

desempenhado um papel central na imagem do destino turístico. O evento sofreu várias transformações ao longo dos tempos, tendo suas redes se estabilizado e desestabilizado conforme as influências dos diversos atores-rede identificados. Atualmente, com as mudanças ocorridas, há algumas incertezas com relação aos caminhos que tomará o evento. No entanto, observa-se que os rumos tomados indicam uma mudança no perfil musical e das performances carnavalescas. Novas tentativas de formação de grupos surgem: as bandas mais famosas e nacionais deram espaço aos grupos musicais locais menores, a exemplo da resignificação verificada nos blocos carnavalescos. O perfil de comerciantes também vem sofrendo mudanças. Trata-se de mais um exemplo do rearranjo das ordenações das redes sociotécnicas. Ressalta-se que, conforme as análises das narrativas dos atores-rede, algumas transformações recentes observadas no carnaval de Diamantina são decorrentes de mudanças ocorridas no perfil do evento de várias capitais brasileiras, contrapondo a hipótese de que houve maior sensibilização e mobilização por parte dos residentes, no sentido de se organizar para promover maior sustentabilidade na realização do evento. Resta saber até quando as redes se manterão estabilizadas.

Ademais, observou-se que o destino turístico em questão reúne características muito singulares em relação à paisagem. A natureza e a cultura exuberantes, aliados ao passado histórico colonial, deixou traços que hoje formam a base dos principais produtos turísticos de Diamantina, a exemplo das Vesperatas e do carnaval, ambos realizados junto ao casario colonial. Contudo, as potencialidades turísticas do município vão muito além desses eventos. Destaca-se a diversificada produção artesanal associada ao Turismo, como bonecas de palha de milho, as cerâmicas, os feixes de flores sempre-vivas, entre diversos outros tipos de artesanato produzidos. A história do período colonial extrativista permanece viva na paisagem arquitetônica preservada.

Os bens tombados em Diamantina, tanto naturais como artificiais possuem materialidades que imprimem o formato da exploração turística como um todo. Desde as Vesperatas ao Carnaval, incluindo todos os eventos culturais sejam eles apresentações musicais, feiras, exposições, têm-se em comum como ponto de passagem obrigatório o Centro histórico tombado. Os dois títulos internacionais de patrimônio concedidos pela Unesco também têm poder de influenciar as ações do Turismo no território. Contudo esta relação entre os títulos de patrimônio e as atividades turísticas, na prática, ainda não obteve a devida importância, à medida que não tem visibilidade.

Ouro e diamante são elementos que sempre exerceram o poder de influenciar as atividades turísticas em Diamantina. O tema garimpo desperta muito interesse nos visitantes. O principal produto relacionado seria o “Garimpo do Belmiro”, local em que é possível, mediante agendamento prévio, realizar um tipo de interpretação do patrimônio voltada à cultura garimpeira. Talvez um dos atrativos turísticos mais interessantes de Diamantina. Trata-se de um produto isolado, pouco conhecido pelos turistas, que ocorre de forma pouco habitual, e depende exclusivamente de uma única pessoa para sua execução. Está inserido em ordenações específicas, longe das redes mais convencionais do Turismo no município. Observa-se até mesmo desconexão do produto “Garimpo do Belmiro” com o Museu do Diamante, com o qual, obviamente, poderia estar integrado, por tratar-se dos mesmos temas. Tais questões poderiam ser objetos de estudo em futuras pesquisas.

Outra questão que chama muito a atenção de quem visita Diamantina é a ausência de exploração mais efetiva da imagem da ex-escrava Chica da Silva e do Contratador dos Diamantes João Fernandes de Oliveira Filho. Ao visitar-se a Casa de Chica da Silva, percebe-se que não há muitas informações sobre a própria Chica da Silva no local, bem como do seu esposo, o Contratador, mesmo diante de todas as memórias históricas já registradas em diversos romances, filmes e novelas já produzidos. Trata-se de mais uma lacuna identificada entre as redes do patrimônio e do Turismo que também poderiam ser objetos de estudo de outras pesquisas.

Esta tese apresenta um exercício empírico e uma reflexão ao descrever como ocorrem os processos de produção de relacionamentos e associações entre elementos de uma rede sociotécnica turística. O foco no fenômeno turístico demonstrou que a ANT pode ser considerada como uma estrutura analítica para abordar a complexa concepção de destino turístico. Portanto, representa um novo paradigma para os estudos turísticos. A perspectiva ator-rede para a compreensão das materialidades arraigadas no destino turístico teve como orientação a síntese conceitual desenvolvida (Figura 1 e Figura 2 seção 2.4). Por meio dessa abordagem, as redes sociotécnicas são mantidas por processos de ordenações e mediações que geram efeitos de poder, identidade, governança, segmentação e gestão do Turismo. As análises empíricas dessas redes forneceram os subsídios para a descrição do alinhamento das diversas entidades sociomateriais, com base nos modos de ordenação analisados nos três níveis: estratégico, práticas internas e externas.

Cabe destacar que a contribuição final deste estudo é, em boa medida, de ordem metodológica, decorrente de reflexões sobre a condução das pesquisas em ANT. O estudo apontou uma diversidade de elementos sociomateriais turísticos conectados tais como a arquitetura colonial, as igrejas, áreas naturais, manifestações culturais, sítios históricos, os quais em conjunto formam o destino turístico Diamantina, compreendido como um "arranjo altamente heterogêneo" que se constrói e refaz-se continuamente por meio de ordenamentos em redes (FRANKLING, 2004). O espaço, os objetos e as redes inscritas em uma série de contextualizações que envolve sobretudo elementos materiais e sociais do Turismo, com base em uma visão espacial multidimensional, permitem analisar o funcionamento do Turismo por meio de múltiplas ordenações.

Logo, concluiu-se que o conceito de rede sociotécnica do Turismo caminha para tornar-se, possivelmente, um novo paradigma dos estudos em Turismo. Algumas questões metodológicas importantes surgiram no decorrer da execução do projeto de pesquisa, experiências que podem servir de referência, tanto à Geografia, como ao Turismo.

7 REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R. AND HASSARD, J. Actor-Network Theory, organisations and critique: towards a politics of organising. **Organization**, Londres, Inglaterra, v.17, n.04, p. 419-435, 2010.
- ALVES, M. C.; NASCIMENTO, A. F. Controvérsias Analíticas sobre a Turistificação da Musicalidade Diamantinense: o caso das Vespertas. **Revista Cenário**, Brasília, v. 2, p. 123-139, 2014.
- AMARAL, L. D. P. O Anjo da Meia-Noite e as Vesperatas em Diamantina: tensões na Produção de uma manifestação cultural. **Revista Vozes do Vale**, Diamantina, n. 2, p.1-22, 2012. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/site/revistamultidisciplinar>>
Acesso em: 20/01/2016.
- ARAUJO, G. A; LOBO, C. Teoria Ator-rede e Turismo: um novo paradigma? **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v.10. n.2, p. 1-24, 2017.
- ARNABOLDI, M; SPILLER, N. Actor-network theory and stakeholder collaboration: The case of Cultural Districts. **Tourism Management**. Londres, Inglaterra, v.32, p. 641-654, 2011.
- BAGGIO, H.; FREITAS, M.; MENESES, T.; COSTA, T. Roteiro Geológico-geomorfológico da Serra do Espinhaço meridional (SDEM) aos planaltos do São Francisco. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA (SINAGEO), IX, 2012, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- BAGGIO, R. **Network analysis of a tourism destination**. 308 p. Tese (doutorado) - Universidade de Queensland, Escola de Turismo, Queensland Austrália, 2008.
- BAILEY, K.D. **Methods of social research**. 2ª. Ed. Nova Iorque, EUA: The Free Press, 1982.
- BARRETO, M. As Ciências Sociais Aplicadas ao Turismo. In: SERRANO, C; BRUHNS, H. T; LUCHIARI, M. T. D. P. (Orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o Turismo**. 3ª Ed. Campinas: Papirus, 2000.
- BEARD, L. **Re-conceptualising the host: the role of brokerhost networks in the ordering of tourism**. 305 p. Tese (Doutorado) – Universidade de Surrey, Surrey, Inglaterra, 2016. Disponível em: <<http://eprints.surrey.ac.uk/812331/1/LYNN%20BEARD%20PhD.pdf>>
Acesso em 17/04/2017.
- BEARD, L; SCARLES, C; TRIBE, J. Mess and method: Using ANT in Tourism research. **Annals of Tourism Research**. v.60, p. 97-110, 2016.
- BRAGA, R. Walter Christaller: notas sobre a trajetória intelectual do criador da teoria dos lugares centrais. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, Rio Claro, 1999. **Anais**. Rio Claro: UNESP, p. 71-75, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo**. Diretrizes, metas e programas. 2003-2007. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf> Acesso em: 09/02/2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo**. Diretrizes, metas e programas. 2003-2007. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf> Acesso em: 09/02/2017.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**. Relatório Brasil / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador), 2ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo**. O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil. 2013/2016. Brasília: Ministério do Turismo, 2013a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf> Acesso em 09/02/2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**. Diretrizes. Brasília: Ministério do Turismo, 2013b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf> Acesso em: 09/02/2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo**. 2018/2022. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2018_2022.pdf> Acesso em: 26/05/2018.

BRADFORD, M. G; KENT, W. A. **Geografia Humana** – Teorias e suas aplicações. Tradução do Departamento de Geografia e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Portugal: Gradiva, 1987.

BRESCIA, M. A. Difusão e aclimação do órgão ibérico na América portuguesa entre os séculos XVI e XVIII. **Revista eletrônica de musicologia**, Curitiba, vol. 04, 2010. Disponível em: http://www.rem.ufpr.br/_REM/REMr14/08/difusao_e_aclimatacao.html Acesso em 05/06/2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise de 2008. Crise e recuperação da confiança. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 133-149, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> Acesso em 22/11/2017.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2001.

BULHÕES, Nauê G. **A importância do uso do símbolo da UNESCO na promoção de destinos turísticos patrimônio da humanidade: o caso de Diamantina**. 2011. 94p. Dissertação (Graduação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2011.

CALLON, M. Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, J. (Org.). **Power, Action and Belief**. A New Sociology of Knowledge. Londres, Inglaterra: Routledge & Regan Paul, p. 196-223, 1986. Disponível em: <https://bscw.uni-wuppertal.de/pub/nj_bscw.cgi/d8022008/Callon_SociologyTranslation.pdf> Acesso em: 29/04/2015.

_____. Techno-economic Networks and Irreversibility. In: LAW, J. **A sociology of Monsters**. Essays on Power, Technology and Domination. Londres, Inglaterra: Routledge, p. 132-165, 1991.

_____. Entrevista com Michel Callon. Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. Porto Alegre, **Revista Sociologias**, ano 10, n.19, p. 302-321, 2008.

_____; LATOUR, B. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: KNORR-CETINA, K.; CICOUREL, A. V. (eds.). **Advances in social theory and methodology: toward and integration of micro- and macro - Sociologies**. Boston: Routledge, 1981; Kegan Paul, 1981. p. 277-303.

CALVENTE, M. del C. M. H.; GALVÃO Filho, C. E. P.; MARTINS, E. M. Turismo, Redes, Regiões e Produção Geográfica sobre o Território Brasileiro. **Revista Geografia**, v. 17, n. 1, p. 155-180, 2008.

CALVO, R.; LIANG, Z.; METZ, J.; ROMERO, R. A. F.; ROSSI, E. M. S. Redes Complexas: conceitos e aplicações. São Carlos, INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO (ICMC), **Relatório**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2007.

CAMILLIS, P. K.; ANTONELLO, C. S.; Da translação para o enactar: contribuições da Teoria Ator-rede para a abordagem processual das organizações. São Paulo, **Cadernos EBAPE,br / FGV EBAPE**, v.14, n. 1, p. 61-82, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/31412/56900>> Acesso em 30/11/2016.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPRA, F. Vivendo redes. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (Orgs.) **O Tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 17-29.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVES, M. L. S. C. **Geologia e Mineralogia do diamante da Serra do Espinhaço em Minas Gerais**. 289 p. Tese (Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo. Instituto de Geociências, 1997. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44135/tde-18112015-110030/pt-br.php>> Acesso em 19/07/2016.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Nova Jersey, EUA: Prentice-Hall, 1966.

CLOKE, P; PERKINS, H.C. Cetacean performance and tourism in Kaikoura, New Zealand. **Environment and Planning D: Society and Space**, v.23, n.06, p.903-924, 2005.

CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da Rede urbana - uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, R. L. Redes Geográficas: Reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**, v. 9, n.16, p. 199-218, 2012.

DEDEKE, A. Creating sustainable tourism ventures in protected areas: An actor-network theory analysis. **Tourism Management**, v.61, p.161-172, 2017.

DELEUZE, G; GUTTARI, F. **Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenias**. São Paulo: Editora 34, 1995.

DENCKER, A. F. M.. **Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAMANTINA, PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E PATRIMÔNIO. **Plano de Marketing Viva Diamantina**. Elaborado por Strategy Consultores via deliberação do Conselho Municipal de Turismo, COMTUR. Belo Horizonte: Strategy Consultores, 2011.

DIAMANTINA, CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE DIAMANTINA (COMTur). CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE TURISMO DE DIAMANTINA. **Relatório**. Diamantina: Prefeitura Municipal de Diamantina, 2015.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C; SILVEIRA, R. L. L (Orgs.). **Redes, sociedade e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DUPUY, G. **El urbanismo de las redes: teorías y métodos**. Tradução de Rafael Giménez Capdevila. Barcelona, Espanha: Oikos-tau: Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, 1998, 214 p. (Coleção Redes y territorios).

DREDGE, D. Tourism-planning network knowledge dynamics. In: McLEOD, M; VAUGHAN (Eds.). **Knowledge Networks and Tourism** (Chapter 2). Copenhagen, Dinamarca: Routledge, 2014. Disponível em: <http://vbn.aau.dk/files/206962893/2_Dredge_Tourism_planning_network_knowledge_dynamics_v4.pdf> Acesso em 24/05/2017.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a Relational Sociology. Chicago, EUA: **The American Journal of Sociology**, v. 103, n. 02, p. 281-317, 1997.

FARIAS, I. **Touring Berlin**. Virtual Destination, Tourist Communication and the Multiple city. 305 p. Tese (Doutorado) - Universidade de Humboldt. Departamento de Etnologia Europeia. Berlim, Alemanha, 2008. Disponível em: <<https://www.deutsche-digitale-bibliothek.de/binary/ROIR5PVTDVC4GSP7W35GUABJXKDUBLFU/full/1.pdf>> Acesso em 20/11/2015.

FERNANDES, A. C; CONCEIÇÃO, W. J.; **La Mezza Notte**: O lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata. Diamantina: UFVJM, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. O Nascimento da Prisão. 16ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FRANKLING, A. Tourism as an ordering. Towards a new ontology of tourism. Londres, Inglaterra: **Tourist Studies**, v.04, n.03, p.277-301, 2004.

FRATUCCI, A. C. Refletindo Sobre a Gestão dos Espaços Turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Turismo em Análise**, v. 20, n.3, p. 391-408, 2009.

_____. Turismo e Território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição Especial: Hospitalidade e Políticas Públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, p. 87-96, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1018>> Acesso em 14/08/2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do polo Turístico do Vale do Jequitinhonha**. Volume 11. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ)**. Desafios e Direções Prioritárias para o Desenvolvimento da Região. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2017

GAMA, A. Uma ruptura epistemológica na Geografia – A Teoria dos lugares centrais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 12, 1983. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/12/_Antonio%20Gama%20-%20Uma%20Ruptura%20Epistemologica%20na%20Geografia.pdf> Acesso em 15/05/2016.

GEIGER, P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1993.

GRANOVETER, M. The Strength of the weak ties. **American Journal of Sociology**, v.78, n.6. p. 1360-1380, 1973.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **AJS**, v. 91, n.3, p. 481-510, 1985.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Contexto, 2002.

_____. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. **Anais**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

_____. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. O espaço como palavra-chave. Niterói: **Revista GEOgraphia**, v.14, n. 28, p 08-39, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641>> Acesso em: 23/02/2016.

HISSA, C. E.V. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HOBSBAWM, Eric. “Introdução” In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

HUMMEL, J; VAN DER DUIM, R. SNV's modes of ordering: Organizing Tourism as Development Practice. **Tourism Management**. n. 57. p. 312-322, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de influência das cidades - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>> Acesso em 19/07/2016.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nota técnica: estimativas da população dos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf> Acesso em: 27/06/2017.

ICMBIO, INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Unidades de Conservação do Mosaico do Espinhaço, Alto Jequitinhonha-Serra do Cabral. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/mosaicos-e-corredores-cologicos/mosaicos-reconhecidos-oficialmente/1865-mosaico-do-espinhaco-alto-jequitinhonha-serra-do-cabral.html>> Acesso em 27/06/2015.

IPHAN, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cidades Históricas. Conjuntos Urbanos Tombados. Sudeste. Diamantina (MG). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/371/>> Acesso em: 16/04/2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. Relatório final. Brasília: IPEA/INPES, 1973; Brasília: IPEA. 1999.

JÓHANNESSON, G. T. Tourism translations: Actor-Network Theory and tourism research. Londres: **Tourist Studies**, v. 05, n. 02, p. 133–150, 2005.

_____. REN, C; VAN DER DUIM, R. Tourism Encounters, Controversies and Ontologies. In: JOHANNESSON, G; REN, C; VAN DER DUIM, R. (Eds.) **Tourism Encounters and Controversies: Ontological politics of Tourism development**. Farnham: Ashgate Publishing, 2015.

LACERDA, M. O. **A paisagem da terra dos diamantes: Passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva**. 2014, v. 1, 303 p. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LATOURETTE, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2.ed., 2011.

_____. **Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede**. Salvador; Bauru: EDUFBA e EDUSC, 2012.

_____. **Jamais Fomos Modernos: Ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 3.ed. 2013.

LAW, J. Notas Sobre a Teoria Ator-Rede: ordenamento, estratégia e heterogeneidade. Tradução de Fernando Manso. Disponível em: <<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Ator-Rede.htm>> Acesso em: 29/04/2015. Do original em Inglês: Notes on Actor- Network Theory: Ordering, strategy and heterogeneity. **Systems Practice**, 5, 1992. p. 379-393. Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law1992NotesOnTheTheoryOfTheActor-Network.pdf>>. Acesso em: 29/04/2015.

_____. **Organizing modernity**. Oxford, Inglaterra; Cambridge, EUA: Blackwell, 1994.

_____. After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, J; HASSARD, J. **Actor Network theory and after**. Oxford, Inglaterra: Blackwell Publishers, 1999.

_____. Objects and spaces. Londres, Inglaterra: **Theory, culture & society**, v. 19, p. 91-105, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf> . Acesso em 09/02/2016.

LIBERATO, R. de C. Revisando os modelos e as teorias da análise regional. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 18. n. 29, p. 127-136, 2008.

MACHADO Filho, A. da M. **Arraial do Tijuco, cidade Diamantina**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 3. ed. 1980.

MASSEY, D; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCI, A. PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, v.19, n.3, p.431-466, 1993.

MATOS, R; BRAGA, F. Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In: MATOS, R (Org.). **Espacialidades em Rede**. População, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2005.

MOHAMED, A. M. E. **Actor-Network theory, Tourism organizations and the development of sustainable community livelihoods**. 456 p. Tese (Doutorado) - Universidade de Plymouth. Faculdade de Administração, Plymouth, Inglaterra, 2013. Disponível em: <<https://pearl.plymouth.ac.uk/handle/10026.1/2899>> Acesso em 03/03/2016.

MOL, A. M.; LAW, J. Regions, networks and fluids: anaemia and social topology. Londres, Inglaterra, **Social Studies of Science**, v. 24, n.4, p. 641-671, 1994.

MURDOCH, J. The Spaces of Actor-Network Theory. **Geoforum**, v. 29, n.4, p. 367-374, 1998.

NOIA, A. C. **Turismo e a Problemática da Integração de Atores: um Diálogo com a Proposta de Redes Sociotécnicas**. SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO (ANPTUR), VII, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2010.

OLIVEIRA, R.C. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. **Revista de antropologia**. São Paulo: USP. v. 39. n. 1, 1996.

O'NEILL, P; WHATMORE, S. The business of place: networks of property, partnership and produce. **Geoforum**, v.31, p.121-136, 2000.

PAGET, E.; DIMANCHE, F.; MOUNET, J. A Tourism Innovation Case. An Actor-Network Theory Approach. **Annals of Tourism Research**, vol.27, n.03, p. 828-847, 2010.

PANOSSO Netto, Alexandre. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

_____; NOGUERO, Félix Tomillo; JÄGER, Margret. Por uma visão crítica nos Estudos Turísticos. São Paulo, **Turismo em Análise**, v. 22, n.3, p. 539-560, 2011.

PARRELA, I. D. **O teatro das desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino - 1768-1800**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

PAULA, M. F. M.; SIMÕES, R. F. **Estrutura agropecuária e rede urbana: uma análise multivariada do Vale do Jequitinhonha / Minas Gerais**. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, XII, 2006, Diamantina. **Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2006.

PEREIRA, L. A. G. Redes e fluxos em Geografia: uma abordagem teórica. Araguaína: **Revista Tocantinense de Geografia**, ano 04, n. , p. 1-18, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/49557839-Redes-e-fluxos-em-geografia-uma-abordagem-teorica.html>. Acesso em 15/08/2016.

REN, C. **Constructing the tourist destination: a socio-material description**. 212 p. Tese (Doutorado)- Universidade do Sul da Dinamarca. Departamento de Administração, Comunicação e Ciência da Informação, Faculdade de Humanidades, Copenhagen, Dinamarca, 2009. Disponível em: <www.sdu.dk/-/media/files/forskning/phd/phd_hum/afhandlinger/2009/carinaren.pdf> Acesso em 03/03/2016.

RIO, G. A. P. do. Estrutura Organizacional e Reestruturação Produtiva: uma contribuição para a geografia das corporações. **Revista TERRITÓRIO**, ano 111, n. 5, p. 51-66, 1998.

ROCHEFORT, M. Métodos de estudos de redes urbanas. **Boletim Geográfico**, v. 19 n. 160, p. 03-18, 1961.

RODGER, K; MOORE, S. A; NEWSOME, D. Wildlife Tourism, Science and Actor-Network Theory. **Annals of Tourism Research**, vol.36, n.04, p. 645-666, 2009.

SAADI, A. A Geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. Belo Horizonte, **Revista Geonomos**, v. 3, n.1, p. 41-63, 1995.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Livros VII, X e XI. Tradução de Arnaldo do Espírito Santo; João Beato; Maria Cristina Castro-Maia de Sousa Pimentel. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2008. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/agostinho_de_hipona_confessiones_livros_vii_x_xi.pdf> Acesso em 16/08/2016.

SANTOS, J. F. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro do Frio** (Província de Minas Gerais). 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1976.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. 5.ed. São Paulo: Editora da USP, 2013.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora da USP, 2014.

SERRES, M. **La Traduction** (Hermès III). Paris, França: Minuit, 1974.

SILVEIRA, M. R. (Org.) **Circulação, Transportes e Logística: Diferentes Perspectivas**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVEIRA, C. E.; SILVEIRA, J. M.; FERREIRA, M. L. S. PAULA, V. C; **Visões Qualitativas dos Atores da Vesperata em Diamantina e suas possibilidades diante da teoria do marketing de destinos**. Juiz de Fora, **Revista ABET**, v.2, n. 1, p-14-27, 2012.

SOARES, W. **Para Além da Concepção Metafórica de Redes Sociais**: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIII, Ouro Preto, 2002. **Anais**. Ouro Preto: ABEP, 2002.

STRATHERN, M. Cutting the network. Inglaterra e Irlanda: **Journal of the Royal Anthropological Institute**, vol. 2, n. 03, p. 517-535, 1996. Disponível em: http://townsendgroups.berkeley.edu/sites/default/files/strathern_cutting_the_network.pdf. Acesso em 15/02/2016.

SOUZA, M. L. M. **As representações sociais da comunidade sobre elementos culturais e turísticos da vesperata em Diamantina – MG**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, 2008.

TATNALL, A; GILDING, A. **Actor-Network Theory and Information Systems Research**. In: CONFERÊNCIA AUSTRALIANA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, X, 1999, Melbourne, Austrália, 1999. **Anais**. Melbourne, Austrália: Victoria University of Technology, 1999. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/34ae/f4a8e7e8b49e1c4a33f4288807774d0bd3a7.pdf> Acesso em 07/08/2015.

TILLY, C. Transplanted Networks . In: LAUGHLIN, V. (ed.). *Immigration Reconsidered*. Oxford, Inglaterra, **Oxford University Press**, 1990, p. 79-95.

VARAJÃO, G. F. D. C. **Por uma Geografia de Diamantina-MG**. 233 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-A2SK5T> Acesso em 10/01/2016.

VARAJÃO, G. F.D.C; FERNANDES, M. L. S.; VALADÃO, R. C. **As Relações Externas de Diamantina, Minas Gerais**. In: SAHTLER, D; AMORIM FILHO, O. B.; VARAJÃO. G.F.D.C (Orgs). **Cidades Médias: bases teóricas e estudos aplicados à Diamantina**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

VAN DER DUIM, R. **TOURISMSCAPES**. An Actor-Network perspective on sustainable tourism development. 283 p. Tese (Doutorado) - Universidade de Wageningen, Wageningen, Holanda, 2005. Disponível em: <http://library.wur.nl/WebQuery/wurpubs/fulltext/121687> Acesso em 03/03/2016.

_____. **TOURISMSCAPES**. An Actor-Network Perspective. **Annals of Tourism Research**, vol.34, n.04, p.961-976, 2007a.

_____. Performing African Tourism. In: WISHITEMI, B.; SPENCELY, A.; WELS, H.; (Orgs). **Culture and Community**: tourism studies in Eastern and Southern Africa. Amsterdam: Rozenberg, p. 25-48, 2007b.

_____. REN, C; JÓHANNESSON, G. T. (Eds). **Actor-network Theory and Tourism**: Ordering, materiality and multiplicity. Londres, Inglaterra e Nova Iorque, EUA: Routledge, 2012

_____ ; REN, C.; JÓHANNESSON, G. T. Ordering, materiality and multiplicity: enacting Actor-network theory in tourism. Londres, Inglaterra, **Tourist Studies**, v. 13, n. 01, p. 03-20. 2013.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v.22, n. 44, p. 203-220, 2014.

XAVIER, T. R.; INÁCIO, R. de O.; WITTMANN, M. L.; FLECHA, A. C. A relação entre rede redes e turismo: uma análise bibliométrica sobre a emergência de um novo paradigma no planejamento turístico. Curitiba, **Turismo & Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 443-465, 2012.

APÊNDICE A - Diplomas legais das políticas públicas de Turismo em Minas Gerais⁴³

Diplomas legais relacionados aos Circuitos Turísticos
Decreto nº 45.072, de 2009. Dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo (CET);
Decreto nº 43.321, de 2003. Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências;
Resolução nº 45, de 2014. Secretaria de Estado de Turismo e Esportes (SETES). Estabelece os critérios necessários para o reconhecimento e exercício dos Circuitos Turísticos a que se refere o Decreto Estadual nº 43.321, de 2003;
Diplomas legais relacionados à política “Produção e Segmentos Turísticos”
Lei 16.686, de 2007. Dispõe Sobre a Prática de Esporte de Aventura no Estado.
Lei 14.368, de 2002. Estabelece a Política Estadual de Desenvolvimento do Ecoturismo.
Lei 14.353, de 2002. Dispõe Sobre a Sinalização em Locais de Interesse Ecológico ou de Ecoturismo no Estado.
Decreto 45.883, de 2011. Regulamenta o Programa Social Destinos Turísticos Estratégicos - Estruturação, Desenvolvimento e Promoção do Turismo, previsto no item XX do Anexo da Lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009.
Decreto 45.882, de 2011. Regulamenta o Programa Social Desenvolvimento e Promoção do Turismo – Regionalização do Turismo, previsto no item XIX do Anexo da Lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009.
Lei 13.173, de 1999. Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real.
Decreto 46.183, de 2013. Disciplina a autorização especial de transporte rodoviário turístico receptivo intermunicipal e metropolitano, em automóvel.
Lei 21.936, de 2015. Institui a Política Estadual de Desenvolvimento da Gastronomia.
Resolução 6, de 27/7/2018 (SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO) Cria e Regulamenta o Mapa Turístico Gastronômico de Minas Gerais.
Diplomas legais relacionados à política Qualificação em Receptividade
Decreto Federal 946, de 1993. Regulamenta a Lei 8.623, de 1993, que dispõe sobre a profissão de guia de turismo e dá outras providências.
Lei Federal 8.623, de 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências.
Resolução 3, de 2017, da Secretaria de Estado de Turismo. Cria e regulamenta o Projeto Minas Recebe.
Diplomas legais relacionados à política ICMS Turístico
Lei do ICMS Solidário - Lei 18.030, de 2009. Dispõe Sobre a Distribuição da Parcela da Receita do Produto da Arrecadação do ICMS Pertencente aos Municípios.
Decreto 45.403, de 2010. Regulamenta o critério “Turismo estabelecido na Lei 18.030, de 2009, que Dispõe Sobre a Distribuição da Parcela da Receita do Produto da Arrecadação do ICMS Pertencente aos Municípios.
Resolução 25, de 2017, da Secretaria de Estado de Turismo. Padroniza a forma de entrega e apresentação dos documentos exigidos pelo decreto estadual 45.403/2010, para fins de habilitação e pontuação na distribuição da parcela de ICMS pertencente aos municípios pelo Critério Turismo.

⁴³Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis no portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/index.html?tagNivel1=316&tagAtual=316>> Acesso em 18/05/2018.

APÊNDICE B - Projetos de Lei relacionados ao Turismo, em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ⁴⁴

Projeto de Lei	Ano	Proposta
4041	2017	Reconhece o relevante interesse coletivo, a importância econômica e social e a utilidade pública dos circuitos turísticos do Estado de Minas Gerais. Autor(es): Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
41	2015	Sugere alterações no Programa 34-Turismo como fator de sustentabilidade regional, do Plano plurianual de ação Governamental (PPAG) – 2016-2019.
4015	2017	Dispõe sobre a política de apoio aos municípios afetados por grande circulação de pessoas em virtude de bens do Estado. Autor(es): Deputado Antônio Jorge PPS
4866	2017	Institui a Política Estadual de proteção à fauna aquática e de desenvolvimento sustentável da pesca artesanal e da pesca amadora. Autor(es): Deputado Rogério Correia - PT
4187	2017	Reconhece como estância climática o Município de Maria da Fé. Autor(es): Deputado Duarte Bechir - PSD
3830	2016	Dispõe sobre o projeto Turismo Pedagógico nas escolas da rede pública estadual e dá outras providências. Autor(es): Deputado Gilberto Abramo – PRB
3548	2016	Inclui no calendário de eventos turísticos do Estado a comemoração denominada Rebanhão do Senhor, do Município de Betim. Autor(es): Deputada Ione Pinheiro – DEM
3546	2016	Cria o Programa Estadual de Fortalecimento do Turismo na área de influência da Serra do Caraça – Protur-Caraça. Autor(es): Deputado Nozinho - PDT
3545	2016	Inclui no calendário de eventos turísticos do Estado o Carnaval a Cavalo do Município de Bonfim. Autor(es): Deputada Ione Pinheiro - DEM
3309	2016	Institui o Circuito Estadual Turístico das Confeções e Indústrias de Calçado de Minas Gerais. Autor(es): Deputado Fábio Avelar Oliveira - PTdoB
3267	2016	Institui no âmbito do Estado de Minas Gerais as Áreas Especiais de Interesse Turístico e Cultural. Autor(es): Deputado Nozinho - PDT
2556	2015	Institui o Polo de Moda e Lingerie de Juruá e dá outras providências. Autor(es): Deputado Gustavo Corrêa - DEM
2378	2015	Altera o índice do ICMS Turístico, previsto na Lei nº 18030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita da arrecadação do ICMS que cabe aos municípios. Autor(es): Deputado Fred Costa - PEN
2111	2015	Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal com o objetivo de apoiar programas de incentivo ao turismo no Estado e dá outras providências. Autor(es): Deputado Elismar Prado - PT
2101	2015	Dispõe sobre o guia cultural e turístico de acessibilidade no site oficial do governo do Estado.

⁴⁴Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis no portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<https://politicaspublicas.almg.gov.br/temas/index.html?tagNivel1=316&tagAtual=316>> Acesso em 18/05/2018.

		Autor(es): Deputado Mário Henrique Caixa - PCdoB
1749	2015	Dispõe sobre o transporte rodoviário turístico receptivo intermunicipal e metropolitano e dá outras providências. Autor(es): Deputado Anselmo José Domingos - PTC
1619	2015	Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Produção Artesanal e Orgânica Associada ao Turismo – Pró-Artesão. Autor(es): Deputado Agostinho Patrus Filho - PV
1617	2015	Altera a Lei nº 18032, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo - CET -, e a Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo. Autor(es): Deputado Agostinho Patrus Filho - PV
1483	2015	Declara patrimônio turístico e cultural de natureza imaterial do Estado a Feira de Artes e Artesanato da Avenida Afonso Pena - Feira Hippie -, no Município de Belo Horizonte. Autor(es): Deputado Rogério Correia - PT
1429	2015	Obriga os estabelecimentos comerciais destinados a hospedagem a disponibilizar aos consumidores adaptador de tomada universal, na forma que menciona. Autor(es): Deputado Arlen Santiago - PTB
907	2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento da declaração de pertences aos hóspedes pela rede hoteleira do Estado. Autor(es): Deputado Fred Costa - PEN
122	2015	Institui parâmetros para criação de estrada-parque no Estado. Autor(es): Deputado Fred Costa - PEN
71	2015	Cria a estrada-parque Caminhos do Sertão, localizada no interior do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, abrangendo os Municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Ibirité e Nova Lima. Autor(es): Deputado Fred Costa - PEN
5501	2014	Declara patrimônio histórico, cultural, imaterial do Estado as Repúblicas Federais de estudantes de Ouro Preto, de propriedade da Universidade Federal de Ouro Preto. Autor(es): Deputado Luiz Henrique - PSDB

APÊNDICE C -PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA O VALE DO JEQUITINHONHA (PDVJ) ⁴⁵

PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA O VALE DO JEQUITINHONHA (PDVJ)
ESTRATÉGIAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS: EIXO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO
O eixo Desenvolvimento Produtivo é constituído pelos seguintes subeixos:
1) agropecuária, 2) agroindústria, 3) indústria, 4) mineração; 5) turismo.
Subeixo: Turismo
Estratégia 1: Estruturação e qualificação da oferta turística
Ações prioritárias:
1. Estruturar, qualificar e comercializar os atrativos e roteiros turísticos de maior potencial de atratividade (internacional, nacional e regional);
2. Fomentar o aperfeiçoamento de inventários, diagnósticos e estudos que contribuam para a melhoria contínua do planejamento turístico municipal e regional, envolvendo a comunidade local;
3. Qualificar serviços e equipamentos turísticos e fomentar o empreendedorismo;
4. Garantir infraestrutura, serviços públicos para o Turismo e para instrumentos de gestão urbana.
Estratégia 2: Estimulo à demanda e ao fortalecimento da comercialização turística
Ações prioritárias:
1. Desenvolver e implementar campanhas de <i>marketing</i> e mecanismos de estímulo para captar fluxos de mercados potenciais diretamente interessados em Diamantina e Serro e atraí-los para atrativos dos territórios do Jequitinhonha;
2. Desenvolver e implementar mecanismos de incentivo para turistas em rota para as praias do Sul da Bahia e Espírito Santo a conhecer e pernoitar em destinos dos territórios do Jequitinhonha;
3. Identificar o perfil e desenvolver estratégias para atrair a demanda potencial existente nos estados da Bahia e do Espírito Santo para conhecer e pernoitar no Vale, valendo-se de Diamantina como principal destino turístico e polo de atração;
4. Realizar pesquisa de demanda e plano de <i>marketing</i> a fim de orientar campanhas de <i>marketing</i> digital com foco no Turismo cultural;
5. Apoiar municípios, circuitos turísticos e receptivos turísticos a desenvolver competência em <i>marketing</i> digital para utilizar a Internet e as mídias sociais como canais de promoção e comunicação, de modo a atingir os turistas potenciais;
6. Encontrar soluções práticas em conjunto com entidades representativas do setor para adequar o portfólio de produtos turísticos ofertados às necessidades das operadoras (escala) e ao perfil predominante dos turistas;
7. Fomentar parcerias com meios de comunicação (tradicionais e de mídias sociais) para ampliar a divulgação dos atrativos, eventos e manifestações culturais da região.
Estratégia 3: Fortalecimento do sistema de gestão do Turismo e suas instituições
A maioria dos municípios da região defronta-se com dificuldades financeiras e de recursos humanos para planejar e gerir o Turismo municipal. Faltam recursos e linhas de financiamento adequadas para os investimentos estruturais necessários ao Turismo, assim como para o planejamento e ordenamento urbano em geral.
Ações prioritárias:
1. Apoiar a realização de parcerias e a formação de uma rede para a integração de ações e projetos municipais e regionais de Turismo;
2. Repassar aos municípios e circuitos turísticos as metodologias e informações estratégicas da SETUR-MG/Observatório do Turismo para a gestão e planejamento municipal e regional;

45 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2017).

3. Adequar a composição e a organização dos Circuitos Turísticos da região seguindo orientações da SETUR-MG;
4. Estimular os municípios de maior potencial turístico a pleitear recursos do ICMS turístico e investir em um sistema de gestão turística municipal;
5. Fomentar o desenvolvimento turístico por meio de editais da SETUR-MG para execução de ações pelos municípios e/ou Circuitos Turísticos;
6. Estimular que os quatro circuitos turísticos presentes na região se articulem e desenvolvam um planejamento e gestão de forma integrada.

APÊNDICE D – Membros do Conselho Municipal de Turismo de Diamantina/MG

Entidade (01 membro titular e 01 membro suplente)	Setor
Secretaria Municipal de cultura, Turismo e patrimônio (SECTUR) – Titular Márcia Betânia Oliveira Horta	PÚBLICO (Turismo)
Secretaria Municipal de cultura, Turismo e patrimônio (SECTUR) - Suplente Valéria Alcântara Alexandre	PÚBLICO (Turismo)
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Titular Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão	PÚBLICO (Educação)
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Suplente Izabel Cristina Carvalho Oliveira	PÚBLICO (Educação)
Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade (ICMBIO) – Titular Bruno Vinícios da Silva Souza	PÚBLICO (Meio ambiente)
Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade (ICMBIO) - Suplente Simone Nunes Fonseca	PÚBLICO (Meio ambiente)
Guarda Civil Municipal (GCM) – Titular Wilton de Assis Alves	PÚBLICO (Segurança)
Guarda Civil Municipal (GCM) – Suplente Itacoaracy Raimundo Pires Pereira	PÚBLICO (Segurança)
Emater Minas Gerais – Titular Claudete Maria Souza e Costa	PÚBLICO (Agricultura)
Emater Minas Gerais – Suplente Júnia Maria da Silva	PÚBLICO (Agricultura)
Câmara de Vereadores – Titular Lucas Manoel Barbosa Werneck	PÚBLICO (legislativo municipal)
Câmara de Vereadores – Suplente José Geraldo Moreira	PÚBLICO (legislativo municipal)
Suplente (Vacante)	PÚBLICO (legislativo municipal)
Promotoria Estado de Minas Gerais	PÚBLICO (Judiciário)
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Titular	PÚBLICO (Patrimônio)
Suplente (vacante)	
Márcia Andrea Costa Oliveira - Titular	PRIVADO (Meios de Hospedagem)
Suplente (vancante)	PRIVADO (Meios de Hospedagem)
Andressa de Andrade França - Tutular	PRIVADO (Alimentação)
Leonardo Pereira e Silva - Suplente	PRIVADO (Alimentação)
Ana Paula Ventura Falci	PRIVADO (Receptivos turísticos)
Suplente (vacante)	PRIVADO (Receptivos turísticos)
Associação de Guias de Turismo (ASGUITUR) – Titular Charles Batista Alves	PRIVADO (Guias de Turismo)
Associação de Guias de Turismo (ASGUITUR) - Suplente	PRIVADO

	(Guias de Turismo)
Circuito Turístico dos Diamantes – Titular Éthany Cícero da Cunha	SOC. CIVIL ORGANIZADA (Turismo)
Circuito Turístico dos Diamantes – Suplente Ângela Beatriz de Miranda Coelho Betelli	SOC. CIVIL ORGANIZADA (Turismo)
Banda Mirim Prefeito Antônio de Carvalho Cruz – Titular Patrick Ricardo de Aguiar	SOC. CIVIL ORGANIZADA (Música)
Suplente	SOC. CIVIL ORGANIZADA (Música)
Instituto Biotrópicos – Tutular Alexsander Araújo Azevedo	SOC. CIVIL ORGANIZADA (ONG)
Instituto de arte e cultura de Diamantina (DIARTE) - Suplente Fernando Antônio Lopes Magnani	SOC. CIVIL ORGANIZADA (ONG)
Mitra Arquidiocesana de Diamantina - Titular Cônego Manuel Quitério de Azevedo	SOC. CIVIL ORG. (Monumentos Tur.)
Mitra Arquidiocesana de Diamantina - Suplente	SOC. CIVIL ORGANIZADA (Patrimônio)

APÊNDICE E – Diretrizes políticas propostas na Conferência Municipal de Turismo de
Diamantina (2015)

Eixo 1: Gestão da Política Municipal de Turismo
Diretrizes Prioritárias
1ª. Criação de legislação para eventos, criação de lei municipal para guias e condutores e revisão da lei de funcionamento do comércio.
2ª. Infraestrutura de apoio ao Turismo e readequação do centro de atendimento ao Turismo.
3ª. Incentivo e fomento ao associativismo.
Diretrizes Secundárias
4ª. Valorização e preservação da cultura local e educação patrimonial.
5ª. Capacitação do trade e campanha de sensibilização e valorização dos empreendimentos locais.
Eixo 2: Potencialidades do Turismo em Diamantina
Diretrizes Prioritárias
1ª. Plano de ordenamento, integração e valorização dos distritos, áreas rurais e periferia que tem potencial turístico; mapear potenciais e vontades expressas das comunidades e distritos; planejar as potencialidades reais para a estruturação turística dos distritos; incentivar a criação de novos produtos a partir de vocações locais.
2ª. Comunicação efetiva: priorizar a comunicação/ informação interna da rede de serviços; externa para os consumidores; interna entre empreendedores gestores e parceiros; capacitação dos meios e canais de comunicação para chegar aos moradores; solidificar parceria entre as universidades e instituições (UFVJM, UEMG, IFET, IFNMG).
3ª. Diversificar a oferta de produtos turísticos culturais e naturais (ex.: música, história, gastronomia).
Diretrizes Secundárias
4ª. Calendário de eventos descentralizados e temáticos; inclusão dos distritos; atividades de ecoturismo organizadas; qualificar a divulgação dos produtos de ecoturismo para o mercado.
5ª. Criação de áreas de proteção e conservação ambientais municipais.
Eixo 3: Desenvolvimento de Negócios no Turismo
Diretrizes Prioritárias
1ª. Definir uma política de apoio ao escoamento de produtos rurais/artesanais. Definir critérios para uma política de incentivo fiscal direcionada para empresas do setor turístico.
2ª. Reduzir Gargalos - Estrutura logística do Turismo de Diamantina; Transportes viário/aéreo; urbanização dos distritos.
3ª. Formas de incentivar. Política: Incentivo ao Turismo de Aventura (Políticas, Produtos, Divulgação).
Diretrizes Secundárias
4ª. Criar o Plano Estratégico Sistêmico setorizado do Turismo de Diamantina.
5ª. Qualificar o empreendedorismo. Promover o diagnóstico participativo para elaboração de programas de capacitação para o empreendedor e trabalhador.
Eixo 4: Oferta Turística de Diamantina
Diretrizes Prioritárias
1ª. Articular a criação de um programa para o desenvolvimento dos distritos com potencial e interesse

turístico.
2ª. Melhoria dos serviços de internet, banco 24h e telefonia.
3ª. Conhecimento, reconhecimento e reelaboração do inventário base, completo e posterior parcerias para alimentação do banco de dados.
Diretrizes Secundárias
4ª. Ampliar o foco de ação do centro histórico em todos os segmentos e componentes da oferta turística.
5ª. Apoio para a articulação e fortalecimento de grupos temáticos de trabalho (<i>cluster</i> turístico).
Eixo 5: Posicionamento de Mercado
Diretrizes Prioritárias
1ª. Revisão estratégica do calendário de eventos: mapeamentos das festas, eventos, e manifestações tradicionais como forma de criar relacionamentos e parcerias com organizadores para promoção mútua (divulgação ao evento no calendário do município e da marca Viva Diamantina na promoção do evento).
2ª. Estreitar espaços de integração entre empresários e músicos, criando relacionamentos e discussões que gerem oportunidades, ideias e novos produtos para a cidade. Esses espaços podem ser eventos, oficinas e encontros.
3ª. Caravana: como forma de intercâmbio/ troca levando os diversos atores da musicalidade, seresta, orquestras e bandas, além da marca e do posicionamento (Viva Diamantina e musicalidade) para bairros e distritos como forma de sensibilização. A caravana poderá também identificar nesses locais manifestações existentes.
Diretrizes Secundárias
4ª. Gestão da Marca Viva Diamantina - é preciso encontrar / definir a forma de gestão da marca (site), recomendamos a contratação temporária dessa gestão para que a comunidade seja capacitada para realizar essa gestão futuramente. Primeiro a marca precisa ser registrada, assim como o seu domínio e hospedagem para positivar a criação de produtos licenciados.
5ª. Empresariado: qualificação dos serviços para promoção da marca e ações que estimulem o uso da marca Viva Diamantina nas empresas (cardápios, sites, etc.).
Eixo 6: Turismo e Patrimônio
Diretrizes Prioritárias
1ª. Criar um programa abrangente de educação patrimonial municipal que contemple amplamente as diversas faixas etárias e geográficas.
2ª. Elaborar um projeto de capacitação técnica para a criação de um centro de referência de restauro e manutenção por meio do desenvolvimento e expertise na área.
3ª. Instituir o dia/ semana do patrimônio como um evento comemorativo.
Diretrizes Secundárias
4ª. Instituir um grupo de trabalho que integre os atores e garanta a contribuição com o conselho de patrimônio.
5ª. Implementar uma conferência periódica de patrimônio material, imaterial, natural.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Diamantina (2015)

